



# CARTA SOCIAL DO CONCELHO DE FARO

2008 - 2013

DRAFT



CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL (CLAS) DE FARO  
2008



# CARTA SOCIAL DO CONCELHO DE FARO

Fomação Acção Co-Financiada pela União Europeia e Câmara Municipal de Faro



CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL (CLAS) DE FARO  
2008

## **FICHA TÉCNICA**

### **SUPERVISÃO**

Dr. João Costa	Director de Departamento de Acção Social, Educação Desporto e Juventude.
Dr.ª Alexandra Alexandre	Chefe de Divisão de Acção Social

### **EQUIPA CONSULTORA**

Dr.ª Vanessa Sousa Dr. Nelson Dias	Associação IN LOCO
---------------------------------------	--------------------

### **NÚCLEO EXECUTIVO**

Dr.ª Andreia Correia	Câmara Municipal de Faro (CMF) – Coord.
Dr.ª Vera Domingos	
Dr.ª Eliane Cruz	Associação Algarvia de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais (AAPACDM)
Dr.ª Carla Farias	
Dr.ª Luísa David	Associação dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Faro (ARPI)
Dr.ª Maria João Anjos	Centro Distrital de Segurança Social (CDSS)
Dr.ª Suzel Gonçalves	Grupo de Ajuda a Toxicodependentes (GATO)
Dr.ª Paula Fernandes	Fundação António Silva Leal (FASL)
Dr. Paulo Neves	Direcção Geral de Reinserção Social (DGRS)
Dr.ª Bertina Marques	Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC) Entidade convidada
Dr.ª Elsa Correia	Movimento de Apoio à Problemática da SIDA (MAPS) Entidade convidada

## **ESPECIAIS AGRADECIMENTOS**

### **ENTIDADES ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO ACÇÃO**

**1 Fórum de Entidades**

**7 Fóruns Sociais Locais**

**2 Mini-Fóruns Temáticos**

ACTA – Companhia de Teatro do Algarve

Administração Regional de Saúde

Aeroporto de Faro

Agrupamento de Escola D. Afonso III

Agrupamento de Escolas da Sé

Agrupamento de Escolas de Montenegro (EB1 Patação e EB 1 Pontes de Marchil)

Agrupamento de Escolas Dr. Joaquim Magalhães

Agrupamento Vertical de Escolas de Estoi (EB 2,3 Poeta Emiliano da Costa)

Agrupamento Vertical de Escolas de Montenegro

Alcoólicos Anónimos

Assembleia de Freguesia da Conceição de Faro

Assembleia de Freguesia da Sé

Assembleia de Freguesia de Estoi

Assembleia de Freguesia de Montenegro

Assembleia de Freguesia de S. Pedro

Assembleia de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe

Assembleia Municipal

Assistência Social Adventista – ASA

Associação Académica – Secção Autónoma Estudantes Africanos (UALG)

Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais – AAPACDM e CAO

Associação Brasileira do Algarve

Associação Cabo-Verdiana do Algarve

Associação Charoleira de Acção Cultural

Associação Cultural Amigos Montenegro

Associação Cultural R. e Desportiva Nexense

Associação de Amizade dos PALOP no Algarve (APALGAR)

Associação de Apoio à Pessoa em Luto – CAPELO Algarve

Associação de Cegos e Ambliopes de Portugal – ACAPO

Associação de Comerciantes

Associação de Deficientes das Forças Armadas

Associação de Guineenses e Amigos

Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos do Algarve (DOINA)

Associação de Moldavos – Delegação do Algarve (EMINESCU)

Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas do Montenegro

Associação de Portadores de Trissomia 21 – APATRIS 21

Associação de Saúde Mental do Algarve – ASMAL

Associação de Serviços Gerais de Alcoólicos Anónimos  
Associação de Solidariedade Social dos Professores – ASSP  
Associação de Solidariedade Sócio-Cultural do Montenegro  
Associação de Surdos Algarve – ASA  
Associação dos Reformados, Pensionistas e Idosos do concelho – ARPI  
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Faro  
Associação In Loco  
Associação Intercultural Terras de Nexe – Barronexe  
Associação Nacional de Espondilite Anquilosante – Núcleo Regional do Algarve  
Associação Nacional de Freguesias – ANAFRE  
Associação Nascente  
Associação Nossa Senhora dos Navegantes  
Associação Oncológica do Algarve  
Associação para a Defesa da Praia de Faro  
Associação para o Planeamento da Família – APF  
Associação Portuguesa de Apoio à Vitima – APAV  
Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson  
Associação Portuguesa Paralisia Cerebral – Núcleo Regional de Faro  
Associação Pró-Partilha Inserção do Algarve – APPIA  
Associação Recreativa e Cultural do Algarve – ARCA  
Associação REMAR Portuguesa  
Associação Tavirense de Apoio ao Imigrante  
Associação Ucrâniana no Algarve  
Câmara Municipal de Faro (DAS; DE; DD; GHM; DNH)  
Cáritas Diocesana do Algarve  
Casa de Repouso "O Faraó"  
Casa de Santa Isabel  
Casa do Idoso do Meio Rural de Faro  
Casa do Povo da Conceição de Faro  
Casa do Povo de Estoi  
Centro Cult. e Soc. de S. Martinho de Estoi  
Centro Cultural e Social de St. ª Bárbara de Nexe  
Centro de Aconselhamento e Detecção Precoce do VIH  
Centro de Apoio à Pessoa em Luto - CAPELO Algarve  
Centro de Apoio à População Emigrante de Leste Europeu e Amigos (CAPELA)  
Centro de Apoio a Toxicodependentes  
Centro de Emprego de Faro  
Centro de Saúde de Faro  
Centro Distrital de Segurança Social de Faro  
Centro Equestre de Estoi  
Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante  
Centro Paroquial da Conceição de Faro  
Centro Paroquial da Igreja de São Luís

Centro Paroquial de Estoi  
Centro Paroquial de Santa Bárbara de Nexe  
Centro Paroquial do Montenegro  
Centro Social da Torre Natal  
Centro Social e Paroquial da Sé  
Centro Social e Paroquial de S. Luís  
Centro Social e Paroquial de S. Pedro  
Clube Desportivo do Montenegro  
Clube Recreativo e Cultural Gorjonense  
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco  
Comissão para a Dissuasão da Toxicoddependência  
Companhia de Teatro do Algarve - ACTA  
Comunidade Terapêutica do Azinheiro  
Confraria Beato Nuno Santa Maria S.S. Vicente  
Construtora – Custódio Mendonça Ruivo  
Construtora – Florêncio Guerreiro  
Centro de Aconselhamento e Detecção da Infecção VIH/SIDA (CAD de Faro)  
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Faro  
Direcção Geral de Reinserção Social Direcção Regional de Educação do Algarve  
Escola Secundária João de Deus  
Escola Secundária Pinheiro e Rosa  
Escola Secundária Tomás Cabreira  
Forpescas  
Fórum Algarve  
Fundação António Silva Leal

## **ENTIDADES QUE NOS CEDERAM DOCUMENTAÇÃO**

Associação Algarvia de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais – AAPACDM  
Associação de Cegos e Ambliopes – ACAPO  
Associação de Deficientes das Forças Armadas – ADFA  
Associação de Portadores de Trissomia 21 do Algarve – APATRIS 21  
Associação de Surdos do Algarve – ASA  
Associação dos Guineenses e Amigos  
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV  
    ◊ Gabinete de Apoio à Vítima de Faro  
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária – Unid. De Prev. Rodoviária  
    ◊ Núcleo de Estudos e Planeamento  
Bombeiros Voluntários de Faro  
Câmara Municipal de Faro  
    ◊ Projecto “FARO SOLIDÁRIO” – Oficina Domiciliária Gratuita

- ◇ Departamento de Acção Social, Educação Desporto e Juventude / Divisão de Acção Social/ Divisão de Educação
- ◇ Gabinete Municipal de Habitação
- ◇ Divisão de Ambiente Mobilidade e Trânsito
- ◇ Departamento de Cultura e Património / Divisão dos Núcleos Históricos / Comissão Arbitral Municipal
- ◇ Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Faro – CPCJ

Casa do Idoso do Meio Rural de Faro – CIMFARO II

Centro Distrital de Segurança Social de Faro – CDSS Faro

- ◇ Núcleo de Planeamento e Gestão da Informação – NPE
- ◇ Unidade de Protecção Social de Cidadania

Centro de Saúde de Faro

- ◇ Gabinete do Utente

Centro Social e Paroquial de S. Luís

Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Faro – PSP

Direcção Geral de Reinserção Social – Delegação Regional do Algarve

Direcção Regional de Educação do Algarve – DREALG

Directoria de Faro da Polícia Judiciária – PJ

Fundação António Silva Leal – FASL

Grupo Territorial de Faro da Guarda Nacional Republicana – GNR

Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP

- ◇ Centro de Emprego de Faro

Instituto Nacional de Estatística – INE

Junta de Freguesia de S. Pedro

Santa Casa da Misericórdia de Faro

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF

Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla – SPEM

Universidade do Algarve Para a Terceira Idade – UATI

## **ENTIDADES CONSULTADAS**

Administração Regional de Saúde do Algarve I.P.

Centro Distrital de Segurança Social de Faro

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Direcção Regional de Economia do Algarve

Direcção Regional de Educação do Algarve

Faculdade Economia Universidade do Algarve

Instituto de Emprego e Formação Profissional (Faro)

## Índice

Índice de Figuras .....	3
Índice de Quadros .....	4
Índice de Gráficos .....	7
Introdução .....	10
Metodologia .....	12
PARTE I. ANÁLISE SECTORIAL.....	14
I.1. Enquadramento Territorial, Estrutura Funcional e Mobilidades.....	15
I.2. Caracterização Sócio-Demográfica e Territorial do Concelho de Faro .....	25
I.3. Sistema de Educação .....	35
I.4. Emprego e Qualificações.....	46
I.5. Habitação .....	62
I.6. Sistema de Saúde .....	73
PARTE II. PROTECÇÃO SOCIAL .....	78
II.1. Prestações sociais .....	79
II.2. Rede de Acção Social.....	86
II.3. Rede de Voluntariado.....	90
II.4. Rede de Equipamentos e Serviços.....	93
1. INFÂNCIA E JUVENTUDE .....	94
1.1. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À 1ª INFÂNCIA.....	94
1.2. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À CRIANÇA E JOVEM COM DEFICIÊNCIA .....	101
1.3. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO ÀS CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO.....	104
2. POPULAÇÃO ADULTA .....	105
2.1. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À TERCEIRA IDADE .....	105
2.2. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À POPULAÇÃO ADULTA COM DEFICIÊNCIA .....	109
2.3. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA .....	111
2.4. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO A PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL OU PSIQUIÁTRICO.....	112
3. FAMÍLIA E COMUNIDADE .....	113
3.1. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À FAMÍLIA E COMUNIDADE.....	113
3.2. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À TOXICODEPENDÊNCIA E VIH... ..	116
3.3. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	118
3.4. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À PESSOA SEM-ABRIGO .....	119
PARTE III. DIMENSÕES DE PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO.....	120
III. 1. Grupos Sociais Prioritários .....	122
1. CRIANÇAS E JOVENS .....	122
2. IDOSOS.....	128
3. PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA MENTAL.....	132
4. IMIGRANTES.....	142
5. SEM-ABRIGO .....	152
6. COMUNIDADE CIGANA .....	156
III. 2. Problemáticas Emergentes.....	159
1. SAÚDE.....	159
1.1. COMPORTAMENTOS ADITIVOS .....	159
1.2. DIABETES E HÁBITOS ALIMENTARES.....	162
1.3. VIH/SIDA E OUTRAS DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS .....	166
2. SEGURANÇA.....	176
IV. Análise SWOT.....	190
PARTE V. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2008-2013 .....	192
EIXO 1. MELHORAR A QUALIDADE NAS MOBILIDADES CONCELHIAS .....	193
EIXO 2. AUMENTAR A OFERTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS .....	198

EIXO 3. QUALIFICAR AS PESSOAS E AS ORGANIZAÇÕES .....	213
EIXO 4. MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS .....	216
PARTE VI. PROPOSTA DE UM SISTEMA DE GOVERNANÇA LOCAL.....	223
ANEXO 1.....	227
ANEXO METODOLÓGICO .....	258

## **Índice de Figuras**

Figura 1. Divisão Administrativa do Concelho de Faro.....	15
Figura 2. Localização da cidade de Faro .....	16
Figura 3. Sistema Urbano Regional (Algarve) .....	17
Figura 4. Identificação dos principais pontos (corredores) de entrada na cidade de Faro.....	18
Figura 5. Localização Bairros Municipais.....	71
Figura 6. Intervenções Integradas.....	121
Figura 7. Eixos-Chave: Implementação e Mobilização dos principais agentes.....	151
Figura 8. Grupo de trabalho para a População Sem-Abrigo.....	156
Figura 9. Localização dos 5 núcleos de comunidade cigana.....	157
Figura 10. Proposta Sistema de Governança (Esquema) .....	226

## Índice de Quadros

Quadro 1. Acidentes com vitimas e índice de gravidade por Freguesia (GNR) .....	19
Quadro 2. População residente por principais lugares em cada freguesia (2001) ..	26
Quadro 3. Densidade Populacional por freguesia.....	27
Quadro 4. População segundo grandes grupos etários, em 2001 (concelho de Faro e suas freguesias).....	27
Quadro 5. Indicadores demográficos, 2006 (Portugal, Algarve e Faro).....	32
Quadro 6. Aproveitamento Escolar (média por ano) -1º Ciclo 2006-2007.....	39
Quadro 7. Aproveitamento Escolar (média por ano) – 2º e 3º Ciclo 2006-2007...	39
Quadro 8. Aproveitamento Escolar (média por ano) – Ensino Secundário 2006-2007 .....	39
Quadro 9. Salas, turmas, taxa de ocupação e tipo de horário, por escola do 1º CEB e freguesia (2007/2008) .....	40
Quadro 10. Salas, Turmas e Taxa de ocupação nos equipamentos de 2º e 3º ciclos (2007/2008) .....	41
Quadro 11. Salas, Turmas e Taxa de ocupação nos equipamentos de ensino secundário (2007/2008).....	41
Quadro 12. Estimativas da população escolar e variação – absoluta e relativa – de 2007 a 2013 .....	42
Quadro 13. Estrutura da Inactividade, em 1991 e 2001, na região, no concelho e suas freguesias.....	47
Quadro 14. Principal meio de vida da população residente .....	49
Quadro 15. Indicadores de performance das empresas.....	51
Quadro 16. Actividades económicas com maior capacidade de empregabilidade, segundo o nº de trabalhadores e % face ao total de trabalhadores empregados, no concelho e freguesias, em 2001.....	53
Quadro 17. População residente segundo o nível de ensino atingido em 2001 .....	60
Quadro 18. Pessoal em Funções no Centro Saúde de Faro e Rácio do pessoal por 1000 habitantes (2007) .....	73
Quadro 19. Complemento Solidário para Idosos, até Dezembro de 2007, nos concelhos da região.....	81
Quadro 20. Pensionistas por velhice, segundo o tipo de regime, no concelho e na região, em valor absoluto e % face à população com mais de 65 anos (2007) .....	82
Quadro 21. Pensionistas por invalidez, segundo o tipo de regime, no concelho e na região, em valor absoluto e % face à população total (2007).....	82
Quadro 22. Pensionistas por sobrevivência, segundo o tipo de regime, no concelho e na região, em valor absoluto e % face à população total (2007).....	82
Quadro 23. Beneficiários do RSI por freguesia, em Maio de 2008 .....	83
Quadro 24. Caracterização por freguesia e tipologia do agregado familiar.....	84
Quadro 25. Rede de Atendimentos DAS/CMF .....	88
Quadro 26. Atendimentos CLAI/CMF.....	88
Quadro 27. Taxa de Cobertura de Equipamento de Creche, 2007 .....	95
Quadro 28. Capacidade de Creche por Freguesia .....	96
Quadro 29. PARES 1ª e 2ª Fase Projectos Aprovados de Creche por Freguesia (CMF).....	97
Quadro 30. Capacidade Projectada Creche por Freguesia (CMF) .....	97
Quadro 31. Taxa de Cobertura Jardim-de-Infância / Pré-Escolar (CDSS) .....	98
Quadro 32. Capacidade de Jardim-de-Infância por Freguesia (CMF).....	98
Quadro 33. PARES 1ª Fase - Projectos Aprovados de Jardim-de-Infância por Freguesia (CMF).....	99
Quadro 34. Capacidade Projectada Jardim-de-Infância/Pré-Escolar por Freguesia (CMF).....	99
Quadro 35. Taxa de Cobertura Centro de Actividades de Tempos Livres (CDSS) .....	100
Quadro 36. Capacidade em Centro de Actividades de Tempos Livres por Freguesia (CMF).....	101

Quadro 37. Taxa de Cobertura Intervenção Precoce (CDSS) .....	102
Quadro 38. Taxa de Cobertura Lar de Apoio (CDSS) .....	103
Quadro 39. Taxa de Cobertura Centro de Acolhimento Temporário (CDSS) .....	104
Quadro 40. Taxa de Cobertura Lar de Infância e Juventude (CDSS) .....	105
Quadro 41. Taxa de Cobertura Centro de Convívio (CDSS) .....	106
Quadro 42. Taxa de Cobertura Centro de Dia (CDSS) .....	107
Quadro 43. Taxa de Cobertura Serviço de Apoio Domiciliário (CDSS) .....	107
Quadro 44. Taxa de Cobertura Lar de Idosos (CDSS) .....	109
Quadro 45. Taxa de Cobertura Centro de Actividades Ocupacionais (CDSS) .....	110
Quadro 46. Taxa de Cobertura Apoio Domiciliário Integrado (CDSS) .....	111
Quadro 47. População Residente com 65 ou mais anos por freguesia (variação entre 1991 e 2001) e índices de envelhecimento e de dependência de idosos .....	128
Quadro 48. População portadora de deficiência no total da população (em %) em Portugal, Algarve e Faro (2001) .....	132
Quadro 49. Atribuição de Ajudas Técnicas Dados CDSS de Faro – Concelho de Faro (2006/2007) por sexo .....	134
Quadro 50. Atribuição de Ajudas Técnicas Dados APPC – Concelho de Faro (2006/2007) por sexo .....	134
Quadro 51. População com doença mental no total da população (em %) em Portugal, Algarve e Faro (2001) .....	139
Quadro 52. Utentes/formandos residentes no concelho de Faro por valência no ano de 2006 .....	140
Quadro 53. Crianças acompanhadas por Nível de Escolaridade (2007) .....	141
Quadro 54. População estrangeira no total da população (em %) no Algarve e Faro (2001) .....	142
Quadro 55. Educandos integrados em estabelecimentos de educação do concelho de Faro, por nacionalidade (Ano lectivo 2007/2008) .....	146
Quadro 56. Interlocutores por escalão etário. CLAI de Faro (2007) .....	147
Quadro 57. Interlocutores por Nacionalidade. CLAI de Faro (2007) .....	149
Quadro 58. Inquérito Nacional em Meio Escolar (2001) .....	160
Quadro 59. Principais concelhos de residência dos utentes (n=361) .....	165
Quadro 60. Total de residentes no concelho de Faro inscritos na Equipa Técnica Especializada de Tratamento do Sotavento (ETET) por Freguesia .....	167
Quadro 61. Distribuição dos utentes inscritos de 1999 a 2004, segundo as Infecções B e C (ordenados segundo a proporção de Hep. C) .....	167
Quadro 62. Distribuição dos utentes inscritos de 1999 a 2004, segundo a Infecção VIH (ordenados segundo a proporção de VIH) .....	168
Quadro 63. IDT Algarve: Forma de administração da Droga principal na 1ª consulta em 2002-2004 (inclusive), ordenado segundo a proporção da via injectável .....	169
Quadro 64. Número de Atendimentos e Procedimentos Intermédios .....	170
Quadro 65. Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial. Frequência dos utentes por Sexo e Escalão Etário .....	171
Quadro 66. Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial Frequência dos utentes por Sexo e Habilitações Literárias .....	171
Quadro 67. Centro De Alojamento Temporário Frequência dos utentes por Sexo e Escalão Etário .....	172
Quadro 68. Centro De Alojamento Temporário Frequência dos utentes por Sexo e Habilitações Literárias .....	172
Quadro 69. Serviço De Apoio Domiciliário. Frequência dos utentes por Sexo e Escalão Etário .....	173
Quadro 70. Serviço De Apoio Domiciliário. Frequência dos utentes por Sexo e Habilitações Literárias .....	173
Quadro 71. Dados relativos às Equipas de Rua do MAPS (2007) .....	174
Quadro 72. Crimes Denunciados 2006/2007 (GNR) .....	177
Quadro 73. Tipologia de Crimes Denunciados por freguesia e ano 2006/2007 (GNR) .....	179

Quadro 74. Solicitações dos tribunais e da administração prisional no âmbito penal recebidas durante o ano de 2007 .....	182
Quadro 75. Solicitações dos tribunais no âmbito tutelar educativo recebidas durante o ano de 2007 .....	182
Quadro 76. Evolução situações acolhidas por habilitações literárias de 2005 a 2007 .....	186
Quadro 77. Evolução situações acolhidas por tempo de permanência de 2005 a 2007 .....	187
Quadro 78. Evolução situações acolhidas por motivos de saída de 2005 a 2007 .	187

## Índice de Gráficos

Gráfico 1. Evolução do número de acidentes e % de acidentes no concelho de Faro face ao total regional (2000 a 2006) .....	20
Gráfico 2. Evolução do índice de gravidade dos acidentes no concelho de Faro e na região do Algarve (2000 a 2006) .....	20
Gráfico 3. % de edifícios sem rampa em que o acesso não é possível, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001 .....	24
Gráfico 4. Evolução da população residente no concelho de Faro (2001-2006).....	25
Gráfico 5. Pirâmides etárias 1991-2001, na região, no concelho e suas freguesias	28
Gráfico 6. Taxa de variação da população, de 2001 a 2006 (Portugal, Região e Concelho) .....	31
Gráfico 7. População residente, segundo grupos etários, em 1991, 2001 e 2006, no concelho de Faro.....	32
Gráfico 8. Variação da População jovem, idosa e em idade activa entre 2001 e 2006 (Faro, Algarve e Portugal) .....	33
Gráfico 9. Evolução do Índice de envelhecimento, de 2001 a 2007 (Portugal, Algarve e Faro).....	33
Gráfico 10. Evolução do índice de dependência, de 2001 a 2006 (Portugal, Algarve, Faro) .....	34
Gráfico 11. Evolução do N.º de Alunos por níveis de ensino (2003 a 2008) .....	35
Gráfico 12. Evolução do n.º de alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico por freguesia (2003/2004 a 2007/2008).....	36
Gráfico 13. Evolução do n.º de alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico na Rede Pública e Privada (2003/2004 a 2007/2008) .....	36
Gráfico 14. Evolução do n.º de alunos do 2.º Ciclo do Ensino Básico na Rede Pública e Privada (2003/2004 a 2007/2008) .....	37
Gráfico 15. Evolução do n.º de alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico na Rede Pública e Privada (2003/2004 a 2007/2008) .....	37
Gráfico 16. Evolução do n.º de alunos do Ensino Secundário (2003/2004 a 2007/2008).....	38
Gráfico 17. Previsão da evolução das taxas de ocupação dos equipamentos escolares do 1º, 2º/3º ciclos e ensino secundário (de 2008 a 2013) .....	43
Gráfico 18. Previsão das necessidades de salas e de novas turmas a criar no 1º ciclo (de 2008 a 2013).....	44
Gráfico 19. Previsão das necessidades de salas e de novas turmas a criar nos 2º e 3º ciclos (de 2008 a 2013) .....	44
Gráfico 20. Previsão das necessidades de salas e de novas turmas a criar no ensino secundário (de 2008 a 2013) .....	45
Gráfico 21. Taxa de actividade geral e taxa de actividade feminina, em 1991 e 2001, na região, concelho e freguesias .....	47
Gráfico 22. % de População Empregada com um horário laboral inferior a 35 horas semanais, em 1991 e 2001, na região, no concelho e freguesias.....	48
Gráfico 23. Índice de Renovação da população em idade activa .....	50
Gráfico 24. Estabelecimentos do município de Faro segundo a CAE no ano de 2005 .....	51
Gráfico 25. População Residente Activa Empregada segundo o sector de actividade .....	52
Gráfico 26. Trabalhadores por conta de outrem ao serviço dos estabelecimentos do concelho segundo o sector de actividade .....	54
Gráfico 27. Ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem, no país, na região e nos concelhos da região, em 2000 e 2005 .....	55
Gráfico 28. Poder de compra concelho, no país, na região e nos concelhos da região, 2000 e 2005 .....	56
Gráfico 29. Evolução do nº de desempregados do concelho de Faro de Janeiro de 2004 a Junho de 2008 .....	57

Gráfico 30. Variação mensal e homóloga do desemprego em Junho de 2008 .....	58
Gráfico 31. Taxa de desemprego geral e feminino, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 1991 e 2001.....	59
Gráfico 32. Taxa de analfabetismo global e taxa de analfabetismo feminino, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001 .....	60
Gráfico 33. Estrutura de habilitações literárias dos trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos, no país, na região e nos concelhos da região, em 2005 .....	61
Gráfico 34. Alojamentos, Edifícios e variação, na região do Algarve e no concelho de Faro, em 2001.....	62
Gráfico 35. Alojamentos, Edifícios e variação, nas freguesias do concelho de Faro, em 2001.....	63
Gráfico 36. Regime de ocupação dos alojamentos, no concelho de Faro e suas freguesias, em 2001.....	64
Gráfico 37. Idade média dos edifícios, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001.....	64
Gráfico 38. Encargos médios mensais por compra de casa própria, renda média com habitação e % de alojamentos familiares com encargos por compra de casa, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001 .....	65
Gráfico 39. Média de divisões por alojamento, média de pavimentos e de alojamentos por edifício, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001 .	66
Gráfico 40. Densidade dos alojamentos e de edifícios, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001.....	66
Gráfico 41. Número médio de pessoas por alojamento e proporção de alojamentos sobrelotados, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001 .....	67
Gráfico 42. % de alojamentos de residência habitual, de uso sazonal e vagos, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001 .....	67
Gráfico 43. % de alojamentos precários, de alojamentos colectivos e de barracas, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001 .....	68
Gráfico 44. % de alojamentos sem electricidade, sem água canalizada e sem sistema de esgotos, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001 .....	69
Gráfico 45. % de edifícios sem recolha de resíduos sólidos urbanos, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001 .....	69
Gráfico 46. % de alojamentos com grandes e muito grandes necessidades de reparações de paredes e caixilharias exteriores, de cobertura e de estrutura, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001 .....	70
Gráfico 47. Número de Inscritos no C.S. Faro 2006/2007 (com médico e sem médico de família), % de utentes e de população sem médico de família.....	74
Gráfico 48. Taxa de variação do pessoal médico e de enfermagem, no país, região e concelho de Faro, de 2001 a 2005 .....	75
Gráfico 49. % de alunos beneficiários de SASE, por escalão e freguesia, no ano lectivo 2007/2008 .....	80
Gráfico 50. % de mulheres beneficiárias do RSI e % de beneficiários de RSI na população, em Maio de 2008, por freguesia e concelho.....	83
Gráfico 51. % de agregados familiares com benefício do RSI, em 2004 e 2007....	84
Gráfico 52. Transporte Municipal de Alunos. Ano lectivo 2007/2008.....	124
Gráfico 53. Caracterização Criança/Jovem em Risco por sexo (2007) .....	126
Gráfico 54. Imigrantes residentes a 31/12/07, no concelho de Faro, por nacionalidade .....	144
Gráfico 55. Ponderação dos Educandos Estrangeiros integrados em estabelecimentos de educação do concelho de Faro, por níveis de escolaridade (Ano lectivo 2007/2008).....	145
Gráfico 56. Interlocutores por motivo de procura dos serviços do CLAII de Faro (2007) .....	148
Gráfico 57. Diagnóstico de Consumos de Tabaco, Álcool e Drogas. Práticas e Representações dos Alunos das Escolas EB 2,3 do Concelho de Faro – Frequência de consumos .....	161
Gráfico 58. Distribuição de casos, por sexo (n=595) .....	164

Gráfico 59. Idade no diagnóstico (n=592) .....	164
Gráfico 60. DOENTES COM ANTECEDENTES (PAI, MÃE, AVÓS, TIOS E PRIMOS DIREITOS) DE DMT1 (N=478) .....	165
Gráfico 61. Evolução Residentes no concelho de Faro inscritos na Equipa Técnica Especializada de Tratamento do Sotavento ETET (2002-2006) .....	166
Gráfico 62. Número de seringas trocadas em farmácias + Equipas de Rua (MAPS) de 1999 a 2004 ordenado segundo o ratio nº seringas/população Residente .....	168
Gráfico 63. Dados relativos às Equipas de Rua por Escalão Etário e ano de intervenção (GATO).....	176
Gráfico 64. Dados relativos às Equipas de Rua por Sexo e Ano de Intervenção (GATO).....	176
Gráfico 65. Evolução Crimes Denunciados 2006/2007 .....	177
Gráfico 66. Crimes de maior relevância praticados no Concelho de Faro 2006/2007 (PJ) .....	179
Gráfico 67. Crimes de maior relevância praticados no Concelho de Faro por Freguesia Jan-Out 2006/2007 .....	181
Gráfico 68. Evolução situações acolhidas de 2005 a 2007 .....	186
Gráfico 69. Evolução situações acolhidas por escalão etário de 2005 a 2007 .....	186
Gráfico 70. Evolução situações acolhidas por proveniência (2005/2007) .....	187

## Introdução

O Programa Rede Social criado na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, impulsionou o trabalho de parceria alargada assente na planificação estratégica da intervenção social local.

Com o objectivo de contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social local, através da rede, é dinamizado todo um trabalho de envolvimento dos diversos actores sociais locais, de diferentes naturezas jurídicas e áreas de intervenção, mobilizando as competências e os recursos institucionais e das comunidades, e promovido “um planeamento integrado e sistemático, para garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais no concelho e freguesias”.

Para fazer face a esta necessidade, em 2001 foi realizado o Pré – Diagnóstico do Concelho de Faro (2001) que procurou esboçar a realidade do concelho através do levantamento de informação quantitativa e qualitativa em diferentes áreas, consideradas fundamentais, abordando não só as debilidades e as ameaças existentes mas também os seus pontos fortes e as suas potencialidades.

Posteriormente, em 2004, foi elaborado o Diagnóstico Social do Concelho de Faro, aprovado em Plenário a 07/04/04, que identificando as principais áreas de intervenção no concelho e realçando as necessidades prioritárias em cada uma delas, deu origem ao Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Faro (2004-2007), aprovado em Plenário a 28/10/04, no qual foram delineadas as principais linhas estratégicas de intervenção para colmatar as lacunas identificadas e promover o desenvolvimento social do concelho.

O Diagnóstico Social que se apresenta pretende ser uma ferramenta de trabalho dinâmica, participada e reconhecida por todos os parceiros locais como fundamental para a afirmação e desenvolvimento da rede social local. Incumbe ainda ao presente instrumento reforçar o papel da rede local a nível da rede nacional, nomeadamente, através da construção de outros instrumentos de planeamento que permitam a mais adequada fundamentação das decisões locais, nomeadamente, no que respeita à obrigatoriedade do pedido de parecer ao Conselho Local de Acção Social de Faro para projectos e equipamentos a desenvolver no concelho de Faro (Decreto-Lei n.º 115/06 de 14 de Junho alínea n) e alínea o), art. 28º).

O presente documento CARTA SOCIAL DO CONCELHO DE FARO foi elaborado pelos representantes das entidades que constituem o Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social de Faro, a saber: Câmara Municipal de Faro (coord.), Centro Distrital de Segurança Social de Faro, Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do concelho de Faro, Fundação António Silva Leal, Grupo de Ajuda a Toxicodependentes, Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais, Delegação Regional de Reinserção Social Movimento de Apoio à Problemática da Sida (entidade convidada) e Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (entidade convidada), com o apoio da Equipa Consultora *Associação In Loco* através da implementação de uma metodologia de formação-acção.

Todos os dados recolhidos presentes neste diagnóstico são o resultado da colaboração e contributo das 131 entidades envolvidas nos diversos fóruns e da respectiva informação remetida ao núcleo executivo até ao dia 4 de Junho de 2008, entre as quais serviços públicos, grupos comunitários e entidades com e sem fins lucrativos, realçando-se que actualmente integram oficialmente o CLASF 70 entidades.

O presente documento após compilado foi igualmente sujeito a apreciação por agentes sociais locais com poder local ao nível das diferentes áreas de coordenação do desenvolvimento concelhio (economia, educação, emprego, saúde, protecção social...), contributo sem o qual não seria possível a concretização deste instrumento.

Neste contexto, a Carta Social do Concelho de Faro é apresentada sistematizando, numa primeira parte, uma análise sectorial sobre as dinâmicas concelhias, onde são reflectidas as dimensões relativas ao desenvolvimento territorial, estrutura funcional e mobilidade, à estrutura demográfica seguida de uma breve caracterização do concelho no que concerne às principais grandes áreas de desenvolvimento social: Educação, Emprego e Qualificações; Habitação e Saúde.

Numa segunda parte, é elaborada uma caracterização territorial da área da acção social, nomeadamente no que respeita às dimensões da protecção social, a saber: prestações sociais, rede de acção social, rede de voluntariado e rede de equipamentos e serviços.

A terceira parte reflecte sobre as questões consideradas como prioritárias – seja ao nível dos grupos sobre os quais a intervenção futura deve incidir, seja no que se reporta às problemáticas de maior emergência.

Do referido instrumento, numa quarta parte, consta ainda uma análise do actual cenário e posicionamento estratégico (Análise SWOT).

A Carta Social do Concelho de Faro inclui ainda o desenho do Plano de Desenvolvimento Social 2008-2013, uma definição conjunta e negociada de eixos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social Local, que através da definição de acções estratégicas e decorrentes projectos estruturantes preconiza não só a produção de feitos correctivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de acções de animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Propõe-se ainda a estrutura organizativa e funcional que pode apoiar o trabalho futuro de implementação e monitorização do plano de desenvolvimento aqui proposto.

## Metodologia

O presente diagnóstico foi construído através do desenvolvimento de um processo de formação-acção, em metodologias de planeamento e avaliação, dirigido às entidades que integram o Conselho Local de Acção Social de Faro (CLASF).

Este processo é resultante de um convite dirigido pela Coordenação da Rede Social de Faro à *Associação In Loco*, ao abrigo do Financiamento do Projecto Guadiana III, Programa Interreg III A, com o objectivo de apoiar a produção de competências no domínio do planeamento e avaliação, por parte dos técnicos e dirigentes das entidades que integram o CLAS de Faro e orientar a realização dos diferentes instrumentos de planeamento previstos, nomeadamente, o Diagnóstico Social (DS), o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2008-2013, e o Plano de Acção 2008 do Concelho de Faro que integraram a Carta Social Local (CSL).

Em termos metodológicos refira-se que a formação-acção foi desenvolvida em três momentos/contextos:

1. *Formação em sala*, dirigido a dois grandes grupos: um formado pelos elementos que integram o **Núcleo Executivo** e outro pelas restantes **entidades que compõem o CLAS**. Foram realizadas 5 sessões para os membros do Núcleo Executivo, uma vez que competia a estes assegurar grande parte do trabalho previsto, e 1 sessão direccionada para as restantes entidades do CLAS, de forma a permitir o enquadramento necessário à sua participação no processo de elaboração dos instrumentos de planeamento previstos. Coube à *In Loco* assegurar toda a componente conceptual da formação, assim como dar as orientações necessárias para o trabalho de terreno. Seguindo a lógica da formação-acção, os momentos em sala foram intercalados com os restantes momentos de formação.
2. *Formação individual* em posto de trabalho, dirigido aos elementos que manifestaram necessidades formativas específicas, sobretudo ao nível do trabalho de coordenação e de terreno, no levantamento dos dados, na formulação de indicadores, no cruzamento de variáveis, etc.
3. *Trabalho de terreno*, tendo contemplado, sobretudo, o apoio da *In Loco* à recolha e ao tratamento de dados por parte dos formandos, assim como a moderação dos 6 fóruns sociais locais: Santa Bárbara de Nexe (31/10/07), Estoi (07/11/07), Conceição de Faro (19/11/07), Sé (26/11/07), Montenegro (12/11/07), S. Pedro (19/02/08) e Praia de Faro (29/04/08); e moderação dos 2 mini-fóruns temáticos: "Famílias com pessoas dependentes a cargo" (09/01/08) e "Imigração" (17/03/08) e do fórum de entidades - Plenário (18/10/07).

A abordagem adoptada na elaboração do presente instrumento de planeamento assentou numa perspectiva territorial dos problemas, dos recursos existentes e dos projectos a desenvolver. Esta perspectiva não excluiu todavia um enfoque de ordem temática ou sectorial, que sempre que justificou foi igualmente contemplado.

Do ponto de vista da formação e do processo de planeamento, a abordagem territorial implicou que o levantamento dos dados para o Diagnóstico Social e Carta de Equipamentos e Serviços fosse efectuado na dupla perspectiva das Freguesias e do Concelho, dado o entendimento de que a territorialização dos problemas e dos recursos melhor informaria o processo de elaboração do PDS.

Esta abordagem implicou ainda um olhar específico sobre outras unidades territoriais do Concelho, sobre as quais existe um conhecimento prévio, ainda que pouco consolidado, relativo à concentração de problemas e de riscos de pobreza e exclusão social. A este nível mereceu destaque a ilha de Faro.

O trabalho assegurado pela equipa de formação de acordo com esta proposta contratualizada, consistiu em:

- Orientar pedagogicamente a formação;
- Conduzir a formação em sala e a formação individual;
- Garantir a moderação dos fóruns sociais locais e os fóruns de entidades;
- Preparar a documentação a distribuir aos formandos;
- Definir um cronograma da formação, com a máxima participação possível dos formandos;
- Auxiliar os formandos sempre que sejam solicitados no âmbito do processo formativo e da concepção dos diferentes instrumentos de planeamento;
- Assegurar o dossier técnico-pedagógico da formação;
- Assegurar a avaliação participativa da formação.

À Coordenação da Rede Social competiu:

- Convocar atempadamente os formandos para as sessões de formação agendadas;
- Reproduzir a documentação preparada pela *In Loco* para que seja distribuída aos formandos, assim como aos participantes nos diferentes fóruns;
- Assegurar o trabalho logístico necessário à organização dos fóruns;
- Convocar os diferentes actores locais para participarem nos fóruns;
- Assegurar a sala de formação e os materiais necessários para a realização da formação (quadro, canetas, data show, computador, etc.);
- Solicitar a informação quantitativa necessária e compilar os dados recolhidos.

Paralelamente e uma vez que ao Núcleo Executivo do CLASF competia assegurar grande parte do trabalho previsto (recolha, tratamento e compilação dos dados), foram reunidos pequenos sub-grupos, num total de 21 sessões de trabalho, que trabalharam independentes uns dos outros a informação recolhida, capítulo a capítulo, e que no final devolveram o trabalho efectuado ao grupo.

O cronograma proposto no Fórum de Entidades de reunião do Núcleo Executivo do dia 18 de Outubro de 2007, pela Coordenação da Rede Social sofreu ligeiras alterações que por questões de agenda dos diferentes intervenientes levou a que o processo formativo previsto iniciar em Setembro de 2007 e terminar em Março de 2008, tivesse início em Outubro de 2007 e término em Junho de 2008.

## **PARTE I. ANÁLISE SETORIAL**

## I.1. Enquadramento Territorial, Estrutura Funcional e Mobilidades

O concelho de Faro situa-se a Sul na zona central da Região do Algarve (NUTS II Algarve), junto ao litoral. Numa região contornada a Sul e a Oeste pelo Oceano Atlântico, o concelho de Faro tem como principais concelhos vizinhos a Norte S. Brás de Alportel, a Oeste Loulé, a Este Olhão e a Sul a Ria Formosa. É atravessado por um troço da Via do Infante (A22) e pela Estrada Nacional 125.

Com uma área de 201,9 km<sup>2</sup>, aproximadamente 4% da área total da região do Algarve tem uma população residente de 58.664 habitantes<sup>1</sup>, 14% da população residente no Algarve.

Este concelho agrega 6 freguesias e 63 lugares. S. Pedro (Faro), Sé (Faro) e Montenegro são consideradas áreas predominantemente urbanas; Santa Bárbara de Nexe e Conceição de Faro são áreas medianamente urbanas e só Estoi se enquadra como área predominantemente rural<sup>2</sup>.

**Figura 1. Divisão Administrativa do Concelho de Faro**



**Fonte:**  
INE Censos 2001

Faro, capital de distrito, constitui-se como um pólo captador de gentes e serviços. Não obstante de Faro, pela fisiografia do seu território, se constituir como território de passantes do/para o barlavento, e do/para o sotavento, o aumento da população residente nas várias freguesias, acentua os fluxos de mobilidade, tanto para o centro e no interior da cidade como para o exterior e no interior dos pólos urbanos localizados no exterior do concelho. Assiste-se, portanto, à conseqüente sobrecarga de vias, sendo possível assinalar zonas críticas de congestionamento de trânsito e sinistralidade, situadas nos principais corredores de entrada na cidade de Faro, em especial nas horas de ponta.

<sup>1</sup> Fonte: INE. Anuário Estatístico 2006.

<sup>2</sup> Ver tipologia das áreas urbanas do INE.

**Figura 2. Localização da cidade de Faro**



**Fonte:**  
Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho de Faro  
(2008).  
CCDR Alg

***Pólo urbano com características de centralidade funcional ao nível da região***

Faro enquanto capital de distrito concentra funções estruturantes na organização do quotidiano de populações que residem no e para além do seu limite administrativo.

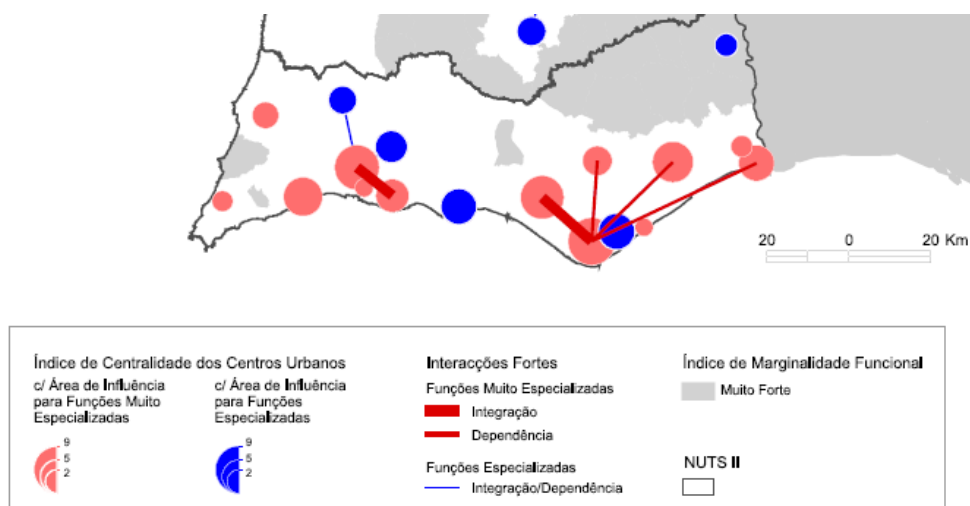
Para o desenho de uma estratégia concelhia de desenvolvimento social concertada devem ser consideradas as dinâmicas socioeconómicas, ambientais e culturais dos concelhos limítrofes, nomeadamente, Loulé, S. Brás de Alportel, Olhão.

Em 2004, o INE produziu um estudo nacional sobre o "Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional", que caracteriza a capacidade de oferta de um variado leque de serviços e equipamentos à população e onde é estabelecida uma hierarquia de centros urbanos que depende do número e tipo de funções aí disponíveis.

Estes centros urbanos encontram-se organizados em redes mais ou menos complexas, que se traduzem em relações de dependência (ou integração) e produzem implicações na mobilidade das populações entre centros, com o objectivo de adquirir/usufruir de bens e serviços. Tais relações, "induzidas por funções muito especializadas" e "funções muito especializadas e funções especializadas", permitiram identificar subsistemas urbanos.

Face à sua função central denota-se uma grande dependência dos concelhos vizinhos, face ao concelho de Faro, de um conjunto de funções que são asseguradas pelo centro urbano, nomeadamente funções muito especializadas.

**Figura 3. Sistema Urbano Regional (Algarve)**



**Fonte:**

INE (2004) Sistema Urbano: Áreas de Influência e Marginalidade Funcional.

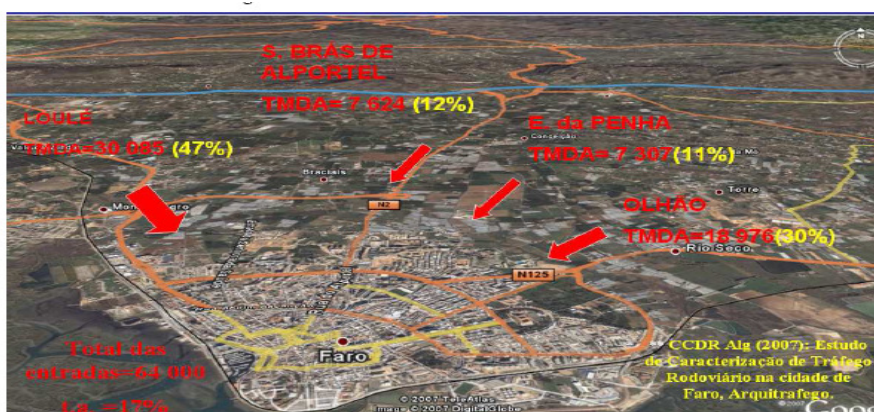
***As entradas da cidade – zonas críticas de mobilidade e de sinistralidade***

Uma das áreas problemáticas do concelho de Faro reporta-se à acessibilidade à Cidade e condições de mobilidade, destacando-se alguns dos problemas para as populações aí residentes: congestionamento do tráfego, sinistralidade e fragilidades nas condições de mobilidade (intra e inter concelhias).

De acordo com o Plano de Mobilidade Sustentável de Faro (2008) contam-se quatro portas principais para o acesso a Faro: Olhão, Penha, S. Brás e Loulé, que servem os movimentos inter-concelhios da população activa de Faro, neste caso em direcção aos referidos concelhos e zonas limítrofes, representativos de 7,3% do total da população activa de Faro. A maior parte prefere deslocar-se de automóvel (58%) já que os horários dos transportes colectivos não coincidem com os horários dos seus empregos, das escolas ou de outros serviços que procuram, não sendo algumas das zonas da cidade servidas por transportes públicos, ou por ligações directas dos mesmos, tornando-se necessário fazer transbordos.

Saliente que segundo o Estudo de Caracterização de Tráfego Rodoviário, elaborado pela CCDRALG (2007) a porta mais utilizada é a de Loulé, seguindo-se a de Olhão com 30% do tráfego, a da EN 2 com 12% e a da Penha com 11%.

**Figura 4. Identificação dos principais pontos (corredores) de entrada na cidade de Faro**



**Fonte:**

Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho de Faro (2008).  
CCDR Alg. (2007); Estudo de Caracterização de Tráfego Rodoviário  
Google Earth

No que respeita à Sinistralidade, saliente-se que a maior parte dos acidentes com vítimas e com maior índice de gravidade se localiza fora da localidade. Segundo os dados da Guarda Nacional Republicana aproximadamente 53,07% dos acidentes com vítimas ocorrem fora das localidades e apenas 46,93% dentro das localidades. Refira-se que o índice de gravidade registado é igualmente superior fora das localidades, conforme quadro que se apresenta<sup>3</sup>.

Ainda relativamente ao índice de gravidade, refira-se que, no que respeita ao concelho de Faro, o tipo de via que apresenta o maior índice de gravidade são as Estradas Nacionais, nomeadamente, no caso de Faro a EN 125 (Freguesias da S. Pedro, Sé e Montenegro) e a EN 2 (Conceição de Faro), com um índice de gravidade de 4.6. Estas são, em paralelo, as principais entradas de Faro, como referido anteriormente. Seguem-se as Estradas Municipais (EM) com um índice de 2.9 (Freguesia da Conceição de Faro, com a EM 519-1 e 519-2; a EM2004 e a EM 2010; a Freguesia de Estoi, com a EM 516, a EM 520-1, EM 520-2 e EM2023; a Freguesia da Sé com a EM 518 e a EM 2022 e a Freguesia de S. Pedro com a EM 518).

No que respeita à representatividade dos acidentes com vítimas e respectivo índice de gravidade por freguesia, saliente-se que, a Freguesia da Sé e a Freguesia de S. Pedro apresentam o maior número de acidentes com vitimas, a saber, a Freguesia da Sé com 30,74% e a Freguesia de S. Pedro com 29,77% dos acidentes registados.

A Freguesia de Estoi apresenta 14,24% dos registos e a Freguesia da Conceição de Faro 11,33%, seguidos da Freguesia de Montenegro com 9,06% e da Freguesia de Santa Bárbara de Nexe com 4,85%.

A freguesia que apresenta um maior índice de gravidade é a Freguesia de S. Pedro com um índice de 4.3, seguido da Freguesia da Conceição de Faro com um índice de gravidade de 2.9. Foi mencionada em relação à Freguesia de S. Pedro, a existência de muitos pontos de congestionamento de trânsito, sendo referenciada

<sup>3</sup> Vide Anexo Quadro A1.

como mais preocupante em termos de congestionamento e sinistralidade a situação que se verifica nas zonas de Mar e Guerra, Patação e Arneiro, nomeadamente, nas horas de ponta (Entrada de Loulé).

Não podemos deixar de referir que são as freguesias da Conceição e de Estoi aquelas que apresentam um maior número de vítimas de acidentes por 100 habitantes – uma média de 1,2 no primeiro caso e de 1,8 no segundo.

**Quadro 1. Acidentes com vítimas e índice de gravidade por Freguesia (GNR)**

	Acidentes com vítimas		Vítimas Mortais	Feridos Graves	Feridos Leves	Total de Vítimas	Índice de Gravidade
	N	%					
Conceição de Faro	35	11,33%	1	8	37	46	2.9
Estoi	44	14,24%	0	9	53	62	0.0
Faro (S. Pedro)	92	29,77%	4	12	104	120	4.3
Faro (Sé)	95	30,74%	2	6	103	111	2.1
Montenegro	28	9,06%	0	1	42	43	0.0
Sta. Bárbara de Nexe	15	4,85%	0	1	21	22	0.0
<b>Total</b>	<b>309</b>	<b>100,00%</b>	<b>7</b>	<b>37</b>	<b>360</b>	<b>404</b>	<b>2.3</b>

**Fonte:**

GNR. Unidade de Prevenção Rodoviária.  
Núcleo de Estudos e Planeamento  
Acidentes e Vítimas 01/01/05 a 31/01/06

Todos estes dados apontam para a necessidade de promoção de campanhas/acções de sensibilização no âmbito da Prevenção Rodoviária, nomeadamente, porque continuam a constituir-se como os principais lesados, as vítimas por acidente (condutores/acompanhantes) de automóveis ligeiros (52,03%) e os peões (15,99%)<sup>4</sup>.

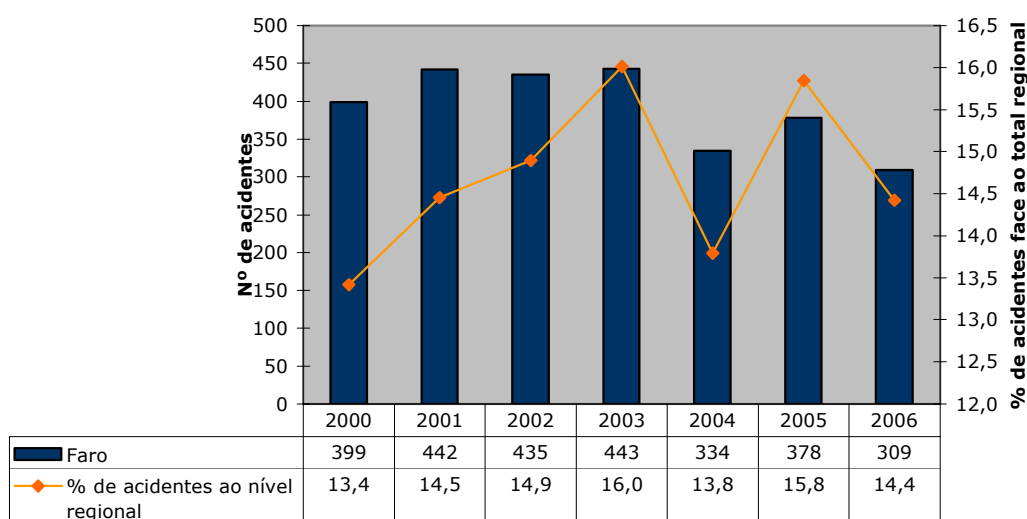
No que respeita ao escalão etário da vítima, saliente-se que, os jovens adultos com idades compreendidas entre os 20 e os 34 anos são as principais vítimas dos acidentes<sup>5</sup>.

De relevar, no entanto, que se tem registado uma tendência de estabilização do número de acidentes no concelho, tendo sido o ano de 2006 aquele em que identificou um menor valor desde 2000. O concelho representa, apesar disso, uma representação importante dos acidentes com vítimas face ao total regional – em 2000, apresentava 13,4% dos acidentes registados no Algarve, tendo-se elevado para 14,4% em 2006.

<sup>4</sup> Vide Anexo Quadro A2

<sup>5</sup> Vide Anexo Quadro A3.

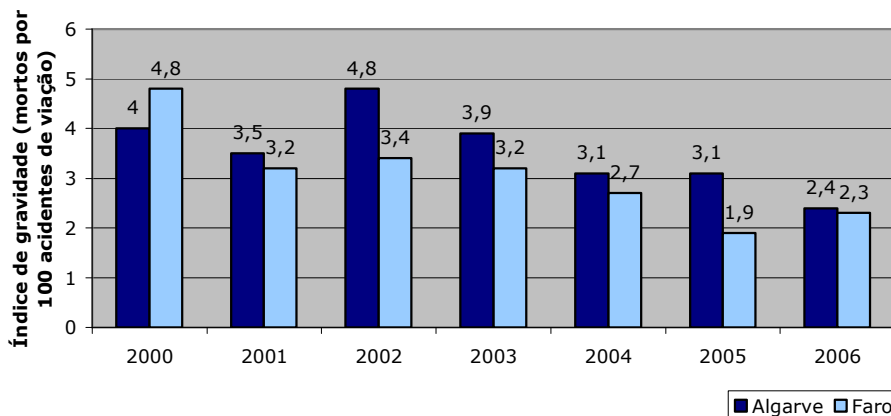
**Gráfico 1. Evolução do número de acidentes e % de acidentes no concelho de Faro face ao total regional (2000 a 2006)**



**Fonte:**  
Anuários Estatísticos. Cálculos próprios do indicador.

Apesar desta representação importante dos acidentes do concelho face à realidade regional, conclui-se que a gravidade dos acidentes é menor em Faro face à média regional. Desde 2001 que tal situação se verifica, sendo que em 2000 o número de mortos por 100 acidentes com vítimas era de cerca de 5, baixando para cerca de 2 em 2006.

**Gráfico 2. Evolução do índice de gravidade dos acidentes no concelho de Faro e na região do Algarve (2000 a 2006)**



**Fonte:**  
Anuários Estatísticos.

***Uma rede de transportes débil que incita à utilização de veículo próprio nas deslocações quotidianas***

Para além dos problemas de congestionamento e de sinistralidade, há a referir o longo tempo dos percursos, foi referenciado que os transportes colectivos,

nomeadamente os autocarros, nem sempre são directos fazendo vários desvios e muitas paragens por vezes mais demoradas do que o desejável ou previsto. Por outro lado, os veículos não se encontram adaptados a pessoas com mobilidade reduzida como os idosos e mães com cadeiras de bebé e aos demais passageiros com limitações físicas que se deparam com sérias dificuldades para subir e descer dos veículos atrasando os tempos de paragem.

A oferta de serviços urbanos da cidade de Faro concretiza-se através de dois tipos de carreiras (exploradas pela EVA Transportes).

Destacam-se as carreiras urbanas que asseguram a deslocação através de viaturas de lotação elevada (80 lugares), com vocação essencialmente sub-urbana dado que saem do perímetro urbano e servem as zonas limítrofes<sup>6</sup>. Uma das fragilidades que se evidencia, desde logo, respeita ao horário de funcionamento desta rede. Só a ligação Faro-Quarteira funciona num período de 13h30m. Nenhuma carreira funciona depois das 20h.

Os Mini-Bus (com uma lotação na ordem dos 20 lugares) constituem-se como um 2º tipo de carreira, cujos percursos se concentram actualmente, no interior do perímetro urbano da cidade e cujos traçados cobrem os principais bairros da cidade, (quer os mais interiores, quer os mais periféricos), promovendo igualmente a acessibilidade aos principais locais de interesse público da cidade tais como: escolas, serviços de saúde e locais de lazer com procura representativa.

Em relação ao horário dos comboios verifica-se uma situação idêntica, agravada pelo facto de muitas das estações se localizarem em zonas afastadas dos centros urbanos e sem ligações para os mesmos (casos de Loulé, Albufeira e Silves).

A Freguesia do Montenegro, a mais recente do Concelho de Faro e limítrofe à grande área urbana, não registou um conveniente acompanhamento do aumento da rede de transportes nem a criação de carreiras, face ao elevado crescimento populacional registado nos últimos anos.

Outra das dificuldades, relativa a toda a população do concelho, não só às freguesias urbanas, mas também às de interior como Estoi, Santa Bárbara de Nexe e Conceição de Faro, consiste no facto de os horários dos transportes públicos colectivos, principalmente autocarros, não acompanharem as necessidades resultantes do aumento da população em idade activa e em idade escolar, já que alguns datam de 2003.

Todas as condicionantes dos transportes, associadas aos elevados custos dos títulos, têm conduzido a uma maior propensão para o uso de veículo próprio nas deslocações quotidianas.

Para minimizar estes problemas, alguns actores locais proporcionam soluções complementares, a saber:

- Transporte de pessoas sem suporte familiar – Junta de Freguesia da Conceição de Faro;
- Deslocação de utentes para aquisição de bens e acesso a serviços – CIMFARO (Casa do Idoso do Meio Rural);
- Transporte de crianças e jovens estudantes das zonas rurais – Câmara Municipal de Faro.

---

<sup>6</sup> Vide Anexo Quadro A5.

Apesar disso, estas soluções são ainda consideradas como insuficientes dado não responderem às necessidades de toda a população.

Estas situações são agravadas pelo isolamento geográfico devido à dispersão do território, à tipologia de vias (vias estreitas e algumas bastante antigas de rodagem em baixa velocidade), à sinalética deficitária e inexistência de mapas com referências exaustivas aos lugares e reconhecidos por todas as entidades competentes, nomeadamente, no que se refere à salientada dificuldade de acesso às muitas habitações e sítios isolados, que para além das deslocações individuais ainda limitam as de carácter policial e de emergência médica.

### ***Uma transformação estruturante nos movimentos pendulares***

Para além das fragilidades apontadas ao nível da rede de transportes, deve referir-se que o concelho revela alterações significativas nas mobilidades quotidianas dos seus residentes. Na verdade, verifica-se o acentuar das deslocações, para trabalho ou estudo, para fora das freguesias de residência e mesmo do concelho.

Refiram-se alguns indicadores exemplificativos desta realidade<sup>7</sup>:

- Menos de 35% das populações das freguesias de Estoi, Conceição e de Santa Bárbara de Nexe trabalham na freguesia onde residem. Só a freguesia da Sé tinha, em 2001, mais de 60% da sua população residente a trabalhar dentro da própria freguesia;
- Mais de 50% da população residente nas freguesias de Estoi e da Conceição têm de se deslocar para outra freguesia do concelho a fim de garantir as suas actividades de trabalho ou estudo;
- Mais de 20% da população da freguesia de Santa Bárbara de Nexe trabalha ou estuda fora do concelho. No entanto, em termos absolutos cresceu em 47% a população a trabalhar ou estudar dentro da freguesia;
- Em todas as freguesias do concelho diminui a percentagem de população a trabalhar ou estudar dentro da freguesia de residência, aumentando as deslocações para outra freguesia do concelho e para outros concelhos. De 1991 para 2001 subiu em 91% a população que trabalha fora do concelho.

Não havendo uma rede de transportes que se adapte a uma realidade em mudança, certo é que o uso de veículo próprio para o assegurar dessas deslocações, mais do que necessário torna-se inevitável.

Vejam-se as mudanças significativas na estrutura dos meios de deslocação utilizados para os movimentos pendulares<sup>8</sup>:

- O uso do automóvel ligeiro praticamente duplicou no último período intercensitário;
- É nas freguesias do interior do concelho que a utilização do autocarro como veículo de transporte ultrapassa os 10% da sua população. O uso de outros transportes colectivos, nomeadamente, o comboio, é praticamente residual;
- É na freguesia do Montenegro que se regista mais de 50% da sua população a utilizar meio de transporte próprio, o que se justificará pelas debilidades na rede de transportes, previamente assinalada;
- Em todas as freguesias diminui a utilização de motociclo e bicicleta assim como o andar a pé nas deslocações para trabalho ou estudo. Só nas freguesias da cidade é que a população que anda a pé ultrapassa os 30% dos residentes – o que se justificará pela proximidade de residência aos locais de trabalho.

---

<sup>7</sup> Vide Anexo Gráficos A1 e A2.

<sup>8</sup> Vide Anexo Gráficos A3 e A4.

Todas estas mudanças no perfil das mobilidades da população residente no concelho apelam a uma reestruturação da rede de transportes, assim como a uma mudança nos meios de deslocação.

### ***Existência de barreiras arquitectónicas e condicionantes à mobilidade das pessoas***

Patente no 1º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2006-2009) a uma classificação assente nas consequências da doença, onde a incapacidade era vista como um estado de pessoa causado por doença, deficiência ou outra condição de saúde, sucede a concepção de um novo sistema de classificação multidimensional e interactivo (biopsicossocial). Este sistema de classificação, interpreta as características da pessoa, nomeadamente, as suas estruturas e funções do corpo (incluindo as funções psicológicas), inclui a interacção pessoa-meio ambiente (actividades e participação) e pondera as características do meio físico e social (factores contextuais – pessoas).

A introdução da classificação dos factores ambientais assume um papel relevante, na medida em que reconhece a influência do meio ambiente como elemento facilitador ou como barreira, no desenvolvimento, funcionalidade e participação da pessoa com incapacidade.

Como implicação, em termos de políticas, são nesse sentido privilegiadas as acções e intervenções direccionadas para a promoção de meios acessíveis e geradores de competências, atitudes sociais e políticas positivas, que conduzam a oportunidades de participação e a interacções positivas pessoa-meio, afastando-se assim, da perspectiva estritamente reabilitativa e de tratamento da pessoa.

Segundo o Decreto-Lei n.º 163/06 de 8 de Agosto “ do conjunto das pessoas com necessidades especiais fazem parte **pessoas com mobilidade condicionada**, isto é, pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas cegas ou surdas, e ainda aquelas que em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos.”

Um dos problemas estruturantes do concelho de Faro, como mencionado anteriormente é exactamente a “existência de barreiras arquitectónicas”.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2007 salienta que “a existência de barreiras no acesso ao meio físico edificado e às tecnologias da informação e das comunicações, representam um grave atentado à qualidade de vida dos cidadãos com mobilidade condicionada ou com dificuldades sensoriais, pelo que a respectiva eliminação contribuirá decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de diversos segmentos populacionais e, conseqüentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade entre os indivíduos num estado social de direito.”

No Estudo “Dificuldades sentidas pelos peões em Faro, em particular pela população com deficiência visual” (Faro, Junho de 2007) enquadrado segundo o Decreto-Lei n.º 163/06 de 8 de Agosto foram identificados as seguintes condicionantes à mobilidade:

- a. Ausência de um canal de circulação livre com dimensões adequadas
- b. Estacionamento nos passeios e os meios usados para evitar os mesmos
- c. Passagem de peões com sinalização insuficiente
- d. Obras mal sinalizadas

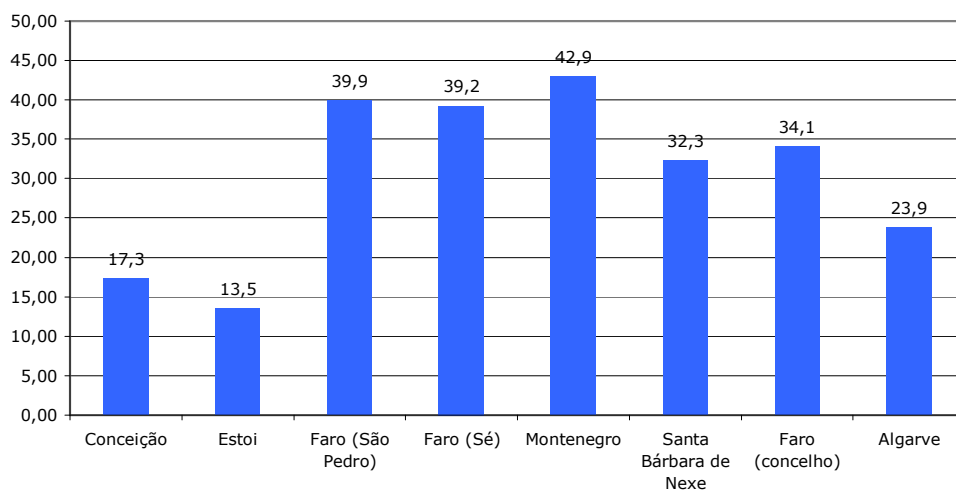
- e. Mau estado dos passeios
- f. Fezes de animais

São várias as consequências associadas às dificuldades identificadas, designadamente a largura do passeio, a largura e a altura livre de obstruções, o alinhamento e localização do mobiliário urbano, tendo como consequência o prejuízo na trajectória de circulação de todos os peões, que se vêem obrigados a contornar os obstáculos com se deparam e a entrar em plena faixa de rodagem.

O alinhamento do mobiliário urbano e a colocação ponderada dos seus elementos, é de extrema importância para a criação de um canal de circulação amplo, segundo este mesmo estudo. Por exemplo, a pessoa cega ou com baixa visão, tem imensas dificuldades em detectar uma paragem de autocarro, excepto se o abrigo ocupar a maior parte do passeio. Assim como a inexistência de sinalização adequada, quando uma obra ocupa um passeio ou quando existem buracos abertos sem protecção.

Os dados do último Recenseamento da população eram bastante elucidativos das fragilidades do concelho no que respeita às condições de acesso das pessoas com mobilidade reduzida aos edifícios. Assim, verificava-se que, no concelho, 34,1% dos edifícios não tinham rampa, assim como não eram de todo acessíveis, face aos 23,9% registados na região. São as freguesias urbanas as que apresentam indicadores mais problemáticos, destacando-se o caso de Montenegro, que, apesar de ser uma freguesia que tem vindo a crescer nos anos mais recentes, a construção dos edifícios não tem acompanhado as novas tendências (quer legislativas, quer sociais). Paradoxalmente, nesta freguesia 42% dos edifícios não têm rampa e não há acessibilidade ao edifício. A freguesia de Estoi revelava-se como o território onde este problema menos se faz sentir em todo o concelho – 13,5% do total dos alojamentos era totalmente inacessível a pessoas com mobilidade reduzida.

**Gráfico 3. % de edifícios sem rampa em que o acesso não é possível, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001**



Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

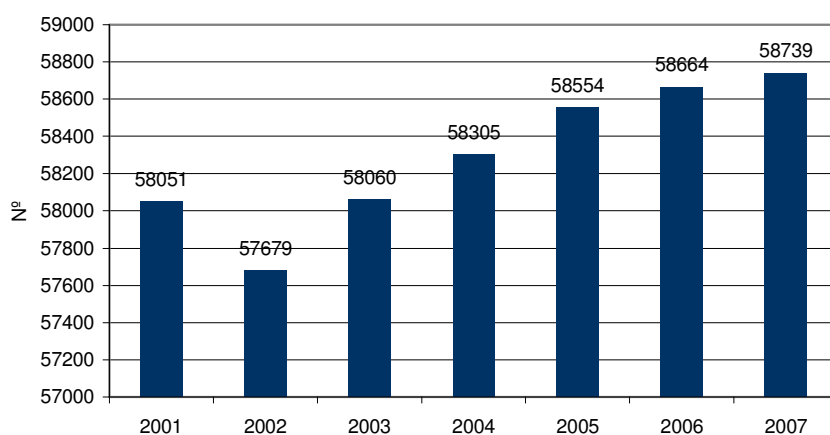
## I.2. Caracterização Sócio-Demográfica e Territorial do Concelho de Faro

### **Uma ocupação do solo com vários rostos**

De acordo com os Censos de 2001, o concelho Faro apresenta uma densidade populacional de 290,1 hab/Km<sup>2</sup>, tendo à data uma população residente de 58.051 habitantes, que no que concerne à sua distribuição por freguesia se situa nos 28.546 habitantes na freguesia da Sé; 12.761 na freguesia de S. Pedro; 5.336 habitantes na freguesia de Montenegro; 4.119 na freguesia de Santa Bárbara de Nexe, 3.751 habitantes na freguesia da Conceição de Faro e 3.538 residentes na freguesia de Estoi.

Os dados mais recentes das estimativas populacionais apontam para uma população residente de 58.739 habitantes. Embora tal signifique que Faro continua a crescer, esse aumento populacional é muito mais modesto do que aquele registado no anterior período intercensitário. De 2001 a 2007, registou-se um crescimento médio anual de cerca de 0,2%, quando de 1991 para 2001, esse crescimento era superior a 1% ao ano.

**Gráfico 4. Evolução da população residente no concelho de Faro (2001-2006)**



Fonte: INE - Censos e Anuários Estatísticos

O território é marcado por disparidades na ocupação do espaço, que se reflectem numa maior densificação populacional na zona sul do concelho. A título de exemplo, refira-se que, em 2001, Estoi apresentava uma densidade populacional de 76 hab./km<sup>2</sup>, quando na freguesia de S. Pedro esse indicador se elevava para 1162 hab./km<sup>29</sup>.

A análise da distribuição da população pelos vários lugares no concelho evidencia realidades igualmente distintas. Assim, a população varia de 14 habitantes na Ilha do Farol até ao núcleo central da cidade de Faro que alberga cerca de 60% da população concelha.

Ao nível intra-freguesia também se destacam desigualdades no perfil de ocupação do espaço. Na freguesia da Conceição não se registava, em 2001, nenhum lugar com população superior a 500 habitantes. Em Estoi, só a aldeia sede de freguesia ultrapassava os 1.000 habitantes, quando nos restantes lugares a população era inferior a 250 habitantes. As freguesias da Sé e de S. Pedro são aquelas que apresentavam

<sup>9</sup> Vide Quadro 2.

maiores disparidades na ocupação do espaço, detendo os lugares centrais do concelho, apresentando, em simultâneo, outros lugares pouco densificados. Na freguesia da Sé destacam-se as Ilhas de Hangares e de Farol com núcleos populacionais inferiores a 20 habitantes. Apenas a Ilha de Faro se destaca, na freguesia de Montenegro, como o lugar com menor população – cerca de 200 habitantes. Por fim, Santa Bárbara de Nexe caracteriza-se por uma dispersão da população no espaço sem que se destaque uma densificação de maior em cada um dos lugares da freguesia.

**Quadro 2. População residente por principais lugares em cada freguesia (2001)<sup>10</sup>**

Lugar	População	% freguesia	% Concelho
Chelote	473	12,6	0,8
Conceição (Igreja)	276	7,4	0,5
Outros lugares	3002	80,0	5,2
<b>Total Conceição</b>	<b>3751</b>	<b>100</b>	<b>6,5</b>
Estoi	1156	32,7	2,0
Outros lugares	2382	67,3	4,1
<b>Total Estoi</b>	<b>3538</b>	<b>100,0</b>	<b>6,1</b>
Arneiro	379	3,0	0,7
Braciais	291	2,3	0,5
Faro	10178	79,8	17,5
Mar e Guerra	488	3,8	0,8
Patação	780	6,1	1,3
Pontes de Marchil	288	2,3	0,5
Outros lugares	357	2,8	0,6
<b>Total Faro (São Pedro)</b>	<b>12761</b>	<b>100,0</b>	<b>22,0</b>
Faro	26646	93,3	45,9
Ilha da Culatra	608	2,1	1,0
Ilha de Hangares	19	0,1	0,0
Ilha do Farol	14	0,0	0,0
Virgílios	353	1,2	0,6
Outros lugares	906	3,2	1,6
<b>Total Faro (Sé)</b>	<b>28546</b>	<b>100,0</b>	<b>49,2</b>
Gambelas	1401	26,3	2,4
Montenegro	3487	65,3	6,0
Praia de Faro	207	3,9	0,4
Outros lugares	241	4,5	0,4
<b>Total Montenegro</b>	<b>5336</b>	<b>100,0</b>	<b>9,2</b>
Bordeira	593	14,4	1,0
Canal	284	6,9	0,5
Charneca	316	7,7	0,5
Falfosa	462	11,2	0,8
Gorjães	343	8,3	0,6
Santa Bárbara de Nexe - Igreja	392	9,5	0,7
Outros lugares	1729	42,0	3,0
<b>Total Santa Bárbara de Nexe</b>	<b>4119</b>	<b>100,0</b>	<b>7,1</b>
<b>TOTAL FARO</b>	<b>58051</b>		

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística – Portugal. Censos 2001.  
Tratamento dos dados – Equipa In Loco

Se todo o concelho revelou um crescimento importante da sua população de 1991 a 2001 (cerca de 14%), certo é que o comportamento demográfico nas diferentes freguesias foi muito diferenciado. As grandes disparidades na variação da população intercensitária face à média concelhia revelam-se nas freguesias de Santa Bárbara de Nexe, Conceição e Montenegro. A primeira revelou uma perda de 5% da sua população, quando a segunda apresentou um crescimento muito tímido (2,4%). O grande contributo para o aumento registado em Faro dá-se na freguesia de Montenegro que vê mais que duplicada a sua população (um aumento de 61%).

<sup>10</sup> Inclui Ilhas. A discriminação da distribuição da população por lugar deverá ser consultada em Anexo (Quadro A.6).

**Quadro 3. Densidade Populacional por freguesia.**

	1991	2001	VARIAÇÃO (%) 91-01
Faro (concelho)	248,9	284,7	14,4
Sé	399,1	453,6	13,8
São Pedro	1022,5	1162,2	13,7
Montenegro	140,0	226,6	61,1
Conceição	168,0	172,1	2,4
Estói	66,6	76,0	14,1
Santa Bárbara	114,2	108,4	-5,0

Fonte: Produção própria com base em dados fornecidos pelo INE, Censos 1991 e 2001

O estatuto de capital distrital, quer do ponto de vista administrativo quer económico, tem contribuído para a evolução demográfica do concelho, que traduz um dinamismo atractivo próprio e característico, reflexo da sua centralidade funcional. Na última década, se por um lado se regista o aumento de população imigrante em idade activa, em paralelo se evidencia um envelhecimento da população, em resultado da baixa taxa de natalidade e do aumento da esperança média de vida.

#### **Um perfil demográfico territorialmente diferenciado**

Em termos de estrutura etária dos residentes, nomeadamente no que respeita às 3 grandes franjas da população residente (crianças e jovens, população em idade activa e população sénior), a conjuntura concelhia em 2001 revelava diferenças ao longo do seu território. São as freguesias de entrada no Barrocal aquelas que revelam tendência de maior envelhecimento, a par com a freguesia de S. Pedro. Esta última freguesia possui o parque habitacional mais antigo da cidade que parece reproduzir-se na sua estrutura populacional. No entanto, dadas as tendências de crescimento do parque habitacional de Estói, prevê-se que a tendência venha a ser de diminuição do envelhecimento da sua população.

As freguesias da Sé e Montenegro revelavam capacidade de rejuvenescimento da sua população. O caso de Montenegro é específico na medida em que se traduz num núcleo em expansão e com capacidade de captação de públicos jovens que, muitas vezes, têm emprego na própria cidade.

**Quadro 4. População segundo grandes grupos etários, em 2001 (concelho de Faro e suas freguesias)**

	Total pop. Residente	Crianças e Jovens		População Activa		População Idosa	
		0-14 anos		15-64 anos		65 ou mais anos	
		Total	%	Total	%	Total	%
Dc. FARO	58.051	8.295	14,3	40.521	69,8	9.235	15,9
Fr. Conceição de Faro	3.751	581	15,5	2.528	67,4	642	17,1
Fr. Estói	3.538	457	12,9	2.286	64,6	795	22,5
Fr. Sta. Bárbara de Nexe	4.119	550	13,4	2.651	64,4	918	22,3
Fr. S. Pedro (Faro)	12.761	1.748	13,7	8.892	69,7	2.121	16,6
Fr. Sé (Faro)	28.546	4.175	14,6	20.264	71,0	4.107	14,4
Fr. Montenegro	5.336	784	14,7	3.900	73,1	652	12,2

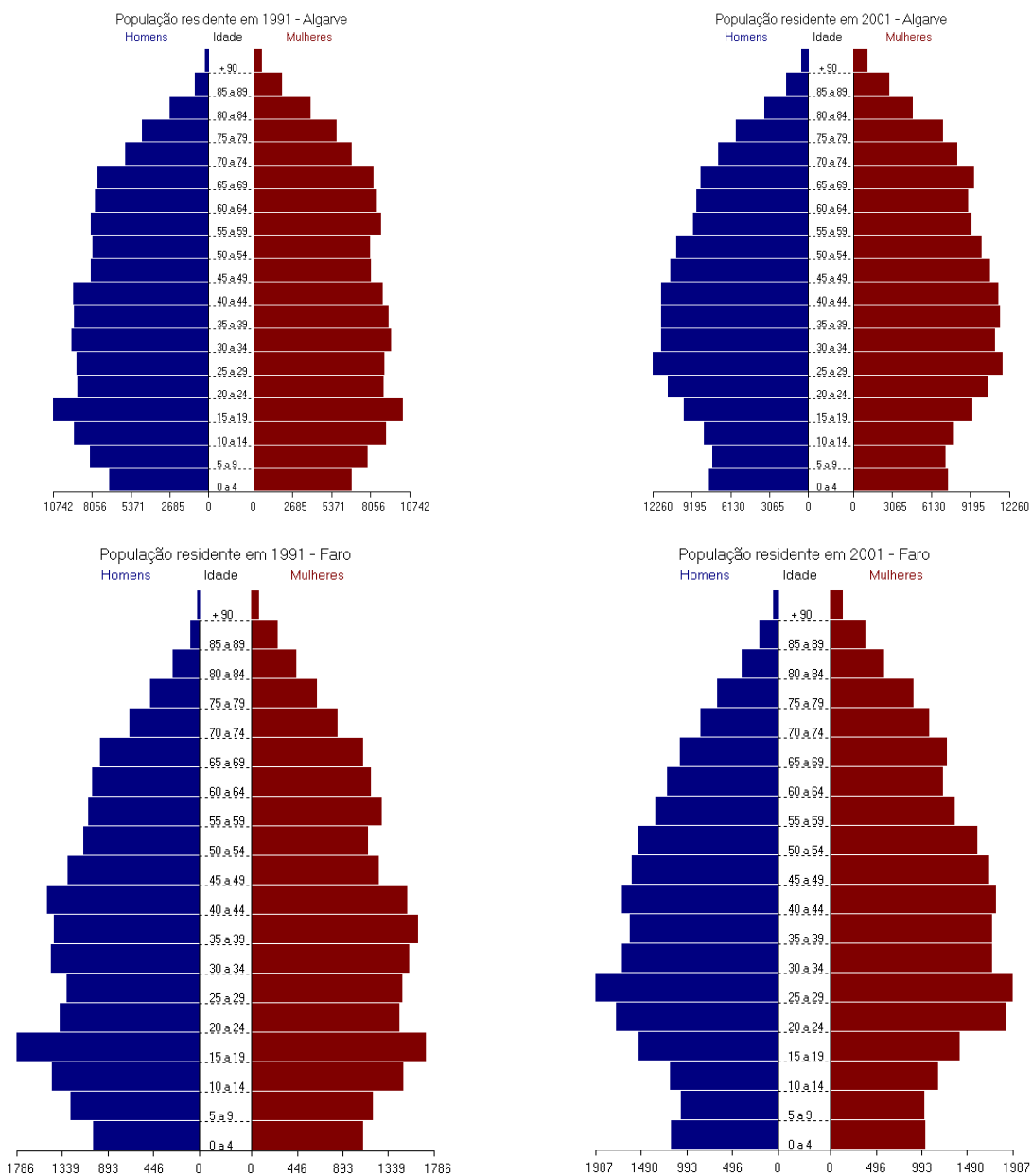
Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal. Censos 2001.  
Tratamento dos dados – Equipa In Loco

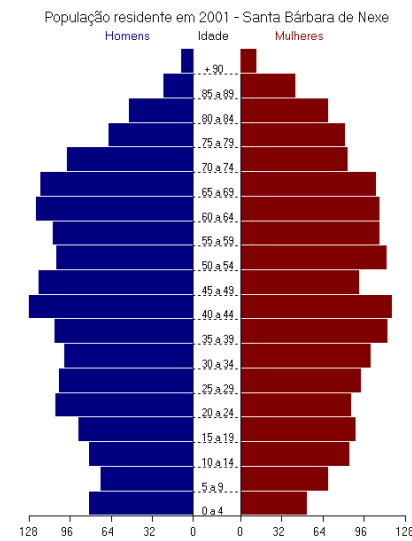
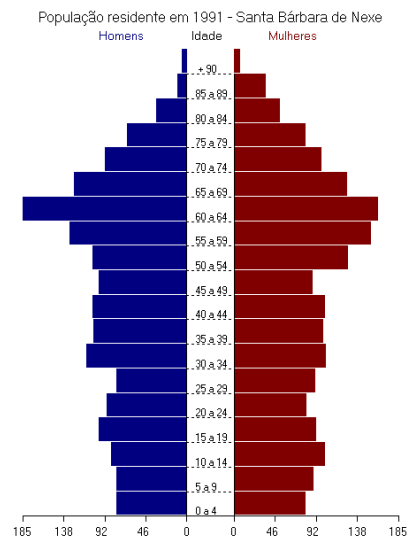
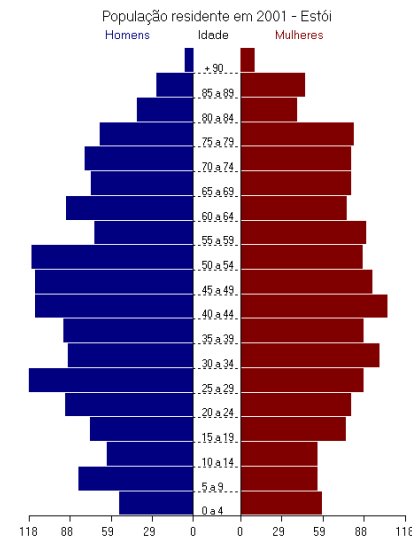
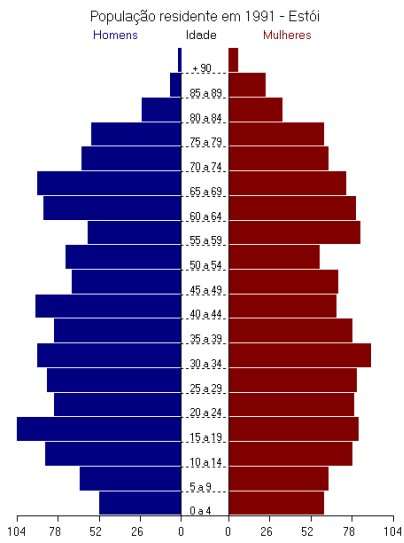
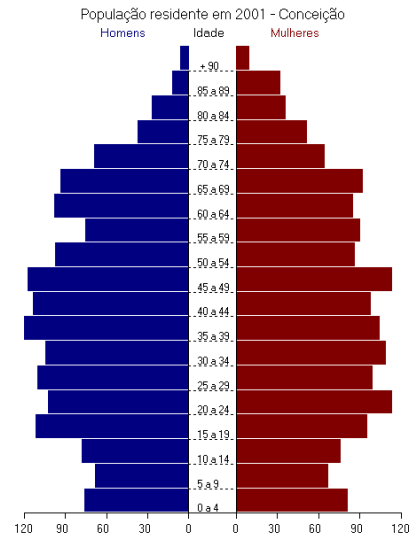
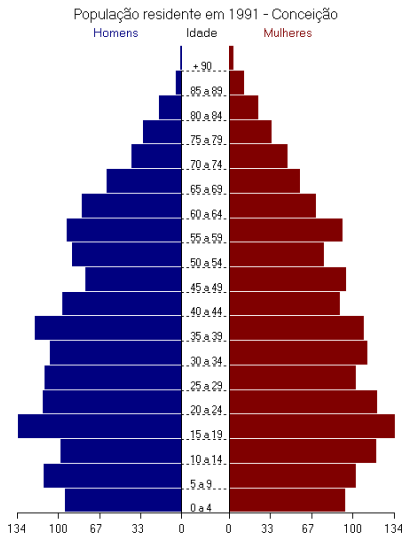
A análise das pirâmides etárias permite-nos refinar estas tendências. Assim, verifica-se que haverá uma maior propensão para o envelhecimento da população

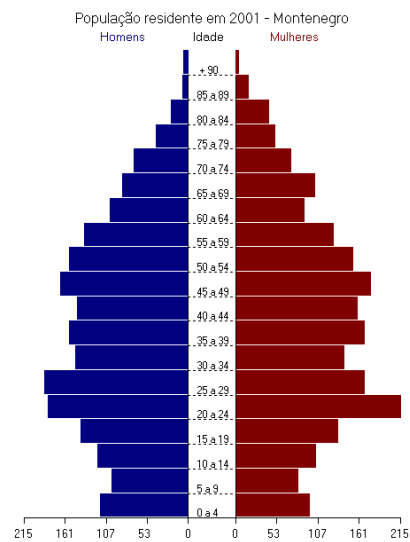
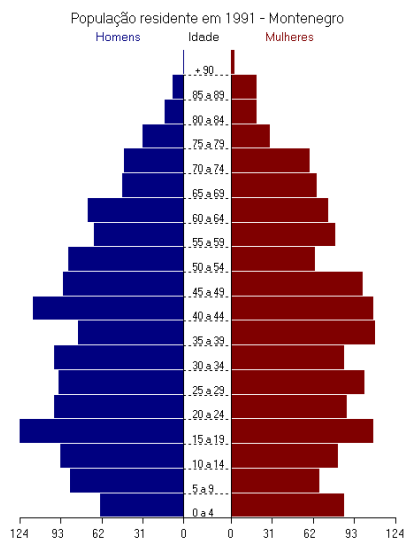
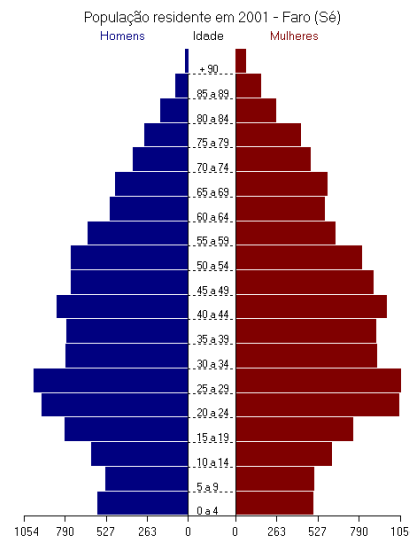
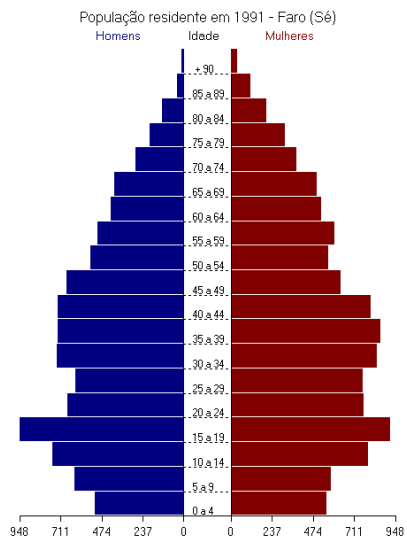
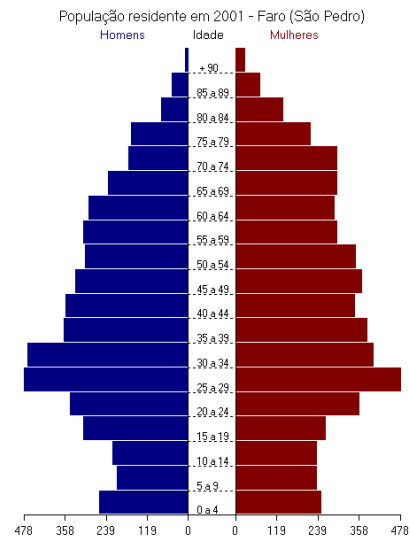
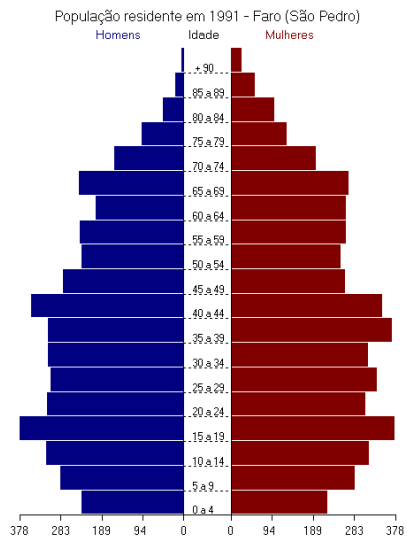
nas freguesias urbanas e litorais do concelho. Na verdade, essas apresentam uma pirâmide do tipo decrescente, o que significa que vão tendo menor capacidade de recuperar população mais jovem, densificando-se, nos próximos anos a população em idade activa e aquela que tem mais de 65 anos.

Apesar do envelhecimento importante registado nas restantes freguesias, estas apresentam pirâmides com características relativamente estacionárias, ou seja, não há diferenças muito grandes entre a base (os mais jovens) e o topo (os mais velhos). Manter-se-á um envelhecimento, mas menos acentuado.

**Gráfico 5. Pirâmides etárias 1991-2001, na região, no concelho e suas freguesias**



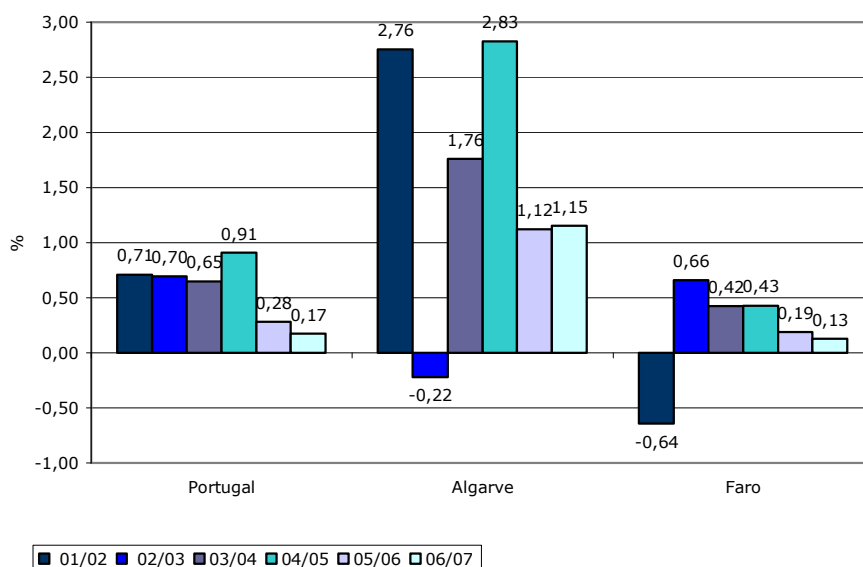




### **Um crescimento tímido da população, mas aumento importante dos grupos dependentes**

Tendo em conta os dados dos anuários de 2001 para 2007 saliente-se a continuidade da tendência de aumento da população de Faro. No entanto, desde 2004 que as taxas de variação da sua população são mais baixas do que a média nacional e regional. Para os próximos anos, prevê-se a estabilização da população actualmente existente. A perda poderá vir a ser uma realidade, caso se acentuem os actuais cenários de crise económica, podendo provocar a saída de população imigrante. Não é de excluir a existência de novos fenómenos migratórios da população nacional. O saldo entre nados vivos e óbitos, em Faro, não será suficientemente sólido para sustentar estes cenários de maior fragilidade económica.

**Gráfico 6. Taxa de variação da população, de 2001 a 2006 (Portugal, Região e Concelho)**



Fonte: INE. Anuários Estatísticos

A progressiva escolarização e inserção da mulher no mercado de trabalho, a promoção da informação sobre planeamento familiar e a adopção métodos contraceptivos cada vez mais eficazes, em paralelo com a actual conjuntura económica que se traduz em baixos rendimentos e elevadas despesas, traduzem-se em indicadores de conjuntura e desenvolvimento social como a taxa de crescimento efectivo e natural, a taxa de natalidade e em alguns casos mesmo na taxa de nupcialidade e divorcialidade.

No que respeita ao crescimento efectivo<sup>11</sup>, observa-se uma variação populacional de 0,19 % muito inferior à média regional (1,12%), relativamente ao crescimento natural, regista-se o inverso verificando-se um saldo natural positivo (0,2%).

No concelho, e por referência à média nacional e regional, a taxa de natalidade traduz-se na esperança de uma tendência de rejuvenescimento da população dado que se situa nos 12,3‰, superior à taxa distrital de 11,5‰ e taxa nacional de 10,0‰.

<sup>11</sup> Para todos os indicadores descritos, veja-se a sua explicitação no anexo metodológico.

Em termos de taxa de mortalidade, a tendência concelhia 10,3‰ acompanha o panorama regional (11,5‰), ligeiramente superior à taxa de mortalidade nacional de 9,6‰.

A Taxa de Nupcialidade no concelho é de 5,4‰, pese embora se verifique a tendência nacional para o aumento do número de uniões de facto, saliente-se que é superior à taxa regional e nacional de, respectivamente, 4,0‰ e 4,5‰.

Curiosamente a taxa de Divórcio (ou divorcialidade) acompanha a taxa de nupcialidade, sendo observado que por cada 1000 habitantes existem 3 casos de divórcio.

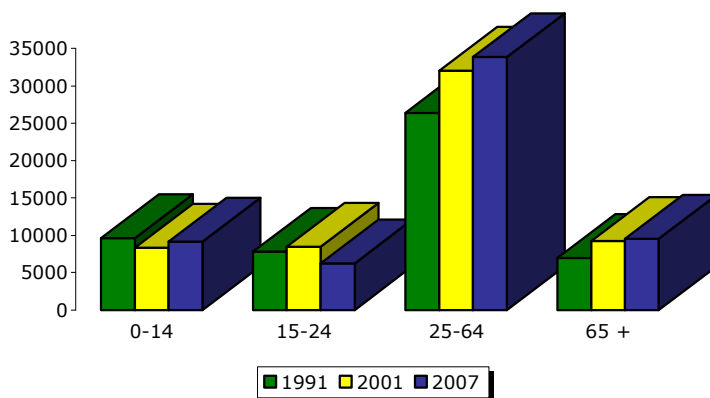
#### Quadro 5. Indicadores demográficos, 2006 (Portugal, Algarve e Faro)

	Densidade populacional	Taxa de crescimento efectivo	Taxa de crescimento natural	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio	Taxa de fecundidade geral	Nados vivos fora do casamento
	Hab/km <sup>2</sup>	%		‰					%
Portugal	115,1	0,28	0,03	10,0	9,6	4,5	2,2	40,4	31,6
Algarve	84,4	1,12	0,06	11,5	10,9	4,0	2,4	49,4	48,7
Faro	291,0	0,19	0,20	12,3	10,3	5,4	3,2	49,0	48,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal. Anuários 2006

Relativamente à observação das transformações na estrutura etária da população refira-se que o crescimento não foi idêntico para os diversos grupos etários. Salientam-se as ligeiras alterações nas faixas etárias com maior grau de dependência, as crianças e jovens e os idosos, que sofreram um aumento relativamente ao registado em 1991 (embora pouco significativo entre 2001 e 2006).

#### Gráfico 7. População residente, segundo grupos etários, em 1991, 2001 e 2006, no concelho de Faro

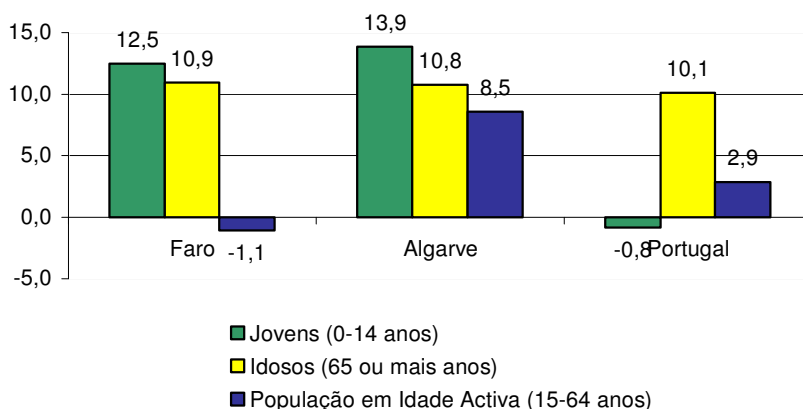


	0-14	15-24	25-64	65 +
1991	9618	7787	26384	6974
2001	8.295	8501	32020	9235
2007	9.127	6195	33868	9549

Fonte: INE Censos 1991, 2001 e Anuários 2006

De 2001 a 2007, é assinalável o crescimento da população jovem (com idades compreendidas até aos 14 anos) e da população idosa (com 65 ou mais anos) ao nível do concelho de, respectivamente 12,5 % e 10,9%, verificando-se um decréscimo da população em idade activa (dos 15 aos 64 anos) que se justifica pelas tendências que se registam na evolução do índice de envelhecimento e do índice de dependência geral.

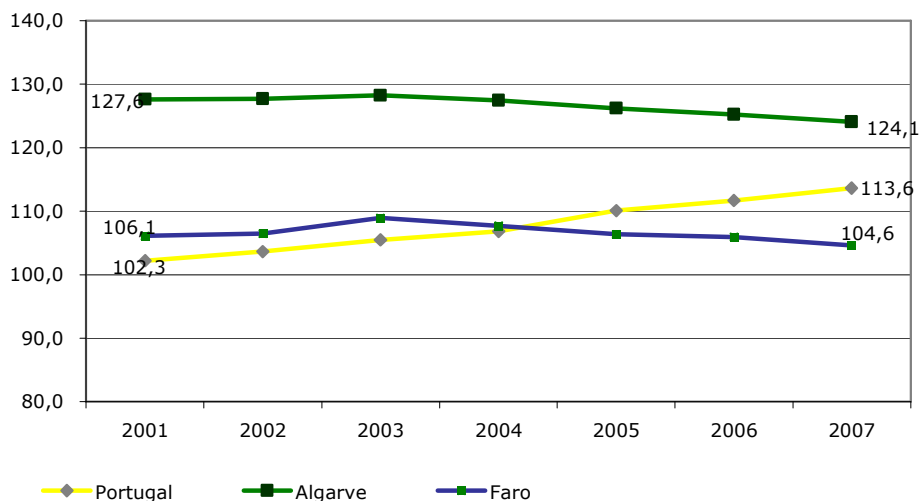
**Gráfico 8. Variação da População jovem, idosa e em idade activa entre 2001 e 2006 (Faro, Algarve e Portugal)**



Fonte: INE Anuários 2001 e Anuários 2006

O concelho manifesta uma tendência ligeira de diminuição do seu índice de envelhecimento. Embora o número de idosos seja superior ao número de crianças, o rácio entre ambos não é ainda muito problemático – uma relação de 105 pessoas com mais de 65 anos por cada 200 com menos de 15. De resto, Faro mantém uma posição favorável no indicador por comparação à região e ao país.

**Gráfico 9. Evolução do Índice de envelhecimento, de 2001 a 2007 (Portugal, Algarve e Faro)**

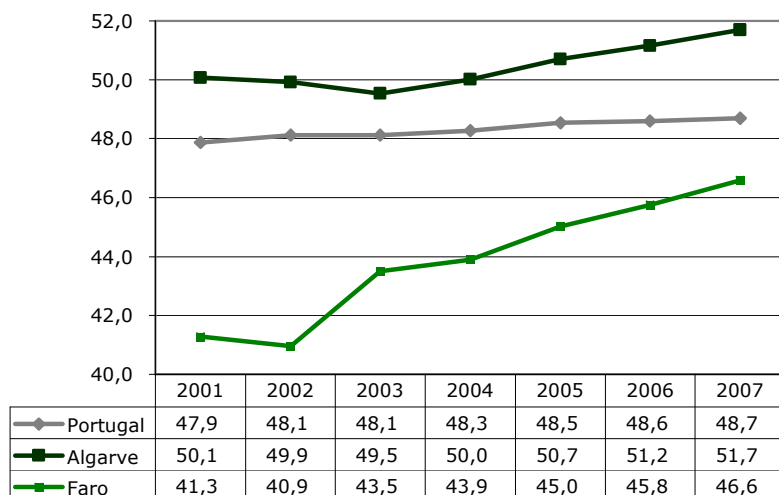


Fonte: INE

A Dependência de Idosos e de Jovens que mede a relação de jovens e idosos por cada 100 indivíduos em idade activa, permite-nos ter a visão global da consequente dependência dos mesmos relativamente a equipamentos e conciliação entre a vida laboral e familiar.

Embora com alterações ao nível do índice de dependência de 48,5 em 1991, 43,2 em 2001 e 46,6, em 2007, o concelho mantém, no entanto, valores mais baixos do que os registados ao nível do distrito e país. A dependência de idosos e de jovens (índice de dependência total) no concelho de Faro tem vindo a manter-se numa média de 2 indivíduos em idade activa por cada 1 em idade não activa (crianças, jovens e idosos), quer no que se reporta aos dois momentos censitários, quer nos dados revelados pelos anuários (2007).

**Gráfico 10. Evolução do índice de dependência, de 2001 a 2006 (Portugal, Algarve, Faro)**



Fonte: INE

### I.3. Sistema de Educação

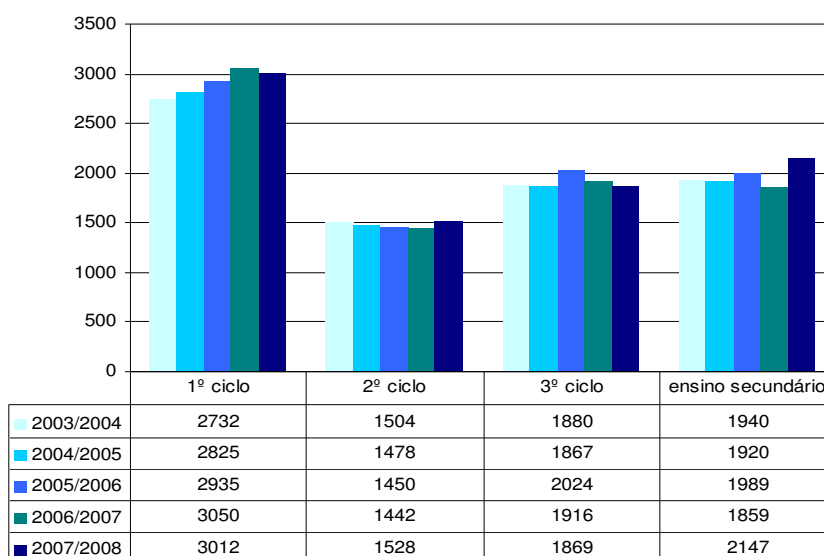
O concelho de Faro dispõe de uma oferta escolar que perfaz todos os níveis de ensino. Ou seja, desde o 1º ciclo, ao ensino politécnico e universitário. Estes últimos são, aliás, responsáveis pela dinâmica de captação de novos públicos que animam o território durante os períodos lectivos, assim como se revelam como pólos empregadores de toda a importância.

#### **Uma tendência de crescimento da população escolar**

No que respeita à caracterização do universo escolar ao nível dos 3 patamares de ensino, 1º Ciclo, 2º e 3º Ciclo e Secundário, salienta-se o seguinte aspecto, um aumento generalizado no número de alunos na rede pública de 2003 para 2008, à excepção do 1º ciclo na transição do ano lectivo de 2006/2007 para 2007/2008, numa média de 2514 alunos/ano no 1º ciclo, 3218 alunos/ano no 2º e 3º ciclo e 1971 alunos/ano no secundário.

O maior crescimento da população escolar, no período em análise, deu-se nos 1º ciclo e ensino secundário – com uma variação de cerca de 10% (2% de crescimento médio anual).

**Gráfico 11. Evolução do N.º de Alunos por níveis de ensino (2003 a 2008)**



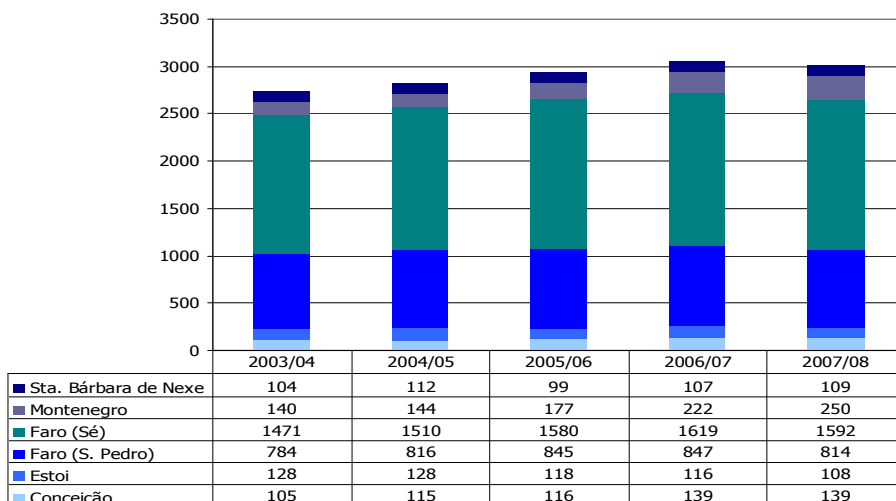
**Fonte:** DREAlg  
CMF – Divisão Educação

Da evolução do número de alunos do 1º ciclo da rede pública por freguesia sublinhe-se o aumento no número de alunos matriculados na freguesia de Montenegro do ano lectivo de 2003/2004 para 2007/2008 que aumentou 78,6% (de 140 para 250). Só Estoí perde população escolar, se bem que tal tendência possa vir a inverter-se<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Retira-se tal conclusão pelo crescimento da construção de fogos que se tem registado nos últimos anos, e que pode vir a exercer alguma pressão nos equipamentos e serviços colectivos da freguesia.

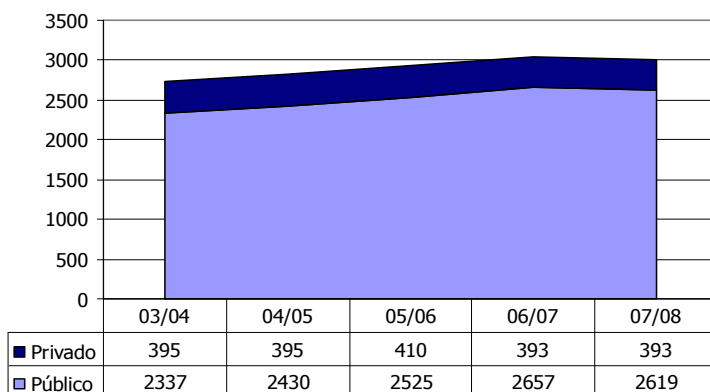
Na Rede Privada e Cooperativa com Paralelismo Pedagógico, nos quatro estabelecimentos de ensino existentes no concelho ao contrário da evolução sentida na rede pública registou-se uma tendência de estabilização. Os alunos que frequentam este tipo de estabelecimentos não ultrapassam os 13% do total da população escolar do 1.º CEB.

**Gráfico 12. Evolução do n.º de alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico por freguesia (2003/2004 a 2007/2008)**



Fonte: DREAlg  
CMF – Divisão Educação

**Gráfico 13. Evolução do n.º de alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico na Rede Pública e Privada (2003/2004 a 2007/2008)<sup>13</sup>**



Fonte: DREAlg  
CMF – Divisão Educação

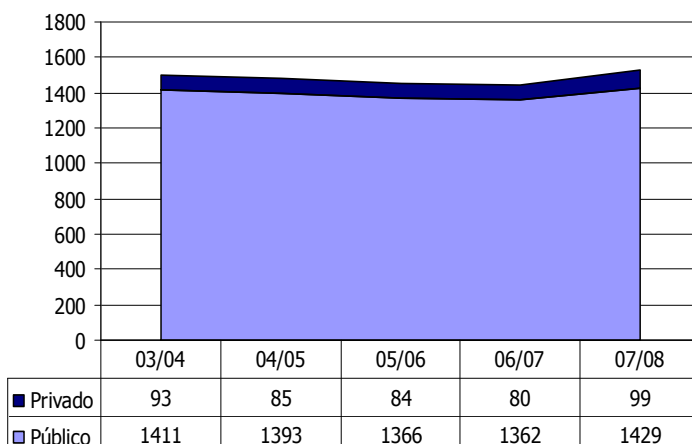
No que respeita à evolução do número de alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino do concelho de 2.º e 3.º ciclo salienta-se apenas o ténue aumento de

<sup>13</sup> A evolução dos alunos por escola, nível e tipos de ensino poderão ser encontrados em Anexo (a partir do quadro A8. ao quadro A12.)

2006/2007 para 2007/2008 e o decréscimo sentido face ao ano lectivo de 2005/2006.

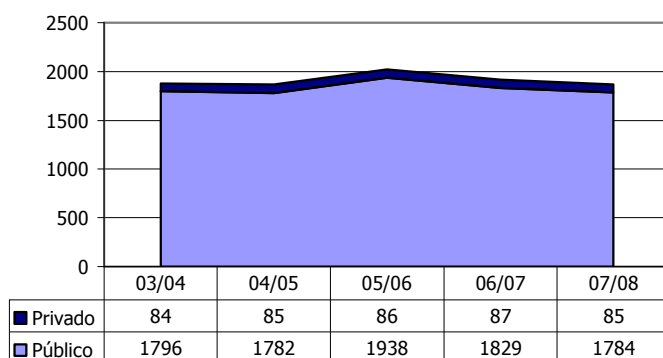
Na Rede Privada e Cooperativa, verifica-se que à medida que se eleva no nível de ensino, diminui a representação da população escolar que frequenta este tipo de estabelecimentos. Assim, registando-se uma tendência de estabilização desta população seja no 2º como no 3º ciclo, os alunos frequentadores do 2º ciclo na rede privada representam cerca de 6,5% do total, enquanto que os alunos do 3º ciclo são 4,5% do total da população escolar deste nível de ensino.

**Gráfico 14. Evolução do n.º de alunos do 2.º Ciclo do Ensino Básico na Rede Pública e Privada (2003/2004 a 2007/2008)**



Fonte: DREAlg  
CMF – Divisão Educação

**Gráfico 15. Evolução do n.º de alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico na Rede Pública e Privada (2003/2004 a 2007/2008)**

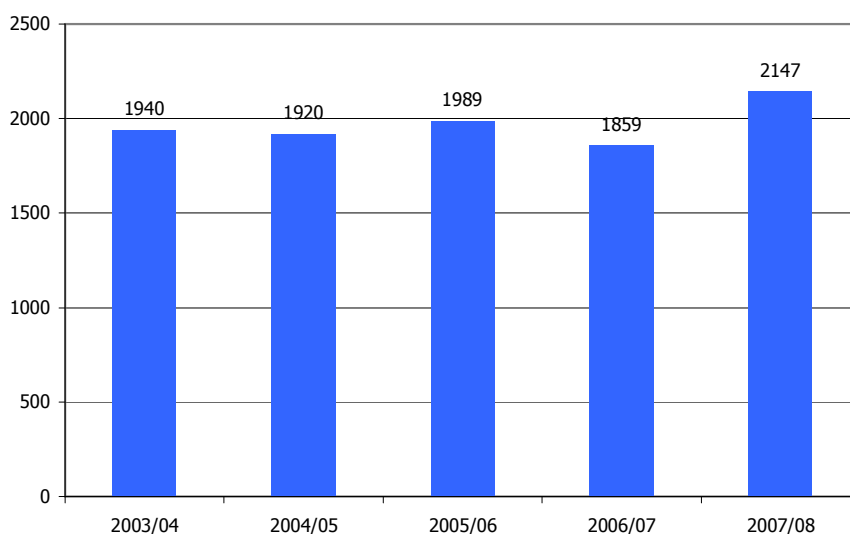


Fonte: DREAlg  
CMF – Divisão Educação

Nos estabelecimentos de ensino de ensino secundário do concelho, a sua população escolar foi-se mantendo próxima dos 2.000 estudantes entre 2003 e 2005, tendo-se registado um decréscimo em 2006, que é acompanhado por um aumento

assinalável no último ano lectivo. No global, a tendência desde 2003 evidencia uma variação positiva da população escolar do ensino secundário.

**Gráfico 16. Evolução do n.º de alunos do Ensino Secundário (2003/2004 a 2007/2008)**



**Fonte:** DREAlg  
CMF – Divisão Educação

Todos estes dados nos permitem concluir que:

- Se por um lado cresce a população escolar do 1º ciclo, tal significará uma maior pressão sobre os ciclos subsequentes nos próximos anos lectivos;
- A tendência de crescimento da população escolar do ensino secundário poderá relacionar-se com um maior investimento nos estudos, assim como com a crescente tendência de democratização no acesso ao ensino.

### ***Sucesso, Insucesso e Abandono Escolar – um perfil similar à realidade nacional e regional***

O perfil do sucesso educativo concelhio segue tendências que vão sendo apontadas – uma maior retenção e abandono à medida que se eleva o nível de ensino. Da análise global dos indicadores de transição, retenção e abandono destacaríamos os seguintes dados:

- Uma taxa significativa de abandono escolar no 1º ano do 1º ciclo – cujas causas deveriam ser aferidas de forma mais aprofundada;
- Uma retenção importante no 7º ano de escolaridade (o que, muitas vezes se associa a mudanças nos perfis curriculares entre ciclos de ensino);
- Maiores retenções nos cursos científico-humanísticos, mas maior abandono nos cursos tecnológicos.

No que respeita ao aproveitamento escolar no 1º ciclo de ensino realce-se que 90,97% da totalidade de alunos do concelho transitaram, 8,14% ficaram retidos e apenas 0,89% abandonaram o sistema de ensino neste ano lectivo (2006/2007).

Sublinhe-se ainda o facto do ano com a maior proporção de retenções (16,01%) ser o 2º ano do 1º ciclo e o facto do 1º ano do 1º ciclo se constituir como o ano com maior proporção de casos de abandono (3,24%).

**Quadro 6. Aproveitamento Escolar (média por ano) -1º Ciclo 2006-2007**

1º Ciclo do Ensino Básico	Transição	Retenção	Abandono
1º ano	94,81%	1,96%	3,24%
2º ano	83,10%	16,01%	0,89%
3º ano	88,37%	6,79%	0,08%
4º ano	93,75%	5,88%	0,37%
<b>Total</b>	<b>90,97%</b>	<b>8,14%</b>	<b>0,89%</b>

Fonte: CMF – Divisão de Educação DREALG

Relativamente aos 2º e 3º ciclos, constata-se ainda que é a partir e sobretudo no 7º ano que se verificam as percentagens mais elevadas de abandono (2,47%), assim como os valores mais elevados de retenção (24,73%). Não obstante de no global a proporção de casos de abandono ser de 1,30%, saliente-se a percentagem de casos de retenção (14,56%) e a consequente diminuição face ao 1º ciclo da proporção de alunos que transitaram (84,14%).

**Quadro 7. Aproveitamento Escolar (média por ano) – 2º e 3º Ciclo 2006-2007**

2º Ciclo do Ensino Básico	Transição	Retenção	Abandono
5º ano	88,63%	10,65%	0,72%
6º ano	89,37%	10,51%	0,13%
3º Ciclo do Ensino Básico	Transição	Retenção	Abandono
7º ano	72,81%	24,73%	2,47%
8º ano	84,20%	14,50%	1,30%
9º ano	84,32%	13,78%	1,90%
2º e 3º Ciclo do Ensino Básico	Transição	Retenção	Abandono
<b>Total</b>	<b>84,14%</b>	<b>14,56%</b>	<b>1,30%</b>

Fonte: CMF – Divisão de Educação DREALG

No que concerne ao nível de ensino secundário, um dado curioso ressalta. Embora não possamos falar de abandono escolar dado que a escolaridade obrigatória se situa no 9º ano de escolaridade, saliente-se o facto dos Cursos Tecnológicos representarem a maior proporção de casos de desistência da frequência escolar (9,87%) face à maior percentagem de casos de retenção nos cursos científico humanísticos (17,86%).

**Quadro 8. Aproveitamento Escolar (média por ano) – Ensino Secundário 2006-2007**

Ensino Secundário	Transição		Retenção		Abandono	
	C. Científico Humanísticos	C. Tecnológicos	C. Científico Humanísticos	C. Tecnológicos	C. Científico Humanísticos	C. Tecnológicos
10º ano	85,33%	46,81%	9,36%	9,93%	5,31%	9,93%
11º ano	80,84%	81,16%	13,11%	8,24%	6,04%	10,60%
12º ano	63,20%	73,30%	30,77%	19,89%	6,02%	6,81%
<b>Total</b>	<b>76,27%</b>	<b>76,09%</b>	<b>17,86%</b>	<b>14,04%</b>	<b>5,87%</b>	<b>9,87%</b>

Fonte: CMF – Divisão de Educação DREALG

**Uma maior pressão sobre a oferta de equipamentos escolares**

No 1º ciclo CEB, à excepção das freguesias da Conceição e de Estoi, evidencia-se uma sobreutilização dos equipamentos escolares. A única forma que tem permitido ultrapassar este problema traduz-se no estabelecimento de horários duplos.

As situações de maior destaque são evidenciáveis nas Escolas EB1 de Alto Rodes, EB1 e JI do Carmo e EB1 nº1 de São Luís, que não terão capacidade de acolhimento de mais turmas (taxa de ocupação de 200%).

A análise por freguesia permite-nos concluir que é na freguesia de S. Pedro que se verifica um maior agravamento do problema, seguido da freguesia da Sé onde também há um maior número de turmas face às salas disponíveis. Se nalguns casos poderá não se esperar maior pressão pela existência de núcleos urbanos consolidados, há outras áreas destas freguesias onde essa mesma conclusão não pode ser tirada.

**Quadro 9. Salas, turmas, taxa de ocupação e tipo de horário, por escola do 1º CEB e freguesia (2007/2008)**

Escola/ Freguesia	Nº de salas	Nº de turmas	Taxa de ocupação	Tipo de horário
E.B.1 da Conceição	6	5	83,3	Normal
E.B.1 da Ferradeira	2	2	100	Normal
Conceição de Faro	8	7	87,5	
E.B.1 de Estoi	5	5	100	Normal
Estoi	5	5	100	
E.B.1 do Alto Rodes	8	16	200	Duplo
E.B.1 de Mar e Guerra	2	2	100	Normal
E.B.1 de Marchil	2	2	100	Normal
E.B.1 do Patacão	3	3	100	Normal
E.B.1/JI do Carmo	6	12	200	Duplo
Faro (S. Pedro)	21	35	166,7	
E.B.1 de Areal Gordo	4	4	100	Normal
E.B.1 da Ilha da Culatra	2	2	100	Normal
E.B.1 n.º 1, S. Luís	10	20	200	Duplo
E.B.1 n.º 3 (Bom João)	9	12	133,3	Normal/Duplo
E.B.1 n.º 4, da Penha	11	13	118,2	Duplo /Normal
E.B.1 n.º 5, de Vale Carneiros	8	9	112,5	Duplo/Normal
Faro (Sé)	44	60	136,4	
E.B.1/JI do Montenegro <sup>14</sup>	11	11	100	Normal
E.B.1 da Ilha da Ancão	1	2	200	Duplo
Montenegro	12	13	108,3	
E.B.1 da Bordeira	2	1	50,0	Normal
E.B.1 do Medronhal	1	1	100,0	Normal
E.B.1/JI de St.ª Bárbara de Nexe	3	4	133,3	Normal
Sta. Bárbara de Nexe	6	6	100,0	
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>126</b>	<b>131,3</b>	

**Fonte:**  
DREALg  
CMF – Divisão Educação

Nos fóruns sociais locais destacou-se a necessidade de aumentar a oferta de 1º ciclo no Montenegro, que é objectivável pelos dados quantitativos disponíveis. No entanto, a solução que se aponta para recuperar a antiga EB1 de Pontes de Marchil, não emerge consensual, dado estar deslocada do centro da freguesia. De qualquer

<sup>14</sup> Uma sala de professores do edifício novo da EB1 e JI foi adaptada a sala de aula e 3 do total de 11 turmas foram transferidas para o edifício antigo da EB1, no sentido de viabilizar o funcionamento das 11 turmas em regime normal.

forma tal processo de recuperação, apenas oferece mais 2 salas, o que emerge insuficiente face à dinâmica visível da freguesia.

Ainda se apontou a mesma necessidade para Estoi, que apesar de encontrar resposta num projecto em curso de EB1/JI, não emerge prioritário face a situações mais problemáticas que emergem da leitura das taxas de ocupação das escolas CEB do concelho.

Para que todos os alunos possam frequentar o 1º CEB em horário normal, seria necessário criar, para já, mais 14 salas na freguesia de S. Pedro e 16 salas na freguesia da Sé.

Nos 2º e 3º ciclos, apesar de, no global, a situação de ocupação dos equipamentos escolares não ser problemática, salienta-se a sobrelotação da EB 2,3 Dr. Joaquim Magalhães (106,67% de taxa de ocupação) e da EB 2,3 de Santo António (103,33% de taxa de ocupação). No entanto, registam-se ainda 2 escolas com capacidade de acolhimento de mais alunos (caso da EB 2,3 Poeta Emiliano Costa e EB 2,3 do Montenegro).

**Quadro 10. Salas, Turmas e Taxa de ocupação nos equipamentos de 2º e 3º ciclos (2007/2008)**

Escolas	Nº de salas	Nº de Turmas	Taxa de ocupação
EB2/3 D Afonso III	30	30	100,00%
EB2/3 Joaquim Magalhães	30	32	106,67%
EB2/3 José Neves Júnior	30	30	100,00%
EB2/3 Santo António	30	31	103,33%
EB2/3 Poeta Emiliano Costa	20	17	85,00%
EB 2/3 Montenegro	24	22	91,67%
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>162</b>	<b>98,8%</b>

Fonte: DREAlg  
CMF – Divisão Educação

Nos equipamentos escolares do ensino secundário, a taxa de ocupação é a mais baixa de todos os níveis de ensino (91%). Embora se verifique capacidade de acolhimento de mais alunos, uma das escolas apresenta uma taxa de ocupação para além da sua capacidade, a saber, a Escola Secundária Pinheiro e Rosa com 115,15% de taxa de ocupação.

**Quadro 11. Salas, Turmas e Taxa de ocupação nos equipamentos de ensino secundário (2007/2008)**

Escolas Secundárias	Nº de Salas	Nº de Turmas	Taxa de ocupação
João de Deus	42	35	83,33%
Tomás Cabreira	36	28	77,78%
Pinheiro e Rosa	33	38	115,15%
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>101</b>	<b>91%</b>

Fonte: DREAlg  
CMF – Divisão Educação

### **A necessidade de reequacionamento do parque escolar para os próximos anos – um crescimento necessário**

Os presentes cenários que aqui se apresentam resultam de um cruzamento da informação relativa aos nascimentos dos últimos anos e aos dados do sucesso escolar no ano lectivo 2006/2007<sup>15</sup>. Procurou-se abarcar todo o período do QREN, dado dispor de instrumentos financeiros que podem ser de toda a utilidade face às necessidades emergentes.

Apenas é possível traçar esta prospectiva para o concelho no todo, pelo que qualquer previsão de construção de equipamentos deverá levar em conta os dados actualmente existentes sobre a ocupação por freguesia e escola, mas, em paralelo, deve ser estruturado tendo por base a sensibilidade das equipas dos diferentes agrupamentos.

Em termos globais, prevê-se de 2007 a 2013, os 1º e 3º ciclos e o ensino secundário terão um acréscimo superior a 300 alunos em cada. No entanto, a forma como este aumento será sentido difere ao longo do período em análise. Assim, o 1º ciclo terá um acréscimo permanente na sua população escolar, que ainda não se reflectirá, de forma significativa, no 2º ciclo. O 3º ciclo terá um aumento da sua população escolar até 2011, sendo que a partir dessa data terá perdas resultantes da diminuição dos alunos de 2º ciclo em anos anteriores. O ensino secundário verá um aumento regular a partir de 2010 (que não significa que não venha a ser descompensado, no futuro, fruto das perdas que se dão nos 2º e 3º ciclos).

**Quadro 12. Estimativas da população escolar e variação – absoluta e relativa – de 2007 a 2013**

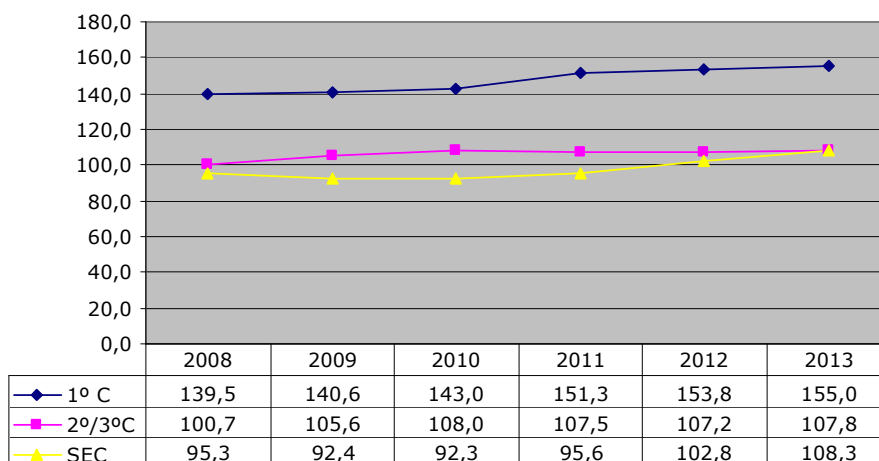
<b>Estimativas da população escolar por ciclo de estudo e por ano (em valores absolutos)</b>							
<b>Ciclos</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
1º C	2.619	2.675	2.697	2.742	2.901	2.949	2.972
2º C	1429	1394	1357	1359	1312	1324	1384
3º C	1784	1883	2077	2154	2187	2165	2124
SEC	1581	1657	1606	1604	1660	1786	1882
<b>TOT</b>	<b>7.413</b>	<b>7.609</b>	<b>7.737</b>	<b>7.859</b>	<b>8.059</b>	<b>8.223</b>	<b>8.362</b>
<b>Variação absoluta por ciclo de estudo e por ano (em valores efectivos)</b>							
<b>Ciclos</b>	<b>2007 a 2008</b>	<b>2008 a 2009</b>	<b>2009 a 2010</b>	<b>2010 a 2011</b>	<b>2011 a 2012</b>	<b>2012 a 2013</b>	<b>2007 a 2013</b>
1º C	56	22	45	159	48	23	353
2º C	-35	-38	2	-47	12	60	-45
3º C	99	195	77	33	-22	-41	340
SEC	76	-51	-2	56	125	97	301
<b>TOT</b>	<b>196</b>	<b>128</b>	<b>122</b>	<b>200</b>	<b>164</b>	<b>138</b>	<b>949</b>
<b>Variação relativa por ciclo de estudo e por ano (em %)</b>							
<b>Ciclos</b>	<b>2007 a 2008</b>	<b>2008 a 2009</b>	<b>2009 a 2010</b>	<b>2010 a 2011</b>	<b>2011 a 2012</b>	<b>2012 a 2013</b>	<b>2007 a 2013</b>
1º C	2,1	0,8	1,7	5,8	1,7	0,8	13,5
2º C	-2,4	-2,7	0,1	-3,5	0,9	4,5	-3,2
3º C	5,5	10,3	3,7	1,5	-1,0	-1,9	19,1
SEC	4,8	-3,1	-0,1	3,5	7,5	5,4	19,0
<b>TOT</b>	<b>2,6</b>	<b>1,7</b>	<b>1,6</b>	<b>2,6</b>	<b>2,0</b>	<b>1,7</b>	<b>12,8</b>

**Fonte:** DREALg; CMF – Divisão Educação; Tratamento dos dados – Equipa In Loco

<sup>15</sup> De ressaltar que todos estes dados foram calculados tendo por base os inscritos na rede pública. Não é de excluir a hipótese de parte destes estudantes ser absorvida pela rede privada existente, que não é, no entanto, estruturante na oferta actualmente existente.

Um olhar atento sobre as implicações desta prospectiva da população escolar na actual capacidade instalada de equipamentos escolares permite-nos verificar que, a partir de 2012, em todos os níveis de ensino as taxas de ocupação serão superiores a 100% (tendo como patamar ideal um número de salas equivalente ao número de turmas). É no 1º ciclo que se fará sentir maior necessidade de equacionamento da capacidade existente hoje em dia. Prevê-se que, em 2013 serão necessárias mais 50% das salas existentes para colmatar a procura. Nos restantes ciclos, não se revela, para já, prioritário o investimento em novos equipamentos, ou no alargamento da capacidade existente.

**Gráfico 17. Previsão da evolução das taxas de ocupação dos equipamentos escolares do 1º, 2º/3º ciclos e ensino secundário (de 2008 a 2013)**

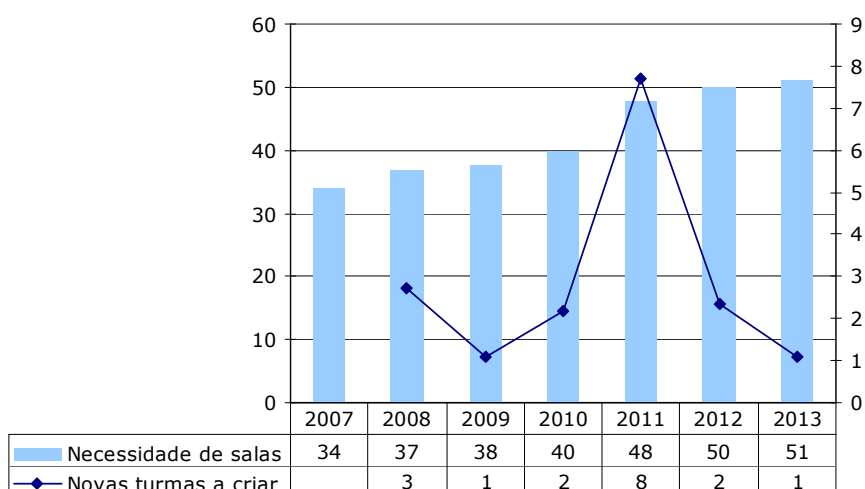


**Fonte:** DREAlg; CMF – Divisão Educação; Tratamento dos dados – Equipa In Loco

Procurou-se sistematizar o nível das necessidades calculando a diferença entre as turmas que se prevê virem a ser criadas e as salas existentes actualmente, a que se denominou de necessidade de salas. Criou-se um outro indicador que permite aferir sobre as turmas que se prevê virem a ser criadas – que tem por base a relação entre a população escolar que se prevê para os próximos anos e a média de alunos por turma, em cada ciclo de ensino, a partir do ano de referência de 2007/2008.

No 1º ciclo, se no actual ano lectivo já é evidente a necessidade de mais 34 salas de aulas, prevê-se que a manter-se a actual capacidade, essa necessidade se eleve para 51. Todos os anos terão de ser criadas novas turmas, sendo que se prevê ser no ano lectivo 2011/2012 que se terá um maior esforço a este nível – criação de 8 novas turmas.

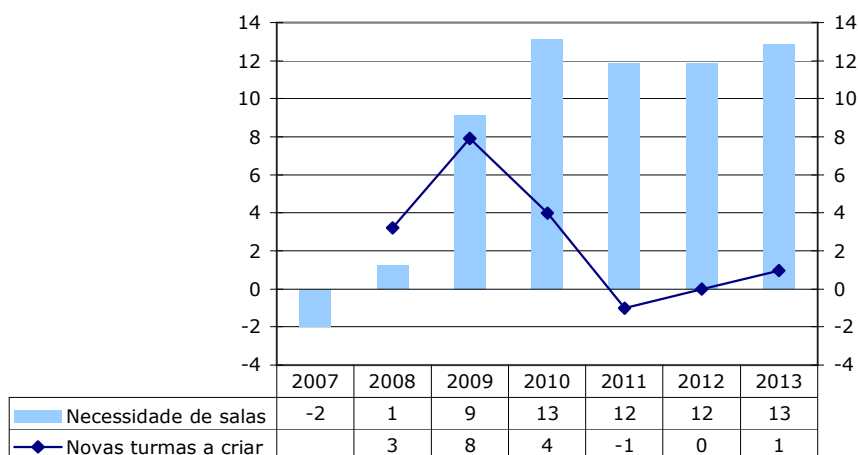
**Gráfico 18. Previsão das necessidades de salas e de novas turmas a criar no 1º ciclo (de 2008 a 2013)**



**Fonte:** DREALg; CMF – Divisão Educação/ Tratamento dos dados – Equipa In Loco

Nos 2º e 3º ciclos, passa-se de uma situação em que o número de salas é superior ao número de turmas existentes – caso do actual ano lectivo em que há duas salas a mais – para uma necessidade contínua de salas e de criação de um maior número de turmas. Prevê-se que o ano lectivo de 2009/2010 seja aquele em que se verificará a criação de maior número de turmas (8 novas turmas face ao ano lectivo anterior). A partir de 2010, serão necessárias entre 12 a 13 novas salas para garantir taxas de ocupação na ordem dos 100%.

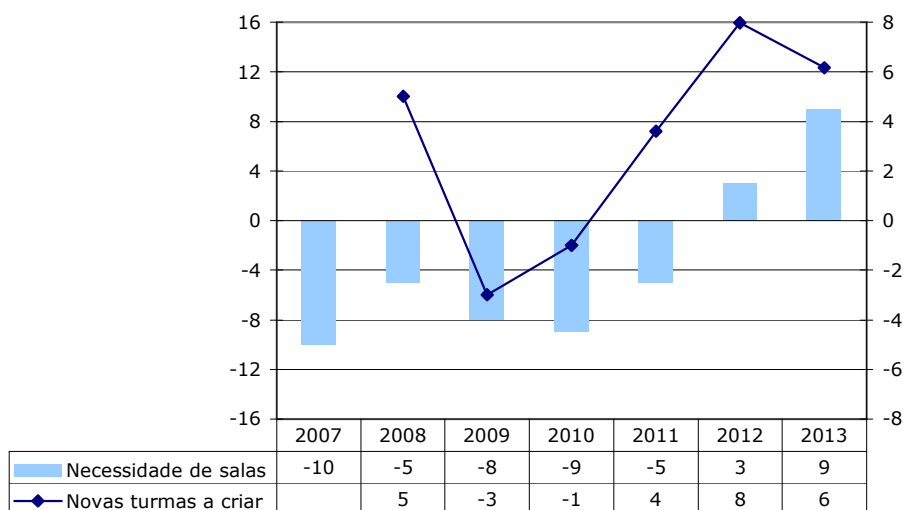
**Gráfico 19. Previsão das necessidades de salas e de novas turmas a criar nos 2º e 3º ciclos (de 2008 a 2013)**



**Fonte:** DREALg; CMF – Divisão Educação/ Tratamento dos dados – Equipa In Loco

No ensino secundário, verificar-se-á uma relação superavitária entre salas e turmas até ao ano lectivo 2011/2012. Durante dois anos lectivos seguidos (de 2009/2010 a 2010/2011) prevê-se uma perda do número de turmas. A partir do ano lectivo de 2012/2013, o cenário inverte-se, com uma tendência de crescimento do número de turmas novas a criar e com um défice de salas face ao número de turmas que se prevê existirem nessa data.

**Gráfico 20. Previsão das necessidades de salas e de novas turmas a criar no ensino secundário (de 2008 a 2013)**



**Fonte:** DREALg; CMF – Divisão Educação/ Tratamento dos dados – Equipa In Loco

#### **I.4. Emprego e Qualificações**

A economia portuguesa tem vindo a apresentar-se como um modelo de desenvolvimento caracterizado por uma deficiente incorporação de inovação e conhecimentos, grandes défices em tecnologias de informação e baixo investimento em formação.

A estrutura empresarial é constituída maioritariamente por micro e pequenas empresas sendo muitos dos empresários e dirigentes, indivíduos com baixos níveis de habilitações e formação e com uma fraca tradição de trabalho em parceria. Grande parte destas empresas tem uma fraca capacidade de sustentação e de desenvolvimento autónomo num universo cada vez mais globalizado.

Apesar do crescimento do número de jovens que concluem o ensino secundário ou o superior e da diminuição dos níveis de abandono escolar precoce, continuamos a ter uma das situações menos favoráveis no contexto europeu relativamente a esses dois indicadores. Ao invés de se apostar num crescimento sustentado, virado para uma maior competitividade, assente no conhecimento, na inovação e na qualificação dos quadros das empresas através do aproveitamento desses jovens, não se tem investido na melhoria da qualidade e formação técnico-profissional e alargamento das oportunidades para os funcionários mais antigos apostando na A.L.V. – Aprendizagem ao Longo da Vida. (Plano Nacional de Emprego).

#### ***Diferenças na inserção no mercado de trabalho marcadas pela especificidade dos territórios do concelho – rural e urbano com perfis distintos***

As freguesias rurais do concelho – Estoi e Santa Bárbara de Nexe – apresentam uma estrutura de actividade muito diferenciada das restantes freguesias do concelho. Assim, mantêm em 1991 e 2001 as mais baixas taxas de actividade. A mudança mais significativa no último período intercensitário dá-se na freguesia de Santa Bárbara de Nexe – passando de uma taxa de actividade geral de 38% para 50%, e de uma taxa de actividade feminina de 23% para 40%.

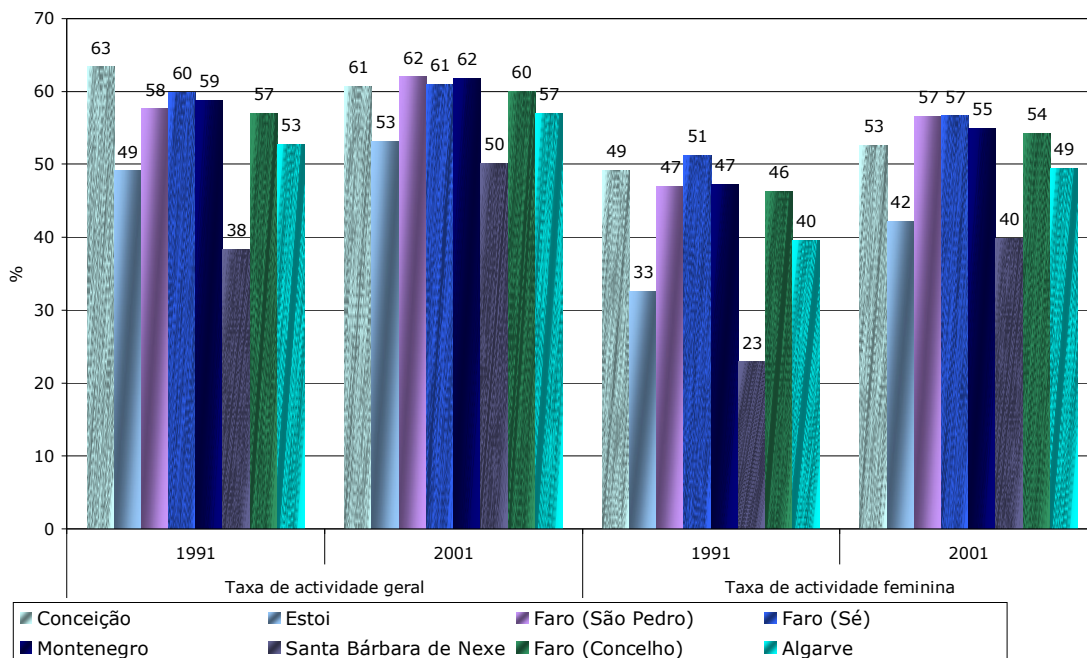
No entanto, tratam-se de perfis muito distantes da média concelhia, elevada pelas freguesias de maior população – em 2001, o concelho registava uma taxa de actividade geral de 60% e uma taxa de actividade feminina de 54%.

Fruto deste perfil de actividade, e das características demográficas de cada um dos territórios em apreço, revela-se um peso importante dos reformados na estrutura de inactividade na freguesia de Santa Bárbara de Nexe – 42% do total de inactivos em 2001. Curiosamente, esta foi a única freguesia que viu diminuir a representação dos reformados na sua estrutura de inactividade. Os dados registados em 2001, revelam uma tendência para a uniformização da representação deste grupo no conjunto dos inactivos.

A freguesia de Montenegro é a que manifesta menor valor neste indicador, o que resulta do seu perfil de crescimento e de dinâmica demográfica. Consequentemente, esta é a freguesia com maior representação de estudantes e de jovens com menos de 15 anos (equivaliam, em 2001, a mais de 50% dos seus inactivos).

Relativamente ao grupo de pessoal doméstico, há uma diminuição de cerca de metade da sua representação na estrutura de inactividade das freguesias de S. Pedro, Sé e Montenegro – o que não é de estranhar por se tratarem de contextos mais urbanizados em que se evidencia uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho (tradicionalmente incluídas neste grupo de inactividade).

**Gráfico 21. Taxa de actividade geral e taxa de actividade feminina, em 1991 e 2001, na região, concelho e freguesias**



Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

**Quadro 13. Estrutura da Inactividade, em 1991 e 2001, na região, no concelho e suas freguesias**

Freguesia/ Concelho/ Região	1991					2001					
	Doméstico	Estudante	Incapacitado	Reformado	Outros casos	Doméstico	Estudante	Incapacitado	Reformado	Menos 15 anos	Outros casos
Conceição	19,3	18,8	3,2	22,2	36,5	12,0	11,5	5,4	32,7	31,8	6,5
Estoi	24,1	13,9	3,5	33,2	25,3	14,9	8,6	6,5	39,4	24,0	6,6
Faro (São Pedro)	15,4	21,6	1,0	30,3	31,6	7,3	14,6	3,1	38,4	29,4	7,2
Faro (Sé)	14,2	24,6	1,1	25,3	34,8	7,8	20,1	2,5	33,0	30,5	6,2
Montenegro	16,9	22,7	1,4	26,8	32,3	9,8	22,2	2,3	28,5	31,1	6,1
Santa Bárbara de Nexe	18,0	9,3	1,4	43,5	27,9	15,7	9,1	3,1	42,0	23,6	6,5
Faro (Concelho)	16,0	21,1	1,5	28,7	32,7	9,3	16,9	3,1	34,9	29,4	6,4
Algarve	17,4	16,4	2,2	33,8	30,1	11,1	12,1	3,1	38,5	28,5	6,8

Fonte: INE – Censos 2001. Tratamento dos dados – Equipa IN LOCO

De forma a analisar as condições em que se processa a integração do mercado de trabalho dos residentes empregados, procurou-se aferir sobre aqueles que detinham, em 1991 e 2001, um horário laboral inferior a 35 horas semanais<sup>16</sup>.

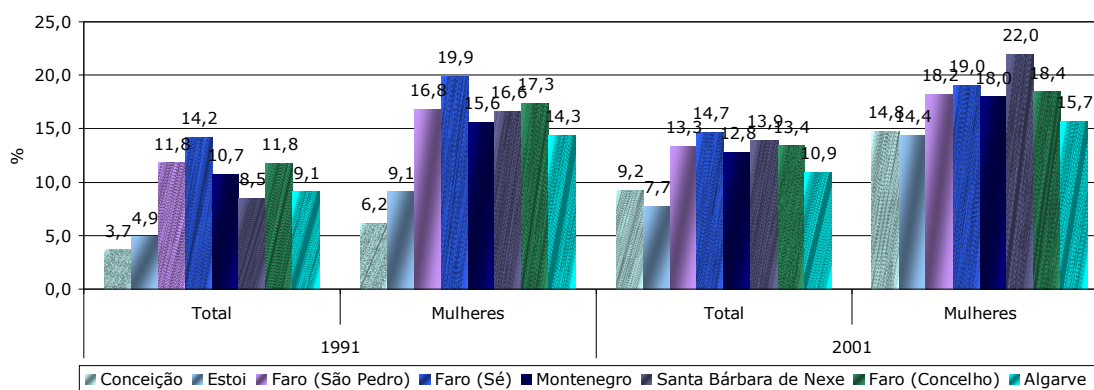
Em termos globais, é de assinalar um aumento da percentagem de população com trabalho inferior a 35 horas semanais, quer para toda a população empregada, quer para a população empregada feminina em particular. Tal pode ser um indicador de aumento da precariedade<sup>17</sup>. Constitui excepção a esta tendência o caso da freguesia da Sé, em que a representação da população feminina empregada com um horário laboral inferior a 35 horas semanais era, em 1991, de 19,9%, baixando ligeiramente, em 2001 para 19%. Esta freguesia estava, no entanto, em 1991 e em 2001 com a maior percentagem de população empregada total com horário de trabalho inferior a 35 horas semanais, e era a segunda freguesia com o valor mais alto no indicador no que se reporta à população empregada feminina.

Destaca-se o caso da freguesia de Santa Bárbara de Nexe que, como referido anteriormente, tinha a mais baixa taxa de actividade feminina, em 2001 (40%), tendo igualmente a maior representação de mulheres empregadas com um horário de trabalho inferior a 35 horas por semana (22%).

Torna-se curioso verificar que, no caso da Conceição, apresentando taxas de actividade elevadas – quer geral, quer feminina – é, igualmente, uma das freguesias com mais baixa representação da população empregada com um horário laboral inferior a 35 horas semanais.

Os dados concelhios parecem apontar para uma precarização do emprego no concelho por relação à região.

**Gráfico 22. % de População Empregada com um horário laboral inferior a 35 horas semanais, em 1991 e 2001, na região, no concelho e freguesias**



Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

<sup>16</sup> Entendido este como um horário integral ideal. Não se utiliza o termo trabalho a tempo parcial, dado que este conceito depende do que é considerado como horário a tempo integral em cada entidade empregadora.

<sup>17</sup> O caso português constitui, de resto, uma particularidade no contexto dos países europeus com modelos de protecção social mais activos. Se em parte importante dos países da UE tal diminuição é significado de aumento da qualidade de vida – dado que se mantêm os níveis de vida, diminuindo o tempo de laboração – no caso português, o tempo parcial é geralmente uma condição para subsistência imposta por entidades patronais e não decorre de uma opção dos trabalhadores.

A estrutura demográfica, de actividade e de inactividade tem necessário impacto sobre o meio de vida da população. Com uma população mais envelhecida, diminui em todas as unidades geográficas em análise a representação da população que vive a cargo da família e aumenta aqueles que vivem de pensões/ reforma. Faz-se excepção na freguesia de Santa Bárbara, com uma diminuição do peso daqueles que vivem de pensões/ reforma – de 29,7% para 24,7%, entre os dois últimos censos.

De um modo geral, conclui-se que as freguesias rurais são aquelas em que se regista uma maior percentagem de população que vive de pensões/ reforma e é nas freguesias urbanas que se regista uma maior representação da população cujo principal meio de vida é o trabalho (quase metade da sua população residente). É nas freguesias de Montenegro e, seguidamente, da Sé que se regista a maior representação de população que vive a cargo da família.

Evidencia-se, simultaneamente, uma situação paradoxal. Ao mesmo tempo que aumenta a representação da população dependente de apoios sociais, também se verifica uma subida da população cujo principal meio de vida decorre de rendimentos de propriedade ou de empresa. Neste último caso, a única excepção é, mais uma vez, registada na freguesia de Santa Bárbara de Nexe, com uma descida para metade da percentagem da população que depende deste tipo de rendimentos (1,5% em 2001).

Em 2001, já estando implementado o então Rendimento Mínimo Garantido (hoje Rendimento Social de Inserção), verificava-se que a menor representação dos beneficiários desta prestação social se verificava nas freguesias urbanas do concelho<sup>18</sup>.

**Quadro 14. Principal meio de vida da população residente**

Freguesia/ Concelho/ Região	1991						2001							
	A cargo da família	Apoio Social	Pensão/ Reforma	Rendimentos de propriedade ou empresa	Subsídios temporários	Trabalho	A cargo da família	Apoio Social	Outros casos	Pensão/ Reforma	RMG	Rendimentos de propriedade ou empresa	Subsídios temporários	Trabalho
Conceição	37,2	0,2	11,7	0,9	1,1	48,9	29,9	0,1	1,0	17,8	1,1	1,6	1,7	46,8
Estoi	36,5	0,6	20,6	1,2	0,9	40,2	28,3	0,2	0,7	23,0	0,5	2,1	1,6	43,6
Faro (São Pedro)	35,2	0,3	17,1	0,6	1,0	45,8	26,7	0,2	1,8	18,8	0,5	0,6	1,7	49,6
Faro (Sé)	35,7	0,6	14,0	0,8	1,2	47,6	30,2	0,2	1,7	16,6	0,7	0,9	1,7	48,0
Montenegro	35,3	0,1	15,0	0,6	1,2	47,8	32,0	0,1	1,6	13,9	0,4	1,3	1,4	49,2
Santa Bárbara de Nexe	33,8	0,2	29,7	3,0	1,2	32,0	29,2	0,1	1,1	24,7	1,4	1,5	1,3	40,6
Faro (Concelho)	35,6	0,4	16,3	1,0	1,2	45,5	29,4	0,2	1,6	17,9	0,7	1,0	1,6	47,6
Algarve	34,4	1,1	20,0	0,8	1,4	42,3	28,6	0,3	1,5	20,8	0,5	0,9	1,9	45,5

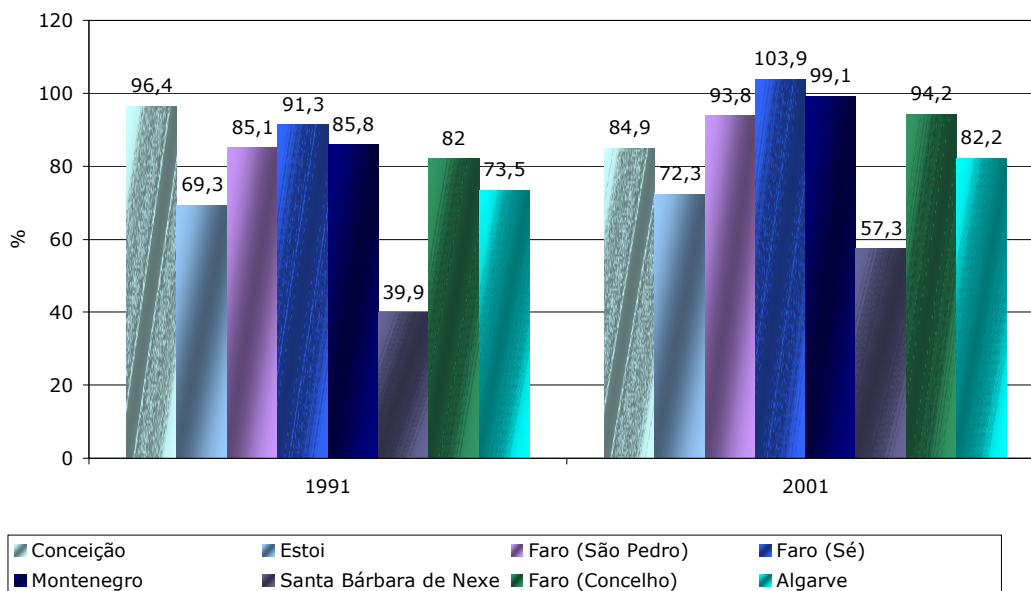
**Fonte:** INE – Censos 2001. Tratamento dos dados – Equipa IN LOCO

Tal como no caso dos indicadores anteriormente analisados, o índice de renovação da população em idade activa é dependente da estrutura demográfica de qualquer território. Apesar disso, a performance do concelho aponta para um aumento da capacidade de rejuvenescer a sua população em idade activa, mas mantém ainda uma representação da população entre 50-64 anos superior à população que detém idades compreendidas entre 20 e 29 anos – em 2001, havia cerca de 94 pessoas com idades entre 20-29 anos para cada 100 entre 50-64 anos, quando em 1991 esse valor se situava em 82.

<sup>18</sup> Teremos oportunidade de retomar esta análise, no capítulo referente à Acção Social concelhia.

À excepção da freguesia da Conceição, em todas as restantes freguesias do concelho se registou um aumento neste indicador. No entanto, só na freguesia do Montenegro se verificava uma maior representação da população com idades entre 20-29 anos em relação àquelas com idades entre os 50 e 64 anos.

**Gráfico 23. Índice de Renovação da população em idade activa<sup>19</sup>**



Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

### ***Um processo de terciarização acentuado***

O concelho apresenta características de um acentuado processo de terciarização da sua economia. No que se refere aos estabelecimentos, verifica-se que mais de metade da economia local está centrada em estabelecimentos de comércio a grosso e a retalho, e de actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas. Os estabelecimentos destinados à produção agrícola, animal e actividade piscatória representavam, em 2005, menos de 3% do total dos estabelecimentos concelhios.

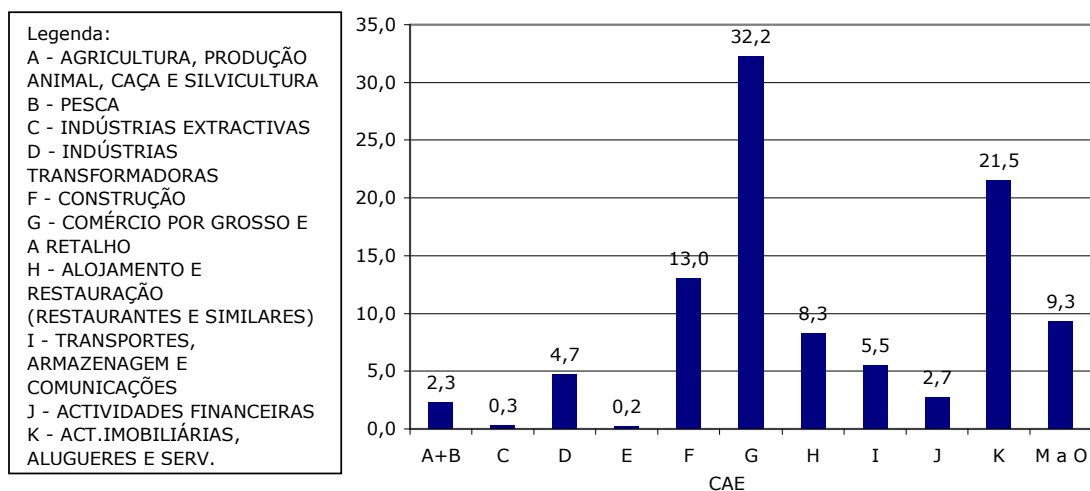
O emprego é muito pouco dependente de sociedades maioritariamente estrangeiras (2,2%, por relação a 4,4% no Algarve e 6,6% no país, em 2005). Se nos serviços intensivos em conhecimento a capacidade empregadora do concelho traduz uma performance mais frágil do que aquela registada em termos médios regional e nacional, o mesmo não acontece no que respeita à proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias de média e alta tecnologia (22% do emprego da indústria transformadora, em 2005). Na proporção de emprego em TIC, Faro supera a média regional mas mantém um valor mais baixo do que aquele registado ao nível nacional.

<sup>19</sup> Ver definição em anexo metodológico.

Em termos de dinâmica empresarial, esta apresenta-se favorável com uma taxa de constituição de sociedades superior à taxa de dissolução, acompanhando as tendências regionais e nacionais – em 2006, o saldo entre a constituição e a dissolução de sociedades cifrava-se em 5,6% (taxa de constituição de 7,2% e de dissolução de 1,6%).

Evidencia-se a importância da empregabilidade dos estabelecimentos de pequena dimensão – em 2005, 88% do emprego era garantido por estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço. A média de pessoas por estabelecimento era de cerca de 5.

**Gráfico 24. Estabelecimentos do município de Faro segundo a CAE no ano de 2005**



**Quadro 15. Indicadores de performance das empresas**

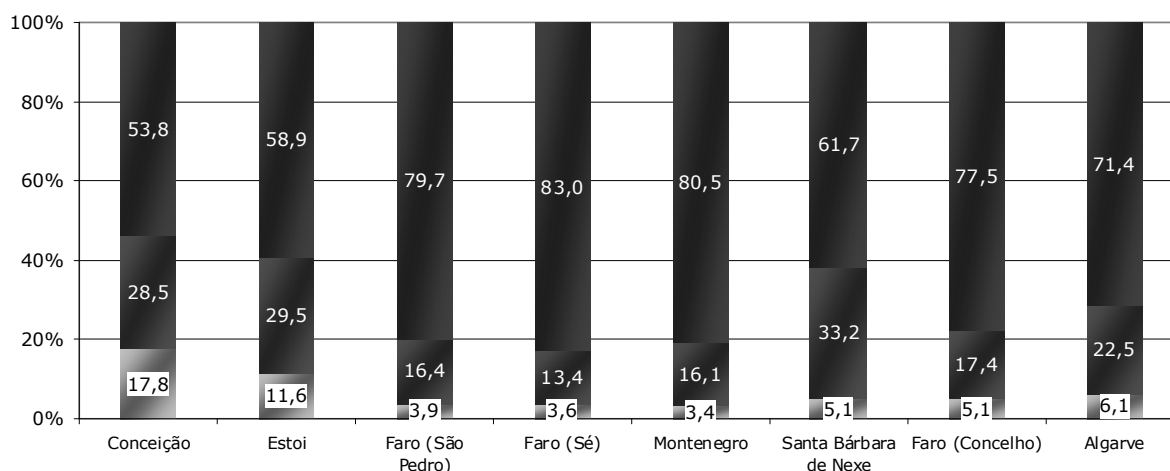
Indicador	Unidade	Ano	Portugal	Algarve	Faro
Proporção de emprego em sociedades maioritariamente estrangeiras	%	2005	6,6	4,4	2,2
Proporção de emprego dos serviços intensivos em conhecimento	%	2005	41	28	27
Proporção de emprego total em actividades TIC (tecnologias da informação e da comunicação)	%	2005	3,1	1,1	2,5
Proporção de emprego da indústria transformadora em indústrias média e alta tecnologia	%	2005	18	9	22
Taxa de constituição de sociedades	%	2006	6,3	7,6	7,2
Taxa de dissolução de sociedades	%	2006	2,2	2,4	1,6
Densidade dos estabelecimentos	Nº/km2	2005	5	4,7	17,5
Proporção de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço	%	2005	88	89	88
Pessoal ao serviço por estabelecimento	Nº	2005	6,3	5	5,4

Fonte: INE – Anuários Estatísticos

São as freguesias urbanas que apresentam uma dinâmica de terciarização mais acentuada. Já em 2001, Sé, São Pedro e Montenegro tinham cerca de 80% da sua população residente empregue no sector dos serviços. O emprego no sector primário adquire maior importância nas freguesias da Conceição e de Estoi (17,8% e 11,6% respectivamente). O peso deste sector nas restantes freguesias do

concelho é praticamente residual. Por fim, o sector secundário apresenta um peso mais relevante nas freguesias rurais e de periferia urbana.

**Gráfico 25. População Residente Activa Empregada segundo o sector de actividade**



■ Primário ■ Secundário ■ Terciário

Fonte: INE. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

Para melhor compreender o perfil territorial de emprego da população residente procurou-se sistematizar o conjunto de actividades com maior importância em cada uma das freguesias (as 5 mais importantes) e do concelho no seu todo (as 10 actividades económicas com maior importância no emprego da população residente).

As freguesias da Sé e de S. Pedro destacam-se pela concentração de equipamentos, serviços e comércio. Nestas freguesias a deslocação é facilitada por pequenos percursos que se podem fazer a pé ou estão assegurados pela rede de transportes até determinadas horas. Se o comércio é, em ambas as freguesias, a actividade que emprega mais população residente, o perfil de ocupação nas restantes actividades é diferenciado. Assim, na freguesia de S. Pedro, seguem-se, por ordem de importância: construção de edifícios, administração pública, actividades de saúde humana e o emprego no ensino básico de 2º e 3º ciclos. Na freguesia da Sé, por seu lado, embora as actividades com maior capacidade empregadora sejam as mesmas de S. Pedro a ordem de importância é diferente, a saber: administração pública, actividades de saúde humana, construção de edifícios e ensino básico de 2º e 3º ciclos.

As freguesias de Santa Bárbara de Nexxe, Conceição de Faro e Estoi, caracterizam-se por outro tipo de actividade, mais ligadas à produção e transformação agrícolas e com características sazonais. A rede de transportes é muito mais limitada em termos de horários, o que implica que os residentes para trabalhar fora tenham, na maior parte das vezes de possuir transporte próprio. Embora a actividade agrícola se apresente como uma das actividades com maior importância, é a construção de edifícios que surge no topo do emprego da população residente. Na Conceição de Faro, as actividades agrícolas são as segundas de maior importância empregadora, seguindo-se o comércio a retalho, famílias com empregados domésticos e administração pública. As freguesias de Santa Bárbara e de Estoi apresentam características muito similares em termos de actividades com maior capacidade de

emprego da população residente. As 5 actividades com maior importância são: construção de edifícios, comércio a retalho, agricultura, administração pública e manutenção e reparação de automóveis.

Montenegro face ao seu grande crescimento populacional e o Pólo da Universidade de Gambelas tem incrementado a criação de determinados equipamentos e serviços, sedeados essencialmente no seu núcleo urbano e zona nova. A zona da praia apresenta características distintas, já que a maioria da população residente se dedica à actividade piscatória. As deslocações são minimamente asseguradas por transportes públicos rodoviários, principalmente durante a época escolar. As 5 actividades que empregam parte importante da sua população residente são: comércio a retalho, construção de edifícios, ensino superior, administração pública e actividades de saúde humana.

No perfil concelhio, e considerando as 10 actividades com maior importância de emprego da sua população residente, acresce a parte significativa das actividades referenciadas o emprego nos estabelecimentos hoteleiros, restaurantes e em actividades de acção social. Nesta lista não se enquadram as actividades que ao nível das freguesias rurais surgem como importantes na criação de emprego como as famílias com empregados domésticos e a manutenção e reparação de automóveis.

Muitos dos residentes no concelho, deslocam-se para fora, recorrendo a empregos em hotelaria e restauração, na sua maioria sazonais e precários, sujeitando-se a horários que muitas vezes não são acessíveis a todos, ou por terem filhos pequenos ou pela carência de transporte, entre outros, situação agravada quando residem nas freguesias rurais quer pela distância, quer pelo acesso à informação.

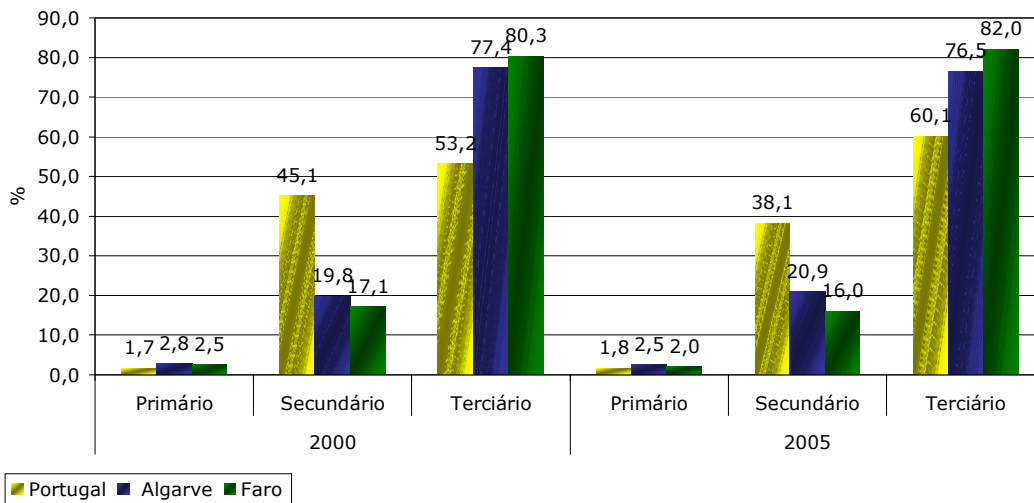
**Quadro 16. Actividades económicas com maior capacidade de empregabilidade, segundo o nº de trabalhadores e % face ao total de trabalhadores empregados, no concelho e freguesias, em 2001**

Faro			Conceição			Faro (São Pedro)			Montenegro		
Comércio a Retalho	3436	12,2	Construção de edifícios	308	17,0	Comércio a Retalho	899	13,9	Comércio a Retalho	307	11,5
Construção de edifícios	2548	9,0	Agricultura	293	16,2	Construção de edifícios	557	8,6	Construção de edifícios	252	9,5
Administração Pública	1959	7,0	Comércio a Retalho	211	11,7	Administração Pública	446	6,9	Ensino Superior	156	5,9
Actividades de Saúde Humana	1604	5,7	Famílias com empregados domésticos	66	3,6	Actividades de Saúde Humana	357	5,5	Administração Pública	153	5,7
Ensino Básico (2º/3ºCEB) e Secundário	1227	4,4	Administração Pública	66	3,6	Ensino Básico (2º/3ºCEB) e Secundário	277	4,3	Actividades de Saúde Humana	123	4,6
Agricultura	983	3,5	<b>Estoi</b>			<b>Faro (Sé)</b>			<b>Santa Bárbara de Nexe</b>		
Estabelecimentos Hoteleiros	834	3,0	Construção de edifícios	295	18,9	Comércio a Retalho	1776	12,7	Construção de edifícios	295	17,3
Restaurantes	834	3,0	Comércio a Retalho	143	9,2	Administração Pública	1128	8,1	Comércio a Retalho	143	8,4
Ensino Superior	771	2,7	Agricultura	131	8,4	Actividades de Saúde Humana	979	7,0	Agricultura	131	7,7
Actividades de Acção Social	558	2,0	Administração Pública	80	5,1	Construção de edifícios	796	5,7	Administração Pública	80	4,7
			Manut. e rep. de veículos automóveis	57	3,7	Ensino Básico (2º/3ºCEB) e Secundário	746	5,3	Manut. e rep. de veículos automóveis	57	3,3
<b>Actividade</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Actividade</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Actividade</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Actividade</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>

Fonte: INE – Censos 2001. Tratamento dos dados – Equipa In Loco

A distribuição dos trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos segundo o sector de actividade mostra uma realidade mais díspar do que a registada nos estabelecimentos. Apenas 2% dos trabalhadores se dedicam ao sector primário e 16% ao sector secundário, quando os restantes 82% se concentram no sector terciário. Se bem que neste último sector adquiram importância actividades diferenciadas fruto da centralidade de serviços do concelho, o sector produtivo está claramente fragilizado. Num cenário de crise económica, Faro encontra-se numa situação mais vulnerável. Veja-se que no país, apesar da dependência cada vez maior do sector terciário, o secundário ainda adquire alguma importância. Mas é claramente uma realidade regional e nacional a importância diminuta da actividade produtiva agrícola e pecuária na criação de emprego.

**Gráfico 26. Trabalhadores por conta de outrem ao serviço dos estabelecimentos do concelho segundo o sector de actividade**

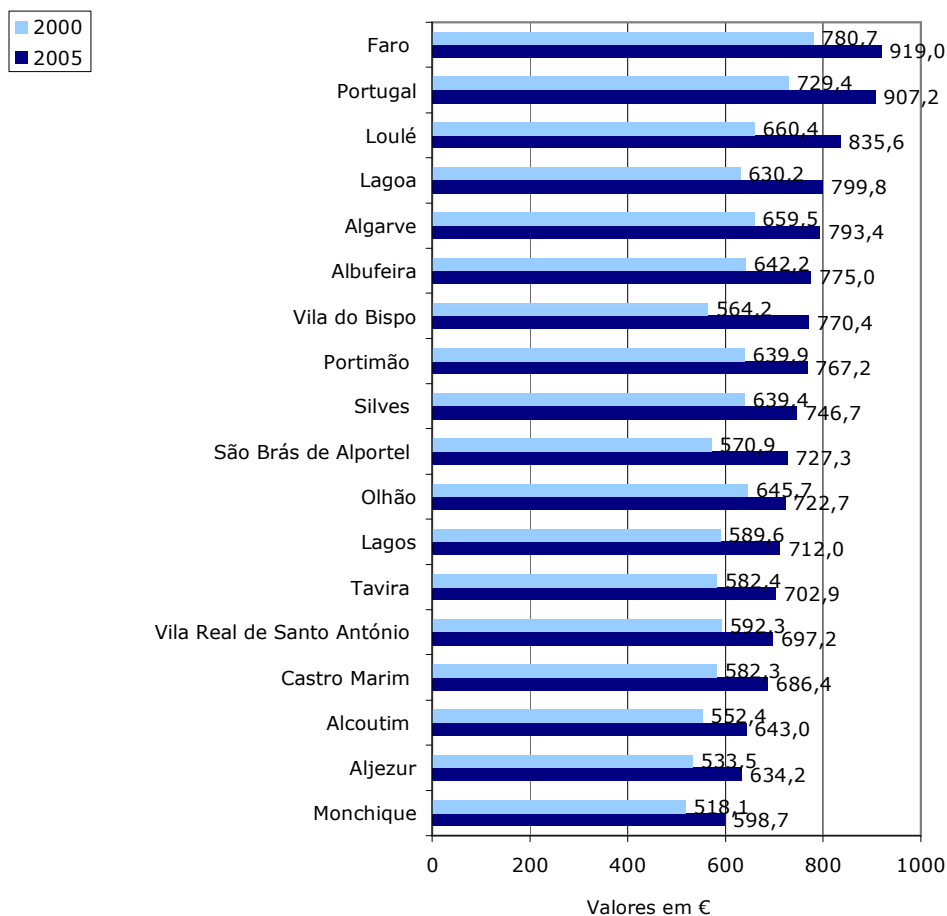


Fonte: INE - Anuários Estatísticos. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

***Um concelho com um elevado nível de vida***

Desde 2000 que Faro se mantém no topo da tabela dos concelhos ao nível regional, no que respeita ao ganho médio dos trabalhadores ao serviço das empresas. Quer em 2000 como em 2005, o concelho apresentava um salário médio superior ao registado ao nível nacional - em 2000, era de 781€ quando no país essa média se cifrava em 729€, elevando-se para 919€ no concelho e 907€ no país, em 2005.

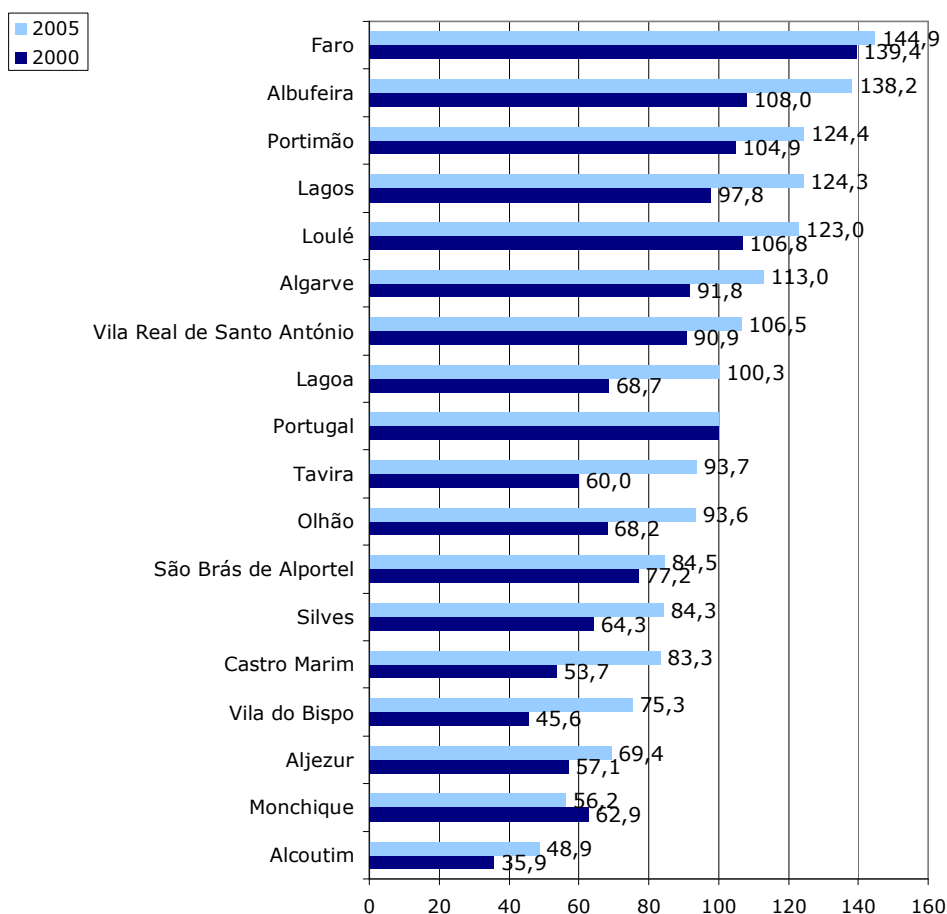
**Gráfico 27. Ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem, no país, na região e nos concelhos da região, em 2000 e 2005**



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

No que respeita ao poder de compra concelhio, tendo por base a média do país igual a 100, quer em 2000 como em 2005, Faro apresentava um índice superior e, mais uma vez posiciona-se como o concelho com maior valor no índice ao nível regional. Se em 2000, o concelho adquiria uma posição relativamente alta mas não dominante ao nível nacional, em 2005, Faro era o quinto concelho do país com maior poder de compra sendo apenas ultrapassado por Oeiras, Cascais, Lisboa e Porto. Em 2000, o poder de compra concelhio era de cerca de 140, passando para cerca de 145 em 2005.

**Gráfico 28. Poder de compra concelhio, no país, na região e nos concelhos da região, 2000 e 2005**



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

### **Uma tendência de diminuição do desemprego**

Em 2001, o concelho registava 1683 desempregados, quando esse valor tem um ligeiro aumento (em termos médios) em 2007 para 1714 – sendo uma diferença absoluta de 31 desempregados. Mas se em termos absolutos não se registam diferenças significativas, em termos relativos estima-se que a taxa de desemprego tenha passado de 5,6% em 2001, para 7%<sup>20</sup> em 2007.

De acordo com os dados do IEF, em Janeiro de 2004 registavam-se, no concelho, 2080 desempregados, diminuindo em Janeiro de 2008 para 1796 desempregados. De acordo com os últimos dados disponíveis do desemprego registado relativos a Junho do corrente ano, o concelho detinha 1472 desempregados (fascia abaixo dos 1500 desempregados, que ao longo dos últimos 4 anos, só havia sido

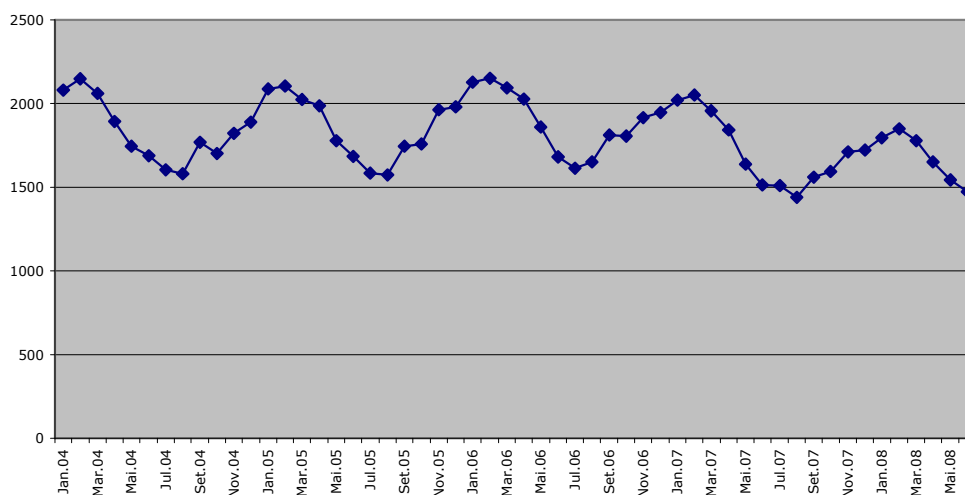
<sup>20</sup> Estimativa calculada tendo por base a população média desempregada no ano 2007 (dados do IEF); a população em idade activa estimada (dados INE). Para o cálculo da população activa utilizou-se a mesma proporção de 2001 no que respeita à relação entre população activa e população em idade activa. Tratamento dos dados – Equipa In Loco.

conseguida em Agosto de 2007). Assim, apesar de uma descida do efectivo de desempregados a taxa de desemprego ainda se mantém relativamente alta face ao registado em 2001 – o que se fica a dever exclusivamente à estimativa de diminuição da população activa no concelho.

Saliente-se ainda a sazonalidade verificada através da evolução mensal do n.º de desempregados manifesta sobretudo no diferencial entre dois períodos, os meses de Novembro a Março e os meses de Março a Agosto, inerente à forte influência da restauração e turismo característica de toda a região algarvia.

Evidencia-se a particularidade da localização do Aeroporto no concelho, cujo recrutamento de mão-de-obra se focaliza na sua grande maioria em contratos sazonais precários mas reactivados durante anos consecutivos, sendo do conhecimento geral o elevado número de colaboradores que todos os anos efectivam contratos de 6 meses referentes apenas ao período do verão, usufruindo do subsídio de desemprego durante o inverno e repetindo o ciclo laboral no verão seguinte.

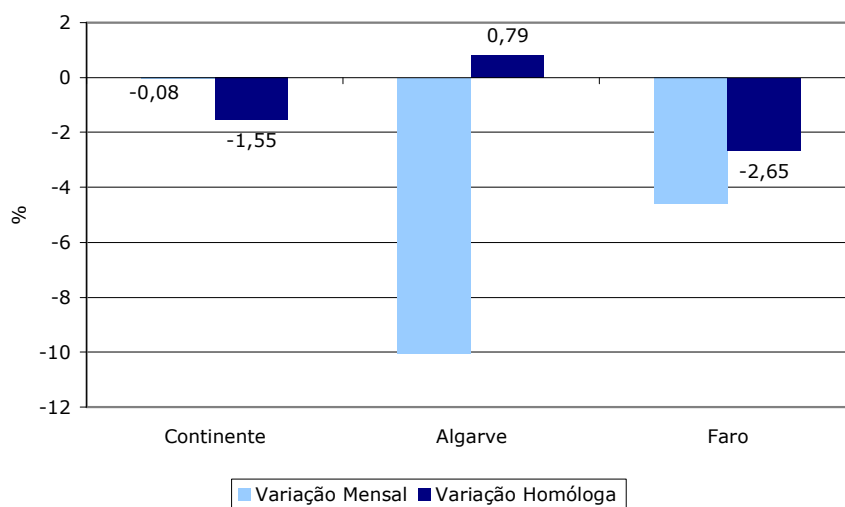
**Gráfico 29. Evolução do nº de desempregados do concelho de Faro de Janeiro de 2004 a Junho de 2008**



Fonte: IEFP

Fruto destas tendências a variação mensal e homóloga em Junho de 2008 foi negativa no concelho, seguindo a tendência do país (se bem que neste caso de forma bem mais tímida). Face ao mês anterior o concelho perdeu mais de 4% dos desempregados e comparativamente com o mesmo mês do ano anterior o concelho perdeu cerca de 3%. A região apresenta tendências relativamente diferenciadas – perdeu um número importante de desempregados face ao mês anterior, mas em Junho de 2008, os desempregados eram cerca de 1% a mais do que em Junho de 2007.

**Gráfico 30. Variação mensal e homóloga do desemprego em Junho de 2008**



Fonte: IEFP

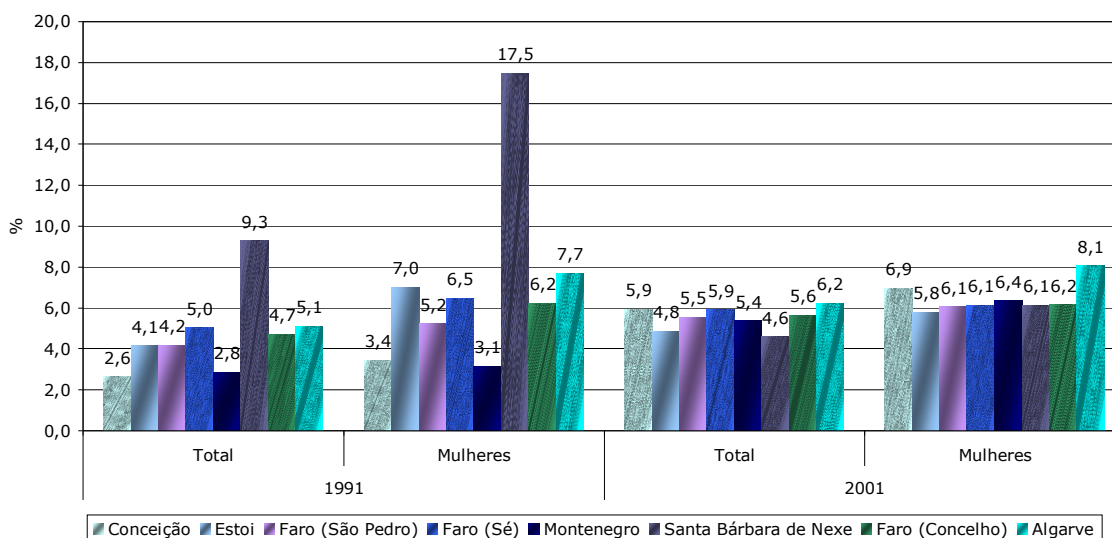
No que respeita à taxa de desemprego registado na população residente, por freguesia, nos últimos períodos censitários, verificam-se tendências muito díspares. Em 1991, seja na taxa de desemprego geral como na taxa de desemprego feminino registavam-se grandes oscilações inter-freguesias. Em 2001, os valores tendem a ser mais estáveis, com diferenças pouco significativas nos diferentes territórios do concelho.

Regra geral a tendência foi de aumento da taxa de desemprego geral em todas as freguesias, de 1991 para 2001. Constitui excepção o valor registado na freguesia de Santa Bárbara de Nexe, que baixou de 9,3% para 4,6% entre essas duas datas. É preciso sublinhar que esta freguesia, dadas as suas taxas de actividades mais baixas, é mais sensível a pequenas flutuações seja no emprego como no desemprego. Tal é ainda mais visível no que respeita à evolução da taxa de desemprego feminino, que baixa de 17,5%, em 1991, para 6,1%, em 2001.

Se em 1991, as freguesias da Conceição de Faro e de Montenegro registavam uma taxa de desemprego que não atingia os 3%, aumentam para um valor superior a 5% em 2001. Só Estoi e Santa Bárbara de Nexe detinham, em 2001, um valor no indicador inferior a 5%.

Relativamente à taxa de desemprego feminino, a freguesia da Conceição de Faro passou de uma das taxas mais baixas em 1991 (3,4%), para a mais elevada em 2001 (6,9%). Neste último ano a taxa de desemprego feminino nas restantes freguesias não oscilava significativamente situando-se em cerca de 6%. Apesar das taxas de desemprego feminino serem sempre mais altas do que as taxas de desemprego masculino, verifica-se não existirem diferenças muito significativas no último recenseamento, o que pode ser um sinal da capacidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho local.

**Gráfico 31. Taxa de desemprego geral e feminino, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 1991 e 2001**



Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

### **Um território com uma população urbana mais qualificada**

O concelho de Faro apresenta uma população com uma estrutura de habilitações mais elevada do que a registada no Algarve. Se no global, em 2001, Faro detinha 20,7% da sua população sem qualquer nível de ensino, esse valor elevava-se para 25,3% na região. Faro detinha quase 10% da sua população com ensino superior e a região cerca de 6%. As taxas de analfabetismo global e feminino eram significativamente mais baixas do que as registadas na região e no país. Mas se no global se verifica esta tendência ao nível intra-concelhio as realidades são muito díspares.

A freguesia da Conceição de Faro era, em 2001, a que apresentava uma estrutura de habilitações da sua população mais fragilizada. Mais de 30% da sua população não tinha atingido qualquer nível de ensino e apenas 3% detinha o ensino superior. As taxas de analfabetismo global e feminino ultrapassavam os 20%.

Seguem-se as freguesias rurais do concelho – Estoi e Santa Bárbara de Nexe. A população com escolaridade até o 1º ciclo representava cerca de 60% do total da sua população. Estoi apresentava as taxas de analfabetismo global e feminino a rondar os 20%, quando em Santa Bárbara se aproximavam dos 19%.

Todas estas três freguesias apresentavam uma realidade bem mais fragilizada do que aquela identificada ao nível nacional.

Em situação bastante diferente encontravam-se as freguesias de Montenegro e da Sé, com mais de 30% da sua população a ter pelo menos o ensino secundário. Mas era na freguesia da Sé que se registava uma menor proporção de população sem qualquer nível de ensino – 17,5% em 2001 – que se reflectia em taxas de analfabetismo global e feminino mais baixas – cerca de 12%.

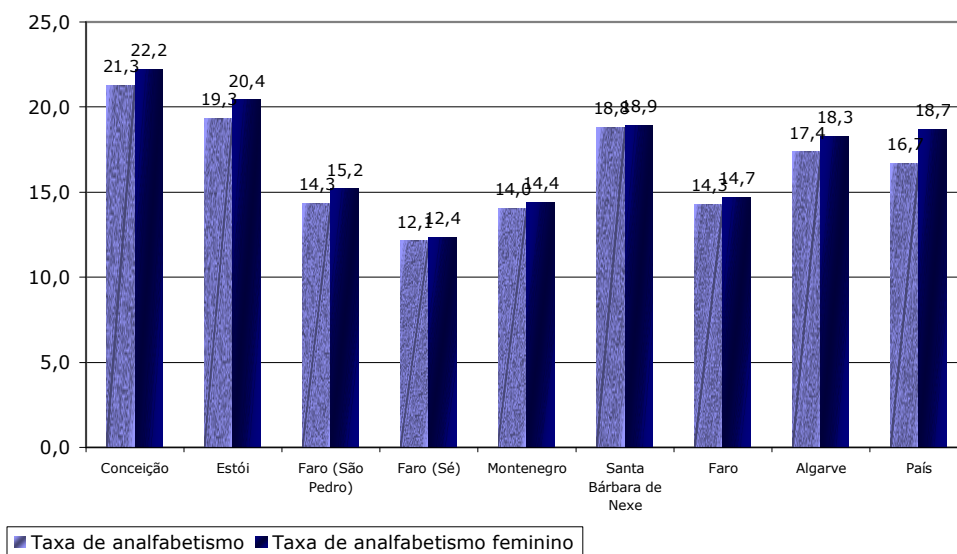
Fruto da aposta que se tem vindo a desenvolver nos últimos anos, na educação e na formação de adultos, assim como no reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) é bastante provável que se tenham registado melhorias significativas nas tendências registadas nos últimos censos. Para além da diversidade de oferta formativa existente no concelho, destacam-se os Centros de Novas Oportunidades (CNO) existentes com sede no concelho: CNO do Centro de Formação Profissional de Faro e CNO da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve. De forma a dar resposta à crescente procura dos residentes de Faro, a Associação In Loco que dispõe igualmente de um CNO em São Brás de Alportel, passou a desenvolver a sua actividade directamente no concelho, a saber, na Junta de Freguesia da Conceição de Faro. Para além disso, tem vindo a oferecer os seus serviços a organizações do concelho de que são exemplo a DREALG, o Hospital de Faro.

**Quadro 17. População residente segundo o nível de ensino atingido em 2001**

Freguesia/ Concelho/ Região	Sem Nível de Ensino		Ensino Pré-Escolar		1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		Secundário		Superior		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	Conceição	1163	31,0	39	1,0	1227	32,7	489	13,0	435	11,6	273	7,3	125	3,3	3751
Estói	1006	28,4	54	1,5	1143	32,3	453	12,8	373	10,5	336	9,5	173	4,9	3538	100,0
Faro (São Pedro)	2572	20,2	223	1,7	3080	24,1	1380	10,8	1976	15,5	2306	18,1	1224	9,6	12761	100,0
Faro (Sé)	4987	17,5	408	1,4	6084	21,3	3099	10,9	4873	17,1	5952	20,9	3143	11,0	28546	100,0
Montenegro	1067	20,0	88	1,6	1162	21,8	525	9,8	819	15,3	1080	20,2	595	11,2	5336	100,0
Santa Bárbara de Nexe	1234	30,0	56	1,4	1206	29,3	418	10,1	462	11,2	447	10,9	296	7,2	4119	100,0
Faro	12029	20,7	868	1,5	13902	23,9	6364	11,0	8938	15,4	10394	17,9	5556	9,6	58051	100,0
Algarve	100182	25,3	6202	1,6	107629	27,2	49163	12,4	58919	14,9	49796	12,6	23327	5,9	395218	100,0

Fonte: INE – Censos 2001. Tratamento dos dados – Equipa In Loco

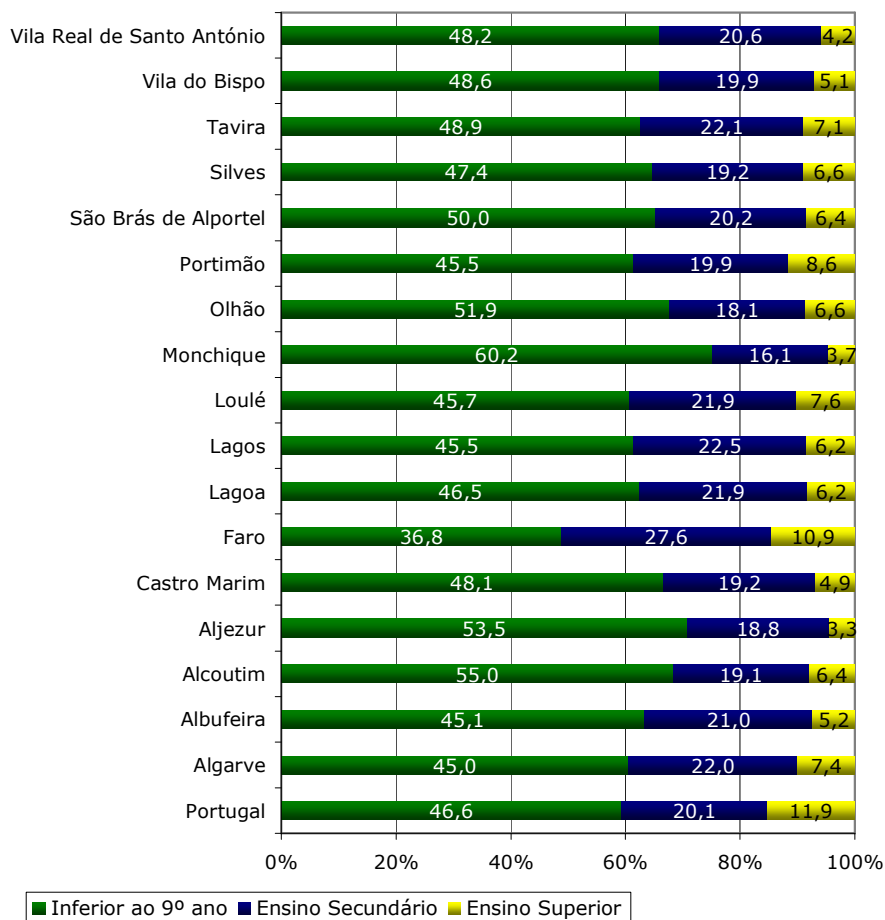
**Gráfico 32. Taxa de analfabetismo global e taxa de analfabetismo feminino, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001**



Fonte: INE - Censos. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

Os dados disponíveis mais recentes sobre a qualificação dos trabalhadores ao serviço das empresas permite colocar o concelho na dianteira ao nível regional. Tal estrutura pode ser um indicador das tendências que se julga estarem a ser verificadas, fruto do maior investimento na educação e na formação de adultos, assim como na escolarização dos jovens. Assim, o concelho apresenta a maior proporção de trabalhadores com nível superior (10,9% em 2005), se bem que esse seja um valor inferior ao registado ao nível nacional (de 11,9% nesse mesmo ano). Apresenta, igualmente, a maior proporção de pessoal com ensino secundário, superando o país a este nível – 27,6% face a 20,1%.

**Gráfico 33. Estrutura de habilitações literárias dos trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos, no país, na região e nos concelhos da região, em 2005**



Fonte: INE - Anuários Estatísticos. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

## I.5. Habitação

Outro indicador de desenvolvimento social do concelho de Faro prende-se com os constrangimentos verificados em termos habitacionais. Na generalidade é sentida uma crescente insatisfação com a falta de soluções para os problemas de cariz sócio-habitacional.

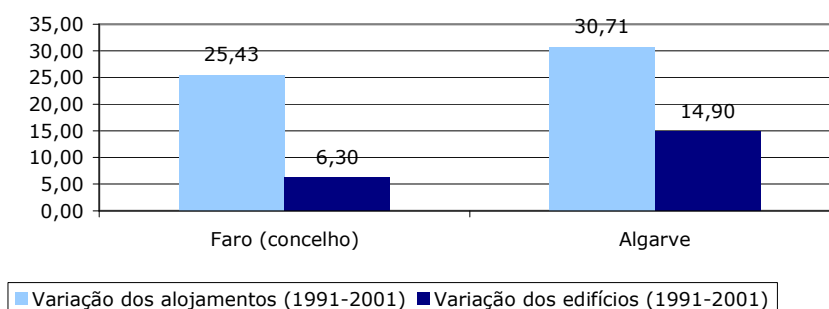
Embora estejamos perante uma realidade semelhante à de outros concelhos do país, no concelho de Faro são praticadas altas rendas, demasiado elevadas e incompatíveis com rendimento da maioria das famílias; verifica-se uma não diminuição da especulação imobiliária nas vendas (embora se verifique um excesso de oferta face à procura, são cada vez mais frequentes as situações de carência económica de famílias, em que ambos os membros do casal trabalham e em que, se verifica que a contracção simultânea de multi-créditos, culmina na impossibilidade de suportar o crédito habitacional contraído); em determinadas zonas do concelho de Faro verifica-se a existência de um parque habitacional envelhecido e degradado que não oferece as condições necessárias para se manter habitável, bem como, se verifica a insuficiência das respostas habitacionais existentes de carácter municipal, habitação social e/ou construção a custos controlados.

Creemos que o crescimento do mercado imobiliário tende a estabilizar, nomeadamente, devido às novas directrizes na atribuição/contracção de créditos habitacionais e à adopção de políticas de incentivo ao arrendamento, como o Programa Porta 65, no entanto, não deixa de ser preocupante o facto de estarmos perante uma população idosa, com poucos recursos económicos e por vezes fraco/inexistente suporte familiar residente em fogos com fracas condições de segurança e salubridade, que correspondem a arrendamentos antigos.

### ***Uma tendência de crescendo do parque habitacional e as diferenças de oferta e de consumo nos vários territórios concelhios***

No que respeita à análise da evolução do parque habitacional, com base no último momento censitário e relativamente a 1991, o concelho de Faro registou uma variação de 25,43% no número de alojamentos e 6,27% no número de edifícios, em média, em 2001, existiam 152.71 edifícios por km<sup>2</sup> no concelho de Faro. Em qualquer das situações, a variação verificada foi mais moderada do que aquela registada na região.

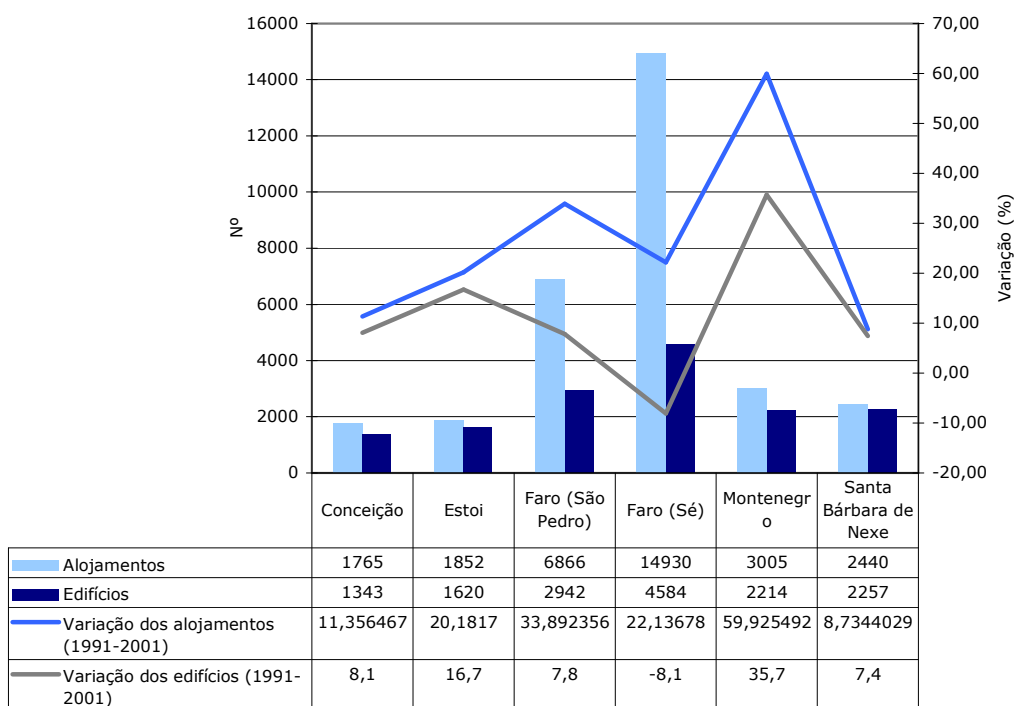
**Gráfico 34. Alojamentos, Edifícios e variação, na região do Algarve e no concelho de Faro, em 2001**



Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

A concentração de parte importante dos alojamentos e edifícios dá-se na freguesia da Sé, com 14.930 dos 30.858 alojamentos existentes (48,4%) e 4.854 dos 14.960 edifícios (32,4%). No entanto, a variação mais significativa, quer de alojamentos (59,9%) como de edifícios (35,7%), entre 1991 e 2001, dá-se na freguesia de Montenegro – o que justifica o aumento acentuado da população registado entre os últimos dois momentos de recenseamento. Em termos de crescimento do número de alojamentos segue-se a freguesia da Sé – com uma variação de 33,9% – e de número de edifícios apresenta um grande aumento a freguesia de Estoi – com uma variação de 17,8%.

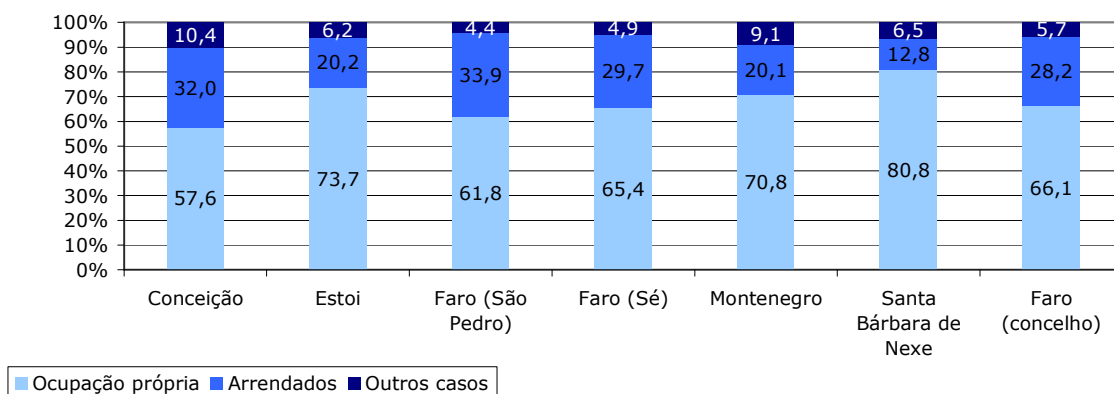
**Gráfico 35. Alojamentos, Edifícios e variação, nas freguesias do concelho de Faro, em 2001**



Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

Em 2001, à data do último recenseamento, refira-se que no concelho cerca de 1633 edifícios destinavam-se a outros fins que não exclusivamente a habitação humana, 66,12% dos alojamentos encontravam-se ocupados pelo proprietário, enquanto 28,21% se encontravam em regime de arrendamento. É nas freguesias de São Pedro e da Conceição de Faro que o arrendamento adquire maior representação, ultrapassado os 32% dos alojamentos disponíveis.

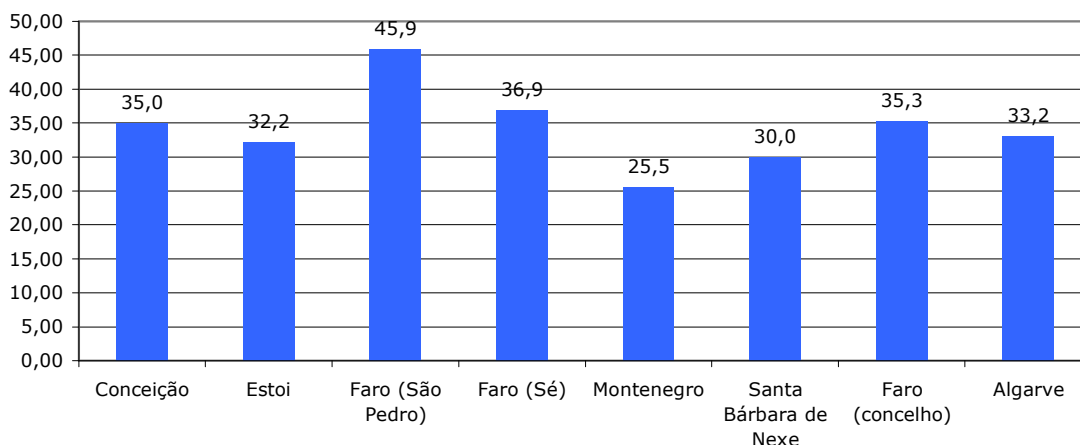
**Gráfico 36. Regime de ocupação dos alojamentos, no concelho de Faro e suas freguesias, em 2001**



Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

No que respeita à idade média dos alojamentos, são as freguesias do centro da cidade que apresentam um parque habitacional mais antigo (com uma média de idade dos alojamentos superior a 36 anos). Fruto da sua juventude, em termos de consolidação do seu núcleo urbano, é a freguesia de Montenegro que apresenta um parque habitacional com uma média de idade inferior (cerca de 25 anos). Em termos concelhios, a média de idade dos alojamentos é superior àquela registada para a região.

**Gráfico 37. Idade média dos edifícios, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001**

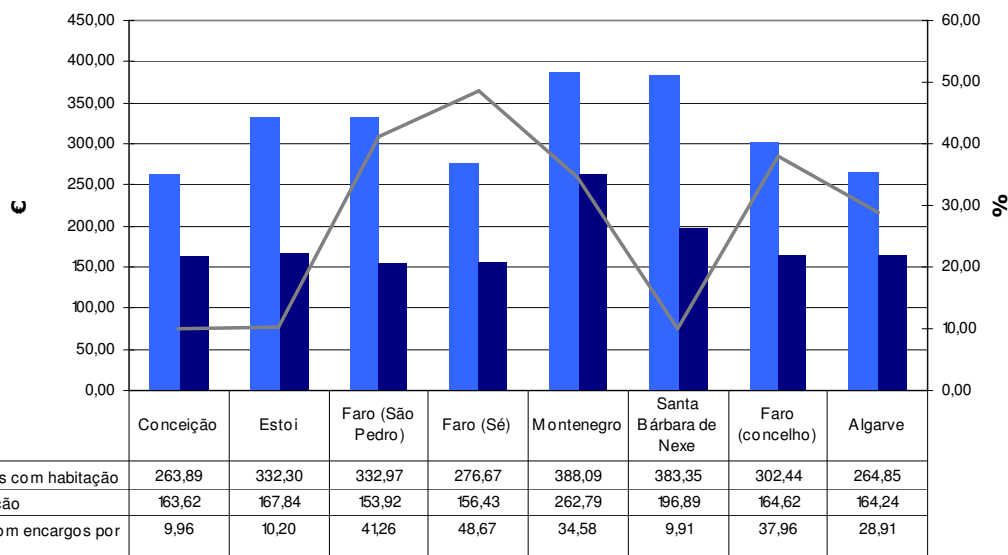


Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

Apesar de possuir o maior nível médio de encargos com habitação nos concelhos algarvios (+14,2% que o valor médio da região), a renda média com habitação concelhia é similar à média regional. É na freguesia de Montenegro que se registam os maiores encargos com a habitação e com o arrendamento. Nas freguesias da Sé e de São Pedro, verifica-se a maior proporção de alojamentos com encargos por aquisição de casa (48,67% e 41,26% respectivamente), mas a renda mensal mais baixa (que se justificará pela existência de casas antigas com arrendamentos

abaixo dos valores de mercado praticados). A freguesia da Conceição é aquela em que se registam os valores mais baixos nalguns dos indicadores – com um encargo médio mensal com habitação de cerca de 264€ e em apenas 10% dos alojamentos se registam encargos com a aquisição de habitação.

**Gráfico 38. Encargos médios mensais por compra de casa própria, renda média com habitação e % de alojamentos familiares com encargos por compra de casa, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001**

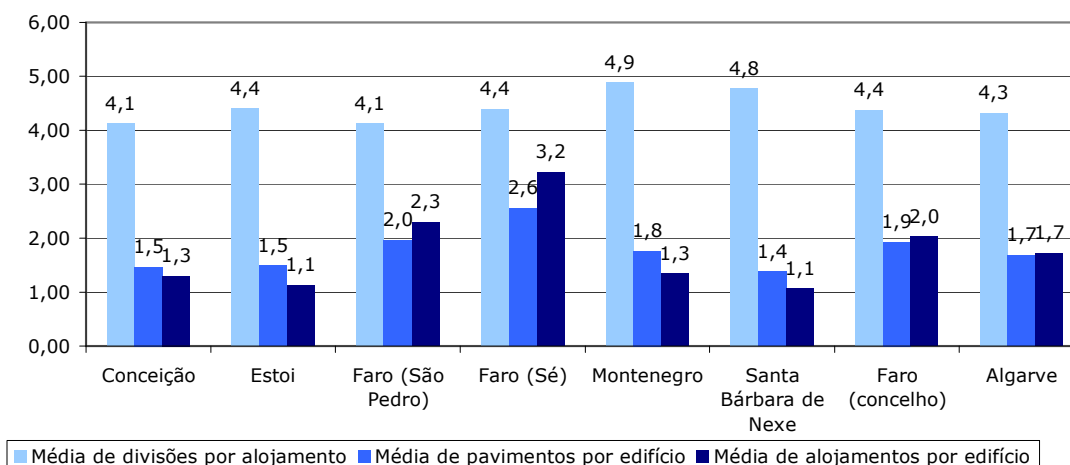


Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

Faro apresenta-se como o segundo concelho com maior número médio de pavimentos por edifício e o quarto concelho da região com maior número médio de alojamentos por edifício. Obviamente que para tal facto contribui a densidade de alojamentos e de edifícios que se regista na freguesia de São Pedro. No ranking regional, Faro posiciona-se em 6º lugar no que respeita à densidade de alojamentos e de edifícios por km<sup>2</sup>.

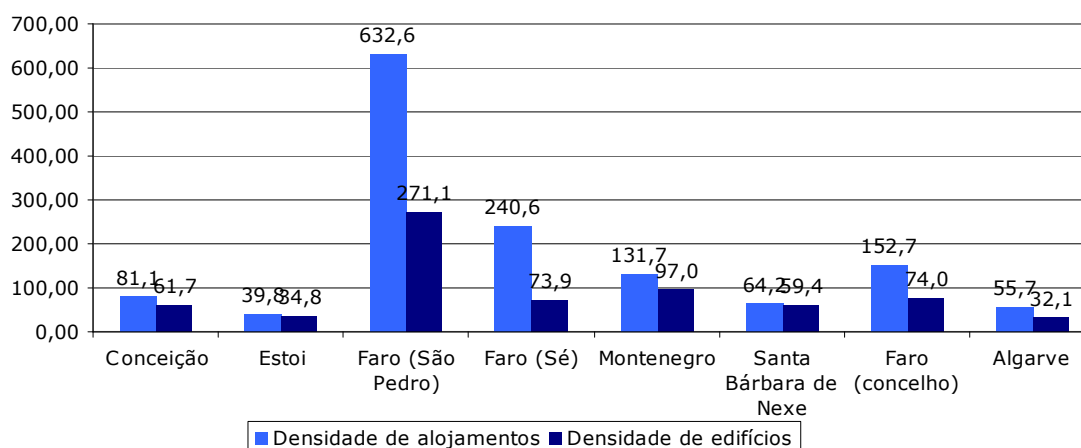
Em termos médios, é a freguesia de Montenegro que apresenta maior número de divisões por alojamento, se bem que em todas as freguesias esse valor se situa sempre acima de 4. É a freguesia da Sé que apresenta uma maior média de pavimentos por edifício – próximo de 3 – e as freguesias rurais aquelas que apresentam menor altura do seu edificado (cerca de 1 pavimento por edifício). Consequentemente é na freguesia da Sé que se regista uma média superior de alojamentos por edifício (cerca de 3), embora se distancie da Freguesia de São Pedro no que concerne à densidade de alojamentos e de edifícios.

**Gráfico 39. Média de divisões por alojamento, média de pavimentos e de alojamentos por edifício, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001**



Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

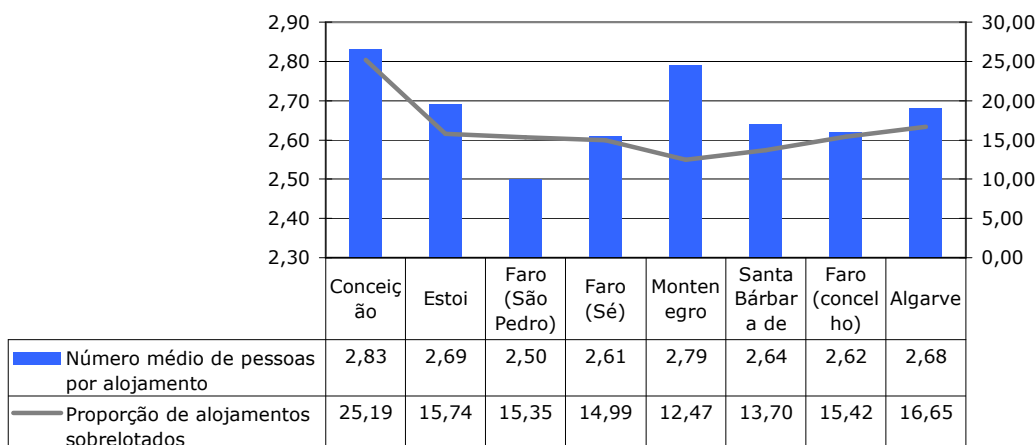
**Gráfico 40. Densidade dos alojamentos e de edifícios, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001**



Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

No que concerne à distribuição das pessoas pelos alojamentos, conclui-se que a situação concelhia é relativamente favorável face aos valores regionais. São as freguesias da Conceição de Faro e de Montenegro que registam um número médio de pessoas por alojamento superior, sem bem que tal signifique na freguesia da Conceição a maior proporção ao nível concelhio de alojamentos sobrelotados e o inverso na freguesia de Montenegro – o que está necessariamente associado à dimensão dos próprios alojamentos (tendo-se verificado que o número médio de divisões por alojamento era superior neste última).

**Gráfico 41. Número médio de pessoas por alojamento e proporção de alojamentos sobrelotados, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001**

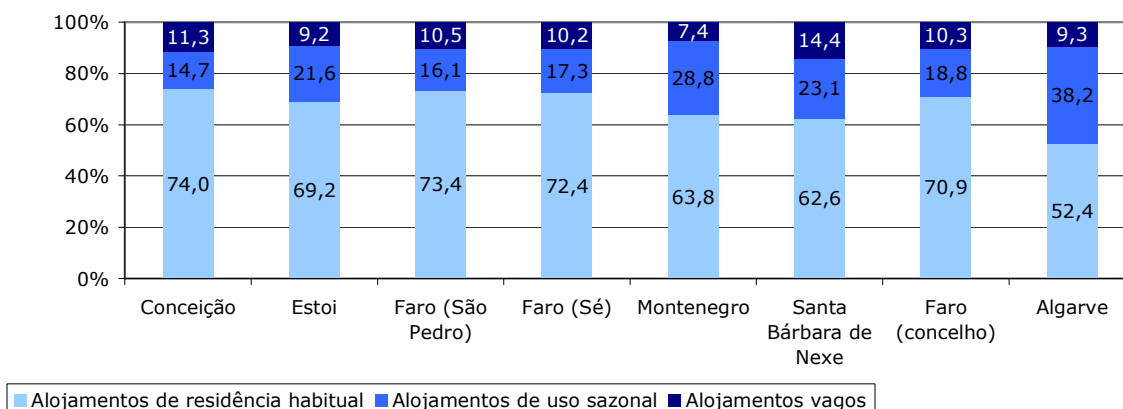


Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

Em relação aos restantes concelhos do Algarve, Faro apresentava uma baixa proporção de alojamentos vagos e disponíveis no mercado para venda ou arrendamento, na medida em que ocupava apenas a 14ª posição do ranking.

Constituindo residência habitual dos respectivos agregados, em 2001, encontravam-se 70,9% dos alojamentos familiares clássicos, embora tenha sido registada uma variação positiva no número de alojamentos de uso sazonal, o concelho possuía uma reduzida proporção de alojamentos ocupados de forma periódica (18,8%). A maior proporção de alojamentos vagos identificava-se na freguesia de Santa Bárbara de Nexe (14,4%), e a ocupação sazonal dos alojamentos é mais visível na freguesia de Montenegro (28,8% do total dos alojamentos).

**Gráfico 42. % de alojamentos de residência habitual, de uso sazonal e vagos, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001**

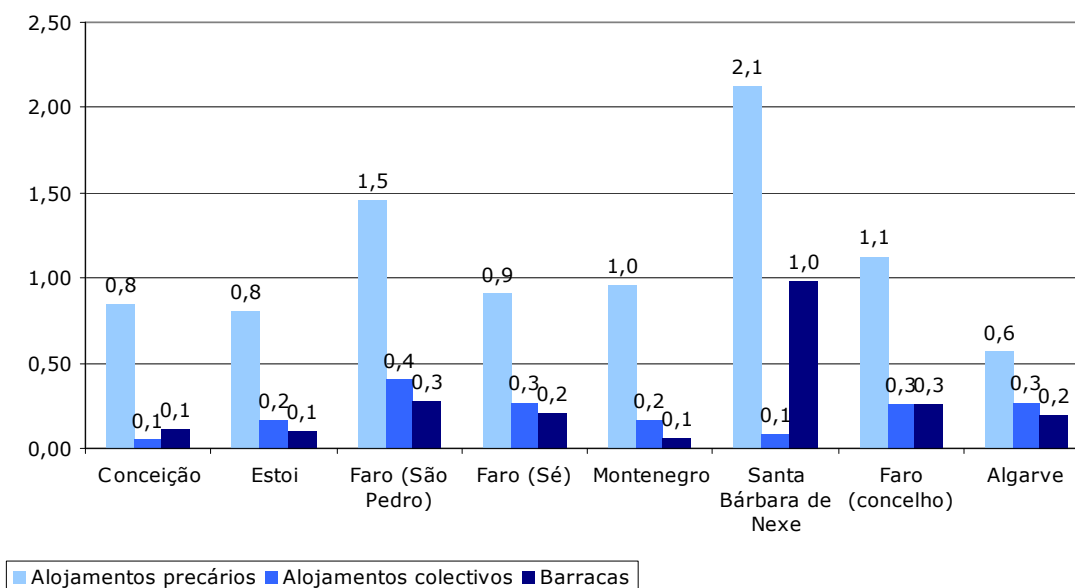


Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

### **Fragilidades no garante das melhores condições de habitabilidade nos meios rurais e as debilidades do parque habitacional existente**

Segundo o Estudo Evolução do Parque Habitacional da região do Algarve na Década de 90, em 2001 o concelho de Faro registava a maior proporção de alojamentos precários, quase o dobro do valor da região. Se em 1991 existiam 149 alojamentos familiares precários em 2001, já se encontravam identificados 347. A Freguesia de Santa Bárbara de Nexe apresenta-se como a freguesia com maior proporção de alojamentos precários (2,1%), sendo igualmente a que apresenta a maior representação de barracas (1%). Segue-se a freguesia de São Pedro valores mais altos nestes indicadores, sendo as freguesias da Conceição e de Estoi as que apresentam performances mais positivas.

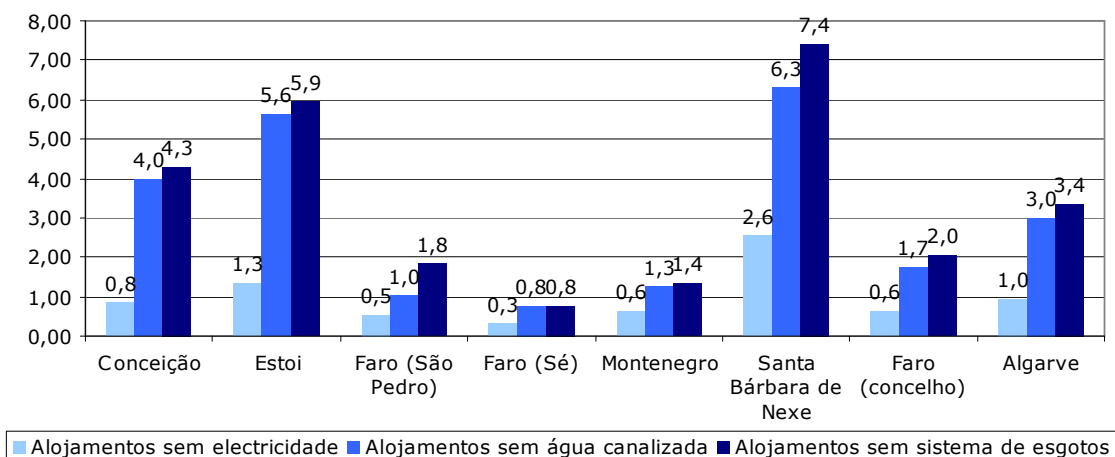
**Gráfico 43. % de alojamentos precários, de alojamentos colectivos e de barracas, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001**



Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

Faro apresenta, em termos médios, uma melhor performance face à região no que respeita à dotação dos recursos básicos às habitações – água, electricidade e sistema de esgotos. No entanto, a realidade intra-concelhia é muito díspar. Se nas freguesias urbanas a falta destes recursos é mínima, o mesmo não acontece na freguesia de Santa Bárbara de Nexe – com maior representação de habitações sem electricidade (2,6%), sem água canalizada (6,3%) e sem sistema de esgotos (7,4%). Também se registam carências importantes nas freguesias de Estoi e da Conceição de Faro.

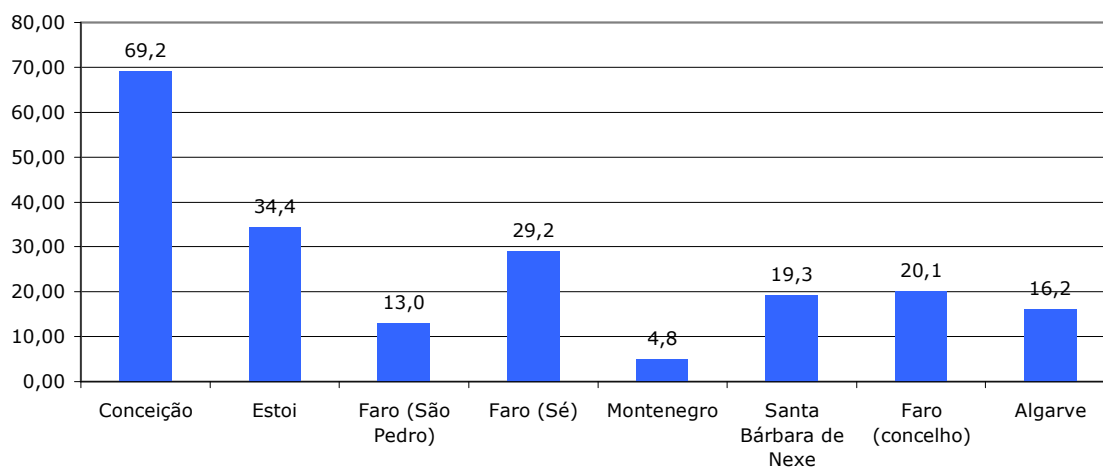
**Gráfico 44. % de alojamentos sem electricidade, sem água canalizada e sem sistema de esgotos, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001**



Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

No que respeita à recolha de resíduos sólidos urbanos, Faro apresentava, em 2001, uma maior proporção de edifícios em que não era feita esta recolha – por relação à região. A situação mais preocupante registava-se na freguesia da Conceição em que 69,2% dos edifícios não tinham esta recolha, seguida da freguesia da Sé com 29,2%. Montenegro era a freguesia com valor mais favorável no indicador (apenas em 4,8% dos edifícios não era feita a recolha de resíduos sólidos urbanos).

**Gráfico 45. % de edifícios sem recolha de resíduos sólidos urbanos, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001**



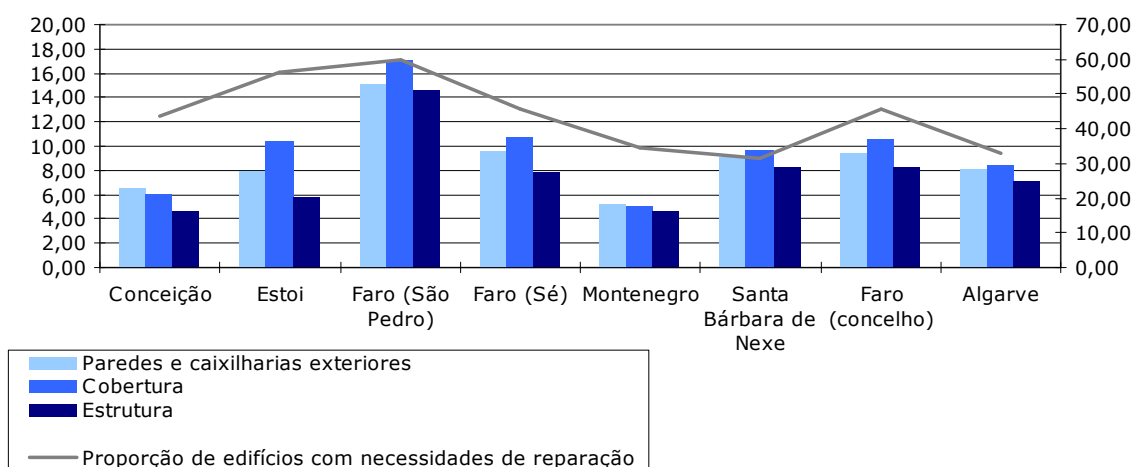
Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

Nos Fóruns Sociais Locais de Estoi, Santa Bárbara, Conceição de Faro e S. Pedro foi, por diversas vezes, referenciada a existência de casos de idosos a viver em imóveis degradados agravados pela dispersão geográfica e/ou pelo subsequente

isolamento social. Segundo os dados oficiais disponíveis é, objectivamente, na freguesia de São Pedro que se registam as maiores carências a este nível, sendo a que apresenta uma maior proporção global de alojamentos com necessidades de reparação (cerca de 60% dos seus alojamentos), sendo estas igualmente importante quer nas paredes, cobertura como na estrutura. Estas carências são necessariamente justificadas pela antiguidade do edificado existente. Faro é, no conjunto dos concelhos da região, o 3º com maiores necessidades de reabilitação do seu parque habitacional.

De acordo com um levantamento efectuado pelo Departamento de Cultura e Património – Divisão de Núcleos Históricos da Autarquia, conclui-se que não se verificam só nas zonas rurais situações de idosos a residir em imóveis em mau estado de conservação pela existência de 76 imóveis degradados – 23 fora dos núcleos históricos e 53 nos três núcleos históricos, a saber: “Vila Adentro”, “Mouraria” e “Bairro Ribeirinho”.

**Gráfico 46. % de alojamentos com grandes e muito grandes necessidades de reparações de paredes e caixilharias exteriores, de cobertura e de estrutura, na região, no concelho e nas suas freguesias, em 2001**



Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

### ***As necessidades sociais de habitação e o parque habitacional social existente***

No que respeita à caracterização do Parque Habitacional Municipal, segundo os dados facultados, em 10 de Dezembro de 2007 pelo Gabinete de Habitação, refira-se que, no concelho existem 4 Bairros Sociais, a saber:

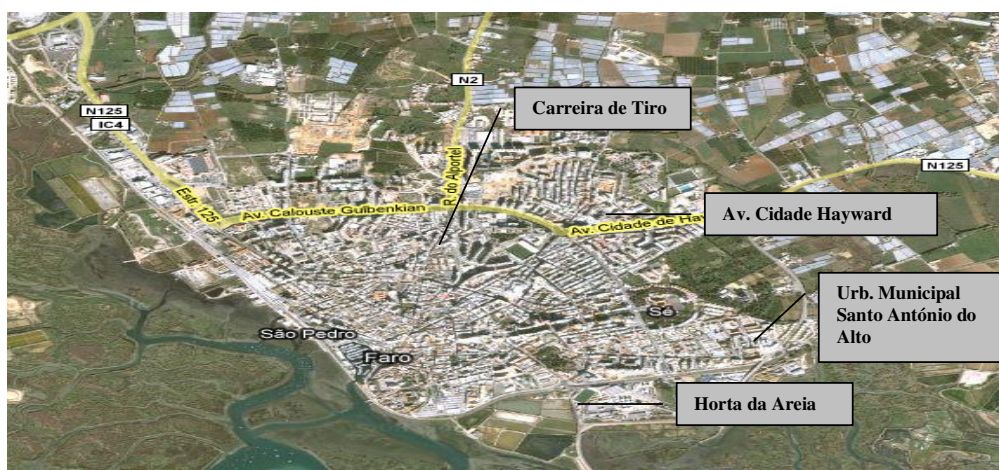
- *Carreira de Tiro*: Loteamento com 121 fogos em regime de arrendamento ao abrigo da Portaria 288/83 de 17 de Março, dispostos em altura, por 11 pisos. Este bairro foi construído nos anos 80, tendo começado a ser habitado em 1985. Originalmente, eram 180 fogos, mas ao longo dos anos, o Município de Faro procedeu à alienação de fogos aos arrendatários. Os agregados viviam em alojamentos precários (barracas ou construções abarracadas), bem como casas com fracas condições de habitabilidade.
- *Avenida Cidade de Hayward*: É constituído por 96 fogos em regime de arrendamento ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93 de 7 de Maio, é composto por 9 blocos, de 2 pisos, com fogos duplex de tipologias T2 e T3. Este bairro foi construído nos anos de 1993/1994, tendo os fogos começado a ser habitados nos anos de 1994/1995. Os últimos blocos a serem

habitados foram os D1 e D2 (1995). Estima-se que a população deste bairro tenha aproximadamente 500 moradores. Os agregados seleccionados viviam em alojamentos precários (barracas ou construções abarracadas), bem como, em casas com fracas condições de habitabilidade. Existe um número significativo de agregados familiares provenientes do Loteamento de Emergência da Horta da Areia. O concurso destinou ainda um número de fogos destinados aos Bombeiros Municipais que viviam em condições habitacionais precárias.

- *Urbanização Municipal de Santo António do Alto*: consiste numa conjunto habitacional constituída por 149 fogos, em regime de arrendamento, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93 de 7 de Maio, dispostos em altura, em 5 pisos, e com tipologias T1, T2, T3 e T4. Este bairro foi construído nos finais dos anos 90 com o objectivo de realojar os moradores do antigo bairro da "Atalaia". Em 2003, o bairro tinha uma população estimada de 411 indivíduos.
- *Horta da Areia*: Este é um bairro precário composto por 3 fases de pré-fabricados, com origem nos anos 80, e de carácter provisório, num total de 34 pré-fabricados. Existem, igualmente, no bairro, 26 casas de alvenaria. Caracteriza-se por uma população bastante jovem e com uma dimensão média das famílias relativamente elevada. É uma população que tem um percurso de vida caracterizado pela vivência em alojamentos precários<sup>21</sup>.

São bairros marcados pela fragilidade económica e estão conotados como espaços de segregação social dentro da cidade. No primeiro fórum de entidades referenciou-se a este respeito a necessidade de intervenções sociais integradas, como forma de promoção da integração destas populações e, conseqüentemente, da melhoria das suas condições de vida.

**Figura 5. Localização Bairros Municipais**



**Fonte:**  
CMF/DAS/ Google Earth

Em 2007 foram dirigidos ao Gabinete de Habitação 32 novos pedidos de habitação social, não tendo sido possível reunir informação anterior a esta data.

No que refere a oferta de habitação no concelho, foi desenvolvido um Contrato de Desenvolvimento Habitacional (CDH) no Loteamento Municipal da Calouste

<sup>21</sup> Dados do estudo "Horta da Areia: um retrato de um bairro degradado", de Patrícia Coelho

Gulbenkian que contemplou a construção de 144 fogos para venda a custos controlados: 100 de tipologia T3 e 44 T2, sendo que 14 foram destinados a Indivíduos portadores de Incapacidade Permanente.

Em fase de lançamento de concurso encontra-se o Loteamento Municipal dos Braciais, onde estão previstas 315 moradias, das quais 158 para realojamento e 157 destinadas ao desenvolvimento de um Contrato de Desenvolvimento Habitacional (CDH) para venda a custos controlados.

Está previsto, igualmente, no Loteamento Municipal de Estoi, a construção de 306 fogos, 20 estabelecimentos comerciais, dos quais 100 moradias unifamiliares em banda, 4 para Munícipes com mobilidade reduzida, a serem edificadas a custos controlados em regime de Contrato de Desenvolvimento Habitacional (CDH).

Neste Loteamento Municipal existem 9 fogos destinados a habitação social.

## I.6. Sistema de Saúde

Porque Faro se trata de um concelho com características demográficas predominantemente urbanas, verifica-se conforme relatório de "Caracterização do Centro de Saúde de Faro (2008)", as naturais repercussões na tipologia da procura de cuidados de saúde, nomeadamente, nas áreas da "Saúde Infantil e Reprodutiva" e num tipo de acesso mais imediatista e por episódio, na utilização dos serviços de saúde.

**Um paradoxo: pessoal médico ideal para dar cobertura à população do concelho, mas uma proporção importante de utentes sem médico de família**

Neste momento, o concelho está em condições para manter o rácio ideal de 1 médico por 1500 habitantes, da Organização Mundial de Saúde – OMS (1 médico /1500 habitantes). Nestas condições, Faro poderia não ter utentes sem médico de família, o que ainda não ocorre. Tal dever-se-á ao facto de existir uma sobreinscrição de utentes face ao número estimado de habitantes no concelho. Neste momento, o Centro de Saúde de Faro tem mais de 15.000 utentes inscritos do que a população estimada no concelho<sup>22</sup>.

Presentemente o Centro de Saúde de Faro (na sua globalidade) dispõe de 155 funcionários. Detém um rácio de 1 médico por 1.500 habitantes e de quase de 1 enfermeiro por 1.000 habitantes. Naturalmente o valor destes indicadores baixa, se se considerar a população utente inscrita.

**Quadro 18. Pessoal em Funções no Centro Saúde de Faro e Rácio do pessoal por 1000 habitantes (2007)**

	Pessoal em Funções	Pop. Residente 2007	Rácio Pessoal em funções/ Pop. Residente (*1500)	Nº de utentes 2007	Rácio Pessoal em funções/ Pop. Utente (*1500)
Médicos de Saúde Pública	2	58739	0,05	74524	0,04
Médicos de CG/MF	39		1,00		0,78
Médicos Hospitalares	1		0,03		0,02
Internos Complementar CG/MF	8		0,20		0,16
Técnicos Superiores de Saúde	6		0,15		0,12
Enfermeiros	35		0,89		0,70
Técnicos de Saúde	10		0,26		0,20
Administrativos	36		0,92		0,72
Auxiliares	18		0,46		0,36
<b>Total</b>	<b>155</b>				

**Fonte:**

Centro de Saúde de Faro, Caracterização (2008)  
INE – Estimativas 2007

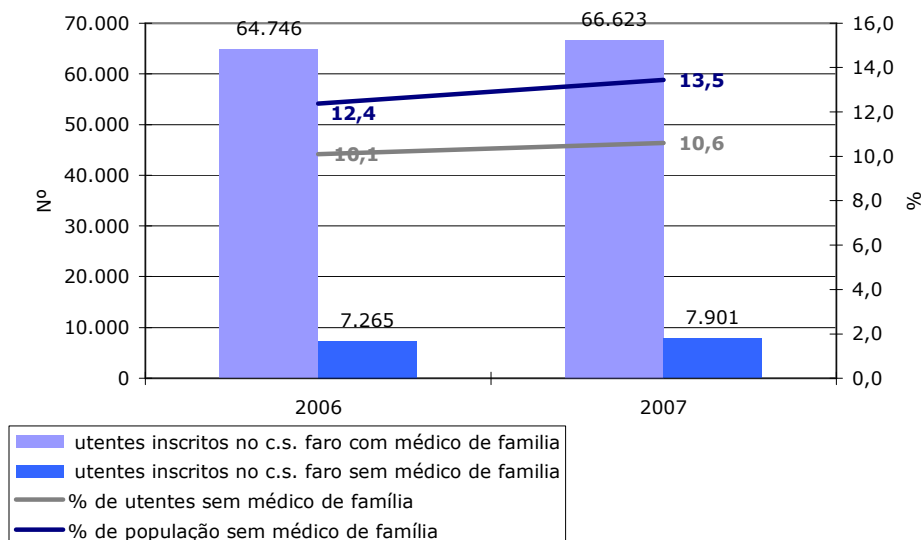
No que respeita ao número de inscritos no centro de saúde, segundo os dados apresentados na "Caracterização do Centro de Saúde de Faro (2008)", a

<sup>22</sup> Não se encontram outras razões plausíveis para tal discrepância tão acentuada.

31/12/2007 encontravam-se inscritos cerca de 74.524 utentes, dos quais, apenas 7.901 em situação de sem médico de família atribuído (10,6% do total dos inscritos 2007). Refira-se que, no ano anterior (2006), encontravam-se inscritos cerca de 72.011 utentes (-3,5%) dos quais 7.265 sem médico de família (10,1% do total de inscritos 2006).

A proporção de utentes sem médico de família aumenta se se tiver em consideração a população estimada residente. Assim, em termos reais a proporção de população sem médico de família rondará, actualmente, os 13,5%.

**Gráfico 47. Número de Inscritos no C.S. Faro 2006/2007 (com médico e sem médico de família), % de utentes e de população sem médico de família**



Fonte: Centro de Saúde de Faro e INE - Estimativas da população 2007.  
Tratamento dos dados - Equipa In Loco

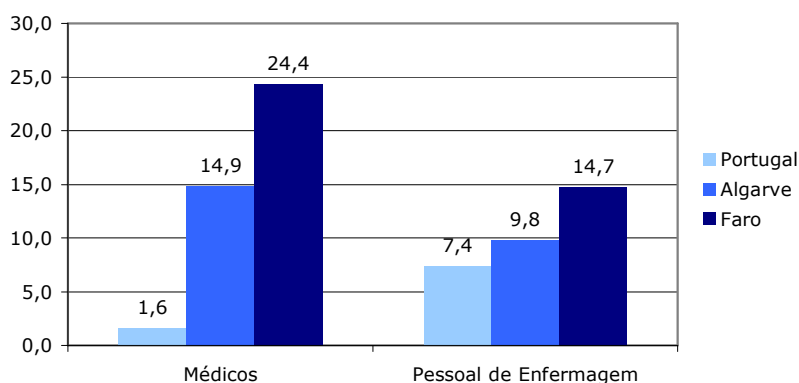
### **Serviços existentes e a criar**

Segundo a "Caracterização do Centro de Saúde de Faro (2008)", facultada pelo próprio Centro de Saúde de Faro, a respeito da cobertura do concelho, refira-se que o mesmo se encontra estruturado sob a forma de 1 sede e 7 extensões do centro de saúde, a saber: 2 em Faro, 1 na Bordeira, 1 na Conceição de Faro, 1 na Culatra, 1 em Estoi, 1 no Montenegro e 1 em Santa Bárbara de Nexe.

Relativamente à evolução do número de Médicos e Pessoal de Enfermagem, entre os anos 2001-2005, enquanto a nível nacional se observa um maior acréscimo ao nível da categoria profissional Pessoal de Enfermagem, ao nível distrital e concelhio regista-se o inverso, ou seja, verifica-se que o aumento no número de médicos é consideravelmente superior ao do pessoal de enfermagem.

Refira-se que para além das actividades próprias do centro de saúde (prestação de cuidados primários e de saúde pública e comunitária), o mesmo dispõe ainda de consultas de Medicina Dentária, Doenças Respiratórias, Ecografia Obstétrica e Medicina de Viagens, sendo estas últimas três de âmbito regional.

**Gráfico 48. Taxa de variação do pessoal médico e de enfermagem, no país, região e concelho de Faro, de 2001 a 2005**



Fonte: INE - Anuário Estatístico 2006. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

Saliente-se que o modelo organizacional do centro de saúde se encontra em reestruturação, decorrente da aplicação do DL n.º 28 de 2008 (Criação dos Agrupamentos de Centro de Saúde – ACES).

Deste modo, prevê a sua organização em 3 Unidades de Saúde Familiar, sendo que 1 já se encontra em funcionamento desde Outubro de 2007 (USF Al-Gharb), 2 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizadas e 1 Unidade de Cuidados na Comunidade.

Ressalta ainda que o Centro de Saúde de Faro conseguiu “oferecer” médico de família a 1.877 utentes, face a um aumento de 2.513 utentes sentido entre 2006 e 2007, factor que se deve ao início de funções da USF Al-Gharb, em Outubro de 2007, como referenciado.

Em Janeiro de 2007, foi encerrado o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) do Centro de Saúde de Faro, e em Dezembro do referido ano foi igualmente encerrada a consulta de recurso, sendo o atendimento aos utentes sem médico de família, ou com médico de família temporariamente ausente, sido assegurado diariamente das 8h00 às 20h00, numa consulta específica designada de Consulta Aberta.

Ainda segundo a “Caracterização do Centro de Saúde de Faro (2008)”, estas alterações provocaram um importante impacto na melhoria da acessibilidade dos utentes aos serviços, que se traduziu num aumento significativo de primeiras consultas (8,2%) e no aumento do n.º total de consultas de ambulatório (2%), valores que permitiam manter praticamente inalterada a produção total do centro de saúde, apesar da redução em 28 horas semanais da oferta de horário.

#### ***As potencialidades e as debilidades dos serviços de saúde locais***

A título conclusivo a referida caracterização do Centro de Saúde de Faro aponta como pontos fortes, uma dotação de pessoal aceitável em todas as áreas da prestação de cuidados, uma boa capacidade produtiva e de qualidade no desempenho. Como pontos fracos, refere alguma incapacidade na gestão dos conflitos com os utilizadores (verifica-se um elevado número de reclamações do

gabinete do cidadão); um espaço físico cada vez mais reduzido, face às necessidades do serviço e o considerado elevado número de extensões de saúde que possui (atípico face a ser superior à divisão administrativa do concelho).

Como oportunidades identifica a sua estrutura organizacional e de liderança interna que promove a possibilidade de manter um centro de saúde de excelência e de referência no contexto do agrupamento de centros de saúde a que vai pertencer, sendo que as suas três Unidades de Saúde Familiar irão ser os pólos da qualidade, que constituirão as traves mestras do seu desempenho.

Como ameaças é sublinhado na referida caracterização, o aumento da população no concelho e a insuficiência de profissionais de saúde na área médica, são identificados como elementos que podem potenciar um funcionamento interno disfuncional, a médio prazo, e face aos quais as medidas organizacionais constituir-se-ão como manifestamente insuficiente para assegurar os desejáveis padrões de funcionamento do centro de saúde.

Numa lógica de planeamento estratégico, entre outras medidas, é pretensão do Centro de Saúde desenvolver um planeamento estratégico da acção do centro de saúde para os próximos 2 anos e que sirva de guião ao planeamento das respectivas Unidades Funcionais, constituintes do Centro de Saúde de Faro.

Pese embora os dados apresentados nos transmitam alguma tranquilidade advinda da reorganização dos actuais serviços de saúde, saliente-se que, em vários Fóruns Sociais (FSL Estoi; FSL Sta. Bárbara de Nexe; FSL Montenegro, Fórum Temático – “Famílias sem capacidade para cuidar de pessoas em situação de dependência” e Mini-Fórum “Imigração”) foi salientado o difícil “Acesso ao Sistema de Saúde”, tendo sido referenciados como principais problemáticas associadas:

- A dificuldade no Acesso à assistência médica local. Verifica-se que o acesso dos utentes do Centro de Actividades Ocupacionais da AAPACDM (FSL Santa Bárbara) e alunos da EB 2,3 de Estoi (FSL Estoi) é pontual e extraordinário. Associou-se este facto ao horário reduzido e insuficiência de recursos do C.S. Extensões de Estoi e Santa Bárbara de Nexe, bem como ao facto de parte dos alunos das referidas instituições terem médico de família atribuído em outros centros de saúde.
- No geral, identificou-se a deficitária gestão dos horários das consultas com repercussão em tempos de espera demasiado longos. Uteses e acompanhantes perdem um dia de trabalho para serem consultados devido ao hiato de tempo entre o momento da inscrição e a realização da consulta.
- O atraso no sistema de marcação de consultas gera longos períodos de espera no que concerne às consultas de especialidade médica. A este respeito foi igualmente mencionado que sempre que um serviço se identifica a marcação da consulta é facilitada.

### ***Respostas da sociedade civil organizada para a melhoria da prestação dos cuidados de saúde – a importância das parcerias estratégicas***

Como temos vindo a constatar a Sociedade tem vindo a sofrer um progressivo envelhecimento, assistindo-se a um conseqüente aumento da longevidade e a um crescimento da esperança de vida motivado pela diminuição da mortalidade, do progresso das ciências da saúde e pelas melhorias da qualidade vida das populações.

Como conseqüência deste facto gerador da necessidade de novas respostas no âmbito da saúde e da acção social, surgiu o projecto Unidade Móvel Domiciliária de Saúde para o Meio Rural (UMS).

A Unidade Móvel de Saúde (U.M.S), propriedade da CIMFARO, protocolada com a Administração Regional de Saúde do Algarve e com as Juntas de Freguesia, é uma viatura equipada, que aquando da sua aquisição (apoiada pela Câmara Municipal de Faro) foi criada com a condição de prestar alguns cuidados de saúde, nomeadamente, na área da enfermagem, rastreios, campanhas de vacinação e eventual transporte de doentes, necessitando apenas de 1 enfermeiro e de 1 motorista para o seu funcionamento.

A U.M.S. tinha como finalidade a prestação de cuidados de saúde primários às populações rurais do concelho de Faro, cuja grande percentagem é constituída por idosos, muitos deles vivendo em situação de isolamento familiar e social e com dificuldades de deslocação aos serviços de saúde, tendo por isso, como objectivo o desenvolvimento de acções directamente relacionadas com a identificação das necessidades de saúde da população idosa das freguesias rurais do concelho de Faro, consequente intervenção junto das mesmas e avaliação dos resultados obtidos.

Presentemente, foi reajustado o protocolado encontrando-se em proposta a realização de um acordo com vista à formalização da implementação de um serviço de cuidados continuados integrados de saúde assegurado no domicílio, por uma equipa da Centro de saúde de Faro, na zona rural do concelho, à semelhança do que acontece na zona urbana, visto esta ser uma resposta em falta actualmente.

O projecto dispõe actualmente de um conjunto de recursos humanos estruturados da seguinte forma: Direcção, da qual faz parte o Director Executivo do Centro de Saúde de Faro e o Presidente da CIMFARO; Equipa de Coordenação, ou seja a Equipa dos Cuidados Continuados Integrados de Faro; Equipa Executora constituída por 2 auxiliares de acção médica e um motorista (afecto à CIMFARO) e um Grupo de Voluntários, bem como de material consumível disponibilizado pelo Centro de Saúde de Faro, (material de consumo clínico e recipientes para acondicionamento e transporte de resíduos) o que permitirá desenvolver um serviço de apoio de cuidados continuados integrados, efectivo, diário e com a duração de 35 horas semanais.

Para finalizar, resta-nos como orientação estratégica, com a finalidade de uma intervenção concelhia integradora e facilitadora na colaboração e inter-colaboração dos múltiplos sectores que contribuem para a saúde, fomentar os mecanismos necessários adequados para uma adequada cativação de recursos, promovendo um diálogo intersectorial concertado entre as várias entidades competentes na área da saúde e acção social.

## **PARTE II. PROTECÇÃO SOCIAL**

## **II.1. Prestações sociais**

Embora não tenha sido possível aferir de todo o tipo de apoios sociais pecuniários prestados à população do concelho, este capítulo constitui uma aferição indirecta sobre aqueles que se encontram em situação mais vulnerável do ponto de vista económico.

### ***Apoio Social às Crianças e Jovens integrados no sistema educativo***

Na área da educação e no âmbito da promoção de medidas de combate à exclusão social e igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, no que respeita ao número de alunos beneficiários de Serviço de Acção Social Escolar (SASE - escalão A e B), "auxílios económicos" entendidos como subsídios destinados a participar nas despesas escolares do aluno inerentes à frequência escolar" (Decreto-Lei n.º 399-A/84 de 28 de Setembro) apenas nos foi possível à data (ano lectivo 2007/2008) aferir o número de alunos por agrupamento de escolas, estabelecimento de ensino e escalão de 1º ciclo e jardim-de-infância. No total são apoiados 802 alunos, 715 com Escalão A (57,00 €/Anuais), e 101 com Escalão B (28,50€/anuais).

Saliente-se que os beneficiários destes escalões usufruem, no caso do escalão A, de refeições gratuitas, livros e demais materiais escolares, por material escolar entendendo-se não só o material de uso corrente como outro material necessário ao desenvolvimento das actividades curriculares, no que respeita ao Escalão B, verificando-se que os beneficiários não usufruem da totalidade do material escolar gratuito, dado o montante atribuído ser inferior, sendo que no que respeita ao pagamento das refeições apenas pagam 0,73 € de almoço (preço senha 1,46 €).

Com o escalão A, evidenciam-se as escolas do Agrupamento de Escolas da Sé, zona urbana, com 171 crianças a beneficiar deste apoio, destacando-se o peso da EB 1 da Penha com 114 alunos com escalão A.

O Agrupamento Vertical de Escolas Dr. Joaquim Magalhães, zona urbana, com 165 alunos beneficiários, 91 pertencentes à EB 1 do Bom-João e 74 alunos da EB 1 de S. Luís.

O Agrupamento Vertical de Estoi, zona rural, engloba também uma grande parte destes apoio, com 140 alunos beneficiários, a grande maioria da EB 1 da Conceição, cerca de 50 crianças e da EB 1 de Santa Bárbara de Nexe, com 33 alunos a beneficiar deste apoio.

Destaque-se ainda o número de alunos com SASE, escalão A (113 no total), do agrupamento Vertical D. Afonso III, com 77 alunos da Escola EB 1 do Carmo a beneficiar e 11 crianças do jardim-de-infância do Carmo (rede pública)<sup>23</sup>.

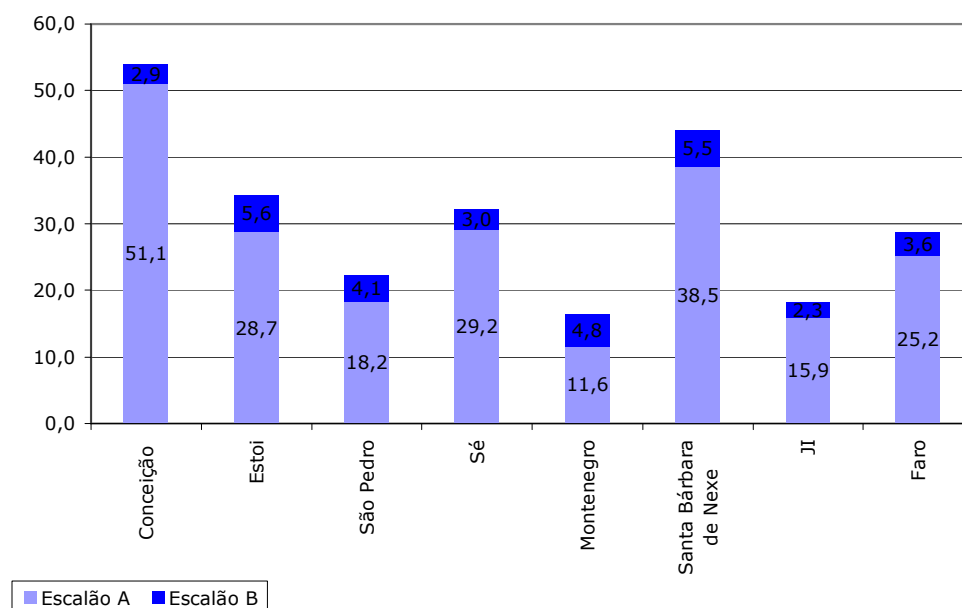
Se se tiver por relação a distribuição dos alunos beneficiários por freguesia e a população escolar, conclui-se que é na Conceição de Faro que o rácio entre ambos é maior – 54% da sua população escolar é beneficiária de SASE. Segue-se a freguesia de Santa Bárbara de Nexe, mas com menos 10 pontos percentuais. É na freguesia de Montenegro que a proporção entre beneficiários e população escolar é menor – 16,4%. No total concelho, conclui-se que cerca de 25% dos alunos do 1º

---

<sup>23</sup> Vide Quadro A14 em Anexo.

ciclo e Jardins-de-infância são beneficiários do Escalão A (onde se encontram as maiores vulnerabilidades) e 3,6% no Escalão B.

**Gráfico 49. % de alunos beneficiários de SASE, por escalão e freguesia, no ano lectivo 2007/2008**



Fonte: CMF - Divisão de Educação. Tratamento dos dados - Equipa In Loco

Saliente-se que no que respeita às medidas de Acção Social Escolar para o Ano Lectivo 2008-2009, Despacho n.º 20956/2008 de 11 de Agosto (II serie), terão "ainda direito a beneficiar dos apoios previstos no referido despacho, através da aplicação do disposto no anexo iii, os alunos oriundos de agregados familiares que se encontram em Portugal em situação de ilegalidade, matriculados condicionalmente, desde que, através dos recibos de vencimento, comprovem que se encontram nas condições de ser integrados nos escalões 1 e 2 do abono de família.

### ***Diferentes suportes pecuniários aos idosos e dependentes***

Um dos principais factores de pobreza vivida pela população idosa relaciona-se com os baixos recursos financeiros que auferem. Algumas medidas apresentadas pelo governo procuraram aumentar os rendimentos destes indivíduos para um patamar mínimo de 4200 euros anuais (valores de 2006), nomeadamente através de uma prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos que se designou por Complemento Solidário para Idosos (CSI).

Todavia, como inicialmente referido, foi identificado como um outro problema estruturante do concelho (com especial incidência nas zonas rurais) o Desconhecimento dos seus Direitos (Complemento Solidário para Idosos/Pensão de invalidez/Ajudas técnicas, entre outros), por parte da população sénior, associado à dificuldade de acesso aos mesmos (iliteracia, analfabetismo, complexidade de esclarecimento/preenchimento dos requerimentos) e à dificuldade de mobilidade/acesso às medidas de protecção social (centralizadas em meio urbano).

A esse respeito e reportando-nos aos dados cedidos pelo Centro Distrital de Segurança Social de Faro (referentes ao período de 1 de Fevereiro de 2006 a 27 de Dezembro de 2007), saliente-se que, no Distrito de Faro de 3690 entradas de requerimento de CSI e portanto representativos de idosos com rendimentos inferiores a 4200 euros ano, ou seja aproximadamente 350 mensais, 64% foram deferidos (2363 idosos beneficiados com o complemento) e apenas 34% foram indeferidos (825 idosos). Relativamente ao total de prestações extraordinárias requeridas no concelho de Faro, dos 299 requerimentos dirigidos ao CDSS neste período de tempo apenas 77 foram indeferidas (aproximadamente 26%), beneficiando 74% do total de idosos que o requereram.

Porém, e tendo em conta o número de idosos que em 2007 se estima que tenham residido no concelho (9549) e que se estima que parte significativa afigure baixos rendimentos tendo em conta as despesas que enfrentam, é de salientar a necessidade de se delinear uma estratégia de divulgação e acesso a esta medida ao nível concelhio, nomeadamente através do acordo dos mecanismos de promoção acima referidos que permitam a universalização do seu acesso. De resto, o CSI abrange apenas 1,8% do total de população com mais de 65 anos, quando esse indicador é de 2,9% na região.

**Quadro 19. Complemento Solidário para Idosos, até Dezembro de 2007, nos concelhos da região**

Concelhos	Req. Entrados	Deferidos	Indeferidos	% de beneficiários na população com mais de 65 anos (2007)
Albufeira	139	87	43	1,6
Alcoutim	94	62	23	4,9
Aljezur	121	78	29	4,7
Castro Marim	95	54	30	3,2
Faro	299	175	77	1,8
Lagoa	154	114	30	2,8
Lagos	260	176	52	3,3
Loulé	374	230	94	1,8
Monchique	247	141	72	7,6
Olhão	261	167	52	2,3
Portimão	496	326	99	3,9
S.B.Alportel	89	62	17	2,3
Silves	448	280	89	3,5
Tavira	320	205	69	3,5
V.Bispo	70	54	14	4,1
V.R.S.A.	223	152	35	4,8
<b>TOTAL</b>	<b>3.690</b>	<b>2.363</b>	<b>825</b>	<b>2,9</b>

**Fonte:** CDSS de Faro – NPSpsc – Período de 01/02/2006 a 27/12/2007. Tratamento dos dados – Equipa In Loco

Outro que poderá ser considerado como um importante indicador da actual situação sócio-económica desta população, embora com os contornos específicos de cada regime, é o número de pensionistas. Em 2007, as pensões por velhice abrangiam a quase totalidade da população com mais de 65 anos – se bem que nem todas as pensões de velhice sejam atribuídas apenas a população com esta idade – ou seja, 93,5%. No global, a performance concelhia é mais favorável do que a registada na região. É no regime geral que se enquadra a parte significativa destes pensionistas – 86,7% – seguidos dos pensionistas segundo o regime regulamentar rural – 5,6%.

**Quadro 20. Pensionistas por velhice, segundo o tipo de regime, no concelho e na região, em valor absoluto e % face à população com mais de 65 anos (2007)**

	Regime Geral		Regime Regulamentar Rural		Regime Rural Transitório		Pensão Social		Total pensões de velhice	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
FARO	8182	85,68%	537	5,62%	27	0,28%	185	1,94%	8.931	93,53%
Distrito	57256	71,13%	7879	9,79%	205	0,25%	1428	1,77%	66.768	82,94%

**Fonte:** Centro Nacional de Pensões. Tratamento dos dados – Equipa In Loco.

Por seu lado, no que respeita às pensões por invalidez, a representação face ao total da população é superior no concelho em comparação com a região – 2,5% no primeiro caso e 2,1% no segundo. A maior parte enquadra-se no regime geral, seguido das pensões sociais – 2,1% e 0,4%, respectivamente.

**Quadro 21. Pensionistas por invalidez, segundo o tipo de regime, no concelho e na região, em valor absoluto e % face à população total (2007)**

	Regime Geral		Regime Regulamentar Rural		Regime Rural Transitório		Pensão Social		Total pensões de invalidez	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
FARO	1206	2,08%	14	0,02%	1	0,002%	203	0,35%	1.424	2,45%
Distrito	6342	1,63%	188	0,05%	26	0,01%	1600	0,41%	8156	2,10%

**Fonte:** Centro Nacional de Pensões. Tratamento dos dados – Equipa In Loco.

Por fim, outro grupo que pode revelar alguma vulnerabilidade, reporta-se aos pensionistas de sobrevivência. Representam mais do dobro dos pensionistas por invalidez, se bem que a representação no conjunto da população é inferior no concelho por relação à região – 5,7% e 6,6%, respectivamente. A parte mais importante destes pensionistas enquadra-se no regime geral (5,3%) seguido do regime regulamentar rural (0,4%).

**Quadro 22. Pensionistas por sobrevivência, segundo o tipo de regime, no concelho e na região, em valor absoluto e % face à população total (2007)**

	Regime Geral		Regime Regulamentar Rural		Regime Rural Transitório		Pensão Social		Total pensões de sobrevivência	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
FARO	3083	5,31%	221	0,38%	8	0,01%	21	0,04%	3.333	5,74%
Distrito	21968	5,65%	3384	0,87%	62	0,02%	107	0,03%	25.521	6,57%

**Fonte:** Centro Nacional de Pensões. Tratamento dos dados – Equipa In Loco.

***Tendência de aumento dos beneficiários de RSI com manifestações territoriais diferenciadas***

Os beneficiários de RSI (Rendimento Social de Inserção) foram considerados um grupo vulnerável para o qual se considera ser necessário um plano de respostas integradas, face ao facto de se constatar a transgeracionalidade deste apoio e a subsídio-dependência crónica por parte de um grupo identificado de municípios que

esgota todo um circuito de apoios e acompanhamento técnico sem frutos na capacitação do mesmo e sem alterar a sua condição de vida.

Em Maio de 2008, o beneficiário de RSI (com acordo de inserção) caracteriza-se por ser na sua maioria do sexo feminino, e jovens (entre os 6 e os 18 anos). Cerca de 61% dos beneficiários do RSI de Estoi são do sexo feminino, e só na freguesia de Estoi é que essa representação fica ligeiramente abaixo dos 50%.

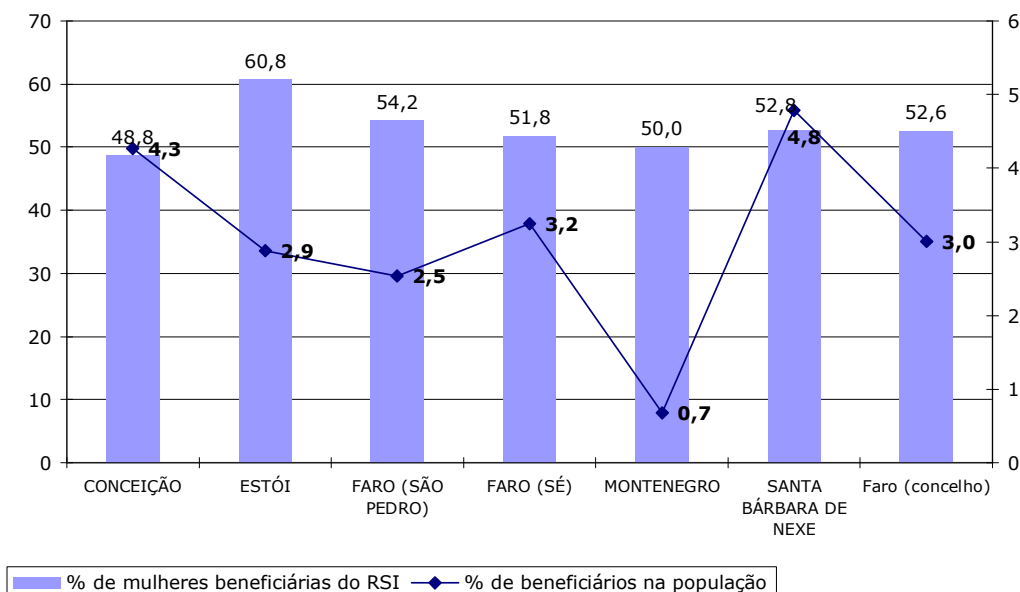
Registavam-se, nessa data, 1744 beneficiários, a sua maioria proveniente da freguesia da Sé. As freguesias da Conceição de Faro e de Santa Bárbara de Nexe, embora representem cerca de 20% do total dos beneficiários do concelho, apresentam o maior peso dos beneficiários do RSI face à população estimada (superior a 4%). A freguesia de Montenegro é aquela que apresenta um valor mais baixo (0,7% de beneficiários de RSI no conjunto da população).

**Quadro 23. Beneficiários do RSI por freguesia, em Maio de 2008**

<i>Freguesia/ concelho</i>	<i>Nº</i>	<i>% face ao total</i>
Conceição	160	9,2
Estoi	102	5,8
Faro (S. Pedro)	323	18,5
Faro (Sé)	926	53,1
Montenegro	36	2,1
Santa bárbara de Nexe	197	11,3
Faro (concelho)	1744	100

Fonte: CDSS de Faro. Tratamento dos dados – Equipa In Loco.

**Gráfico 50. % de mulheres beneficiárias do RSI e % de beneficiários de RSI na população, em Maio de 2008, por freguesia e concelho**

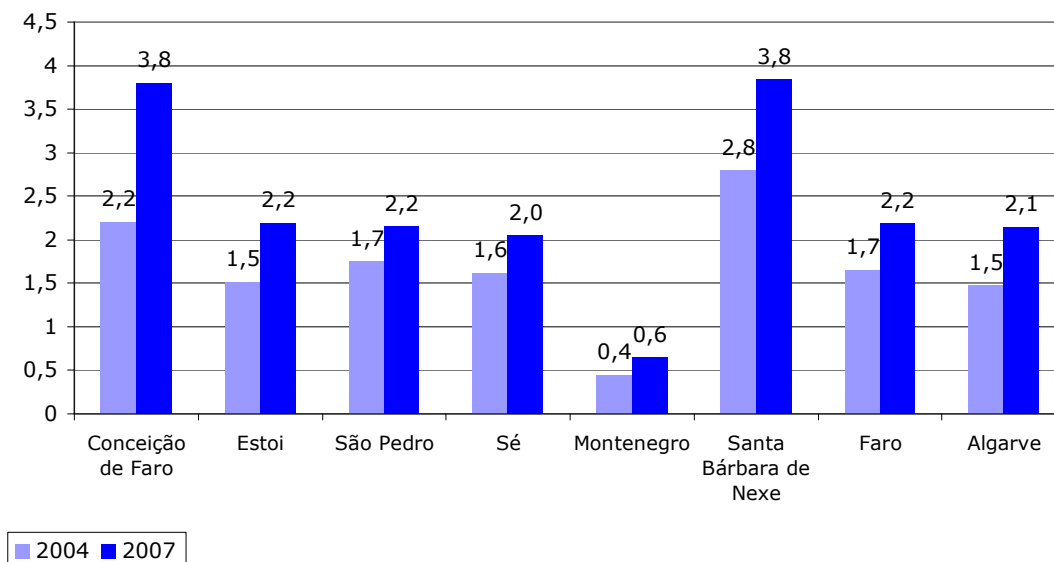


Fonte: CDSS de Faro. Estimativas da população - 2007. Tratamento de dados - Equipa In Loco

De 2004 a 2007, registou-se um aumento de mais de 100 agregados familiares beneficiários do RSI no concelho – em 2004 existiam 375 famílias beneficiárias,

elevando-se para 495 em 2007. A representação dessas famílias beneficiárias no conjunto das famílias (dados de 2001) é praticamente idêntica no concelho e na região, nos dois anos em análise. A freguesia da Conceição de Faro e de Santa Bárbara de Nexe mantêm-se como as freguesias com valores de maior fragilidade – quase 4% das famílias são beneficiárias desta prestação social.

**Gráfico 51. % de agregados familiares com benefício do RSI, em 2004 e 2007**



Fonte: CDSS de Faro. Censos 2001. Tratamento de dados - Equipa IN LOCO

Referentes a dados de 18 de Janeiro de 2008, em termos de tipologia de agregado familiar, destacam-se as famílias nucleares com filhos (173), as famílias monoparentais (124), com especial incidência nas freguesias urbanas, e os indivíduos isolados (97).

Saliente-se que nos atendimentos descentralizados da autarquia confirma-se que o número inferior com que nos deparamos de beneficiários nas zonas rurais se deve à distância face ao centro distrital, verificando-se quer em termos de RSI, quer em termos de CSI, o desconhecimento e/ou o sentimento incapacidade de entrada de processo por parte do próprio.

**Quadro 24. Caracterização por freguesia e tipologia do agregado familiar**

Freguesia	Tipologia Familiar							
	Alargada	Avós com netos	Extensa	Isolado	Monoparental	Nuclear com Filhos	Nuclear sem Filhos	Desconhecido
Conceição	3	1	1	9	15	14	6	0
Estoi	1	0	0	6	4	10	3	2
Faro (S. Pedro)	7	0	1	24	36	32	14	0
Faro (Sé)	24	0	4	48	56	80	18	3
Montenegro	1	0	0	0	5	6	2	0
Santa Barbara Nexe	4	0	1	10	8	31	2	2
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>97</b>	<b>124</b>	<b>173</b>	<b>45</b>	<b>7</b>

Fonte: CDSS de Faro (UNQTF)

Como principais medidas de inserção, em termos de acções na área da educação a escolaridade obrigatória e o ensino recorrente constituem-se como integrantes das principais medidas adoptadas; na área da saúde salienta-se a consulta médica familiar e a consulta de saúde infantil. Em termos de emprego, evidencia-se a colocação no mercado de trabalho e, na área da acção social como acção o Apoio Exercício da Cidadania<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Vide Quadro A15 em Anexo.

## II.2. Rede de Acção Social

O concelho dispõe de variados tipos de serviços de atendimento, sendo promovidos tanto por entidades públicas como de particulares de solidariedade social. Tanto são direccionados à comunidade no seu todo, como adquirem perfis populacionais específicos em função do serviço social que lhe subjaz. Em função das nomenclaturas estabelecidas pela própria Segurança Social, assim se apresenta a diversidade do trabalho de acção social desenvolvido no concelho de Faro.

### Atendimento/Acompanhamento Social

“Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos actuar em situação de emergência”.<sup>25</sup>

Existem no concelho vários Serviços de Atendimento/Acompanhamento Social, nomeadamente, alguns com acordos estabelecidos com o CDSS de Faro, a saber, a Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Faro), o Instituto D. Francisco Gomes e a Provectus – Associação em Prol da Terceira.

A Caritas Diocesana do Algarve (Faro) dispõe também de um Serviço de Atendimento/Acompanhamento Social que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social.

O Centro Distrital de Segurança Social de Faro presta no sistema de acção social informação sobre a protecção a pessoas idosas, crianças e jovens em perigo, família e comunidade.

A acção social é um sistema que tem como objectivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades.

Destina-se também a assegurar a especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente, pessoas com deficiência e/ou outras pessoas em situação de disfunção ou marginalização social.

A protecção da acção social realiza-se através da concessão de:

- Prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de excepcionalidade;
- Prestações em espécie;
- Acesso à rede nacional de serviços e equipamentos sociais;
- Apoio a programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais.

A concessão destes apoios é condicionada à apreciação da situação sócio-económica do requerente, a disponibilidade financeira das instituições do sector da segurança social e a extensão da rede de equipamentos e serviços nos locais de residência ou áreas geográficas próximas.

<sup>25</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

A este nível algumas atribuições do Instituto de Solidariedade e Segurança Social passam por pensões de invalidez, velhice e sobrevivência; Pensões Sociais de Invalidez e Velhice; Prestações de Desemprego; Rendimento Social de Inserção; Prestações de Acolhimento Familiar; e Apoios Pecuniários vários, nomeadamente: Família e Comunidade em Situação de Carência Social subsidio eventual, apoios sistémicos, acções de apoio temporário, invalidez e reabilitação.

A protecção a estes públicos é ainda realizada conforme mencionado através do encaminhamento/acesso para/a equipamentos e respostas sociais, específicas/os consoante os públicos e as suas necessidades.

Para obter mais informação sobre as formas de usufruir destas prestações, os interessados deverão dirigir-se ao Centro Distrital de Segurança Social de Faro, sita Rua Pintor Carlos Porfírio n.º35, em Faro, sendo que o atendimento no Informativo se realiza entre as 9h00 e as 16h00 e as marcações para atendimentos ao nível da Acção Social se efectivam entre as 9h00 e as 12h30 e entre as 14h00 e as 17h00 (dias úteis).

A Divisão de Acção Social da Câmara Municipal desenvolve, em simultâneo, esta resposta, tendo adoptado, deste meados de 2007, a metodologia de um serviço de atendimento descentralizado, territorializado ao nível da freguesia, através da criação/dinamização de uma rede de atendimentos nas 6 freguesias do concelho (conforme quadro que se apresenta). Saliente-se que pela sua especificidade foi implementado este serviço também na Praia de Faro (Freguesia do Montenegro).

No espaço físico da Divisão de Acção Social existe um outro serviço de atendimento/acompanhamento social, específico para uma resposta integrada às questões da população Imigrante que se encontra a residir no concelho de Faro, o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes – CLAII. Refira-se que esta é uma iniciativa do Estado Português, coordenada pelo Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI), à qual o Município de Faro aderiu em Dezembro de 2004.

**Quadro 25. Rede de Atendimentos DAS/CMF**

Local de Atendimento/Morada	Dias de Atendimento	Início	Horário
Junta de Freguesia da Conceição Rua 25 de Abril, nº 14 Conceição de Faro 8000 Faro	Segunda Sexta-feira de cada mês Última Sexta-feira de cada mês	Setembro de 2007	Das 09H00 às 13H00
Casa do Povo de Estoi Rua de Faro, 8005 – 463 Faro	Segunda Quarta-feira de cada mês Última Quarta-feira de cada mês	Abril de 2007	
Junta de Freguesia de Sta. Bárbara de Nexe Poço Mouro, 8000 Faro	Terceira Segunda-feira de cada mês Última Segunda-feira de cada mês	Abril de 2007	
Junta de Freguesia da Sé Avenida 5 de Outubro, nº 7, 8000 Faro	Primeira Quinta-feira do mês	Abril de 2007	Das 09H00 às 13H00
Junta de Freguesia de São Pedro Avenida da República, n.º 196, 8000-080 Faro	Os atendimentos sociais são assegurados pelo técnico Dr. Marco Formozinho da Junta de Freguesia de São Pedro em articulação directa sempre que necessária com a técnica da Autarquia.	Abril de 2007	Das 14H00 às 16H30
Junta de Freguesia de Montenegro Rua Júlio Dinis, nº 83 Montenegro, 8000 Faro	Terceira Terça-feira do mês	Abril de 2007	Das 09H00 às 13H00
APRAFA - Associação para a Defesa e Desenvolvimento da Praia de Faro Avenida Poente Praia de Faro, 8000 Faro	Todas as Quintas-feiras do mês	Dezembro de 2007	Das 09H30 às 16H30

**Quadro 26. Atendimentos CLAI/CMF**

Local de Atendimento/Morada	Dias de Atendimento	Horário
Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante – CLAI Divisão de Acção Social da C.M.F Praça José Afonso, n.º 1 8000-173	2ª Feira 3ª Feira 5ª Feira 6ª Feira	Das 09H00 às 14H00

### **Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência**

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como actividades de animação sociocultural”<sup>26</sup>.

No concelho de Faro, a ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, Delegação do Algarve, com acordo de cooperação estabelecido com o CDSS, dinamiza um Centro de Atendimento / Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência.

Foi recentemente assinado um protocolo entre o Município de Faro e o Instituto Nacional para a Reabilitação, no sentido de assegurar aos municípios de Faro um Serviço de Informação e Mediação para a Pessoa com Deficiência (SIM\_PD), que visa proporcionar localmente um atendimento e apoio qualificado às pessoas com deficiências ou incapacidade.

<sup>26</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

### **Centro de atendimento/acompanhamento psicossocial – CAAP**

“Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infectadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno”<sup>27</sup>

Segundo os dados cedidos pelo CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007; Listagem de Estabelecimentos Lucrativos – Jan. 08), o Movimento de Apoio à Problemática da Sida é no concelho de Faro a única instituição que promove este serviço, segundo os dados do CDSS com uma capacidade de resposta de 60 utentes, 35 dos quais com acordo de cooperação.

### **Centro de Atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica**

“Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnicas e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a protecção destas”.

Não existe no concelho esta resposta social, sendo a intervenção promovida de apoio à vítima de violência doméstica assegurada privilegiadamente pelo Gabinete de Apoio à Vítima de Faro (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), coordenado por apenas 1 técnica e assegurada por conjunto de voluntários(as) e pelas autoridades de segurança PSP e GNR.

---

<sup>27</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

### II.3. Rede de Voluntariado

Baseando-nos nos pontos 1 e 2 do artigo 2º, da Lei n.º 71/98 de 3 de Novembro, diploma que define as Bases do Enquadramento Jurídico do Voluntariado, considere-se "Voluntariado" como o conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada, por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção, ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. Não sendo abrangido no presente conceito e pela presente lei, as actuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança.

Resultado do triângulo de factores gratuidade/continuidade/enquadramento, o voluntariado constitui-se como uma forma de participação cívica activa e uma fonte de enriquecimento das representações, normas e valores de cada cidadão que o pratique, através da tomada de consciência das desigualdades e assimetrias entre indivíduos e na sociedade contribuindo para dar resposta aos desafios que vão surgindo na sociedade e para um desenvolvimento económico e social mais equilibrado.

Na Europa, o voluntariado está particularmente centrado sobre as actividades de cariz social condicionando o funcionamento de vários projectos provenientes das sociedades civis. A administração pública visando uma melhor estruturação e instrumentalização desse sector, quer ao nível regional ou municipal, encontra-se cada vez mais implicada no desenvolvimento local de políticas e serviços com recurso ao serviço de voluntariado. Na demanda por uma resposta organizada, acessível, informada e participada a uma crescente procura social por diferentes actores sociais ligados ao voluntariado (administrações locais, ONG's, interlocutores sociais, centros de investigação e de formação), um grupo de administrações regionais e municipais constituiu-se em Janeiro de 2005, inicialmente enquanto Projecto, "Rede Europeia de Voluntariado Social" (REVOS), para se dotar de meios eficazes de criação de uma rede dinâmica que permita mais eficazmente combater os desafios que representa o voluntariado para os próprios serviços sociais.

Conscientes das limitações do seu respectivo isolamento nesta matéria, o Projecto Revos apoiou-se nas novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) para a criação de uma plataforma de trabalho, um site de Internet - <http://www.eu-voluntariado.org>, recurso facilitador da emergência e a difusão de boas práticas no domínio do Voluntariado Social, que nos permite actualmente estabelecer trocas imediatas recíprocas de informação e ligações profissionais com os actores de cada território.

O principal objectivo do Projecto Rede Europeia de Voluntariado Social, consistiu em fornecer às instituições parceiras da Rede REVOS os meios e os métodos para que, nos seus respectivos territórios, pudessem aceder a uma panóplia de informação sobre a temática do voluntário na área da acção social, nomeadamente, nos mais variados domínios como deficiência, imigração, toxicodependências, exclusão social, 3ª idade, saúde, entre outros.

Como objectivos secundários, visou a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na Acção Social, o reforço da cooperação entre as administrações regionais europeias, a promoção do diálogo entre ONG's e as administrações públicas ao nível regional e a proliferação de boas práticas e de projectos realizados neste âmbito.

O REVOS desenvolveu e pretende manter um **website acessível** que facilite e mantenha a cooperação entre os parceiros REVOS. Posteriormente este portal será também utilizado por cada uma das administrações regionais para trabalhar com as entidades sem fins lucrativos implicadas nos serviços de âmbito social. Deste modo, o website converter-se-á num ponto de encontro e fórum de participação para as administrações públicas e as ONG's interessadas, ancorada num portal internacional e em 10 portais nacionais.

Como destinatários pretendeu/pretende chegar às Administrações. Administrações Centrais e Regionais, para a coordenação e gestão do voluntariado social; às Entidades sem fins lucrativos. Entidades ancoradas no voluntariado, sobretudo as que têm estruturas pequenas podem vir a beneficiar dos serviços prestados através da rede; às Universidades. Universidades que desenvolvam programas de voluntariado entre os seus estudantes e às Entidades privadas. Entidades privadas interessadas em desenvolver programas de responsabilidade corporativa e de participação e apoio a ONG's.

Ao abrigo de um projecto financiado pelo Programa INTERREG IIIC, Faro foi integrado na Rede Europeia de Voluntariado Social (REVOS). A partir deste trabalho de parceria com outras entidades europeias, foi possível, por um lado, sistematizar dados relativos aos voluntariado social no concelho "Estudo de Caracterização do Voluntariado no Concelho de Faro" e, por outro, incentivar as entidades locais a participarem desta rede "Guia do Voluntariado do Concelho de Faro".

De acordo com o "Estudo de Caracterização do Voluntariado Social de Faro", realizado no âmbito da REVOS, 71% das entidades locais têm voluntários nas suas instituições. A maior parte congrega mais de 10 voluntários que dão suporte ao trabalho social desenvolvido. Apesar desta importância, parte importante reconhece a necessidade de haver um aumento no número de voluntários.

Na caracterização do perfil dos voluntários, conclui-se que é nas idades dos 18 aos 30 anos e mais de 50 anos, que se encontra um maior número. São alturas em que se pode encontrar maior disponibilidade. As idades intermédias correspondem a alturas de maior actividade profissional e em que se pode intensificar os cuidados familiares, libertando pouco tempo para este tipo de actividades. A maior parte dos voluntários inquiridos são do sexo feminino e detêm o ensino superior.

O "Guia do Voluntariado do Concelho de Faro" inseriu-se num conjunto de actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Faro – Divisão de Acção Social, no âmbito da implementação a nível local do Projecto Revos – Concelho de Faro. Numa estratégia de apoio às organizações do concelho e promoção do voluntariado social organizado, encontra-se disponível em formato de CD-ROM e para consulta online no link ou <http://revos.algarvedigital.pt/>; e permite a qualquer utilizador o acesso a uma base de dados digital que integra e cruza toda a informação disponível reunida em colaboração com as instituições/organizações locais, incidindo sobre a oferta e procura de voluntários e as necessidades e recursos do concelho nesta matéria.

No Directório de projectos de voluntariado existentes no concelho de Faro à data (Dezembro de 2007) o voluntário pode encontrar os contactos das 44 entidades em 19 categorias/âmbitos de intervenção, a saber: Crianças (0 aos 5 anos); Crianças (6 aos 12 anos); Jovens (13 aos 25 anos); Famílias; Mulheres; Idosos; Deficientes; Minorias Étnicas; População desfavorecida; Saúde; Rural; Protecção Civil; Ajuda Internacional; Religião; Voluntariado; Artes, Cultura, Património; Desporto; Lazer; Transportes; Banco alimentar.

Do referido projecto saliente-se a vincada necessidade dos benefícios de um voluntariado organizado, nomeadamente no que concerne ao fortalecimento dos programas e serviços já existentes, na criação de projectos novos ou especiais que podem ser agregados, na introdução de novas habilidades, talentos e conhecimento; complementaridade com os trabalhos remunerados, os fundos e recursos podem ser aumentados, cresce a atenção e o reconhecimento do público e as equipas remuneradas são libertadas para tarefas mais exigentes e ligadas à sua área de especialização.

Complemento dos benefícios de um voluntariado organizado, a formação dos voluntários assume um carácter fundamental neste âmbito, desejável a todos os projectos de voluntariado desenvolvidos. "Os voluntários são pessoas com boas intenções" porém, é essencial que esta intenção/motivação seja trabalhada e sensibilizada.

A Formação deverá ser encarada como um direito do voluntário – de ser informado, apoiado, enriquecido, uma forma de potenciar a participação – o voluntário aplicar-se-á mais quanto mais consciência tiver da importância da sua contribuição e simultaneamente um instrumento de luta contra a pobreza e marginalização – permite ao voluntário descobrir causas e possibilidades e estimula a capacidade de iniciativa e criatividade.

#### **II.4. Rede de Equipamentos e Serviços**

O crescimento demográfico registado nos últimos anos produziu os seus intrínsecos efeitos. As dinâmicas demográficas recentes apontam para o reequacionamento da rede de equipamentos e serviços locais. Como referenciado anteriormente, o grupo dos dependentes (idosos e jovens), aumentou de forma bastante importante entre 2001 e 2006. Se é certo que tal está a contribuir para um atenuar do envelhecimento, aumenta significativamente as taxas de dependência. Numa sociedade que vive estruturada pela inserção no mercado de trabalho, estes dependentes vêm-se cada vez mais desprotegidos do seio familiar e com maiores necessidades de resposta pública para a promoção da sua qualidade de vida.

Esta inexistência/insuficiência de equipamentos sociais, transversal ao nível do território concelhio, foi verbalizada nos vários fóruns sociais locais realizados<sup>28</sup> como uma das maiores fragilidades do sistema de protecção social, com impactos múltiplos na qualidade de vida dos cidadãos e na conciliação do trabalho com a vida familiar.

Estas alterações demográficas, no que respeita ao concelho de Faro, enquanto capital de distrito e concelho situado na faixa litoral do país, encontram-se ainda sujeitas a saldos naturais, como o aumento da esperança de vida, a divulgação/informação dos métodos de contracepção e os movimentos migratórios, imigratórios e emigratórios, que implicarão sempre a perda e o ganho de população em todos os grupos etários.

Devido a estas dinâmicas sociais, exigem-se equipamentos integradores e inclusivos e sobretudo inovadores, em que se privilegie a articulação entre os serviços que se prestam à população, nomeadamente, com o contributo das redes de solidariedade primárias, bem como, é necessário um trabalho por parte de todos os serviços/actores sociais locais, que beneficie e potencie estas redes.

Durante este trabalho de diagnóstico aferimos uma necessidade e uma preocupação constante por um maior potencial para coordenação de serviços e de investimentos sociais locais. Em torno das mais variadas problemáticas, é intento através da Rede Social incrementar a eficiência governativa local pela partilha de serviços comuns, intervenções concertadas e recursos locais otimizados, sempre que necessário e sustentável com carácter supra-concelhio.

Face ao levantamento dos serviços/respostas e equipamentos sociais do concelho, constata-se que, o reforço das respostas sociais é uma prioridade a nível concelhio em todas as áreas de intervenção, na medida em que se considera que o aumento de equipamentos se traduzirá num aumento do número de beneficiários a abranger pelos mesmos.

Nesse sentido, a Rede Social de Faro (CLASF) diligenciará no sentido de incentivar e apoiar as instituições do concelho na elaboração/submissão de candidaturas a programas e co-financiamentos advindos de Programas Nacionais e Internacionais, apostando nomeadamente, na criação de novos lugares em respostas sociais nas áreas da infância e juventude, idosos e pessoas com deficiência.

A Rede Social propõe-se ainda incentivar à criação de equipamentos inovadores, integradores e inclusivos, criados e desenvolvidos numa óptica de articulação entre os serviços, sendo para o efeito necessária a consciencialização por parte dos serviços para que beneficiem destas redes e as potenciem.

---

<sup>28</sup> Entre 31 de Outubro de 2007 e 19 de Fevereiro de 2008.

## **1. INFÂNCIA E JUVENTUDE**

A Área da Infância e Juventude tendo em conta alguns dos indicadores demográficos disponíveis nas estatísticas oficiais, nomeadamente, a variação da população residente entre 1991 e 2001 (Dados Censos) com idades compreendidas entre os 0 aos 14 anos, saliente-se que, apenas neste escalão etário se verificou uma diminuição da população residente, registando-se no concelho de Faro uma redução de 13,8% e no distrito (Algarve) uma diminuição na ordem dos 5,3%. Apesar dessa variação negativa inter-censitária, os dados das estimativas apontam para uma nova tendência de crescendo desta população.

Em 1991 com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, residiam no concelho de Faro cerca de 9618 crianças/jovens, verificando-se em 2001 uma diminuição deste número para 8295 crianças e Jovens. Saliente-se que, segundo os Dados dos Anuários (INE), se estima que, em 2006, residissem no concelho de Faro 8942 crianças e jovens nestas idades.

O índice de dependência de crianças e jovens<sup>29</sup> salienta a necessidade e importância do investimento nesta área social. Com base nos dados oficiais publicados mais actuais (INE, Anuários de 2006) no que respeita ao índice de dependência de crianças e jovens, por cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos), residiam no concelho, em 2006, 22 crianças e jovens.

### **1.1. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À 1ª INFÂNCIA**

Evidenciam-se os equipamentos de ensino, nomeadamente, os de apoio à 1ª infância e de actividades de tempos livres, realçando-se que a insuficiência deste tipo de equipamentos que foi por diversas vezes identificada, particularmente, nas freguesias semi-urbanas e rurais, o que faz com que estes equipamentos sejam ao nível das políticas sociais e de educação, considerados uma prioridade concelhia.

Procurou-se fazer uma nova estimativa da população alvo da oferta destes equipamentos e respostas, no sentido de melhor captar a dinâmica demográfica concelhia e não tendo por base os dados dos Censos como, de resto, é habitual.

Assim, estimamos a seguinte população nos vários grupos etários:

- 0-3 anos: 2891 crianças
- 3-5 anos: 2064 crianças
- 6-12 anos: 4432 crianças

## **CRECHE**

"Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza sócio-educativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionado para o apoio à criança e à família."<sup>30</sup>

Verificava-se, no final de 2001, actualmente uma taxa de cobertura concelhia de 26,3%<sup>31</sup>, superior à taxa de cobertura distrital de 21,6%. No entanto, a rede solidária abarca apenas 20,7% da população estimada dos 0-3 anos. De referir que ainda se está distante do valor de referência estabelecido no Compromisso de

<sup>29</sup> Jovens (até 14 anos) / População em idade activa (15-64 anos) \* 100

<sup>30</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

<sup>31</sup> A população de referência (0-3 anos) foi calculada tendo por base os dados vivos registados. Considerar os valores de 2001, seria ignorar as dinâmicas demográficas locais.

Barcelona (que considera como taxa de cobertura ideal de 33%). Certo é, no entanto, que este é um valor que cada vez mais pode ser considerado como reduzido face à cada vez maior procura destes equipamentos e das fragilidades económicas a que as famílias estão cada vez mais vulneráveis. Os equipamentos da rede privada não são opção para uma classe média cada vez mais desprovida de recursos, isto se se pensar que no quadro do acesso aos equipamentos e serviços será neste grupo sócio-económico que mais dificuldades se farão sentir.

De acordo com um levantamento efectuado recentemente estima-se que a população infantil dos 0-3 anos, residente em Faro represente cerca de 90% dos utilizadores dos equipamentos de creche. Tal significa que toda a rede só cobrirá cerca de 24% da população de referência.

Certo é que a necessidade de ampliar a rede de equipamentos de creche foi, manifestamente, uma das referenciadas de forma mais frequente nos fóruns sociais locais realizados. Por outro lado, também é visível a necessidade de reequacionamento da rede solidária, quando se verifica por uma população que evidencia fragilidades do ponto de vista económico – de que é exemplo a representação dos beneficiários de SASE no conjunto da população escolar do 1º ciclo.

**Quadro 27. Taxa de Cobertura de Equipamento de Creche, 2007**

Rede Solidária				Rede Lucrativa			Total			Taxa de Cobertura (Rede Solidária + Rede Lucrativa)	
Creche				Creche Familiar							
Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Ut. Acordo	
13	599	562	20,7%	0	0	0	0,0%	7	160	562	26,3%

**Fonte:** CDSS de Faro – Dezembro de 2007. Tratamento dos dados – Equipa In Loco (estimativas da população de referência)

Pese embora a capacidade de resposta do concelho se aproxime da desejável, permanece a desigualdade de acesso e o assimétrico grau de desenvolvimento social das diferentes freguesias do concelho.

No final de 2007, a freguesia de Montenegro permanecia sem cobertura. A freguesia da Sé tinha 64,3% da capacidade instalada, seguida da freguesia de São Pedro. A centralização das respostas poderá justificar-se pela centralidade funcional dos espaços em consideração, mas eleva a periferização das restantes freguesias do concelho no respeitante ao acesso a equipamentos.

**Quadro 28. Capacidade de Creche por Freguesia**

Freguesia	N.º de Creches			Capacidade			% da capacidade face ao total
	Rede Solidária	Rede Lucrativa	Total	RS	RL	Total	
Conceição de F.	1	0	1	13	0	13	1,7%
Estoi	1	0	1	30	0	30	4%
Sta Bárbara de Nexe	1	0	1	65	0	65	8,6%
Montenegro	0	0	0	0	0	0	0%
Faro (Sé)	8	5	13	374	114	488	64,3%
Faro (S. Pedro)	2	2	4	117	46	163	21,5%
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>20</b>	<b>599</b>	<b>160</b>	<b>759</b>	<b>100%</b>

**Fonte:**  
CDSS de Faro – Dezembro de 2007.

Saliente-se que ao abrigo do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)<sup>32</sup>, foram submetidas no concelho de Faro, numa 1ª fase de candidatura, em 2006, 2 projectos de Creche, tendo 1 das candidaturas sido aprovada (Centro Cultural e Social da Paróquia de Santa Bárbara de Nexe). Numa 2ª fase de candidatura, em 2007, foram submetidos 5 projectos de creche, 4 dos quais aprovados (Instituto D. Francisco Gomes, Fundação António Silva Leal, Centro de Acção Social, Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Segurança Social do Distrito de Faro e Centro Cultural e Social Paróquia S. Martinho de Estoi).

Submetida e não aprovada na 1ª Fase foi a candidatura da Associação Nossa Senhora dos Navegantes o projecto de resposta social Creche, na Ilha da Culatra (Freguesia da Sé), com a previsão de 33 lugares criados/remodelados. Na 2ª Fase (submetida e não aprovada) ficou em carteira a creche da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social (Montenegro) com a previsão de capacidade para 66 crianças.

No total foram aprovados 5 projectos que beneficiarão 4 freguesias do concelho e 260 crianças, conforme quadro que se apresenta. Acresce a estes 5 projectos e o Projecto Camarário de construção de uma creche (com criação de 75 novos lugares) na Penha.

Com estes projectos executados, embora não se consiga garantir a equidade territorial no acesso à creche, certo é que estarão praticamente garantidas as necessidades sociais em creche - 35,2% de cobertura total e 29,7% de cobertura na rede solidária, se se tiver por base a população de referência de 2007.

<sup>32</sup> Programa que visa apoiar o alargamento, desenvolvimento e a consolidação da rede de equipamentos sociais em Portugal Continental, apostando na criação de novos lugares em respostas sociais nomeadamente, na área da infância.

**Quadro 29. PARES 1ª e 2ª Fase Projectos Aprovados de Creche por Freguesia (CMF)**

<b>Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)</b>			
<b>Fase de Candidatura</b>	<b>Designação da Entidade</b>	<b>Localização Freguesia</b>	<b>Resposta Social x Nº de Lugares Criados/Remodelados</b>
			<b>Creche</b>
<b>1ª Fase (2006)</b>	C.C.S.P. de Sta Bárbara de Nexe	Sta. Bárbara de Nexe	66
<b>2ª Fase (2007)</b>	IDFG	Montenegro	48
	FASL	Sé (Vale da Amoreira)	48
	CASCD	Sta. Bárbara de Nexe	32
	C.C.S.P. S. Martinho de Estoi	Estoi	66
<b>TOTAL</b>			<b>260</b>

Fonte: CMF DAS (15/05/08)

**Quadro 30. Capacidade Projectada Creche por Freguesia (CMF)**

<b>Freguesia</b>	<b>Capacidade Projectada</b>			<b>Capacidade Total</b>	<b>Capacidade 2007</b>	<b>Capacidade total após projectos concluídos</b>	<b>% da capacidade face ao total</b>
	<b>PARES 1</b>	<b>PARES 2</b>	<b>Projectos CMF</b>				
Conceição de Faro				0	13	13	1,3%
Estoi		66		66	30	96	9,4%
Sta. Bárbara de Nexe	66	32		98	65	163	16%
Montenegro		48		48	0	48	4,7%
Faro (Sé)		48	75	48	488	536	52,6%
Faro (S. Pedro)				0	163	163	16%
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>194</b>	<b>75</b>	<b>260</b>	<b>759</b>	<b>1019</b>	<b>100%</b>

Fonte:  
CDSS de Faro -Dez. 2007;  
CMF - DAS (15/05/08)

## **JARDIM-DE-INFÂNCIA / ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**

“Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família”<sup>33</sup>.

Actualmente a taxa de cobertura em equipamento de Jardim-de-infância situar-se-á em 68,3%, registando-se um contributo da rede privada em 23,3% do total de lugares existentes. Quando se procura dar cobertura a toda a população em idade de pré-escolar, conclui-se que o concelho está muito aquém do desejável.

<sup>33</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

**Quadro 31. Taxa de Cobertura Jardim-de-Infância / Pré-Escolar (CDSS)**

	Rede Solidária				Rede Pública			EEPC			Total			Taxa de Cobertura (Redes Solidária + Pública e EEPC)
	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Ut. Acordo	
Faro	16	861	774*	41,7%	4	220	10,7%	8	329	15,9%	24	1.410	774*	68,3%

\* Não dispomos de informação relativa aos acordos de cooperação com todas as entidades da rede solidária

Fonte: CDSS de Faro – Dezembro 2007/ Pré-Escolar DREAlgarve – Ano 2007  
Tratamento dos dados – Equipa In Loco (estimativas da população de referência)

Relativamente à dispersão geográfica deste equipamento pela área administrativa do concelho, tendo por referência a freguesia de localização do mesmo, verifica-se a mesma assimetria de distribuição espacial, com um maior défice nas zonas rurais e na freguesia de Montenegro.

A freguesia da Sé congrega mais de metade das vagas existentes nestes equipamentos, seguida da freguesia de São Pedro com 25% da capacidade instalada. A situação que surge mais problemática é, mais uma vez, a da freguesia de Montenegro, com apenas 5% das vagas – 70 lugares em Jardins-de-infância.

Estima-se que a disparidade da cobertura face à necessidade se acentue à semelhança da resposta creche dado o aumento populacional não considerado nas freguesias periféricas, Montenegro, Conceição de Faro, Estoi e Santa Bárbara de Nexe.

**Quadro 32. Capacidade de Jardim-de-Infância por Freguesia (CMF)**

Freguesia	N.º de Jardins-de-Infância(Pré-Escolar)				Capacidade				% face ao total
	Rede Solidária	Rede Lucrativa	Rede Pública	Total	RS	RL	RP	Total	
Conceição de F.	1		1	2	25		65	90	6,4%
Estoi	1			1	50			50	3,5%
Santa Bárbara de Nexe	1		1	2	20		25	45	3,2%
Montenegro			1	1			70	70	5%
Faro (Sé)	11	5		16	592	210		802	56,9%
Faro (S. Pedro)	2	3	1	6	174	119	60	353	25%
<b>Total</b>	16	8	4	28	861	329	220	1410	100%

Fonte:

CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007; Listagem de Estabelecimentos Lucrativos - Jan. 08)

CMF Divisão de Educação – Dados Drealg de 17/03/08

Saliente-se que à semelhança do constado na valência creche se pode extrapolar que o total de vagas/capacidade de pré-escolar concelhia não se encontra efectivamente ocupada na totalidade por crianças oriundas do concelho de Faro, provindo igualmente de outros concelhos, nomeadamente dos municípios limítrofes como Olhão, Loulé e S. Brás de Alportel, através da possibilidade da morada facultada para efeito de inscrição não corresponder ao endereço de residência.

Refira-se que ao abrigo do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), foi submetida e aprovada em 2006 (1ª fase de candidatura), 1 candidatura referente a um projecto de Jardim-de-Infância, pelo Centro Cultural e Social da Paróquia de Santa Bárbara de Nexe, com a previsão de 95 lugares criados/remodelados na valência de jardim-de-infância.

**Quadro 33. PARES 1ª Fase - Projectos Aprovados de Jardim-de-Infância por Freguesia (CMF)**

Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)			
Fase de Candidatura	Designação da Entidade	Localização Freguesia	Resposta Social x Nº de Lugares Criados/Remodelados Jardim-de-Infância
1ª Fase (2006)	Centro Cultural e Social da Paróquia de Santa Bárbara de Nexe	Santa Bárbara de Nexe	95 75 novos 20 remodelados
<b>TOTAL</b>			<b>95</b>

Fonte: CMF DAS (15/05/08)

Tendo em conta a capacidade total para o concelho de Faro, após a conclusão do projecto do Centro Cultural e Social da Paróquia de Santa Bárbara de Nexe e dos projectos de Rede Pública (Penha, Gambelas, Fórum, Braciais/Mar e Guerra/Patação, Lejana, Estoi, Santa Bárbara e Bordeira), a taxa de cobertura do concelho na valência Jardim-de-Infância/Pré-Escolar sofrerá um aumento na ordem dos 39,3%, salientando a incidência do aumento nas freguesias de S. Bárbara de Nexe, Estoi e Montenegro (que mais que duplicarão a oferta actualmente existente). Com esta nova oferta estima-se que se consiga abarcar toda a população com idade entre os 3 e 5 anos.

**Quadro 34. Capacidade Projectada Jardim-de-Infância/Pré-Escolar por Freguesia (CMF)**

Freguesia	Capacidade Projectada				Capacidade 2007	Capacidade total após projectos concluídos	% da capacidade face ao total
	PARES 1	PARES 2	Projectos CMF	Capacidade e Total			
Conceição de Faro				0	90	90	4,5%
Estoi			75	75	50	125	6,2%
Santa Bárbara de Nexe	75		50	125	45	170	8,5%
Montenegro			75	75	70	145	7,2%
Faro (Sé)			100	100	802	902	44,9%
Faro (S.Pedro)			225	225	353	578	28,8%
<b>Total</b>	75	0	525	600	1410	2010	100%

Fonte:  
CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007; Listagem de Estabelecimentos Lucrativos – Jan. 08)/ CMF Divisão de Educação – Dados Drealg de 17/03/08 e Dados CMF 14/05/08

## CENTROS DE ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (ATL)

“Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona actividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente, acompanhamento/inserção, prática de actividades específicas e multi-actividades.”<sup>34</sup>

Esta é uma valência que, no quadro das cada vez maiores dificuldades de conciliação entre os horários dos pais e os horários escolares urge garantir a toda a população escolar. Não esquecer que, em paralelo, há muitas escolas do concelho em que os alunos têm horários concentrados (ou na parte da manhã ou da tarde) criando um espaço de tempo livre muito grande, para o qual os pais têm de dar resposta para poderem compatibilizar com os seus horários profissionais. Mesmo com um horário repartido ao longo do dia, e com a obrigatoriedade dos estabelecimentos escolares estarem abertos pelo menos 8 horas diárias, este tipo de actividades é fundamental para garantir que as crianças não fiquem desprovidas de acompanhamento e, que, em simultâneo, possam ter apoio pedagógico adequado ao seu desenvolvimento pessoal.

Em 2007, a taxa de cobertura deste equipamento situava-se em 16,2%, sendo a rede privada responsável por 34,1%% da capacidade instalada.

Não existe esta valência na rede pública e não estão projectados novos equipamentos para os próximos anos.

**Quadro 35. Taxa de Cobertura Centro de Actividades de Tempos Livres (CDSS)**

Concelhos	Rede Solidária				Rede Lucrativa			Total			Taxa de Cobertura (Rede Solidária + Rede Lucrativa)
	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Ut. Acordo	
Faro	5	472	462	10,6%	5	244	5,5%	10	716	462	16,2%

Fonte: CDSS de Faro – 2007

Tratamento dos dados – Equipa In Loco (estimativas da população de referência)

No que se refere à dispersão geográfica do equipamento Centro de Actividades de Tempos Livres, tendo por referência a freguesia de localização do mesmo, mais uma vez é na freguesia da Sé que se concentra a grande maioria da capacidade nesta valência – 77,7%. Segue-se a freguesia de S. Pedro com 14%. Na freguesia de Montenegro a capacidade existente está totalmente concentrada na rede lucrativa.

<sup>34</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

**Quadro 36. Capacidade em Centro de Actividades de Tempos Livres por Freguesia (CMF)**

Freguesia	N.º de Centros de Actividades de Tempos Livres				Capacidade				% face ao total
	Rede Solidária	Rede Lucrativa	Rede Pública	Total	RS	RL	RP	Total	
Conceição de Faro				0				0	0
Estoi				0				0	0
Santa Bárbara de Nexe				0				0	0
Montenegro		1		1		60		60	8,4%
Faro (Sé)	4	3		7	372	184		556	77,7%
Faro (S.Pedro)	1			1	100			100	14%
<b>Total</b>	5	4	0	9	472	244	0	716	100%

**Fonte:**

CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007; Listagem de Estabelecimentos Lucrativos – Jan. 08)/ CMF Divisão de Educação – Dados Drealg de 17/03/08

## 1.2. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À CRIANÇA E JOVEM COM DEFICIÊNCIA

No trabalho de Diagnóstico, a área da Deficiência constituiu-se como uma outra das áreas de intervenção prioritárias, nomeadamente, pela insuficiente cobertura de respostas sociais de apoio às crianças e jovens com deficiência, na área da prevenção, acolhimento e transporte.

Em 2001<sup>35</sup>, segundo os Censos, residiam em Portugal 636.059 pessoas com deficiência (representativos de 6,2 % da população nacional), no Algarve 23.553 (6,0% da população residente no distrito) e no concelho de Faro 3.566 com deficiência (6,2% da população residente no concelho).

No que se refere à distribuição desta população por tipologia de deficiência, verifica-se que, a maior incidência se revela na proporção de indivíduos com “deficiência visual”, assumindo 24,9% do total da população residente no concelho com deficiência (889 indivíduos), segue-se “outra deficiência” com 24,8% (886 indivíduos) e a deficiência motora com 24,6% (878 indivíduos). Em menor proporção, com deficiência auditiva segundo os censos de 2001, residiam no concelho de Faro 518 indivíduos (14,5%), com deficiência mental cerca de 324 indivíduos (9,1%) e com paralisia cerebral 71 indivíduos, representativos de 2,0%.

Relativamente à faixa etária, constata-se que, o maior número de registos se verifica particularmente em idades adultas. Aproximadamente 60% da população residente em Faro com deficiência (2001) tem idades compreendidas entre os 45 e os 89 anos. Verifica-se uma maior incidência na faixa etária dos 60 aos 74 (25,3%) e na dos 45 aos 59 anos (21,9%).

Dos 0 aos 14 anos, em 2001, registavam-se 179 casos de crianças com deficiência (5,0%), com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos cerca de 284 jovens/adultos (13,6%) e no escalão etário dos 30 aos 44 anos cerca de 554 munícipes, representativos de 15,5 % do total da população residente no concelho de Faro, com deficiência, em 2001.

<sup>35</sup> No caso específico da deficiência, não conseguimos fazer uma estimativa da população actualmente existente.

A esta observação, associamos o facto de parte das incapacidades e deficiências poderem ter sido adquiridas ao longo da vida, bem como à tendência dos progressos ao nível da detecção e intervenção precoce, que condicionam a diminuição dos nascimentos de crianças com deficiência congénita, e inerente diminuição do número de indivíduos com deficiência nas faixas etárias mais jovens.

Saliente-se que Faro (capital de distrito) aglutina grande parte das instituições/serviços, ao dispor da região, na área das crianças e jovens com deficiência, sendo nesse sentido a sua capacidade de resposta e âmbito de intervenção distrital.

## INTERVENÇÃO PRECOCE

“Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social”<sup>36</sup>.

Segundo os dados facultados pelo CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Jan.2007), relativamente à Resposta “Intervenção Precoce” com acordo de cooperação com o CDSS de Faro, verifica-se que existe no concelho apenas 1 equipamento dinamizado pela Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (Núcleo Regional de Faro), cuja capacidade de resposta é de 45 utentes (a sua totalidade com acordo de cooperação). Em 2001, identificavam-se 101 crianças até aos 9 anos portadoras de deficiência e residentes em Faro, o que corresponderia a uma taxa cobertura de aproximadamente 45%.

**Quadro 37. Taxa de Cobertura Intervenção Precoce (CDSS)**

Concelhos	Rede Solidária				Total			Pop. Com deficiência 2001 [0, 9] anos	Taxa de Cobertura
	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Ut. Acordo		
Faro	1	45	45	44,6%	1	45	45	101	44,6%
<b>Total do Distrito</b>	<b>4</b>	<b>185</b>	<b>185</b>	<b>34,3%</b>	<b>4</b>	<b>185</b>	<b>185</b>	<b>25.839</b>	<b>34,3%</b>

Nota: A taxa de cobertura é calculada tendo por base a população de referência com idades entre os 0 e 6 anos. No entanto, apenas nos foi possível aferir da população portadora de deficiência dos 0 aos 9 anos. Significa que as taxas de cobertura reais poderão ser ligeiramente superiores às calculadas.

**Fonte:**

INE – Censos 2001 (Resultados Definitivos)/ CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Jan.2007; Listagem de Estabelecimentos Lucrativos - 16.05.07). Tratamento dos dados – Equipa In Loco

## LAR DE APOIO

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família”<sup>37</sup>.

Segundo os dados facultados, relativamente à valência Lar de Apoio com acordos de cooperação com o CDSS de Faro, regista-se actualmente uma taxa de cobertura

<sup>36</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

<sup>37</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

concelhia de 5,4%, consideravelmente superior à taxa de cobertura distrital de 0,9%. No concelho de Faro, apenas a Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais gere uma resposta desta natureza, apresentando uma capacidade de 14 utentes (na sua totalidade utentes comparticipados).

**Quadro 38. Taxa de Cobertura Lar de Apoio (CDSS)**

Concelhos	Rede Solidária				Total			Pop. Com deficiência 2001 [5, 19] anos	Taxa de Cobertura (Rede Solidária + Rede Lucrativa) <sup>1</sup>
	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura <sub>1</sub>	Nº	Cap.	Ut. Acordo		
Faro	1	14	14	5,4%	1	14	14	260	5,4%
<b>Total do Distrito</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>0,9%</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>1.610</b>	<b>0,9%</b>

Nota: A taxa de cobertura é calculada tendo por base a população de referência com idades entre os 6 e 18 anos. No entanto, apenas nos foi possível aferir da população portadora de deficiência dos 5 aos 19 anos. Significa que as taxas de cobertura reais poderão ser ligeiramente superiores às calculadas.

**Fonte:**

INE – Censos 2001 (Resultados Definitivos) / CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Jan.2007; Listagem de Estabelecimentos Lucrativos - 16.05.07). Tratamento dos dados – Equipa In Loco

## TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

“Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado”<sup>38</sup>.

Esta é uma resposta transversal a todas as franjas da população com deficiência e/ou com mobilidade reduzida (crianças, jovens e adultos), tendo sido referenciada nos vários fóruns sociais como problema estruturante e elemento facilitador da mobilidade desta população no geral.

A insuficiência de Transporte Adaptado (que assegure o transporte e acompanhamento personalizado da pessoa com dependência) é uma das dificuldades com que as famílias do concelho com dependentes a cargo se deparam diariamente, agravado no caso de não possuírem transporte próprio ou com transporte próprio mas limitado (não adaptado), ficando dependentes da insuficiente rede de transportes das instituições existentes (que face a frotas reduzidas acabam por cobrir apenas as necessidades da população utente).

Saliente-se que, existe no concelho uma viatura adaptada dinamizada pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Faro (protocolada com o Município desde 26/06/02), que actualmente se encontra com uma capacidade lotada de transporte. Sob a gestão de vagas efectuada pela Divisão de Acção Social – Equipa de Intervenção Directa, saliente-se que esta viatura adaptada dá apoio à inserção laboral e educativa de 12 utentes (crianças e adultos).

<sup>38</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

### 1.3. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO ÀS CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO

#### CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

“Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares”<sup>39</sup>.

Segundo os dados facultados pelo CDSS – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007), não existem no concelho entidades que promovam esta resposta social. Saliente-se que a Criação de um Centro de Apoio Familiar se constituiu durante a elaboração do presente diagnóstico como uma forte intenção de implementação por parte da Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais.

#### CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção”<sup>40</sup>.

Segundo os dados facultados pelo CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007), calculadas as taxas de cobertura da resposta social Centro de Acolhimento Temporário, no concelho de Faro e recentemente criado, existe um equipamento sob gestão da Junta Diocesana de Faro – Protecção à Rapariga, cuja capacidade de resposta é de 20 raparigas (na sua totalidade com acordo de cooperação), que corresponde a uma taxa de cobertura concelhia de 1,2%.

No distrito só existem 3 equipamentos com esta resposta, nomeadamente, os sedeados nos concelhos de Loulé, Vila Real de Santo António e Portimão.

**Quadro 39. Taxa de Cobertura Centro de Acolhimento Temporário (CDSS)**

Concelhos	Rede Solidária				Total			Pop. Estimada 2007 [0, 18] anos	Taxa de Cobertura
	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Ut. Acordo		
Faro	1	20	20	0,2%	1	20	20	12557	0,2%

Fonte: CDSS de Faro – 2007

Tratamento dos dados – Equipa In Loco (estimativas da população de referência)

#### LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.”<sup>41</sup>

<sup>39</sup> Idem

<sup>40</sup> I Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

<sup>41</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa

Relativamente a esta resposta segundo os dados facultados, com acordos de cooperação com o CDSS de Faro, regista-se uma taxa de cobertura concelhia de 0,78%.

A região do Algarve está coberta pela actuação de nove instituições (capacidade total de 456 educandos/as), sendo que, no concelho de Faro duas instituições colmatam esta necessidade, a saber, a Casa de Santa Isabel e o Instituto D. Francisco Gomes, pese embora acolham crianças e jovens oriundas de outros concelhos. Saliente-se que, a Casa de Santa Isabel acolhe 38 educandas do sexo feminino e o Instituto D. Francisco Gomes 60 educandos do sexo masculino, ambos crianças e jovens com idades compreendidas entre os 5 e os 18 anos e com acordos de cooperação para a sua capacidade total.

**Quadro 40. Taxa de Cobertura Lar de Infância e Juventude (CDSS)**

Concelhos	Rede Solidária				Total			Pop. Estimada 2007 [0, 18] anos	Taxa de Cobertura
	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Ut. Acordo		
Faro	2	98	98	0,78	2	98	38	12557	0,78

Fonte: CDSS de Faro – 2007

Tratamento dos dados – Equipa In Loco (estimativas da população de referência)

## Centro de Acolhimento de Emergência

Segundo os dados do CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007), com acordos de cooperação com o CDSS de Faro esta resposta social é promovida pela Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão com capacidade para 95 crianças (totalidade com acordo de colaboração) de ambos os sexos e com idades compreendidas ate aos 5 anos.

## 2. POPULAÇÃO ADULTA

### 2.1. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À TERCEIRA IDADE

De acordo com um dos principais indicadores demográficos, tendo em conta a variação da população residente entre 1991 e 2001 (Dados Censos) saliente-se que, foi precisamente na faixa etária dos 65 ou mais anos que se verificou o maior aumento populacional, registando-se no distrito (Algarve) um aumento de 24,6% e em Faro de 32,4%.

Em 1991, residiam no concelho de Faro cerca de 6974 idosos, no momento censitário seguinte, em 2001, registavam-se 9235 residentes. Segundo os dados dos Anuários, em 2007, residiam no concelho de Faro 9549 munícipes, portando, mantendo-se uma tendência de aumento desta franja da população.

Outros dois indicadores salientam a necessidade e importância do investimento nesta área social, o índice de envelhecimento no concelho, que em 2007 se traduzia em na representatividade de 105 idosos por cada 100 crianças e o índice de dependência de idosos de 24 idosos por cada individuo em idade activa.

## Centro de Convívio

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa das pessoas idosas de uma comunidade”<sup>42</sup>

Relativamente a esta resposta, regista-se actualmente uma taxa de cobertura concelhia de 0,63%, muito próxima da taxa de cobertura distrital de 0,67%.

A região do Algarve está coberta pela actuação de oito instituições (capacidade total de 540 idosos/as), sendo que, no concelho de Faro apenas uma instituição colmata esta necessidade, a saber, a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos, com uma capacidade total de 60 utentes e com acordos de cooperação para a sua totalidade.

**Quadro 41. Taxa de Cobertura Centro de Convívio (CDSS)**

Concelhos	Rede Solidária				Total			Pop. 2007 [65 e +] anos	Taxa de Cobertura
	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Ut. Acordo		
Faro	1	60	60	0,63%	1	60	60	9.549	0,63%
<b>Total do Distrito</b>	<b>8</b>	<b>540</b>	<b>280</b>	<b>0,7%</b>	<b>8</b>	<b>540</b>	<b>280</b>	<b>80.497</b>	<b>0,67%</b>

Fonte: CDSS de Faro – 2007. INE – Estimativas da população 2007.  
Tratamento dos dados – Equipa In Loco.

## Centro de Dia

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.”<sup>43</sup>

Relativamente à taxa de cobertura desejável deste equipamento de acordo com a OCDE, a mesma situar-se-ia nos 4,5%. Segundo os dados facultados, com acordos de cooperação com o CDSS de Faro, regista-se actualmente uma taxa de cobertura concelhia de 1,41%, consideravelmente inferior à taxa de cobertura distrital de 2,89%. Faro apresenta assim uma taxa de cobertura abaixo do desejável.

A região do Algarve está coberta pela actuação de 57 instituições (capacidade total de 1237 idosos/as), sendo que, no concelho de Faro apenas 3 instituições colmatam esta necessidade, a saber, o Centro Cultural e Social da Paróquia de Santa Bárbara de Nexe, a Santa Casa da Misericórdia de Faro e a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do concelho de Faro, com uma capacidade total de 135 utentes, com acordo de cooperação para a sua capacidade total.

<sup>42</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

<sup>43</sup> Idem

**Quadro 42. Taxa de Cobertura Centro de Dia (CDSS)**

Concelhos	Rede Solidária				Total			Pop. 2007 [65 e +] anos	Taxa de Cobertura
	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Ut. Acordo		
Faro	3	135	85	1,41%	3	135	85	9.549	1,41%
<b>Total do Distrito</b>	<b>57</b>	<b>2.326</b>	<b>1.237</b>	<b>2,89%</b>	<b>57</b>	<b>2.326</b>	<b>1.237</b>	<b>80.497</b>	<b>2,89%</b>

Fonte: CDSS de Faro – 2007. INE – Estimativas da população 2007.  
Tratamento dos dados – Equipa In Loco.

A Associação de Solidariedade Sócio-Cultural do Montenegro com o seu projecto aprovado para Centro de Dia, aumentará a capacidade concelhia em mais 60 novos lugares, o que corresponderá a um aumento da taxa de cobertura nesta valência para 2,04%.

### Serviço de Apoio Domiciliário

“Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária”<sup>44</sup>.

Relativamente à resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, segundo os dados facultados pelo CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007), regista-se actualmente uma taxa de cobertura concelhia de 2,04%, ligeiramente inferior à taxa de cobertura distrital de 2,72%.

Saliente-se que a região do Algarve está coberta pela actuação de 62 instituições (capacidade total de 1621 idosos/as), e que no concelho de Faro cinco instituições promovem esta resposta, a saber, o Centro Social e Cultural da Paróquia de Santa Bárbara de Nexe, o Centro Social e Cultural da Paróquia de Estoi, a Santa Casa da Misericórdia de Faro (SCM), a Provectus – Associação em Prol da Terceira Idade e a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do concelho de Faro, com uma capacidade total de 174 utentes e com acordo de cooperação para a sua capacidade total.

**Quadro 43. Taxa de Cobertura Serviço de Apoio Domiciliário (CDSS)**

Concelhos	Rede Solidária				Total			Pop. 2007 [65 e +] anos	Taxa de Cobertura
	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Ut. Acordo		
Faro	5	195	174	2,04%	5	195	174	9.549	2,04%
<b>Total do Distrito</b>	<b>62</b>	<b>2.186</b>	<b>1.621</b>	<b>2,72%</b>	<b>62</b>	<b>2.186</b>	<b>1.621</b>	<b>80.497</b>	<b>2,72%</b>

Fonte: CDSS de Faro – 2007. INE – Estimativas da população 2007.  
Tratamento dos dados – Equipa In Loco.

A necessidade de ampliar a cobertura desta resposta foi repetidamente acentuada nos fóruns realizados. A título de exemplo, a SCM tinha no início deste ano uma lista de espera de 110 utentes, o que é bem revelador da necessidade referida. Mas

<sup>44</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

as listas de espera replica-se na maior parte das entidades prestadoras de apoio SAD.

A CIMFARO está a projectar ampliar esta rede, com um projecto a ser desenvolvido na Conceição de Faro (recuperação da antiga escola de 1º ciclo) que engloba SAD e Centro de Dia. No Montenegro, foi aprovado, igualmente o projecto de Centro de Dia e de Serviço de Apoio Domiciliário, pelo programa PARES I, da Associação de Solidariedade Sócio-Cultural do Montenegro, com capacidade para 100 utentes – o que irá elevar a taxa de cobertura para 3,08%.

## **LAR DE Idosos**

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia”<sup>45</sup>.

O equipamento social Lar de Idosos, segundo os dados facultados pelo CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007), com acordo de cooperação com o CDSS de Faro, regista actualmente no concelho uma taxa de cobertura de 2,96%, face à população residente com 65 ou mais anos de idade em 2007 de 9.549 indivíduos, ligeiramente inferior à taxa de cobertura distrital de 3,49%. De acordo com a OCDE, a taxa de cobertura desejável deste equipamento é de 4% o que revela que a taxa de cobertura em valência de Lar no concelho de Faro ainda se encontra ligeiramente aquém da taxa de cobertura desejável.

Refira-se que ao nível desta resposta social, a região do Algarve está coberta pela actuação de 50 instituições (capacidade total de 2217 idosos/as), e que no concelho de Faro 2 entidades e 4 equipamentos da Rede Solidária promovem este serviço, a saber, a Santa Casa da Misericórdia de Faro (Lar de Idosos da Santa Casa de Faro, Lar de Idosos do Montinho e Lar de Idosos da Torre Natal) e o Centro Cultural e Social da Paróquia de Santa Bárbara de Nexe. A título de exemplo refira-se que a SCM tinha, no início do ano, uma lista de espera para o equipamento de Lar de 425 pessoas.

Com fins lucrativos e colmatando parte desta necessidade no concelho de Faro existem sedeados no concelho de Faro 3 lares, o Lar de Recuperação Convalescença e 3ª idade, a Casa de Repouso de Faro e a Casa de Repouso o Faró. Estas respostas representam cerca de 35% da capacidade instalada.

As 4 respostas que integram a Rede Solidária do concelho apresentam uma capacidade total de 184 utentes (158 com acordo de cooperação) e as 3 entidades integram a Rede Lucrativa uma capacidade total de 99 utentes, num total de 283 (158 com acordo).

---

<sup>45</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa

**Quadro 44. Taxa de Cobertura Lar de Idosos (CDSS)**

Concelhos	Rede Solidária				Rede Lucrativa			Total			Pop. 2007 [65 e +[ anos	Taxa de Cobertura
	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Ut. Acordo		
Faro	4	184	158	1,92%	3	99	1,04%	7	283	158	9.549	2,96%
<b>Total do Distrito</b>	<b>50</b>	<b>2.463</b>	<b>2.217</b>	<b>3,05%</b>	<b>10</b>	<b>343</b>	<b>0,43%</b>	<b>60</b>	<b>2.806</b>	<b>2.217</b>	<b>80.497</b>	<b>3,49%</b>

Fonte: CDSS de Faro – 2007. INE – Estimativas da população 2007.  
Tratamento dos dados – Equipa In Loco.

Na inexistência ou insuficiência de respostas sociais e/ou por ausência ou falta de condições de familiares, como resposta alternativa para “pessoas idosas que não possam permanecer no seu domicílio” o **Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas** é uma resposta social que consiste em integrar pessoas idosas, temporária ou permanentemente, em famílias idóneas.

Para pessoas idosas com relativo grau de independência as respostas poderiam passar também pela criação de **Centros de Noite**, “resposta social desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento nocturno prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite”<sup>46</sup>; e/ou de **Residências** que, “desenvolvidas em equipamentos, são constituídas por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial”<sup>47</sup>. Saliente-se que não temos registo de equipamentos desta índole existentes quer no âmbito concelhio quer distrital.

## 2.2. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À POPULAÇÃO ADULTA COM DEFICIÊNCIA

### Centro de Actividades Ocupacionais

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave”<sup>48</sup>.

Dirigido à população adulta com deficiência e desenvolvido por duas entidades do concelho, a saber, a Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais (CAO de Faro e CAO de Santa Bárbara de Nexe) e a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, existem no concelho de Faro três respostas sociais desta natureza – Centro de Actividades Ocupacionais.

Os CAO, destinados a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave, na sua totalidade possuem actualmente uma capacidade concelhia de 67 utentes (com acordo de cooperação para a sua totalidade) o que representa uma taxa de cobertura concelhia correspondente a 1,94%. Saliente-se que a nível distrital, em 2007, a taxa de cobertura era de 1,37% referente à actuação de 9 respostas sociais desta índole e com uma capacidade de 309 utentes (259 dos quais com acordo).

<sup>46</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

<sup>47</sup> Idem

<sup>48</sup> Idem

**Quadro 45. Taxa de Cobertura Centro de Actividades Ocupacionais (CDSS)**

Concelhos	Rede Solidária				Total			Pop. Deficiência 2001 [15 e +[ anos	Taxa de Cobertura
	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Ut. Acordo		
Faro	3	67	67	1,94%	3	67	67	3.455	1,94%
<b>Total do Distrito</b>	<b>9</b>	<b>309</b>	<b>259</b>	<b>1,37%</b>	<b>9</b>	<b>309</b>	<b>259</b>	<b>22.503</b>	<b>1,37%</b>

Nota: A taxa de cobertura é calculada tendo por base a população de referência com idades superiores a 16 anos. No entanto, apenas nos foi possível aferir da população portadora de deficiência a partir dos 15 anos. Significa que as taxas de cobertura reais poderão ser ligeiramente superiores às calculadas.

**Fonte:**

INE – Censos 2001 (Resultados Definitivos)/ CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Jan.2007; Listagem de Estabelecimentos Lucrativos - 16.05.07). Tratamento dos dados – Equipa In Loco

### **Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência**

“Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta”

Esta é uma resposta que não existe no concelho e que eventualmente poderá ser considerada a sua criação face à insuficiência de respostas de acolhimento institucional.

### **Lar Residencial**

“Resposta Social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar”

No concelho de Faro, à data esta resposta social não é desenvolvida, sendo que os casos que existem no concelho são encaminhados para as 4 entidades que existem no distrito e que dispõem desta resposta, nomeadamente Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos – Casa de Santo Amaro (Lagos), a CRACEP – Cooperativa de Reeducação e Apoio à Criança Excepcional de Portimão, CRL – Lar Residencial da CRACEP (Portimão), a Fundação Irene Rolo - Lar Residencial da Fundação Irene Rolo (Tavira) e a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira - Lar de São Vicente (Albufeira), com uma capacidade total de 139 utentes (na sua totalidade comparticipados).

Refira-se que para fazer face a este constrangimento, a autarquia dispõe de um serviço de transporte para o(s) munícipes que frequentam o Lar Residencial da Fundação Irene Rolo, em Tavira, sendo que, actualmente assegura o transporte de 4 utentes.

Na sequência de uma candidatura ao PARES (2ª fase), 2007, saliente-se que foi aprovado o projecto de criação de um Lar Residencial pelo Núcleo Regional de Faro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, que se localizará na freguesia do Montenegro (Marchil) e que terá uma capacidade estimada de 19 lugares. Este equipamento desenvolverá ainda a resposta social Residência Autónoma com uma capacidade de 5 novos lugares criados.

Como anteriormente referido, o **Transporte de Pessoas com Deficiência** é uma resposta transversal a toda a população com deficiência e/ou com mobilidade reduzida (crianças, jovens e adultos).

A insuficiência de Transporte Adaptado (que assegure o transporte e acompanhamento personalizado da pessoa com dependência) é uma das dificuldades com que as famílias do concelho com dependentes a cargo se deparam diariamente. A frota de transportes das instituições existentes acaba por cobrir apenas as necessidades da população utente e a viatura adaptada da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Faro, conforme mencionado já se encontra com uma capacidade lotada de transporte.

O **Serviço de Apoio Domiciliário** conforme definido pela tipologia da Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, é outra resposta que deveria dar apoio à população adulta com deficiência e a pessoas em situação de dependência à semelhança do descrito nos equipamentos de apoio à terceira idade.

Todavia, pese embora integrem o cálculo das taxas de cobertura da referida resposta a totalidade dos equipamentos existentes no concelho, a cobertura destes acaba por na sua essência servir quase exclusivamente a população sénior, não existindo no concelho um serviço de apoio domiciliário especializado para população com deficiência e/ou dependência específica.

### 2.3. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA

#### Apoio Domiciliário Integrado

“Resposta que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.”<sup>49</sup>

Refira-se que esta resposta social apresenta uma taxa de cobertura concelhia semelhante à taxa de cobertura distrital, situando-se nos 0,16% no concelho e 0,15% no Algarve. Existe no concelho uma IPSS que promove a prestação destes cuidados, a Provectus – Associação em Prol da Terceira Idade, com uma capacidade 15 utentes (com acordo cooperação na sua totalidade).

**Quadro 46. Taxa de Cobertura Apoio Domiciliário Integrado (CDSS)**

Concelhos	Rede Solidária				Total			Pop. 2007 [65 e +[ anos	Taxa de Cobertura
	Nº	Cap.	Ut. Acordo	Taxa de Cobertura	Nº	Cap.	Ut. Acordo		
Faro	1	15	15	0,16%	1	15	15	9.549	0,16%
<b>Total do Distrito</b>	<b>14</b>	<b>120</b>	<b>120</b>	<b>0,15%</b>	<b>14</b>	<b>120</b>	<b>120</b>	<b>80.497</b>	<b>0,15%</b>

Fonte: CDSS de Faro – 2007. INE – Estimativas da população 2007. Tratamento dos dados – Equipa In Loco.

<sup>49</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa

## **Unidade de Apoio Integrado**

“Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.”<sup>50</sup>

A Rede Social não tem conhecimento da existência de unidades de apoio integrado sedeadas no concelho de Faro e no distrito. Refira-se que não consta da listagem cedida pelo Núcleo de Cooperação e Respostas Sociais (BD Acordos – Jan.2007) e da Listagem de Estabelecimentos Lucrativos – 16.05.07 a existência desta resposta, porém, poderá ser considerada uma alternativa válida ao internamento hospitalar e aos constrangimentos da necessidade de protelamento da alta clínica face à impossibilidade de alta social, caso que ocorre como referenciado no fórum realizado sobre a população em situação de dependência.

### **2.4. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO A PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL OU PSIQUIÁTRICO**

#### **Fórum Sócio-Ocupacional**

“Resposta desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido”<sup>51</sup>

Existe no concelho 1 equipamento que desenvolve esta resposta social, a Associação de Saúde Mental do Algarve, com uma capacidade de 40 utentes, na sua totalidade com acordo de cooperação.

Através do desenvolvimento de actividades múltiplas, uma Equipa Multidisciplinar procura promover a valorização pessoal e a integração social de pessoas com doença mental que, temporária ou permanentemente, não podem ser inseridas no mercado de trabalho.

No distrito outras 2 entidades tentam colmatar a necessidade desta resposta, a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira – “Casa da Paz”, com uma capacidade de 30 utentes, e a UNIR – Associação dos Doentes Mentais, Famílias e Amigos do Algarve, com uma capacidade de 22 utentes.

#### **Unidade de Vida Protegida**

A Rede Social de Faro não tem conhecimento da existência desta resposta no distrito. No concelho de Faro não existe uma Unidade de Vida Protegida “resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.”<sup>52</sup>

#### **Unidade de Vida Autónoma**

Não existe no concelho uma Unidade de Vida Autónoma “resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave

---

<sup>50</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa

<sup>51</sup> Idem

<sup>52</sup> Idem

estabilizada e de evolução crónica mas com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial.”<sup>53</sup>

## **Unidade de Vida Apoiada**

Não existe no concelho uma Unidade de Vida Apoiada, “resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente”.<sup>54</sup>

A Associação de Saúde Mental do Algarve apresenta-se como única IPSS, sediada no concelho de Faro, que dá resposta a esta necessidade, todavia, com o recurso à Unidade de Vida Apoiada implementada no concelho de Loulé. Esta UNIVA de âmbito distrital, apresenta uma capacidade de alojamento para 20 utentes, tendo sido referenciado no Mini-Fórum de entidades (9 Janeiro 2008) que apresenta uma lista de espera de 75 indivíduos.

## **3. FAMÍLIA E COMUNIDADE**

### **3.1. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À FAMÍLIA E COMUNIDADE**

#### **Grupo de Auto-Ajuda**

“Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para inter-ajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.”<sup>55</sup>

No concelho de Faro, o Grupo de Ajuda a Toxicodependentes promove esta resposta dirigindo-a porém, apenas à população utente da Comunidade Terapêutica do Azinheiro e do(s) Apartamento(s) de Reinserção.

#### **Centro Comunitário**

“ Resposta social desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido”.<sup>56</sup>

Esta resposta social é promovida pela Fundação António Silva Leal, no Bairro de Emergência Social da Horta da Areia (Freguesia da sé), tendo uma capacidade actual de resposta para 60 utentes (a totalidade com acordo de cooperação).

Na sequência de uma candidatura ao PARES (2ª fase), 2007, foi aprovado o projecto submetido pelo Centro de Bem Estar Social da Paróquia de S. Martinho de Estoi, de criação de um Centro Comunitário, que se localizará na freguesia de Estoi

---

<sup>53</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa

<sup>54</sup> Idem

<sup>55</sup> Idem

<sup>56</sup> Idem

(Guelhim), e que promoverá a resposta social Lar de 3ª Idade e Creche, com uma capacidade estimada de criação de 30 novos lugares na valência de Lar de 3ª Idade e 66 novos lugares na valência de Creche.

### **Refeitório/Cantina**

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeição, em especial a indivíduos e economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente, de higiene pessoal e tratamento de roupas.”

Esta resposta social é promovida actualmente no concelho pela Santa Casa da Misericórdia de Faro, todavia, e muito recentemente, apenas no que respeita à refeição Almoço, com uma capacidade de resposta de 24 lugares sentados e sem acordo de cooperação. Saliente-se que esta resposta é complementada com o serviço de Balneário e Lavandaria Social.

Refira-se que está a decorrer o processo de obra que culminará com a criação pela Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Faro) de uma Comunidade de Inserção “Porto de Abrigo”, ao abrigo da medida 5.6 Programa Emprego, Formação e Desenvolvimento Social QCA III (POEFDS), que entre outras acções, prevê a criação de uma estrutura de Refeitório, com capacidade estimada de 48 refeições diárias.

### **Centro de Apoio à Vida**

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social”.

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral – Núcleo Regional de Faro, promove no concelho de Faro esta resposta social, que integrada no sistema de acção social da entidade, promove uma articulação participante das parcerias, na criação de redes sociais de apoio e contribuindo para a capacitação e co-responsabilização da mulher/casal relativamente ao seu projecto de vida.

Como População alvo, o CAV da APPC acompanha Mulheres grávidas ou puérperas, que residam nos concelhos de Faro e Olhão, as suas famílias e filhos recém-nascidos até um ano de vida. Entre outras actividades o CAV promove a articulação com as redes de suporte social formal dos serviços locais; a avaliação multidisciplinar do funcionamento global da grávida, do bebé e da situação familiar; bem como a implementação de programas de intervenção.

Refira-se que segundo os dados cedidos pelo CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007; Listagem de Estabelecimentos Lucrativos – Jan. 08) esta resposta tem capacidade para acompanhar 15 utentes (a sua totalidade com acordo de cooperação estabelecido).

### **Comunidade de Inserção**

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de acção integradas com vista à inserção social de

diversos grupos alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.”<sup>57</sup>

Como anteriormente referido, esta é uma resposta social que a Cruz Vermelha Portuguesa pretende implementar no concelho, Comunidade de Inserção “Porto de Abrigo”, e que terá como objectivo principal o fornecimento de alojamento temporário e de respostas para a satisfação das necessidades básicas da população flutuante, sem abrigo, salientando-se que neste projecto são propostas as seguintes acções:

- Criação de uma estrutura de residência que permita alojar a população flutuante/sem abrigo em situação de carência económica e social, por um período de tempo limitado, com uma capacidade para 16 pessoas.
- Criação de uma estrutura de Refeitório, com capacidade estimada para 48 refeições diárias.
- Criação de serviço de Lavandaria e Engomadoria, esta estrutura assegurando o tratamento de roupas.

### **Centro de Alojamento Temporário – CAT**

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada”<sup>58</sup>

O Movimento de Apoio à Problemática da Sida promove esta resposta social no concelho de Faro, com uma capacidade máxima de 9 utentes, a sua totalidade em acordo de colaboração. Esta instituição contribui essencialmente para o desenvolvimento social no âmbito das problemáticas VIH/SIDA, toxicodependência, sexualidade e Sem-Abrigo.

Na área da inserção, pretende reforçar a capacidade do alojamento temporário de 9 para 20 lugares, para fazer face às necessidades de procura sentidas, mormente no que respeita à necessidade de alojamento temporário de pessoas mais idosas. Esta resposta conta com o reforço dos serviços prestados no refeitório, balneários, lavandaria e estética (Plano de Actividades para 2007).

Encontra-se em processo de licenciamento e sob gestão do Movimento de Apoio à Problemática da Sida, um outro Centro de Alojamento Temporário, o Centro de Alojamento Temporário Guadiana, criado ao abrigo de uma candidatura submetida e promovida pela CMF, ao Programa Interreg III A – Projecto Guadiana I e com uma capacidade de alojamento máxima de 9 utentes e ideal de 5 utentes.

Conforme referido, a Comunidade de Inserção “Porto de Abrigo”, entre outras acções, propõe-se criar uma estrutura de residência que permita igualmente alojar a população flutuante/sem abrigo em situação de carência económica e social, por um período de tempo limitado, com uma capacidade para 16 pessoas.

### **Ajuda Alimentar**

“Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.”<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

<sup>58</sup> Idem

<sup>59</sup> Idem

No concelho de Faro, em 2007, existiam 34 associações/entidades sem fins lucrativos que promoveram o serviço de distribuição de bens alimentares nomeadamente, através do recém-criado Banco Alimentar do Algarve (2007) e do Programa de Ajuda Alimentar a Carentes (PAAAC).

Destas 34 associações/entidades sem fins lucrativos, 24 beneficiaram das Ajudas do Banco Alimentar do Algarve (gerido pela Associação Pró-Partilha do Algarve), e através do PAAAC (gerido pelo Centro Distrital de Segurança Social de Faro) 19 associações/entidades beneficiaram na 1ª fase de distribuição de géneros alimentícios e numa 2ª fase 15.

Refira-se que o apoio de bens alimentares pode ser efectivado no caso do PAAAC sendo atribuído para consumo/usufruto da própria entidade enquanto entidade beneficiária (distribuição interna dos bens alimentares) e/ou enquanto entidade mediadora, através da distribuição externa dos bens alimentares.

Em 2007, segundo os dados facultados pelo CDSS de Faro, na 1ª fase beneficiaram do referido apoio 931 utentes através de entidades beneficiárias e através de entidades mediadoras 8.945 utentes, o que totalizou 9.876 apoios.

Na 2ª fase beneficiaram do referido apoio, através de entidades beneficiárias, 323 utentes e, através de entidades mediadoras, 1.260 utentes, totalizando 2.060 apoios<sup>60</sup>.

No total em 2007 foram atribuídos através do PAAAC 11.936 apoios em géneros alimentícios às famílias/municípios do concelho de Faro.

O principal problema apontado ao nível dos diferentes fóruns realizados respeita à possibilidade de duplicação das ajudas alimentares para alguns agregados familiares, correndo-se o risco de excluir outras famílias carenciadas. Uma possível resposta seria a de centralização dos dados referentes aos vários elementos dos agregados familiares que vão beneficiando desta ajuda possibilitando uma distribuição mais justa e equitativa.

### **3.2. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À TOXICODPENDÊNCIA E VIH**

#### **Equipa de Intervenção Directa<sup>61</sup> E Equipas de Rua<sup>62</sup>**

A equipa de intervenção consubstancia-se num "resposta social, desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodpendente e as suas famílias e junto de comunidades afectadas por este fenómeno". Por outro lado, as equipas de rua traduzem-se numa "resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por uma equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem como os toxicodpendentes e/ou sem-abrigo, visando melhor as suas condições de vida"

No concelho de Faro segundo os dados cedidos pelo CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007; Listagem de Estabelecimentos Lucrativos – Jan. 08) duas entidades desenvolvem estas respostas, Equipas de Intervenção Directa e Equipas de Rua, a saber, o Grupo de

<sup>60</sup> Vide distribuição no quadro A. em Anexo

<sup>61</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

<sup>62</sup> Idem

Ajuda a Toxicodependentes (Freguesia de s. Pedro) e o Movimento de Apoio à Problemática da Sida (Freguesia da Sé).

### **Comunidade Terapêutica**

As comunidades terapêuticas são respostas sociais desenvolvidas em equipamento e que se destinam a assegurar a prestação de cuidados a toxicodependentes que necessitem de internamento prolongado, com apoio psicoterapêutico, sob supervisão psiquiátrica, com vista, designadamente, à criação de condições para a sua reinserção social.

Existe no concelho, na freguesia de Estoi, uma estrutura de recuperação de jovens toxicodependentes – Comunidade Terapêutica do Azinheiro, em regime de internamento e/ou tratamento, sob gestão do Grupo de Ajuda a Toxicodependentes e devidamente licenciada pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência.

Refira-se que esta estrutura tem capacidade para receber 24 utentes no regime geral, permitindo ainda 6 vagas para privados.

### **Apartamento de Reinserção Social**

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção, social, familiar, escolar ou profissional”.

A intervenção do Grupo de Ajuda a Toxicodependentes, é complementada por um processo de reinserção através dos Apartamentos de Reinserção de que o Gato dispõe, Apartamento de Reinserção de Faro (capacidade de 8 utentes) para pós-internamento em regime de fechado e Apartamento de Reinserção Torre D’Aires, em Tavira (capacidade de 8 utentes), para processos de desabitação em regime aberto.

### **Serviço de Apoio Domiciliário VIH/SIDA**

“Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária”<sup>63</sup>.

O Movimento de Apoio à Problemática da Sida apresenta-se como a única entidade que promove ao nível do concelho esta resposta social. Segundo os dados cedidos pelo CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007; Listagem de Estabelecimentos Lucrativos – Jan. 08), a resposta existente apresenta uma capacidade para 34 utentes (15 dos quais com acordo de cooperação) – o que se manifesta insuficiente face às necessidades.

---

<sup>63</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa

## **Residência para pessoas infectadas pelo VIH/SIDA**

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infectadas e/ou doentes de VIH, em ruptura familiar e desfavorecimento socioeconómico”.

Segundo os dados cedidos pelo CDSS de Faro não existe no concelho esta resposta social. Todavia, refira-se que o Movimento de Apoio à Problemática da Sida (IPSS sediada em Faro) dispõe no concelho de Olhão esta resposta – Residência “A Colmeia”, com capacidade para 5 utentes (a totalidade com acordo de cooperação). Ao nível distrital também a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António dispõe de uma Residência para Pessoas infectadas pelo VIH/SIDA – Unidade Residencial (VIVA), com uma capacidade de 6 utentes (totalidade com acordo).

### **3.3. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

#### **Casa Abrigo**

“Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais”

A Fundação António Silva Leal instalou no Concelho de Faro em Novembro de 2003 uma Casa de Abrigo para vítimas de violência doméstica com capacidade para 10 utentes. De âmbito nacional, a Casa Abrigo acolhe vítimas encaminhadas pelas entidades competentes, nomeadamente: pela CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres; pelos Centros e núcleos de atendimento; pelos Serviços competentes da Segurança Social; pelos Serviços da Acção Social das Câmaras Municipais; bem como, vítimas encaminhadas por outras Casas de Abrigo.

O tempo de acolhimento previsto é de 6 meses, sendo este prolongado ou não, mediante a avaliação do plano individual de intervenção de cada utente.

Para a concretização do processo de autonomização das utentes a Fundação António Silva Leal, em Dezembro de 2006, acoplou à Casa Abrigo um **Apartamento Plurifamiliar** com capacidade para 8 utentes.

Este tem como objectivo a autonomização e a conseqüente reorganização familiar, social e profissional das vítimas. Pretende-se que estas mulheres vivenciem uma experiência muito próxima da realidade que irão enfrentar após a sua saída. Para o efeito, são as utentes que, deste modo, são responsáveis não só pela organização da Casa, como da sua vida pessoal (não obstante, o acompanhamento e orientação dos técnicos esteja sempre presente neste processo).

Até final de Dezembro de 2007, a passagem pelo Apartamento Plurifamiliar, permitiu a autonomização de 2 mulheres sem filhos e 4 agregados familiares, bem como a integração de menores em equipamentos sociais para a infância da Fundação António Silva Leal.

### **3.4. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DE APOIO À PESSOA SEM-ABRIGO**

#### **Equipa de Rua para Pessoas Sem-Abrigo**

“Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por uma equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem como os sem-abrigo, visando melhor as suas condições de vida”

Como referido, 2 entidades desenvolvem no concelho equipas de intervenção directa/ equipas de rua a saber, o Grupo de Ajuda a Toxicodependentes (Freguesia de s. Pedro) e o Movimento de Apoio à Problemática da Sida (Freguesia da Sé), nesse sentido, no decorrer da sua intervenção vão tentando minimizar/colmatar as necessidades dos seus utentes em situação de sem-abrigo.

#### **Atelier Ocupacional**

Segundo os dados cedidos pelo CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007; Listagem de Estabelecimentos Lucrativos - Jan. 08), não existe no concelho de Faro qualquer entidade que desenvolva a resposta social Atelier Ocupacional, “resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de actividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do individuo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação”<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> Segurança Social (2006), Respostas Sociais. Nomenclaturas/Conceitos, MTSS, Lisboa.

**PARTE III. DIMENSÕES DE PRIORIDADE DE  
INTERVENÇÃO**

Ao nível institucional verifica-se a falta de investimento público/privado no âmbito das respostas e equipamentos sociais, salientando-se ainda a deficiente articulação, a falta de rentabilização e a sobreposição das respostas existentes.

Destaca-se a insustentabilidade das respostas e estruturas existentes e a estigmatização de alguns grupos sociais.

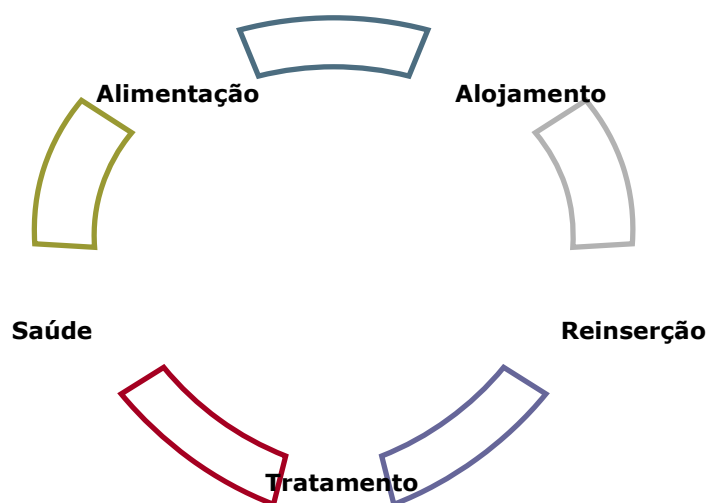
A ausência de monitorização, a resistência à mudança e a falta de parcerias efectivas são algumas das situações que conduzem à proposição de que não existem respostas integradas. Esta situação agrava-se pela insuficiência da capacidade dos equipamentos existentes (Capítulo Equipamentos).

Neste contexto surgiram duas propostas:

- Para responder ao problema da insuficiência de respostas diversificadas e adequadas às necessidades dos indivíduos/famílias desfavorecidos(as) considerou-se estratégico melhorar, integrar e potenciar as respostas de apoio social existentes, através da implementação de uma Rede de Intervenção Integrada (definição procedimentos e parcerias);
- Alargamento da Rede de Equipamentos existente nomeadamente, através da implementação de Centros de Alojamento Temporário.

A figura seguinte permite ilustrar que as 5 categorias de necessidades que são transversais à maior parte dos grupos e problemáticas aqui referenciados, salientando-se que se podem manifestar de forma diferenciada em cada e/ou no mesmo grupo social.

**Figura 6. Intervenções Integradas**



### III. 1. Grupos Sociais Prioritários

Atendendo às diferentes frentes de actuação, que o actual diagnóstico apresenta, desafiaram-se as instituições locais a reflectir sobre aqueles grupos que consideram ser mais vulneráveis e sobre os quais, o Plano de Desenvolvimento Social deve equacionar respostas concretas.

Assim, decorrente dessa análise, identificaram-se 6 grupos sociais, a saber:

- Crianças e Jovens;
- Idosos;
- População portadora de deficiência ou com doença mental;
- Imigrantes;
- Sem-abrigo;
- Comunidade Cigana.

Algumas das realidades vividas por estes grupos não são totalmente conhecidas ou não foram, até ao momento, alvo de um olhar sistémico, pelo que na inexistência desse olhar aprofundado o desafio passa por propor essa mesma produção de conhecimento que vise uma acção futura informada e estruturante que apoie a integração e melhoria da qualidade de vida destes grupos.

Dado que, parte destes grupos, assim como as respostas a esses destinadas, já foram abordadas ao longo deste trabalho de diagnóstico, pretende-se aqui imprimir um olhar pragmático e sintético que possibilite uma visão de conjunto sobre cada grupo em particular.

## 1. CRIANÇAS E JOVENS

As crianças e jovens, constituíram um dos grupos considerados como prioridade, quer em termos de intervenção social local, quer relativamente à concepção de medidas de política nacional.

### ***Uma tendência de crescimento deste grupo social e as necessidades emergentes***

Na Área da Infância e Juventude e tendo em conta alguns dos indicadores demográficos disponíveis nas estatísticas oficiais, nomeadamente, a variação da população residente entre 1991 e 2001 (Dados Censos), saliente-se que apenas no escalão etário [0 aos 14 anos], se verificou uma diminuição da população residente, registando-se no concelho de Faro uma redução na ordem dos 13,8% e no distrito uma diminuição de 5,3%.

Em 1991, com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, residiam no concelho de Faro cerca de 9.618 crianças/jovens, verificando-se em 2001 que residiam apenas 8.295 crianças e Jovens. Saliente-se que segundo as estimativas mais recentes, os Anuários (INE), se estima que em 2007 residissem no concelho de Faro 9.127 crianças e jovens com idades compreendidas neste escalão. Apesar de ainda não se ter conseguido recuperar as perdas registadas no último período intercensitário, certo é que se registou um aumento de 12,5% na população jovem entre 2001 e 2007.

Um outro indicador salienta a necessidade e importância do investimento nesta área social, o índice de dependência de crianças e jovens<sup>65</sup>. Com base nos Anuários

<sup>65</sup> Jovens (até 14 anos) / População em idade activa (15-64 anos) \* 100

de 2007, no que respeita ao índice de dependência de crianças e jovens, por cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos), residiam no concelho de Faro 23 crianças e jovens, que tem implicações/constrangimentos em termos de conciliação entre a vida familiar e a vida laboral.

Tivemos oportunidade de notar que, no que respeita aos equipamentos e serviços de suporte a esta população se denotam fragilidades evidentes aos mais variados níveis:

- Taxas elevadas de ocupação dos equipamentos de 1º ciclo que exigem a implementação de horários duplos, que em nada apoiam a necessidade de conciliação entre a vida profissional e familiar dos pais;
- Baixa taxa de cobertura em pré-escolar e em actividades de tempos livres;
- Insuficiente cobertura dos equipamentos de creche;
- Assimetrias territoriais na localização dos equipamentos e serviços – desadequados ao perfil demográfico de cada uma das freguesias.

De sublinhar ainda a existência de uma representação elevada de alunos beneficiários de SASE, em particular em zonas mais periféricas do centro da cidade.

De forma a proporcionar uma melhor forma de ocupação dos tempos livres das crianças e jovens desfavorecidos, a Divisão de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Faro, promove o projecto FaFérias, tem como objectivo promover actividade física e desportiva junto dos jovens e crianças desfavorecidas, nos períodos de férias (Páscoa e Verão). Este projecto surgiu na necessidade de abranger esta população do concelho de Faro, onde se constata a não existência de férias desportivas direccionadas para jovens/crianças desfavorecidas, pretendendo-se assim criar um produto para combater esta lacuna existente.

A população a quem se destina este projecto serão os jovens e crianças desfavorecidas, de faixa etária compreendida entre os 6 e os 11 anos, que se encontram no 1º e 2º ciclo do ensino obrigatório, que não apresentam condições financeiras para poderem frequentar outras férias desportivas.

Este projecto enquadra-se no programa Faro Activo, que visa incentivar e promover a prática generalizada da actividade física e do exercício como factor saudável e de qualidade de vida, criando condições para que as crianças/jovens possam diversificar as suas práticas desportivas e orientar a sua vocação para o desporto que mais desejem praticar, ocupando activamente os seus períodos de férias.

### ***Necessidades educativas especiais***

Não obstante da verificada insuficiência em termos da cobertura de equipamentos de apoio à 1ª infância e juventude, sobretudo nas valências de creche e jardim-de-infância, outra das necessidades associadas a este grupo inscrevem-se na inadequabilidade dos horários das instituições e das respostas sociais aos horários de trabalho das famílias que trabalham.

Se considerarmos a educação especial e as necessidades destas crianças uma realidade que necessita de especial atenção e que, para o modelo ideal de uma escola inclusiva, necessita dos meios e da formação/informação necessária, temos que ter em consideração o número total de alunos com necessidades educativas de carácter permanente do concelho de Faro, que no pré-escolar totalizam as 18 crianças, no 1º ciclo as 92 crianças (3,1%), no 2º e 3º ciclo totalizam 92 jovens (2,7%) e no ensino secundário 15 jovens (0,8%)<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Vide quadro A.17 em Anexo

Destacam-se as necessidades de carácter mental, sobretudo cognitivas e as sensoriais ao nível da audição.

Saliente-se que o número de crianças/jovens inscritos na Unidade de Surdos do Agrupamento de Escolas da Sé, no presente ano lectivo (2007/2008), é de 11 crianças no pré-escolar e inseridos em vários jardins-de-infância do concelho, 7 alunos no 1º ciclo (inseridos em 2 turmas), 4 alunos no 2º ciclo (inseridos numa turma), e 8 alunos no 3º ciclo (distribuídos por 2 turmas)<sup>67</sup>.

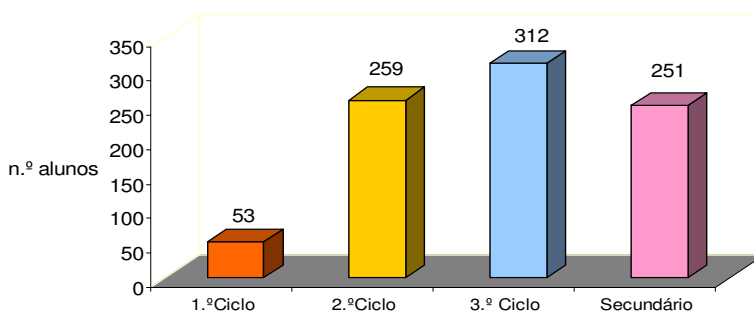
### **A rede de transportes escolares como um suporte à mobilidade das crianças e jovens estudantes**

As competências dos órgãos municipais na área da Educação são definidas no Artigo 19.º da Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro e visam, entre outras, assegurar os transportes escolares.

No âmbito das referidas competências e em conformidade com o determinado no Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro é elaborado anualmente o Plano de Transportes Escolares e respectivo Ajustamento, a fim de dar resposta à necessidade de deslocação dos alunos residentes no Concelho de Faro. Importa ainda ter em consideração que o cumprimento da legislação em vigor facilita a mobilidade dos alunos do Ensino Secundário que escolhem uma área vocacional que não existe nos estabelecimentos de ensino deste Concelho. Por estas razões, não existem alunos em espera pelo serviço.

No presente ano lectivo (2007/08) 875 alunos (10,2% do total da população escolar) utilizam os transportes escolares, sendo que 624 pertencem ao Ensino Básico (9,7% da população escolar do ensino básico), dos quais 288 são menores de 12 anos e 336 maiores de 12 anos, e, 251 alunos com idade superior a 12 anos pertencem ao Ensino Secundário (11,7% da população escolar do ensino secundário). Os Veículos municipais asseguram o transporte de cerca de 4% dos alunos, residentes em locais onde não existem transportes das carreiras públicas, e as carreiras fluviais transportam os alunos da Ilha da Culatra para o Cais de Olhão. A grande parte dos alunos tem transporte assegurado pela rede EVA, ficando isentos de pagamento de passe enquanto se encontram a frequentar a escolaridade obrigatória e 50% de comparticipação no ensino secundário<sup>68</sup>.

**Gráfico 52. Transporte Municipal de Alunos. Ano lectivo 2007/2008**



**Fonte:**  
CMF – Divisão de Educação

<sup>67</sup> Vide quadro A.18 em Anexo

<sup>68</sup> Ver Quadro A.19 em Anexo com a identificação dos percursos dos transportes escolares.

## **Crianças e Jovens em Risco**

A dificuldade de detecção precoce de sinais de risco nas crianças em situação de vulnerabilidade, a promoção de respostas alternativas à ocupação dos tempos livres, nomeadamente, actividades de carácter lúdico desportivo e a inexistência de apoio formativo para as famílias ao nível da promoção de competências parentais, foram algumas das necessidades enunciadas.

O novo modelo de protecção de crianças e jovens em risco, em vigor desde Janeiro de 2001, apela à participação activa da comunidade, numa relação de parceria com o Estado, concretizada nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), capaz de estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social. As Comissões de Protecção de Menores, criadas na sequência do Decreto – Lei nº 189/91 de 17/5 foram reformuladas e criadas novas de acordo com a Lei de Promoção e Protecção aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de Setembro.

Nesse contexto se definem as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) como instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Tendo por base os dados apresentados nos relatórios de actividades referentes aos anos 2004, 2005, 2006 e 2007 da Comissão de Protecção das Crianças e Jovens de Faro, o volume processual evidencia a dimensão da realidade que acompanha.

Saliente-se a evolução do n.º de processos instaurados por ano que de 2004 para 2007 quase triplicou o seu número ano, de 101 para 253. Evidencia-se ainda o numero de processos transitados de 2006 para 2007, 237 processos, tendo ainda especial atenção o número de processos já arquivados que foram reabertos em 2007, 33 processos<sup>69</sup>.

No que respeita à caracterização da criança/jovem acompanhada durante o ano transacto (2007) saliente-se que a maioria das crianças acompanhadas/sinalizadas são do sexo masculino 327 crianças (63%) face a um universo feminino de 193 (37%). Os escalões etários mais sinalizados são o dos 6-10 e os dos 11 aos 14 anos, com 122 processos envolvendo crianças dos 6 aos 10 anos e 208 respectivos a jovens dos 11 aos 14 anos<sup>70</sup>. Perfazendo um total de 520 crianças e jovens em risco, representarão cerca de 4,4% da população até aos 17 anos.

Relativamente à naturalidade das crianças sinalizadas, refira-se que das 523 em transito 423 são naturais do concelho de Faro, 63 são de outros concelhos do país e 37 com outra naturalidade (não especificada).

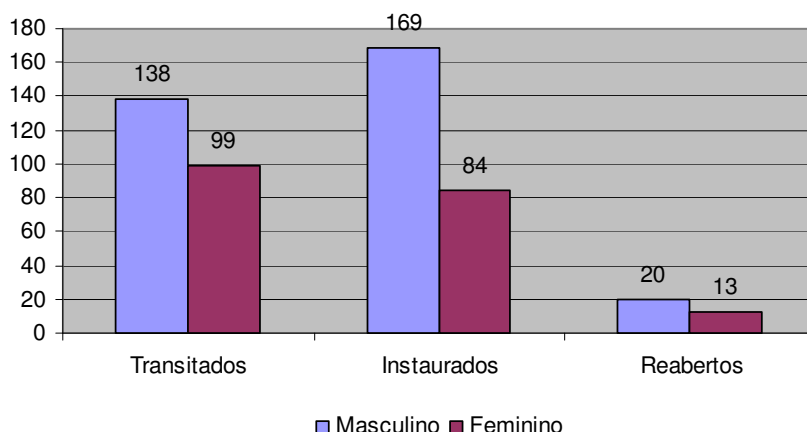
Em 2007 no que se refere ao crianças/jovens em situação de incapacidade ou deficiência foram instaurados na CPCJ 12 processos, reabertos 2 e transitados 1, num total de 12 processos em acompanhamento no ano de 2007.

---

<sup>69</sup> Vide gráfico A5 em Anexo.

<sup>70</sup> Vide gráfico A6 em Anexo.

**Gráfico 53. Caracterização Criança/Jovem em Risco por sexo (2007)**



**Fonte:** CPCJ de Faro

No que respeita às principais problemáticas associadas, na faixa etária dos 0 aos 5 anos, a mais representativa é a negligência, com 94 casos (64% dos casos sinalizados nesta faixa etária); no escalão dos 6 aos 10 anos as problemáticas associadas que mais se destacam é a igualmente negligência com 69 casos (53% dos casos), surge o abandono escolar com 19 situações (15%) e os maus-tratos físicos com 10 sinalizações desta índole (8%).

Em idades compreendidas entre os 11 e os 12 anos as problemáticas associadas à sinalização são o abandono escolar, com 33 jovens nesta situação (38% dos casos), a exposição a modelos de comportamento desviante e a negligência com 17 casos respectivamente (representativos cada qual de 20% das situações).

O abandono escolar na faixa etária dos 13 aos 14, com 70 do total de 109 processos é a problemática mais representativa (64%), surge nesta faixa etária a sinalização por ingestão de bebidas alcoólicas (4%) de que é de salientar que dos 4 casos sinalizados 3 são referentes a jovens do sexo feminino, sendo também e apenas nesta faixa etária que aparecem 4 casos por prática de furto qualificado (4%) a sua totalidade cometidos por jovens do sexo masculino.

Relativamente aos jovens com 15 ou mais anos de idade, dos 55 processos 29 dizem respeito a casos de abandono escolar (53%), sendo a exposição a modelos de comportamento desviante a segunda problemática que mais se salienta, com 10 casos (18%).

Refira-se que no que se refere ao ano transacto a CPCJ de Faro aplicou em 83% dos casos medidas de promoção/protecção junto dos pais (189), em 11% das sinalizações foram aplicadas medidas de apoio junto de outro familiar (26) e de acolhimento institucional 5%, referente a 11 situações sem possibilidade de aplicação de outra medida.

Porque a intervenção das comissões de protecção de crianças e jovens tem lugar quando não é possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude actuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram, foi considerado que complementar a estas respostas sociais elencadas, a resposta social Criação de um Centro de Apoio Familiar, desenvolvida através de um serviço constituído por uma equipa multidisciplinar e vocacionado para o estudo

e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias deve ser considerada uma resposta a implementar no concelho.

Considerou-se que esta resposta, ao abranger como público alvo crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias e porque prossegue a promoção do estudo e a avaliação de famílias em risco psicossocial, numa estratégia de prevenção de situações de risco, evitará potenciais rupturas que possam conduzir o menor à institucionalização.

Esta constituiu-se, durante a elaboração do presente diagnóstico, como uma intenção por parte da Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais com vista a minimizar e combater a vulnerabilidade deste grupo.

Ao ter como objectivos assegurar a satisfação das necessidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais das crianças e jovens, promover a mediação entre a família e os serviços envolventes para facilitar a comunicação, potenciar contactos e promover a solução de eventuais dificuldades, e estimular a autonomia das famílias, permitirá uma triagem de 1ª linha de intervenção, mais concertada, que a longo prazo se traduzirá num processo de descongestionamento da afluência de sinalizações à Cpcj de Faro.

Combater o abandono precoce do sistema de ensino; promover uma maior permanência na Escola em sucesso; e aumentar o grau de qualificação da empregabilidade dos jovens que já abandonaram o sistema escolar são os três grandes objectivos do projecto "CRIA", o Centro de Recursos Itinerante do Algarve, Projecto promovido pela AAPACDM no âmbito do Programa Escolhas 3º Geração.

O CRIA ao ir ao encontro dos alunos, das famílias, dos professores e da Escola, influenciando o ambiente sociocultural e sendo um projecto de enriquecimento curricular tem como uma das suas finalidades, promover uma inclusão escolar de sucesso, ancorado num consórcio de parceiros com um "Know-how" reconhecido pelo seu trabalho no terreno, e através da promoção de uma abrangência única de actuação.

No âmbito da sua metodologia de intervenção cabe às Instituições Públicas parceiras, tais como DREAlg, CPCJ, IEF, entre outros, o levantamento do diagnóstico, sinalizando os destinatários (jovens com abandono escolar precoce sem escolaridade mínima e jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas tutelares educativas e medidas de promoção e protecção), bem como os locais com maior índice de exclusão e insuficientes respostas institucionais.

Saliente-se que o Centro de Recursos Itinerante utiliza um recurso móvel da autarquia ao dispor do concelho - A C@minet - "Multimédia sobre Rodas" que é um equipamento Móvel do Município de Faro que visa a intervenção junto de crianças e jovens em situação de isolamento geográfico e/ou pertencentes a comunidades/territórios identificados como em situação de vulnerabilidade e/ou exclusão social, com vista a um acompanhamento psicossocial *in loco* integrado.

O Projecto C@minet é um projecto desenvolvido no âmbito da iniciativa comunitária Interreg III A (FEDER). Este projecto pretende otimizar as respostas concelhias de ocupação saudável dos tempos livres e inovar os projectos de informação/sensibilização existentes, através da disponibilização à comunidade do recurso Unidade Móvel dotado de Material Lúdico - Pedagógico variado (Livros, Jogos didácticos, PlayStation2, CD's de Música, etc.) e Equipamento Informático (Jogar computador, navegar na Internet, Imprimir desenhos, etc.).

Este recurso encontra-se também comprometido com Museu e Biblioteca Municipal e com o desenvolvimento do Projecto Prosensi, projecto implementado nas escolas do concelho aderentes e que desenvolve um trabalho de Sensibilização e Informação, que visa desenvolver actividades formativas, dirigidas aos profissionais que integram os contextos de vida de crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE), nomeadamente, educadores, professores, familiares e pares, no sentido de promover o conhecimento, a compreensão aceitação e respeito pelas pessoas portadoras de deficiência mental.

## 2. Idosos

No concelho de Faro foram identificados como principais problemas associados à problemática do envelhecimento:

- o isolamento geográfico (devido à dispersão do território e do parque habitacional, nomeadamente, em zonas rurais);
- o isolamento social e familiar (quer em casais, quer em indivíduos isolados na ausência de suporte familiar);
- desconhecimento dos seus Direitos (Complemento Solidário para Idosos/Pensão de invalidez/Ajudas técnicas, entre outros), associado à dificuldade de acesso aos mesmos (iliteracia, analfabetismo, complexidade de esclarecimento/preenchimento dos requerimentos) e à dificuldade de mobilidade/acesso às medidas de protecção social (centralizadas em meio urbano).

### ***Um envelhecimento mais acentuado nas zonas periféricas do concelho***

Nesse sentido, como indicador ilustrativo da representatividade da população idosa, saliente-se a evolução do índice de envelhecimento no concelho, no distrito e no país. Da análise do mesmo refira-se que o concelho vai mantendo uma performance positiva a este nível, que se justifica pelo elevar da população jovem.

Segundo as estimativas da população em 2007, relativamente à ponderação do número de idosos (65 ou mais anos) por cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos), de 2001 a 2007, o concelho de Faro apresenta um valor de 24 idosos por cada 100 activos.

Relativamente à distribuição da população sénior por freguesia de residência saliente-se a sua significativa representatividade nas freguesias urbanas, nomeadamente S. Pedro com 2.121 munícipes com idade igual ou superior a 65 anos e Sé com 4.107 idosos (Censos 2001). No que respeita à variação registada entre o momento censitário de 1991 e 2001, verifica-se que esta população cresceu cerca de 32,4 % ao nível concelhio, registando-se uma maior variação nas freguesias Conceição (62,9%) e Montenegro (67,6%). Em 2001, os índices de envelhecimento e de dependência de idosos com valores mais elevados registavam-se nas freguesias de Estoi e Santa Bárbara de Nexe. Com maior capacidade de rejuvenescimento sobressaem as freguesias da Sé e de Montenegro.

### **Quadro 47. População Residente com 65 ou mais anos por freguesia (variação entre 1991 e 2001) e índices de envelhecimento e de dependência de idosos**

Pop. Res. Com 65 ou mais anos	1991		2001		Variação entre 1991 e 2001 (%)	Índice de Envelhecimento	Índice de Dependência de Idosos
	Nº	%	Nº	%			

FR: Conceição	394	5,6	642	7	62,9	110,5	25,4
FR: Estoi	625	9	795	8,6	27,2	174,0	34,8
FR: Faro (S. Pedro)	1.593	22,8	2.121	23	33,1	121,3	23,9
FR: Faro (Sé)	3.082	44,2	4.107	44,5	33,3	98,4	20,3
FR: Montenegro	389	5,6	652	7,1	67,6	83,2	16,7
FR: Sta. Bárbara de Nexe	891	12,8	918	9,9	3,0	166,9	34,6
DC: Faro	6.974	100	9.234	100	32,4	111,3	22,8

**Fonte:** INE 2001. Tratamento dos dados – Equipa In Loco.

Fenómeno paralelo ao sentido envelhecimento da população concelhia, verifica-se que o envelhecimento do parque habitacional parece acompanhar e agravar a qualidade de vida da população idosa.

As más condições de habitabilidade (problema estruturante verbalizado nos diversos fóruns sociais locais como transversal às 3 freguesias rurais do concelho), agravadas na situação dos idosos que não possuem rendimentos para recuperar as suas habitações é uma das principais problemáticas que foi associada a esta franja da população.

Neste âmbito, e como breve caracterização desta realidade, refira-se que pela Casa do Idoso em Meio Rural de Faro (CIMFARO) foi, entre Setembro de 2001 e Março de 2002, realizado um inquérito por questionário com vista a caracterizar as precárias condições de habitabilidade em que viviam pessoas idosas com mais de 60 anos, com o fim dos resultados do referido levantamento virem a ser submetidos aos programas RECRIA e SOLARH, consoante habitações próprias ou arrendadas, e constituírem-se como potenciais alvos de processo de recuperação.

Do total de 433 inquéritos realizados (126 na Freguesia da Conceição de Faro, 161 na Freguesia de Santa Bárbara de Nexe e 146 na Freguesia de Estoi) foram seleccionadas e visitadas como habitações com deficiências de construção e com necessidade de obras de beneficiação 37 habitações na Conceição de Faro, das quais 22 mencionaram não desejar obras, 56 na freguesia de Santa Bárbara, das quais 38 também não almejaram concretizar obras e 51 habitações da Freguesia de Estoi das quais 39 igualmente desistiram da realização das obras de beneficiação.

Como resposta a esta problemática e face à tendência de evolução do actual parque habitacional (zonas rurais e zonas antigas da baixa urbana), na sequência dos fóruns sociais locais (FSL Estoi, Santa Bárbara de Nexe e Conceição de Faro) está a ser desenvolvido um levantamento das actuais condições de habitabilidade da população sénior pela técnica da rede de atendimentos da Divisão de Acção Social em conjunto com uma técnica do Gabinete de Habitação da autarquia, que em colaboração com as respectivas Juntas de Freguesia servirá de fundamentação a uma possível candidatura ao Programa de Conforto Habitacional<sup>71</sup> ou a outros programas de financiamento deste âmbito.

### ***As necessidades de equipamentos e respostas sociais***

Se por um lado, se procura evitar ou retardar a institucionalização do idoso, dedicando particular atenção à sua situação habitacional, nomeadamente, através

<sup>71</sup> Lançado em Abril, no âmbito do combate à pobreza e à exclusão, o Programa Piloto Conforto Habitacional da População Idosa, experiência piloto a decorrer este ano nos distritos de Bragança, Beja e Guarda, pretende prevenir a dependência e o internamento de idosos em lares, através de pequenas obras de qualificação das suas casas. Através do PCHI, financia os recursos materiais e os municípios concretizam as obras. O objectivo final do programa, "estratégico e inovador", passa por combater uma das principais causas do recurso a lares, a falta de condições de habitabilidade garantindo desta forma mais autonomia e mais qualidade de vida aos idosos, evitando a sua institucionalização em lares.

da promoção de uma política de requalificação habitacional (no quadro da protecção da autonomia destes indivíduos), por outro, é urgente dar resposta às crescentes situações de dependência.

À parte da incapacidade financeira e dos constrangimentos habitacionais que caracterizam as principais problemáticas associadas a esta população, verifica-se que especialmente nas zonas rurais e semi-urbanas o usufruto de serviços de apoio como SAD (Serviço de Apoio Domiciliário) não se verifica. A insuficiência de cobertura do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e a existência de listas de espera foram dois problemas que emergiram dos fóruns sociais locais.

Outra problemática associada é a da população idosa em situação de dependência com necessidade de cuidados médicos, sem Apoio Domiciliário Integrado<sup>72</sup>. No concelho existe apenas uma entidade dinamizadora desta resposta social, a Provectus – Associação em Prol da Terceira Idade, em parceria com o Centro de Saúde de Faro.

A necessidade de Centro de Dia, como registado anteriormente, foi outra das necessidades identificadas, com particular ênfase para as freguesias de Montenegro, Estoi e Conceição de Faro.

Saliente-se que embora esta valência até ao momento dê resposta à população idosa em geral e particularmente à população idosa urbana, manifesta-se a necessidade de criação da resposta Centro de Dia dirigida a populações com necessidades específicas como doentes de Alzheimer, Parkinson, entre outras.

No concelho existem mais duas associações que combatendo a solidão e isolamento social, promovem o apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com e para a participação activa das pessoas idosas da comunidade, a Casa do Idoso em Meio Rural (com intervenção das freguesias rurais Estoi, Santa Bárbara e Conceição de Faro) e a Associação de Solidariedade Sócio-Cultural do Montenegro. Todavia, ambas não dispõem de local próprio para realização das suas actividades promovendo as suas actividades em espaços comunitários e em centros de convívio provisórios.

Embora a institucionalização deva ser considerada como uma última opção, certo é que o aumento da esperança de vida faz aumentar o tempo de dependência, daí que também se saliente a necessidade de investimento em equipamento de Lar. Para além da tendência de aumento da população idosa, a existência de listas de espera nos equipamentos existentes é exemplificativo da necessidade de equacionar o redimensionamento desta rede.

No Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2008-2010) foi definido como Prioridade 1 “combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania”. Segundo o PNAI “o conjunto de metas e medidas propostas procuram articular uma dupla estratégia de resposta ao objectivo de promoção de direitos e de protecção social das crianças e dos idosos”.

Face ao exposto ao nível da rede social concelhia concertam-se esforços no sentido “reforçar e consolidar a rede de equipamentos e serviços” no intuito de dar respostas às actuais e reais necessidades do concelho, privilegiando sempre que possível as soluções que permitam às pessoas idosas permanecer no seu meio natural de vida.

---

<sup>72</sup> Resposta que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

Nesse sentido foram desenhados e implementados projectos locais, como o Projecto "Faro Solidário. Oficina Domiciliária Gratuita" e submetidos outros a medidas nacionais, como o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), 1ª e 2ª fase (como, de resto, evidenciado no capítulo referente aos equipamentos e serviços sociais).

A Oficina Domiciliária, integrada no Projecto Faro Solidário, é uma iniciativa da Câmara Municipal de Faro, em parceria com a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Faro, associação vocacionada para a problemática da terceira idade. Dirigido a esta população em específico, é um serviço gratuito que consiste na deslocação ao domicílio de um profissional para efectuar pequenos arranjos ou reparações a título gratuito. O Público-alvo da "Oficina Domiciliária Gratuita" são todos os munícipes com idade igual ou superior a 65 anos e/ou pensionistas, residentes eleitores no Concelho de Faro, preferencialmente em situação de isolamento e dependência, com rendimento *per capita*, igual ou inferior ao vencimento mínimo nacional. Segundo os dados dos relatórios mensais produzidos no âmbito da Oficina Domiciliária relativamente à caracterização etária do beneficiário(a) do Projecto "Faro Solidário", no primeiro ano de execução a média de idades dos Munícipes apoiados situou-se nos 78 anos e as principais actividades/reparações executadas foram: reparações de autoclismo, reparação de persianas e dobradiças de portas, reparação de torneiras, colocação de estendal e lâmpadas, desobstruções de canos, reparação de paredes, reparação de janelas, pintura de portas, colocação de fechaduras, colocação de solo, entre outras.

Como proposta do grupo de trabalho que compilou, tratou e analisou a presente informação, considerou-se ainda importante lançar o desafio de criação da resposta de Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas quando por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, os idosos não possam permanecer no seu domicílio através da criação de uma bolsa familiar de acolhimento de idosos que consiste em integrar temporária ou permanentemente, pessoas idosas em famílias consideradas idóneas, bem como a criação de Centros de Noite, para idosos, que limitados na sua autonomia pretendem passar o seu dia-a-dia no seu domicílio, reconhecendo apenas a sua fragilidade no que se refere ao período da noite.

No intuito de se promover um envelhecimento activo, como serviço a dinamizar no concelho de Faro existe a intenção de desenvolver localmente o modelo do projecto "OraSenior Digital", desenvolvido pela Câmara Municipal de Valongo, Iniciativa Equal, através do seu serviço Agência para a Vida Local.

O projecto "OraSenior Digital" apresenta-se como uma resposta sócio-educativa que visa criar e dinamizar regularmente actividades culturais e de convívio, para e pelos/as adultos com mais de 60 anos. Consiste numa formação em competências básicas na área da informática, ancorada no fomento de uma participação activa e na oferta de actividades que efectivamente vão ao encontro das necessidades e expectativas do público-alvo.

Todas as metodologias e actividades assentarão na promoção do Empowerment, possibilitando assim, a quem nelas participa, uma participação integrante e construtiva no processo de decisão.

Nesse sentido, e considerando que este empowerment é a chave para uma participação activa foram convidadas a integrar a parceria todas as instituições/entidades vocacionadas para o atendimento e intervenção social, nomeadamente, junto da população sénior do concelho de Faro.

Adoptando o modelo desenvolvido pela Câmara Municipal de Valongo, a realização deste pacote de formações prevê-se realizar num total de 30 horas por grupo, através de sessões de 1h30/2h00 horas de duração, consistirá numa formação que privilegiará o recurso às Experiências de Vida dos formandos promovendo a intergeracionalidade e a participação activa no em processos de aprendizagem.

### 3. PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA MENTAL

As situações de desigualdade e vulnerabilidade vivenciadas pelas pessoas com deficiência ou incapacidade embora decorram muito frequentemente de ideias de senso comum e de preconceitos negativos relativos às suas capacidades individuais, advêm predominantemente, da existência de barreiras de vária ordem, condicionantes do seu percurso educativo e formativo, do acesso ao mercado de trabalho, da sua mobilidade e da participação plena na sociedade da informação e da comunicação.

#### ***Um perfil de população portadora de deficiência territorialmente diferenciado***

Neste sentido, a pessoa portadora de deficiência integra uma das categorias mais vulneráveis à exclusão social em Portugal. Em 2001, segundo os Censos, residiam em Portugal 636059 pessoas com deficiência (6,2 %), no Algarve 23553 (6,0%) e no concelho de Faro 3566 (6,1%) ponderação próxima à realidade nacional e distrital.

Localmente, regista-se um perfil territorial com características díspares no que respeita à representação da população portadora de deficiência no conjunto da população. A freguesia da Conceição de Faro destaca-se com a maior percentagem de população nestas condições – 8,4% - e a freguesia de Montenegro com o valor mais baixo no indicador – 4,74%. As freguesias urbanas apresentam valores próximos da média concelhia e as freguesias rurais apresentam valores mais baixos do que essa média.

**Quadro 48. População portadora de deficiência no total da população (em %) em Portugal, Algarve e Faro (2001)**

	Total População com Deficiência	Total população	Pop. Portadora de deficiência no total da população (em %), (2001)
<b>Portugal</b>	636059	10262877	6,20%
<b>Algarve</b>	23553	395218	5,96%
<b>Faro</b>	3566	58051	6,14%
<b>Conceição de Faro</b>	315	3751	8,40%
<b>Estoi</b>	177	3538	5,00%
<b>Faro (São Pedro)</b>	772	12761	6,05%
<b>Faro (Sé)</b>	1825	28546	6,39%
<b>Montenegro</b>	253	5336	4,74%
<b>Santa Bárbara de Nexe</b>	224	4119	5,44%

Fonte: INE - Censos 2001. Tratamento dos dados – Equipa In Loco

Em 2001, no que refere à tipologia de deficiência, verifica-se que a maior incidência se revela na proporção de indivíduos com “deficiência visual”, assumindo 24,9% do total (889 indivíduos), seguindo-se “outra deficiência” com 24,8% (886 indivíduos) e a deficiência motora com 24,6% (878 indivíduos). Em menor proporção segue-se a deficiência auditiva (518 indivíduos), a deficiência mental (324 indivíduos) e a paralisia cerebral (71 indivíduos) representativos de 14,5%, 9,1% e 2,0% respectivamente<sup>73</sup>.

A população residente com deficiência apresenta um registo superior ao nível do sexo masculino 1833 indivíduos (51,4%) face ao sexo feminino 1733 (48,6%)<sup>74</sup>

Constata-se que o maior número de registos se verifica particularmente em idades adultas, aproximadamente 60% desta população tem idades compreendidas entre os 45 e os 89 anos, com maior incidência na faixa etária dos 60 aos 74 (25,3%) e dos 45 aos 59 anos (21,9%). A esta observação, podemos associar o facto de parte das incapacidades e deficiências serem adquiridas ao longo da vida, e dos progressos ao nível da detecção e intervenção precoce, tenderem a condicionar a diminuição dos nascimentos de crianças com deficiências congénitas, o que origina a tendente diminuição do número de indivíduos nas faixas etárias mais jovens<sup>75</sup>.

Ainda segundo os dados do INE (Censos de 2001), no que respeita à população residente no concelho de Faro por grau de incapacidade atribuído, saliente-se que, são referenciados como “sem grau de incapacidade atribuído” cerca de 2000 municípios com deficiência (56,1%) dos 3566 indivíduos acompanhados, o grau de incapacidade “de 60% a 80%” traduz-se em 565 casos (15,8%), com um “grau superior a 80%” são assinalados 392 registos (11,0%), com grau atribuído de “30% a 59%” uma representação de 9,4% da população, ou seja, cerca de 334 indivíduos e representativos de 7,7% cerca de 275 indivíduos que possui um grau de incapacidade inferior a 30%<sup>76</sup>.

### ***Ajudas técnicas – reduzida necessidade ou dificuldades no acesso a esta resposta social?***

No que respeita ao indicador local “atribuição de ajudas técnicas” verifica-se que no concelho existem três entidades que atribuem este tipo de apoio à população com deficiência ou incapacidade, nomeadamente, o Centro Distrital de Segurança Social de Faro, a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral e o Hospital Central de Faro.

Saliente-se que embora os números não sejam muito expressivos em ambos os casos e sem grande evolução de 2006 para 2007, a atribuição de ajudas técnicas por parte do Centro Distrital de Segurança Social abrange um beneficiário em geral que mediante uma prescrição solicita apoio para a aquisição de dispositivos que auxiliam na realização de determinadas tarefas, que pela sua incapacidade ou deficiência, teriam dificuldade ou impossibilidade de as executar. A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, enquanto Centro Especializado e com equipa de reabilitação constituída por médico e pessoal técnico especializado, procede à atribuição dos apoios no que se refere a utentes com a tipologia da deficiência Paralisia Cerebral, doenças neurológicas e afins.

Em relação à evolução do número de ajudas técnicas atribuídas pelo CDSS de Faro a beneficiários do concelho de Faro, verificou-se que em 2006 foram no total atribuídas 8 apoios em Ajudas Técnicas, sendo que em 2007 foram atribuídos 12

---

<sup>73</sup> Vide Quadro A.20 em Anexo

<sup>74</sup> Vide Quadro A21. em Anexo.

<sup>75</sup> Vide Quadro A22. em Anexo.

<sup>76</sup> Vide Quadro A23. em Anexo.

apoios. Saliendo-se que o maior número de apoios se verificou ao nível da atribuição de cadeiras de rodas respectivamente 4 em 2006 e 5 em 2007, distribuídos por ambos os sexos conforme quadro de atribuição de seguida explanado.

**Quadro 49. Atribuição de Ajudas Técnicas Dados CDSS de Faro – Concelho de Faro (2006/2007) por sexo**

Tipologia de Ajudas Técnica (Atribuídas)	Nº de Beneficiários					
	2006			2007		
	Sexo			Sexo		
	H	M	Total	H	M	Total
Cadeiras de rodas manuais	1	3	4	1	4	5
Cadeiras de rodas eléctricas	0	1	1	0	1	1
Cadeiras multifunções	0	0	0	1	0	1
Cadeiras de posicionamento	0	0	0	1	0	1
Cadeiras de banho	1	0	1	1	0	1
Barras de apoio para chuveiro	0	0	0	1	0	1
Andarilho dinâmico com tab e Acess.	0	0	0	1	0	1
Plataformas elevatórias	1	0	1	0	0	0
Canadianas	1	0	1	0	1	1
Elevadores para cadeiras de rodas	0	0	0	0	0	0
Plataforma elevatória eléctrica	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>12</b>

Fonte: CDSS, Janeiro 2007

Relativamente à evolução do número de ajudas técnicas atribuídas pela Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (Núcleo Regional de Faro) a beneficiários do concelho de Faro, verificou-se que, em 2006 foram no total atribuídas 4 apoios em Ajudas Técnicas e apenas 1 em 2007. O maior número de apoios verificou-se ao nível da atribuição de cadeiras de posicionamento em 2006 (2 apoios) e em 2007 a atribuição de 1 cadeira de transporte (com colete).

**Quadro 50. Atribuição de Ajudas Técnicas Dados APPC – Concelho de Faro (2006/2007) por sexo**

Tipologia de Ajudas Técnicas (Atribuídas)	Nº de Beneficiários					
	2006			2007		
	Sexo			Sexo		
	H	M	Total	H	M	Total
Cadeira de posicionamento	2	0	2	0	0	0
Andarilho dinâmico pequeno com tabuleiro	1	0	1	0	0	0
Cadeira de Transporte (com colete)	1	0	1	1	0	1
Assento com colete moldado	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: APPC, Janeiro 2007

Face a uma percepção colectiva da necessidade destas ajudas técnicas, em particular quando se vêem agudizar as situações de dependência, esclareça-se face aos dados apresentados, que desde 2007 é o Centro Distrital de Segurança Social de Faro, através dos Ministérios da Saúde, da Segurança Social e do Trabalho, que disponibiliza anualmente ao centro prescritor verba para atribuição e financiamento de Ajudas Técnicas.

O centro prescritor, através de uma equipa multidisciplinar, estabelece critérios para atribuição de material, prepara o processo de ajudas técnicas e remete o mesmo para o centro financiador (CDSS) que reanalisa a situação e atribui ou indefere a verba para o equipamento solicitado.

As principais dificuldades prendem-se com o facto de alguns equipamentos assumirem valores muito avultados e a verba anual não verificar suficiente para dar resposta a todas as solicitações.

### ***Respostas institucionais – a diversidade dos públicos atingidos***

Porque as respostas e serviços sociais existentes são ainda insuficientes ou pouco ajustadas às reais necessidades sentidas, nas situações de deficiência com maior gravidade ou complexidade, as famílias com pessoas a cargo são particularmente afectadas pela dificuldade de conciliação entre a vida pessoal, familiar e a actividade profissional. Saliente-se que a situação se agrava no que respeita à complexidade de organização das famílias monoparentais, na medida em que a um único elemento do agregado familiar compete a prestação de cuidados e o apoio que a privação de autonomia exige.

Existem sedeadas no concelho de Faro 5 instituições com respostas sociais dirigidas a esta população, a saber: a Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais, a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, a Associação de Portadores de Trissomia 21 do Algarve, a Associação de Surdos do Algarve e a Associação de Cegos e Ambliopes de Portugal – Delegação do Algarve.

Todas estas instituições possuem um serviço de atendimento/accompanhamento social, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social, e em certos casos, actuar em situação de emergência.

A Associação de Portadores de Trissomia 21 do Algarve, é uma IPSS que visa a integração global dos portadores de Trissomia 21, a promoção dos aspectos científicos, educacionais, profissionais e sociais, a divulgação da Trissomia 21 junto das entidades oficiais, empresas, estabelecimentos educativos, desportivos e culturais, não excluindo cidadãos portadores de outras deficiências. Desde Fevereiro de 2007, a APATRIS 21 desenvolve um Projecto de Sensibilização e Informação – Projecto Prosensi, que visa desenvolver actividades formativas, dirigidas aos profissionais que integram os contextos de vida de crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE), nomeadamente, educadores, professores, familiares e pares, no sentido de promover o conhecimento, a compreensão, aceitação e respeito pelas pessoas portadoras de deficiência mental.

Na área profissional, a instituição procura criar equipas que integrem tutores, formadores, profissionais, psicólogos e assistentes sociais e outros profissionais, tendo em vista a integração e a manutenção no mercado de emprego, elaborar projectos de formação profissional e de integração laboral adequados aos portadores de Trissomia 21, que levem à sua inserção profissional. Na área social propondo-se, entre outras actividades, constituir Grupos de Apoio a Famílias e promover e facultar formação e apoio jurídico.

A Associação de Surdos do Algarve (ASA), sediada no concelho de Faro, tem como fins a defesa e a promoção dos interesses sociais, culturais, económicos, morais e profissionais dos seus associados surdos ao nível da região do Algarve. Para atingir os fins propostos nos seus estatutos, entre outras actividades, promove a educação e ensino de crianças, jovens e adultos surdos, desenvolve e fomenta a formação profissional das pessoas surdas, presta o apoio necessário a esta população para

uma mais fácil integração comunitária, bem como, promove o ensino e a divulgação da língua gestual portuguesa.

Concebido numa lógica de parceria com o governo civil, a ASA implementou recentemente um sistema pioneiro e activo apenas ao nível regional - Projecto "SMS Voz" que consiste em transformar em voz um pedido de socorro ou de emergência médica feito, directamente para o Comando Distrital de Operação de Socorro (CDOS), por mensagem escrita (SMS) por pessoas com deficiências auditivas ou de fala, prevendo-se que depois possa ser alargado a todo o país e até a outros países da Europa.

A comunicação, segundo a Associação de Surdos do Algarve é também um factor de discriminação que condiciona os direitos de cidadania e igualdade de oportunidades, potenciador de exclusão social quando sujeita a barreiras, a comunicação revela-se como um das grandes constrangimentos da efectivação de uma participação social plena.

Esta barreira é enunciada como um dos principais factores de desigualdade, no que se refere ao acesso a bens e serviços por portadores de deficiência, nomeadamente, a deficiência auditiva ("Sociedade do Ouvinte"). Foi salientado em Fórum, a dificuldade por parte desta população em comunicar com os serviços que mesmo sendo um direito que lhes assiste, não lhes é acessível (a população com deficiência auditiva têm permanentemente necessidade que um interprete os acompanhe, sendo a associação que providencia este acompanhamento a seu custo e/ou a custo da pessoa).

Associada aos enunciados constrangimentos físicos e de comunicação, no que respeita à integração no mercado de trabalho, denota-se a fraca receptividade das empresas em empregar esta população, a dificuldade em comunicar com o IEFP e com a candidata a entidade patronal, no sentido em que, se a escrita é por excelência um veículo de comunicação alternativo à comunicação oral, no caso dos surdos é um constrangimento dado que apresentam dificuldades várias a esse nível.

Relativamente ao Acesso à Sociedade da Informação, a exploração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) devem ser exploradas com vista a aumentar a participação das pessoas com deficiências ou incapacidade no trabalho e na sociedade.

A Associação de Cegos e Ambliopes de Portugal – Delegação do Algarve é uma IPSS de âmbito nacional, com sede em Lisboa e delegações regionais e delegações locais e tem como finalidade a defesa dos direitos e dos interesses dos cegos e ambliopes portugueses, prosseguindo prioritariamente objectivos de natureza social cultural e reivindicativa conducentes à sua promoção e integração na sociedade.

Entre outras acções para a prossecução dos seus objectivos estatutários, esta associação propõe-se, representar e defender os interesses dos deficientes visuais perante quaisquer entidades, cooperar com as que prossigam objectivos afins, promover o desenvolvimento e a divulgação de equipamentos e serviços que facilitem a autonomia e a igualdade de oportunidades dos deficientes visuais na vida em sociedade e criar e apoiar todas as actividades que visem a integridade física, psíquica e moral dos deficientes visuais, bem como a sua educação, reabilitação, formação profissional, emprego, cultura, desporto e ocupação dos tempos livres.

Com intervenção ao nível das Crianças e Jovens com Deficiência, a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral integrada na Rede Solidária promove o apoio

integrado, centrado na criança e na família – Intervenção Precoce, mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social com a capacidade de 45 utentes, com acordo de cooperação para a sua totalidade.

A APPC dispõe, também, da valência de ambulatório, para crianças com idade superior aos 6 anos de idade, com paralisia cerebral e atrasos de desenvolvimento. Actualmente, frequentam esta valência, em regime externo, 28 utentes do concelho de Faro. Adstrito a esta valência funciona um centro de diagnóstico, terapêutico e de reabilitação, que após a avaliação encaminha o utente para os diversos departamentos: Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Terapia da fala, Psicologia, Serviço Social e Desporto.

A nível desportivo destacam-se: o atletismo, bóccia, canoagem e vela adaptada. Estas actividades possibilitam não só a melhoria da condição física do praticante mas também a interacção com o meio envolvente e a interacção social e consequente melhoria da qualidade de vida do cidadão.

A instituição dispõe, também, de um centro de recursos em tecnologias, onde são efectuadas avaliações da funcionalidade de forma a permitir à pessoa com deficiência melhorar a sua capacidade funcional e interagir com o meio, possibilitando o acesso à educação, trabalho e lazer.

Para além destes serviços desenvolve, também, actividades na área da equitação terapêutica, hidroterapia, hipoterapia, psicomotricidade e integração sensorial.

Ainda ao nível de respostas sociais dirigidas a crianças e jovens com deficiência existe no concelho, integrado na Rede Solidária e desenvolvido pela Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais, existe no concelho um Lar de Apoio, destinado a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais, que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico, situadas longe do local da sua residência habitual, ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem temporariamente de resposta substitutiva da família. Este equipamento com a capacidade de 14 utentes e com acordo de cooperação para a sua totalidade corresponde a uma taxa de cobertura concelhia de 0,2% para uma população residente de 7.998 (Censos de 2001) com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos.

Dirigido à população adulta com deficiência e desenvolvido pela Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais (CAO de Faro e CAO de Santa Bárbara de Nexe) e pela Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, existem no concelho de Faro três respostas sociais desta natureza – Centro de Actividades Ocupacionais. Os CAO's destinados a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave, na sua totalidade possuem uma capacidade concelhia de 67 utentes (com acordo de cooperação para a sua totalidade).

A população com deficiência, porque constitui o grupo que, tendo em conta a multiplicidade de problemas e o défice histórico de resposta evidencia uma necessidade de aposta premente e reforçada, constitui-se como *prioridade 3* no âmbito do Plano Nacional para a Inclusão 2006-2008 e 2008-2010, focalizando em si um conjunto de metas e medidas específicas no sentido de combater o crescimento das desigualdades e discriminações.

A 7 de Setembro de 2007 foi assinado um protocolo entre o Município de Faro e o Instituto Nacional para a Reabilitação, no sentido de, assegurar aos munícipes de Faro um Serviço de Informação e Mediação para a Pessoa com Deficiência

(SIM\_PD), que visa proporcionar localmente um atendimento e apoio qualificado às pessoas com deficiências ou incapacidade.

Através de uma candidatura na área da pessoa com deficiência submetida à 2ª fase do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) e mediante protocolo de cooperação de co-financiamento estabelecido com o município, o Núcleo Regional de Faro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral criará no concelho 19 novos lugares na resposta social Lar Residencial e 5 novos lugares na resposta Residência Autónoma.

Denota-se no concelho de Faro a presença de um conjunto de barreiras, não exclusivamente arquitectónicas, que os indivíduos com mobilidade condicionada têm de enfrentar no seu quotidiano, vindo dificultado o seu acesso a serviços públicos, a espaços de lazer, culturais, desportivos, entre outros.

As consequências repercutem-se também ao nível da população em geral, em termos de mobilidade e consequentemente da qualidade de vida do cidadão.

Contudo, as dificuldades de mobilidade sentidas pelas pessoas portadoras de deficiência, são causadoras, por si só, pelo agravamento da situação de exclusão, e da dependência de terceiros.

Nesse sentido toda e qualquer actuação deverá ter em conta os quatro eixos fundamentais de intervenção desenvolvidos em 2 capítulos no 1º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2006/2009) e os objectivos dos mesmos espelhados nos vectores: promoção dos direitos humanos e do exercício da cidadania; Integração das questões da deficiência e da incapacidade nas políticas sectoriais; Acessibilidade e serviços, Equipamento e produtos; Qualificação, formação e emprego das pessoas com deficiências ou incapacidade; Qualificação dos recursos humanos/formação dos profissionais e conhecimento estratégico:

Estas propostas de actuação têm em conta as medidas consagradas nos cinco grandes Planos Estratégicos do Governo Português: em matéria de emprego, o Plano Nacional de Emprego (PNE, 2005-2008); sobre acessibilidades, o Plano Nacional para a Promoção de Acessibilidades (PNPA) que à data aguardava aprovação; o Plano Nacional para o Crescimento e Emprego (PNACE-2005-2008) e por último, o Programa – Novas Oportunidades.

Constituem os instrumentos enquadradores dominantes do 1º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, as bases Gerais do Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação e Participação da Pessoa com Deficiência (Lei 38/2004, de 18 de Agosto) e as Grandes Opções do Plano 2005-2009, no que concerne às medidas para “Mais e Melhor Política de Reabilitação” enquadradas na Opção “Reforçar a Coesão Social, Reduzindo a Pobreza e Criando mais Igualdade de Oportunidades”.

Para finalizar e todavia não menos importante de salientar, é necessário a qualquer intervenção o trabalho complementar de sensibilização e informação, na premissa da reprodução da cultura da acessibilidade à diferença por parte da sociedade, construído, nomeadamente sobre a disseminação de boas práticas pessoais e institucionais, sobre a promoção da informação dos direitos das pessoas e a produção de respostas inovadoras às necessidades específicas das pessoas com deficiência e/ou incapacidade e das suas famílias.

## **Doença Mental**

No concelho de Faro, à data do último momento censitário (Censos 2001), residiam no concelho de Faro 324 cidadãos portadores de doença mental. Respectivamente 27 residentes na Freguesia da Conceição de Faro, 30 na freguesia de Estoi, 27 na Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, 70 portadores de doença mental residiam na Freguesia de S. Pedro, na Freguesia da Sé cerca de 146 e na Freguesia de Montenegro 24. No que respeita à sua representação na população residente em cada território de referência, em relação ao concelho a doença mental está presente em 0,56%. A freguesia de Estoi era a que apresentava uma proporção maior (0,85%) e a freguesia com menor representação de população com doença mental era a de Montenegro (0,45%).

### **Quadro 51. População com doença mental no total da população (em %) em Faro (2001)**

	Total População com Doença Mental	Total população	Pop. Com doença mental no total da população (em %), (2001)
<b>Faro</b>	324	58051	0,56%
<b>Conceição de Faro</b>	27	3751	0,72%
<b>Estoi</b>	30	3538	0,85%
<b>Faro (São Pedro)</b>	70	12761	0,55%
<b>Faro (Sé)</b>	146	28546	0,51%
<b>Montenegro</b>	24	5336	0,45%
<b>Santa Bárbara de Nexe</b>	27	4119	0,66%

**Fonte:** INE - Censos 2001. Tratamento dos dados – Equipa In Loco

As pessoas com doença mental constituem-se como um grupo vulnerável para o qual existe a necessidade de uma resposta integrada face à sua complexidade e considerável insuficiência de recursos.

Em termos de saúde, os doentes mentais dependem económica e socialmente de outrem, nomeadamente no que respeita a cuidados de saúde especializados.

No que concerne à família, saliente-se que muitas destas pessoas se encontram inseridas em agregados familiares em situação de pobreza e socialmente desintegrados, enquanto outros vivem isolados sem qualquer apoio social e familiar.

Quanto ao sistema de protecção social como referido verifica-se uma insuficiência de respostas sociais necessárias, nomeadamente, de carácter residencial e de serviços sociais específicos.

No concelho de Faro, na área da saúde mental, a ASMAL – Associação de Saúde Mental do Algarve – é a única instituição que intervêm nessa área. A ASMAL é uma IPSS que tem como objectivo prioritário promover o apoio e a integração social do indivíduo doente mental. De âmbito nacional tem como população alvo doentes mentais (intervenção prioritária), população deficiente, população desfavorecida ou em risco e população em geral.

A Asmal tem em funcionamento várias valências, no entanto os dados apresentados restringem-se às existentes no concelho de Faro:

**Quadro 52. Utentes/formandos residentes no concelho de Faro por valência no ano de 2006**

Valências	n.º Utentes/ Formandos
Centro de Reabilitação Profissional	28
Fórum Sócio-Ocupacional de Faro	19
Gabinete de Apoio às Famílias	28
Gabinete de Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós-colocação	1
Gabinete de Avaliação e Encaminhamento	-----
Gabinete de Educação e Formação de Adultos	7

**Fonte:** ASMAL

A Associação de Saúde Mental do Algarve (ASMAL) através do Fórum Sócio-Ocupacional, com capacidade para 40 utentes, tem Acordo de Cooperação com o CDSS de Faro que abrange o mesmo número de utentes.

Recentemente criou um centro de novas oportunidades no concelho, que enquanto estrutura que constitui um meio privilegiado para dar resposta às necessidades de qualificação da pessoa adulta, de reconhecimento e validação de competências para efeitos profissionais.

***Saúde Mental Infantil***

Relativamente aos Grupos de Apoio à Saúde Mental Infantil (GASMI), estes tiveram o seu início no ano 2001 ao abrigo de um Protocolo de Colaboração estabelecido entre a Administração Regional de Saúde do Algarve e o Hospital Dona Estefânia – Clínica do Parque. Neste enquadramento existem, actualmente, oito grupos distribuídos pela região do Algarve (Albufeira, Faro e S. Brás de Alportel, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, Tavira e V.R.S. António).

A criação destas equipas surgiu da necessidade de haver um apoio na área da Saúde Mental Infantil na região, pela inexistência de Serviços de Pedopsiquiatria.

O GASMI de Faro e São Brás de Alportel iniciou as suas actividades em 2004, baseando a sua intervenção no modelo adoptado pela equipa da Clínica do Parque – Hospital Dona Estefânia, tendo sido adaptado à realidade dos Cuidados de Saúde Primários na sua especificidade à região do Algarve. Este grupo é constituído por uma equipa multidisciplinar. Este apresenta uma metodologia de trabalho de equipa na qual os saberes e experiências de todos os técnicos são partilhados em benefício da criança e respectiva família. É um trabalho que se requer em rede tendo em conta o aproveitamento de todos os recursos da comunidade envolvente da criança e respectiva família, incluindo escola, ATL, centros comunitários, IPSS's, Segurança Social, Tribunal, Forças de Segurança, Autarquia, etc.

O objectivo principal de todas as equipas GASMI centra-se no atendimento diferenciado em saúde mental em crianças em risco de desenvolvimento de problemáticas do foro comportamental, emocional e social ou já instaladas, dos 3 aos 12 anos de idade. A intervenção respeita as condicionantes do meio natural da criança e respectiva família assim como necessidades e especificidades das mesmas.

A Consultadoria ou Supervisão é feita por um Pedopsiquiatra do HDE – Clínica do Parque, com regularidade aproximadamente bimensal em reunião presencial com o Grupo, alternadamente na Clínica do Parque ou no Centro de Saúde da equipa. Nessa reunião são apresentados e discutidos os casos em seguimento que colocam maiores dificuldades aos técnicos ou que apresentam eventuais necessidades de medicação específica ou ainda os que têm particular complexidade.

Segundo o Relatório Anual de Actividade de 2007, produzido pelo Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil, no referido ano, a Equipa recebeu um total de 99 pedidos, 27 dos quais não foram admitidos por mal referência e 17 estão a aguardar acolhimento, realizou um total de 57 entrevistas de acolhimento, sendo que 55 crianças após a reunião de triagem deram entrada para intervenção.

A idade mais frequente é a dos 7 anos (17%), seguida dos 9 e 11 anos (15%); sendo as idades que apresentam menor frequência a dos 8 e 10 anos (5%). O género predominante é o Masculino, com a representação de 36 crianças (65%).

O nível de escolaridade mais constante é o 1º Ciclo (45%), seguido do 2º Ciclo (22%), sendo que o nível menos frequente é 3º ciclo (7%). Existem 4% de crianças que não se encontram integradas em nenhum nível de escolaridade, encontrando-se em amas (4%).

#### **Quadro 53. Crianças acompanhadas por Nível de Escolaridade (2007)**

Nível Escolaridade	Nº	%	Não Integrado	Nº	%
Infantário	6	11%	Família	0	0%
Pré-Escolar	6	11%	Ama	2	4%
1º Ciclo	25	45%	ATL	0	0%
2º Ciclo	12	22%	Outro		
3º Ciclo	4	7%			
Total	53	96%		2	4%

**Fonte:** C.S. Faro. RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES – Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil

Em termos de categorias gerais de sinais e sintomas apresentadas pelas crianças em acompanhamento verifica-se que a predominante é a relativa a problemas relacionados com o ambiente / parentalidade, seguida de problemas dos afectos.

Paralelamente como projecto que se encontra a desenvolver e, o GASMI, promove o “Grupo de avós” – intervenção junto dos avós que assumem o papel de pais e que manifestam insegurança e dificuldade em o exercer, assim como Dinâmicas de Grupo – actividades em espaços neutros, com o objectivo de promover a interacção entre as crianças e os técnicos.

Como projectos a desenvolver, tem em carteira o Projecto Ser Criança – intervenção com grupo de crianças dos 6 aos 8 anos que tem como principais objectivos promover a aquisição de competências sociais, a partilha de sentimentos, a capacidade relacional, reconhecendo e aprendendo regras e normas sociais na relação com os outros e desenvolver a autonomia e a responsabilização; e o Projecto Adolescer – intervenção com grupo de crianças dos 11 aos 13 que tem como principais objectivos proporcionar a aquisição de competências sociais;

facilitar a partilha de sentimentos e de experiências, desenvolver a capacidade relacional e a capacidade de estar em grupo, reconhecendo e aprendendo regras e normas sociais na relação com os outros; facilitar o desenvolvimento da autonomia e da responsabilização, estimulando o adolescente a pensar e a tomar decisões por si; proporcionar a reelaboração e o desabrochar do processo de identidade individual. Assim como prevê dinamizar futuramente um projecto de intervenção terapêutica com grupo de pais.

#### 4. IMIGRANTES

##### ***Também na imigração o concelho apresenta vários rostos – uma ruralidade cosmopolita***

Portugal foi tradicionalmente um país de emigração, tendo passado, a partir dos anos 90, a caracterizar-se por ser também um país de imigração, registando nas últimas décadas, um crescimento elevado da população estrangeira.

Em 1995, os estrangeiros com residência ou permanência legal em Portugal eram 168.316, quatro anos depois residiam 190.896 estrangeiros (1999) e em 2004, registaram-se 449.194 estrangeiros com residência ou permanência legal em Portugal<sup>77</sup>.

O Algarve apresentou em 2001 uma proporção de população de nacionalidade estrangeira<sup>78</sup> quase três vezes superior à do país, de 6,0% distritais face a 2,2% nacionais. Em 2001, à data do momento censitário face a uma população residente de 58.051 habitantes, residiam no concelho de Faro 3.134 de nacionalidade não portuguesa (5,4%). Santa Bárbara de Nexe destacava-se por apresentar 13% da sua população com nacionalidade estrangeira, seguida de Estoi, com 9,3%. São as freguesias urbanas do centro da cidade que apresentam valores mais baixos no que respeita à representação dos estrangeiros na população – se bem que a freguesia da Sé contemple mais de 1/3 dos estrangeiros residentes no concelho.

**Quadro 54. População estrangeira no total da população (em %) no Algarve e Faro (2001)**

	Total População estrangeira	Total população	Pop. Estrangeira no total da população (em %), (2001)
<b>Algarve</b>	29666	395218	7,51%
<b>Faro</b>	3134	58051	5,40%

<sup>77</sup> SEF, Estatísticas da População Imigrante in PNAI 2006-2007

<sup>78</sup> [(pop. de nacionalidade estrangeira/pop. residente)\*100]

<b>Conceição de Faro</b>	218	3751	5,81%
<b>Estoi</b>	330	3538	9,30%
<b>Faro (São Pedro)</b>	534	12761	4,18%
<b>Faro (Sé)</b>	1169	28546	4,10%
<b>Montenegro</b>	347	5336	6,50%
<b>Santa Bárbara de Nexe</b>	536	4119	13,01%

**Fonte:** INE - Censos 2001. Tratamento dos dados – Equipa In Loco

Na Região do Algarve nos anos de 1998 a 2005, assistimos a novas vagas de imigração e a partir de 2001, nomeadamente, de cidadãos oriundos de nacionalidades como Ucrânia, Moldávia e Roménia.

A participação dos imigrantes trouxe igualmente repercussões em matéria de integração no mercado de trabalho. Em 2001, 77.3% da população estrangeira era activa, particularmente os estrangeiros originários dos países do centro e leste da Europa (92%) e do Brasil (84%).<sup>79</sup>

No PNAI 2006-2008 é inclusivamente referenciado que entre 2003-2004, a população estrangeira contribuía com mais de 20% para a criação do trabalho líquido nacional,<sup>80</sup> o que se constitui um factor positivo para o crescimento económico e para a sustentabilidade da segurança social.

Note-se, contudo, que a desigualdade entre nacionais e estrangeiros é sobretudo visível no que se refere aos níveis de qualificação e ao tipo de actividade profissional exercida. Os imigrantes com qualificações médias e superiores apresentam taxas de emprego superiores aos congéneres com baixos níveis de escolaridade, todavia, quando comparados com os nacionais, constata-se que participam na fatia de mercado desqualificado, o que revela desigualdade no acesso ao emprego mais qualificado e dificuldade no reconhecimento, no mercado de trabalho português, das suas habilitações e competências.

Em 2001, uma percentagem elevada de imigrantes principalmente oriundos da América do Sul e África apresentavam baixos níveis de escolaridade (ensino básico), realidade bem diferente da de imigrantes originários da Europa, que comparativamente, pese embora não nos tenha sido aferir percentualmente a sua ponderação, possuíam maiores níveis de qualificação – ensino secundário/médio e ensino superior.

Circunstâncias várias fazem dos imigrantes um grupo particularmente vulnerável à exclusão social. As dificuldades de respostas de apoio, a ausência/insuficiência de redes familiares, as dificuldades no acesso à habitação, as dificuldades na língua, são outros factores que, tendem a colocar os imigrantes em situação de vulnerabilidade e de exclusão social.

Verificamos ainda que a imigração ocorre frequentemente no quadro de processos conduzidos por redes clandestinas que conduzem os trabalhadores para ramos informais e desprotegidos da economia. Nessas circunstâncias à falta de qualidade geral do trabalho associa-se uma dificuldade acrescida no acesso a serviços e direitos diversos, muitas vezes por processos de auto-segregação advindos das representações que tem sobre as situações de que são vítimas.

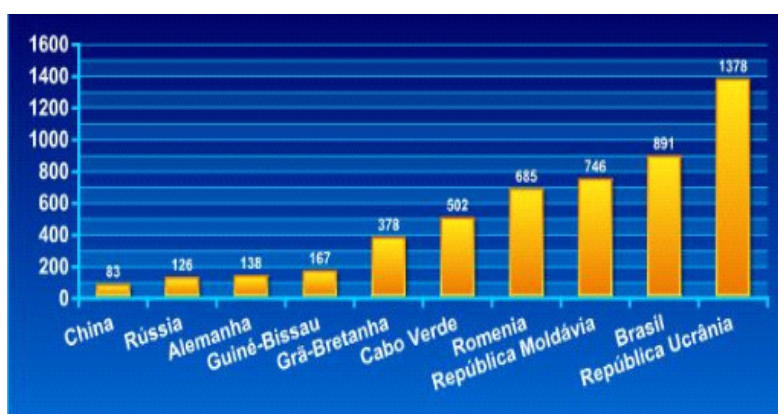
<sup>79</sup> INE, Censos 2001 in PNAI 2006-2007

<sup>80</sup> OCDE (2006), SOPEMI, International Migrations Outlook

Se por um lado, o fenómeno da imigração consubstancia um importante contributo face à debilidade interna da situação demográfica; por outro, esta realidade acarreta, igualmente, uma responsabilidade acrescida com a integração destes cidadãos, com particular ênfase no reforço da coesão social, de uma melhor integração e gestão da diversidade cultural.

Segundo Núcleo Regional de Registos e Arquivo da Direcção Regional do Algarve, dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, a 31/12/ de 2007, o número de cidadãos estrangeiros com situação regularizada em território nacional, residentes no concelho de Faro é de 6565. Se tal corresponder ao efectivo actual de residentes estrangeiros, significa que o concelho quase que duplicou a sua população estrangeira e esta terá passado a representar 11,2%. Este é um dado que só os próximos Censos poderão corroborar.

#### **Gráfico 54. Imigrantes residentes a 31/12/07, no concelho de Faro, por nacionalidade**



**Fonte:** Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Direcção Regional do Algarve

Em 2007, segundo dados divulgados pela Administração Regional de Saúde do Algarve, os imigrantes residentes no Algarve foram responsáveis por 18% dos nascimentos registados no Algarve. Este facto é de importância salutar e importante impacto no rejuvenescimento da população da região, fenómeno visível nas salas de aula das escolas algarvias, onde praticamente não existe uma sala de aulas que não tenha um aluno com pais estrangeiros. O facto de os estrangeiros escolherem Portugal como país de acolhimento poderá apoiar no aumento da natalidade e, conseqüentemente, o envelhecimento populacional sugere-o: a tendência estatística registada nos últimos anos e que colocou a região do Algarve como a "campeã" da natalidade, com um índice de fecundidade de 1,8, ou seja, acima da média nacional das 1,36 crianças por mulher.

É uma inversão interessante e que poderá ter a ver com o facto de durante o ano de 2006, e segundo o INE, dos 62.332 estrangeiros solicitaram autorização de residência em Portugal, 46,8% tinham idades compreendidas entre 25 e 39 anos de idade e 14,7 por cento tinham entre zero e 14.

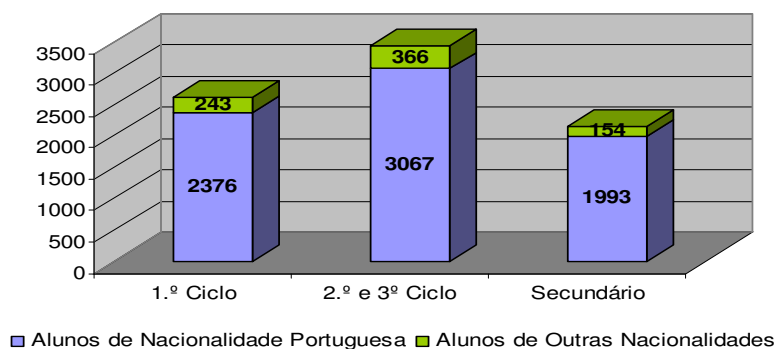
#### **Multiculturalidade nas escolas locais**

Segundo os dados facultados pela DREAlg à Divisão de Educação da Autarquia, nas salas de aula do concelho existem cerca de 765 alunos, sendo que a maioria integra o 1º ciclo do ensino básico, cerca de 243 alunos (31,76%), salientando-se que no

pré-escolar se encontram 2 alunos que no seguinte ano lectivo integraram o 1º ciclo. No 2º ciclo encontram-se 158 alunos (27,19%), no 3º ciclo 208 (20,65%) e no nível de ensino secundário 154 (27,19%).

Num universo de 763 alunos corresponde a uma ponderação de 9% de alunos no 1º ciclo com nacionalidade estrangeira, 11% de alunos no 2º e 3º ciclo e 7% de alunos no ensino secundário.

**Gráfico 55. Ponderação dos Educandos Estrangeiros integrados em estabelecimentos de educação do concelho de Faro, por níveis de escolaridade (Ano lectivo 2007/2008)**



**Fonte:**  
DREAlg /CMF – Divisão Educação

No que respeita à proveniência destes educandos, refira-se que se tivermos em conta as cinco nacionalidades mais representadas nas escolas do concelho, podemos salientar a multiculturalidade presente nos referidos espaços, com alunos provenientes do Brasil, da Ucrânia, da Moldávia, da Roménia e de Cabo-Verde com 174, 123, 86, 68 e 51 crianças respectivamente.

A integração destes jovens é um dos desafios mais actuais e evidentes, e a aproximação destes jovens à comunidade de acolhimento, nomeadamente através da comunidade escolar. Tal permitir-nos-á obter conhecimento sobre a população imigrante residente no concelho com vista a uma integração plena.

**Quadro 55. Educandos integrados em estabelecimentos de educação do concelho de Faro, por nacionalidade (Ano lectivo 2007/2008)**

Países	Pré-Escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo <sup>1</sup>	Secundário <sup>2</sup>	Total
África do Sul		1	1	1	3	6
Alemanha		3	2	4	19	28
Angola		2	1	6	5	14
Argentina				1	2	3
Austrália				1		1
Bélgica		1		1		2
Bielo-Rússia		3		1	1	5
Brasil		74	44	31	25	174
Bulgária	0	3	2	3	3	11
Cabo Verde	1	14	7	23	6	51
Canadá				1		1
China		5	1	3	2	11
Colômbia			1			1
Congo, Rep. Dem				1		1
Cuba		1		1		2
Dinamarca					1	1
Egipto					2	2
Espanha		5	2	4	3	14
Estados Unidos da América do Norte		1	1	4	2	8
França		6	5	7	15	33
Gibraltar, Reino Unido				1		1
Guiné		2	3	4	2	11
Guiné-Bissau		5	2	7	10	24
Holanda		5	2	2	1	10
Índia		2				2
Marrocos		1	2	1	1	5
Moçambique		1		1	2	4
Moldávia		32	19	22	13	86
Noruega		1				1
Polónia		1				1
Reino Unido		8	3	5	2	18
Roménia	1	26	15	19	8	69
Rússia		3	4	8	5	20
Senegal		1		1		2
Sérvia			1			1
Suíça		1	1	2	7	11
Ucrânia		33	38	41	11	123
Uruguai		1				1
Venezuela		1	1	1	3	6
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>243</b>	<b>158</b>	<b>208</b>	<b>154</b>	<b>765</b>

**Observações:**

<sup>1</sup> Inclui o número de alunos dos CEF's

<sup>2</sup> Inclui o número de alunos dos Cursos Profissionais

**Fonte:** DREALg /CMF – Divisão Educação

### **Uma resposta integrada como suporte à integração multicultural**

No espaço físico da Divisão de Acção Social é dinamizado um outro serviço de atendimento/accompanhamento social, específico para uma resposta integrada às questões da população Imigrante que se encontra a residir no concelho de Faro, o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes – CLAII, uma iniciativa do Estado Português, coordenada pelo Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI), à qual o Município de Faro aderiu em Dezembro de 2004.

Promove-se neste espaço um serviço de atendimento e aconselhamento aos imigrantes que promove e facilita a integração dos mesmos em território nacional, independentemente da nacionalidade, religião, etnia ou sexo. Através de um horário permeável às necessidades manifestadas pelos seus utentes, encontra-se em atendimento todos os dias úteis da semana inclusive durante a hora de almoço, das 9h00 às 14h00.

Segundo os dados do relatório de 2007, o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes de Faro (CLAII) procedeu durante o ano de 2007 à realização de 204 atendimentos, que deram origem a 141 novos processos, o que face a 2006 se verificou num exponencial aumento (96 novos processos).

No que diz respeito àqueles que procuram o CLAII, verifica-se que a grande maioria dos atendimentos é efectuado à própria população imigrante, sendo que dos 204 atendimentos, 180 são por procura de imigrantes, no entanto, verificando-se que os seus familiares também recorrem aos serviços, sendo responsáveis por 10 atendimentos, enquanto que Associações e Patronato representam uma pequena parcela, isto é, 4 e 3 atendimentos, respectivamente.

Relativamente à caracterização da população imigrante utente do CLAII de Faro, no que respeita aos dados mais recentes (2007), salienta-se uma igualdade de género na procura pelos serviços, 104 utentes do sexo masculino e 100 do sexo feminino, assim como uma estrutura etária significativamente jovem, sendo o intervalo de idades que assume um maior significado o dos 26 aos 45 anos, representando 66,67%, seguem-se os escalões etários entre os 18 e os 25 anos de idade e o dos 46 aos 55, com respectivamente 14,71%. O perfil etário aponta para uma população em actividade.

#### **Quadro 56. Interlocutores por escalão etário. CLAII de Faro (2007)**

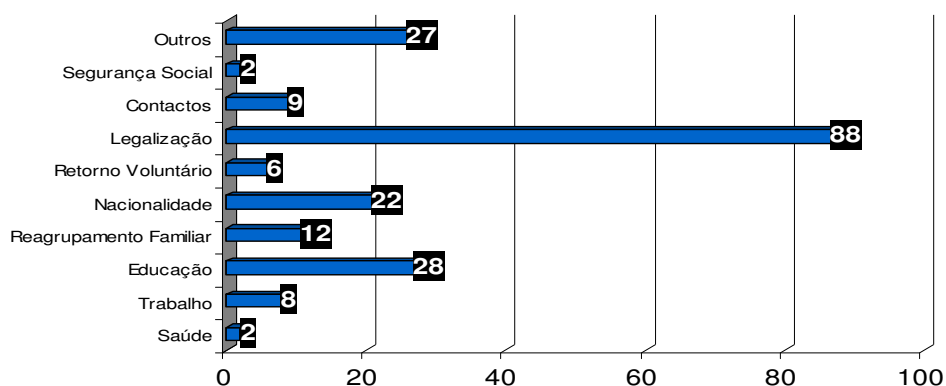
<b>Intervalos de Idades</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
< 18	1	0,49
18-25	30	14,71
26-35	70	34,3
36-45	66	32,4
46-55	30	14,71
56-65	6	2,94
> 65	1	0,49
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** CLAII de Faro

Em relação aos assuntos que levam estes indivíduos a recorrerem aos serviços do CLAII, verifica-se que são na sua maioria questões relacionadas com a legalização (88), nomeadamente no que respeita à obtenção de autorização de residência. Seguem-se as questões relacionadas com a educação (28), principalmente no que

diz respeito a cursos de aprendizagem da Língua Portuguesa. No entanto, as questões relacionadas com a aquisição da Nacionalidade Portuguesa e do Reagrupamento Familiar, também apresentam valores significativos.

**Gráfico 56. Interlocutores por motivo de procura dos serviços do CLAII de Faro (2007)**



**Fonte:** CLAII de Faro

Em termos de nacionalidades da procura do CLAII, 68 têm nacionalidade Brasileira, a Ucrânia surge como o segundo país de origem com maior número de imigrantes (37), seguindo-se a Roménia (17) e a República da Moldávia (15). De salientar ainda que Marrocos encontra-se em quinto lugar, uma vez que foram realizados 11 atendimentos a nacionais deste país. Tal dado não deixa de ser curioso quando no conjunto dos imigrantes registados pelo SEF não se identifica a presença desta nacionalidade.

Refira-se que da totalidade de utentes que recorreram ao Centro Local de Apoio ao Imigrante durante o ano 2007, cerca de 102 (50%), não dispõem da sua situação regularizada face à sua permanência em território nacional, verificou-se ainda que, dos 204 atendimentos, em 55 existe uma Autorização de Residência, em 17 verificou-se um Visto Temporário e em apenas 15 a Autorização de Permanência é uma realidade<sup>81</sup>.

<sup>81</sup> Vide quadro A.24 em Anexo.

**Quadro 57. Interlocutores por Nacionalidade. CLAI de Faro (2007)**

<b>Nacionalidades</b>	<b>Total</b>
Áustria	1
Bélgica	2
Brasil	68
Bulgária	4
Cabo Verde	7
Camarões	1
Egipto	1
Espanha	1
Guiné-Bissau	10
Índia	5
Letónia	1
Marrocos	11
Moçambique	1
Moldávia	15
Paquistão	1
Portugal	2
República Checa	1
Roménia	17
Rússia	9
Tunísia	1
U.S.A.	1
Ucrânia	37
Venezuela	1
Bielorrússia	1
Senegal	3
NS/NR	1
<b>Total</b>	<b>204</b>

**Fonte:** CLAI de Faro

No que diz particularmente respeito aos 141 novos processos abertos durante o ano de 2007, e relativamente ao estado civil dos imigrantes que procuraram os serviços do CLAI, 58 deles são casados, 55 solteiros, 14 divorciados e 9 encontravam-se à data em regime de União de Facto.

Em termos de capital escolar, saliente-se o grau de ensino relativamente elevado atingido – 62 indivíduos referiram o Ensino Secundário, com Ensino Universitário 22.

Em termos da condição perante o trabalho, 90 dos 141 imigrantes atendidos pela 1ª vez no CLAI, encontram-se empregados, 46 referiram à data encontrar-se no desemprego, 3 encontravam-se a estudar, sendo que 2 não responderam a esta questão.

No que concerne à situação habitacional, observa-se que dos 141 processos, em 122 deles é indicada uma morada, 5 à data encontravam-se em situação de Sem-Abrigo, enquanto que 13 do total de indivíduos não fazem referência a situação.

Em relação à composição do agregado familiar, na sua maioria, é apenas composto pelo próprio imigrante. No entanto, o agregado familiar de 33 imigrantes é

composto por 2 pessoas, em 19 deles é composto por 3 pessoas e 8 dos imigrantes afirmam que o seu agregado familiar é de 4 pessoas.

### ***Problemas emergentes relacionados com a integração da população imigrante***

No Workshop de 4 Julho 2007 “Perspectiva e Debates em torno de Planos para a Inclusão Social de Âmbito Nacional, Supra-Concelhio e Concelhio”, e no âmbito do Plano Regional de Acção para a Inclusão do Algarve 2007-2009, foram salientados alguns aspectos da actual situação da população imigrante residente na Região do Algarve e avançadas algumas das principais tendências<sup>82</sup>, nomeadamente:

- a diferença salarial entre nacionais e estrangeiros;
- uma maior privação nos agregados estrangeiros inquiridos;
- as condições de habitação e as redes de sociabilidade e o acesso à educação e formação contribuíam de forma significativa para o índice de privação das famílias inquiridas residentes na região algarvia e, de forma um pouco mais acentuada, para as famílias de origem estrangeira.

Face a esta realidade, no âmbito do referido Plano Regional, como finalidade foi proposto “contribuir para o combate à pobreza e à exclusão social dos cidadãos residentes na região do Algarve, particularmente dos cidadãos imigrantes” na garantia do acesso aos direitos, aos recursos, aos bens e aos serviços e na igualdade de oportunidades.

Numa orientação multidimensional de combate à pobreza e à exclusão social em todas as suas formas, avançaram-se ainda algumas medidas/instrumentos, entre outras, foi referenciada a necessidade de flexibilizar os horários das respostas sociais para a infância; a mais valia de um protocolo de articulação com o SEF para o encaminhamento dos cidadãos imigrantes aos centros de saúde; a criação de um observatório regional de saúde para o cidadão imigrante; a criação de um gabinete SEF na Loja do Cidadão que vai abrir em Faro; a criação de um guia de recursos para a inclusão dos imigrantes e a criação de folhetos informativos sobre o acesso dos imigrantes aos serviços (segurança social, saúde, emprego e formação profissional).

Como eixos-chave foi reconhecida a necessidade de melhorar a coordenação entre as diferentes estruturas regionais e locais implicadas na concepção, implementação e monitorização das medidas de política nestes níveis territoriais e a sua articulação com a administração central; garantir a implementação das medidas de políticas definidas ao nível nacional; formular ou adequar a estratégia regional e/ou local às estratégias nacional e europeia e garantir a mobilização e participação de todos os actores ao nível regional e local no processo de inclusão, incluindo as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade.

---

<sup>82</sup> DGEEP – MTSS (2004) Estudo de caso sobre a Região NUTS III, Grande Lisboa e Algarve, com base no Inquérito à Privação das Famílias.

**Figura 7. Eixos-Chave: Implementação e Mobilização dos principais agentes**



**Fonte:**

ISS; LAPS& RAPS. Workshop 4 Julho 2007. "Perspectiva e Debates em torno de Planos para a Inclusão Social de Âmbito Nacional, Supra-Concelhio e Concelhio"

Enquadrada numa filosofia semelhante e na tentativa de aferir a realidade não quantitativa desta população, a Rede Social de Faro durante o Processo de Formação/Acção, realizou um Mini-Fórum Temático sobre Imigração (17/03/08), inicialmente não previsto, convidando 9 associações de imigrantes com intervenção a nível regional<sup>83</sup>, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Associação Académica da Universidade do Algarve – Secção Autónoma de Estudantes Africanos (UALG), o Movimento de Apoio à Problemática da Sida e a Opis – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento.

Da referida sessão de reflexão aferiram-se alguns pontos essenciais para a compreensão das principais necessidades e constrangimentos da população imigrante, alguns patentes nos indicadores nacionais acima mencionados, bem como surgiram algumas propostas e orientações para novos contornos na intervenção associativa e institucional.

Como constrangimentos sentidos foram salientados:

- Trabalho precário que conduz a situações de carência e privação económica. Nomeadamente, os imigrantes que trabalham com subempreiteiros não são pagos ou são pagos com atrasos, o que naturalmente produz implicações na gestão económica e doméstica das famílias (pagamento de rendas e outras despesas); assim como por vezes verificam-se irregularidades no pagamento que as entidades patronais efectivamente descontam para a segurança social face à que declaram em recibo ao trabalhador;
- Número crescente de casos de alcoolismo sobretudo na população masculina imigrante e associado à precariedade de episódios sucessivos de insucessos em ambiciados percursos de inserção social e laboral;
- Dificuldade no processo de legalização, nomeadamente, apontando dificuldades entre a intercomunicabilidade entre serviços (ARS, DGF e SEF, entre outros), falta de formação e dialogo entre os serviços;

<sup>83</sup> A Associação de Amizade dos PALOP no Algarve - APALGAR; a Associação Cabo-Verdiana do Algarve; o Centro de Apoio à População Emigrante de Leste Europeu e Amigos - CAPELA; a Associação Tavirense de Apoio ao Imigrante; a Associação Ucrâniana no Algarve; a Associação de Imigrantes Romanos e Moldavos do Algarve - DOINA; a Associação de Guineenses e Amigos; a Associação Brasileira do Algarve e a Associação de Moldavos - Delegação do Algarve - EMINESCU.

- Não reconhecimento das suas habilitações e competências técnicas;
- Dificuldade na aprendizagem da língua de acolhimento;
- Algumas situações de discriminação face a situações de maior sucesso escolar por parte de educandos filhos de imigrantes e nacionais.

No referido fórum foi ainda mencionada a existência de imensas actividades culturais em que as associações não tem participado e que são consideradas pelas mesmas como um veículo de integração, tendo sido sugerido que no âmbito do CLAII se possam promover estas sinergias.

Nesse seguimento, foi também dirigido um apelo às associações de imigrantes para colaboração na divulgação do trabalho dos CLAII, sensibilizando as mesmas para o facto de “se as situações não chegam aos mesmos, e nomeadamente aos CNAI e à ACIDI, é como se não existissem”.

No que respeita ao acesso ao Sistema Nacional de Saúde foi referenciada a elevada percentagem de residentes estrangeiros sem médico de família, todavia tendo sido esclarecida que essa é uma realidade de estrangeiros e nacionais.

Foi mencionada como boa prática a existência de um Projecto no Agrupamento de Escolas da Sé, “Português Língua Materna” (Polina Mater) para fazer face às dificuldades de integração de alunos estrangeiros cuja língua materna não é o português e que vai de encontro a uma das metas da prioridade 3 do PNAI (2006-2008) “dotar as escolas de autonomia para responder adequadamente a 80.000 alunos estrangeiros cuja língua materna não é o português, reforçando as condições de prossecução dos estudos no sistema educativo nacional”, assim como se insere nas medidas específicas da Prioridade 3 (PNAI 2008-2010) “Ultrapassar as discriminações reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente pessoa com deficiência e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas” e nomeadamente nas medidas específicas que se prevêem para a população imigrante, a saber cursos de língua portuguesa para estrangeiros a dois níveis, iniciação e português técnico.

Face ao quadro exposto, e tendo em conta a dimensão da evolução dos fluxos migratórios para Portugal, associada às por vezes difíceis condições encontradas no seu processo de integração e à sua significativa representatividade local, salienta-se que a realidade concelhia exige um esforço na sistematização dos dados caracterizadores desta realidade e uma intervenção forte com carácter preventivo e/ou reparador no sentido de combater e prevenir o crescimento das desigualdades, combater as vítimas de tráfico de seres humanos e garantir o acesso aos direitos, facilitando o acolhimento e integração desta população.

## **5. SEM-ABRIGO**

Segundo a Federação Europeia das Associações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo – FEANTSA –, sem-abrigo são *todos aqueles que não têm uma habitação fixa, própria ou arrendada, assim como os que vivem em habitações inadequadas e que não possuem laços com a comunidade onde se encontram*. Esta definição considera, por um lado, a perda de casa e, por outro lado, a ruptura dos laços sociais. Ou seja, a tónica é colocada na questão da habitação, num sentido mais restrito, e da exclusão social num sentido mais alargado. Engloba situações que têm em comum a falta de meios (pobreza) e rupturas sociais várias para aceder a um alojamento pessoal condigno, reconhecendo que os indivíduos que estão na situação de sem-abrigo não estão só numa situação de sem-casa, mas também numa situação de debilidade e de extrema exclusão social.

A este respeito mencione-se o trabalho produzido pela Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo, Prevenção, intervenção e acompanhamento (2009-2015) que implicou um processo de concertação e responsabilização partilhada entre vários organismos públicos e privados, tendo por base a heterogeneidade de problemas associados à condição de sem-abrigo, e também os potenciais acontecimentos desencadeadores destas situações.

Refira-se que o primeiro compromisso assumido pelo Grupo Interinstitucional e formalmente expresso através de documento específico, diz respeito ao conceito de pessoa sem-abrigo a utilizar de modo comum a nível nacional.

A utilização de um conceito único visou cumprir a função de instrumento de referência a partir do qual foi construída toda a estratégia nacional, de modo a que toda a intervenção a planear central e localmente, tenha em conta toda a multidimensionalidade que o problema exige.

Nesse sentido considerando-se a nível nacional como pessoa em situação de sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição sócio-económica e condição de saúde física e mental, se encontre sem tecto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

A situação de sem-abrigo é umas das formas mais extremas e, em muitos casos, mais visível de exclusão, em que o carácter de privação múltipla é patente e diferencia-se dos demais pobres e excluídos, porque se verifica a falta de habitação, emprego, debilidades ao nível educativo, a perda das redes sociais de integração social (familiar, grupos de amigos, de relações de solidariedade a nível da vizinhança) em suma, perderam as suas redes de filiação à vida social. Este é um dos aspectos que os diferencia de outras pessoas pobres e excluídas.

Segundo estudo efectuado pelo Instituto de Segurança Social (2005), sobre as pessoas "sem-tecto" em Portugal, ficámos a saber que a maioria são cidadãos de nacionalidade Portuguesa, do sexo masculino, solteiros em idade activa (entre os 30 e 50 anos) e com baixo nível de escolaridade. A ruptura familiar (conflitos, separações, divórcios e falecimentos) encabeça a lista de problemáticas associadas à situação de sem-tecto (25%), logo seguida pelos problemas de saúde (23%) relacionados com a toxicodependência, o alcoolismo, a doença física ou mental. Ainda se destaca 27% de desempregados e 17% com uma dívida de casa.

Faro não é diferente de outras cidades do País e a situação dos sem-abrigo é uma realidade visível. A Ambifaro ao abrigo do Programa Interreg III A (Projecto Guadiana III) elaborou um estudo de caracterização da população sem-abrigo na cidade sede de Concelho, permitindo contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a problemática e se encontra ao dispor dos serviços para servir de base para a identificação de novas intervenções sociais junto desta população.

Em Faro, o fenómeno dos sem-abrigo tem contornos diferentes por exemplo, de Lisboa, em que o fenómeno é bem visível pelas ruas da cidade durante o dia e existe uma maior facilidade em encontrar as zonas de maior incidência do fenómeno. Também pelo número de sem-abrigo ser menor em Faro, estima-se que ronde os 50 indivíduos (dado avançado pelo Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Faro que tem efectuado uma inventariação dos casos e procedido a acções pontuais de distribuição de géneros alimentícios e roupa junto desta população), o fenómeno não é tão visível pelas ruas nem a identificação imediata das zonas de maior incidência.

A aplicação dos questionários decorreu apenas na cidade sede de concelho de Faro, na zona urbana que inclui as freguesias de São Pedro e Sé. Esta delimitação surgiu no seguimento das entrevistas efectuadas aos responsáveis pelas entidades, incluindo as Juntas de Freguesia, onde as zonas de maior incidência apontadas pelos entrevistados indicavam apenas pontos nas zonas urbanas do concelho.

Do estudo realizado, é possível começar a delinear um perfil do sem-abrigo de Faro, nomeadamente:

- Maioritariamente do sexo masculino;
- Idade adulta relativamente jovem (30 a 44 anos);
- Maioria de nacionalidade portuguesa;
- A maior parte não tem raízes locais (provêm de outros distritos do país) embora tenham residência consolidada em Faro há vários anos;
- A maior parte é solteiro;
- Exercício prévio de uma profissão, mas actualmente em situação de desemprego. Actualmente fazem recurso de actividades de apoio ao estacionamento de veículos e mendicidade, como estratégia para ganho de um rendimento para sobrevivência quotidiana;
- Apresenta uma escolaridade baixa;
- Experiência na condição de sem-abrigo relativamente recente;
- Pernoita em casas abandonadas e na antiga fábrica da moagem;
- Motivações que deram origem à condição de sem-abrigo: Alcoolismo/Toxicoddependência; Desemprego; Problemas Financeiros; Problemas Familiares;
- A maior parte mantém contactos com familiares;
- A maior parte já solicitou apoio às instituições locais – em particular ao nível financeiro, de ajuda alimentar e de apoio à reabilitação;
- Parte importante revela ter tido problemas com a Justiça.

Todos os estudos efectuados até ao momento sobre os motivos que influenciam os indivíduos para a situação de sem-abrigo centram-se essencialmente no desemprego, toxicoddependência, alcoolismo e problemas familiares. A nossa amostra não é excepção e podemos dizer que estes factores actuam de forma conjunta ou sucedem-se numa espiral de acontecimentos que conduziram inevitavelmente estes indivíduos para o fim de um processo de desfiliação e de ruptura dos laços sociais.

Quanto aos problemas que afectam estas pessoas, parte significativa refere a falta de condições para efectuarem a higiene básica, seguida do isolamento e da marginalização social de que são alvo, e o frio surge como um problema para outra parte mais reduzida dos inquiridos. Com menor representação surgem a insegurança sentida e os problemas de saúde, o desemprego e os problemas financeiros e, por fim, a fome e as más condições habitacionais.

Os problemas de saúde são apontados por uma parte pouco significativa dos inquiridos, como um dos principais problemas sentidos por ser sem-abrigo, mas quando questionados sobre a existência ou não de problemas de saúde a realidade mostra que na grande parte dos casos existem problemas de saúde e na maioria das pessoas os problemas de saúde registados são múltiplos. Ou seja, a percepção da qualidade de vida é claramente diferente das condições objectivas de vida.

As principais patologias identificadas nesta população, estão relacionados com:

- Consumo de estupefacientes;
- Alcoolismo;
- E com menor representação: infecção pelo vírus da hepatite C; infecção pelo vírus do VIH-Sida; e Doença Mental

Do que observamos anteriormente, podemos concluir que na maioria dos casos para solicitar ajuda, os sem-abrigo recorrem a IPSS que têm serviços destinados a esta população carenciada, denotando-se a fraca solicitação a Organismos Públicos, com excepção da Segurança Social e o CAT, situação que se mostra pelo tipo de ajuda solicitada e pelo tipo de ajuda concedida.

O apoio financeiro é atribuído pela Segurança Social enquanto os apoios ao nível da alimentação e da satisfação de outras necessidades básicas são providenciadas pela Santa Casa da Misericórdia de Faro, pelo MAPS e também pelo GATO. O CAT surge como a entidade responsável pelo processo de reabilitação face ao problema da toxicodependência.

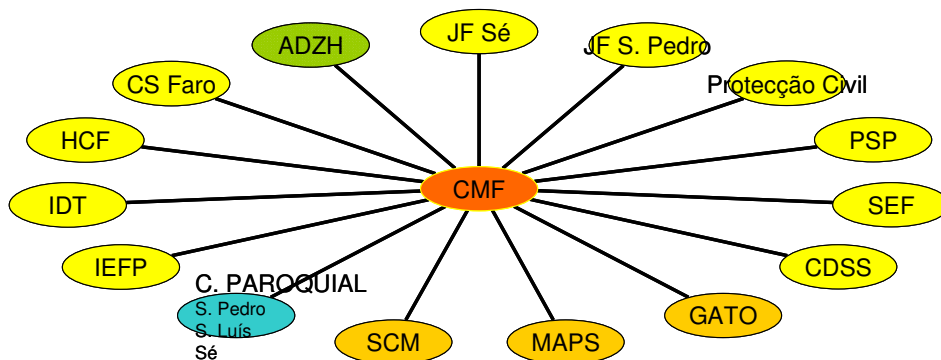
No entanto as ajudas são insuficientes para imprimir mudanças significativas na vida destas pessoas. A intervenção emerge como insuficiente também porque se situa numa lógica assistencialista e não numa lógica de produção da emancipação dos indivíduos. Existe já um conhecimento de base que pode estruturar a intervenção – mas esta deve ser concebida numa lógica multidimensional.

Constatada a **Multifactorialidade** e o carácter **Multidimensional** que uma intervenção sobre a pessoa SA exige, nomeadamente no que respeita à implicação de sectores e agentes vários cujas linhas de trabalho confluem para a configuração, minimização de danos e/ou superação/erradicação do fenómeno, foi criado pela DAS/CMF um grupo de trabalho para a População Sem-Abrigo, ancorado em pressupostos metodológicos como a coordenação e Intersectoralidade (Discussão de Casos e Plano de Intervenção).

Como objectivos preconiza a coordenação horizontal e vertical entre os diferentes agentes, programas e iniciativas, a eliminação/Redução de justaposições e sobre-actuações, assim como de hiatos de atenção (hipoactuação / hiperactuação); a resolução de conflitos e empowerment das actuações dos envolvidos, através da transmissão de uma visão de complementaridade das actuações e não de oposição ou ameaça e a delineação de critérios comuns e homologados pelo grupo para todas as intervenções.

Integram o grupo, conforme figura anexa, o Centro Paroquial de S. Luis; Centro Paroquial de S. Pedro; Centro Paroquial da Sé, o Centro Distrital de Segurança Social de Faro, o Centro de Saúde de Faro, o Grupo de Ajuda a Toxicodependentes, o Hospital Central de Faro, o Instituição da Droga e da Toxicodependência, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Junta de Freguesia de S. Pedro, o Junta de Freguesia da Sé, o Movimento de Apoio à Problemática da Sida, a Protecção Civil, a Policia de Segurança Publica, a Santa Casa da Misericórdia de Faro (Refeitório e Balneário Social), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, tendo inicialmente sido também convidada a integrar o grupo a Associação de Desenvolvimento das Zonas Históricas e encontrando-se prevista a integração da Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Faro por vias da execução do seu projecto Comunidade de Inserção "Porto de Abrigo" (Centro de Alojamento Temporário, Balneário e Refeitório Social) e pela sua recente responsabilização ao nível da dinamização da linha de emergência social, linha 144.

**Figura 8. Grupo de trabalho para a População Sem-Abrigo.**



**Fonte:**  
DAS\_CMF

Refira-se muito sumariamente que a operacionalização deste grupo que se efectua através de uma qualquer porta de entrada, que poderá ser qualquer um dos elementos do grupo (Paróquia, CDSS, Autarquia, Forças de Segurança, entre outros). Proceder-se a sinalização à autarquia, Divisão de Acção Social, que coordena o trabalho de convocatória e logística. Na convocatória (endereçada a toda a parceria) seguem os elementos de identificação da pessoa sem-abrigo para reunião individual de informação disponível.

Após apresentação do caso ao grupo de trabalho e consoante a problemática dominante é-lhe atribuído um gestor de caso e são definidas as responsabilidades e tarefas dos agentes sociais implicar.

O grupo tem reunido com uma periodicidade mensal (e sempre que necessário reúne extraordinariamente), sendo que no início de cada reunião, é efectuado um balanço dos casos expostos na sessão de trabalho anterior.

Para terminar saliente-se que a pessoa sem-abrigo integrou um dos grupos específicos pela 1ª vez mencionados em termos de Prioridade no Plano de Acção para a Inclusão 2008-2010, a saber, Prioridade 3 "Ultrapassar as discriminações reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente, pessoas com deficiência e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas" através da preconização de medidas específicas dirigidas à intervenção com a pessoa sem-abrigo, mormente no que respeita à melhoria da protecção social e inserção através de Planos Individuais de reinserção (acompanhamento personalizado) e no que concerne à melhoria do conhecimento e informação, através da criação de um sistema de informação e monitorização do fenómeno dos sem-abrigo.

## **6. COMUNIDADE CIGANA**

Este grupo foi considerado como vulnerável dada a ausência de respostas sociais flexíveis adaptadas às necessidades das pessoas e famílias ciganas.

Numa perspectiva de capacitação à semelhança de outros projectos nacionais, considera-se que o concelho de Faro necessita de um plano de intervenção para

“trabalhar com” e não de “trabalhar para”, num compromisso de posturas que revelem que a mudança deve ser feita em ambos os lados.

Não foi possível à data da compilação do presente diagnóstico aferir a real população residente de etnia cigana, todavia, e enquadrado no Projecto Arnaró, cujo término de financiamento já se sucedeu - 2005 (Programa Escolhas 2º Geração), refira-se que haviam sido identificados 7 núcleos de comunidade cigana, que se estimavam próximos dos 120 cidadãos, a saber:

**Núcleo 1** – Poço do Guelhim

Composto por 5 agregados familiares, num total de 24 residentes, 12 dos quais à data menores.

**Núcleo 2** – Estrada do Guelhim I

Composto por 2 agregados familiares, num total de 9 residentes, 3 dos quais à data menores.

**Núcleo 3** – Estrada do Guelhim II

Composto por 3 agregados familiares, num total de 14 pessoas, 7 dos quais à data menores.

**Núcleo 4** – Cerro do Bruxo

Composto por 7 agregados familiares, num total de 28 residentes, 9 dos quais à data menores e 1 residente com mobilidade reduzida.

**Núcleo 5** – Poço de Vale de Mó

Composto por 1 agregado familiar, num total de 7 pessoas, 5 dos quais à data menores e 1 residente com mobilidade reduzida.

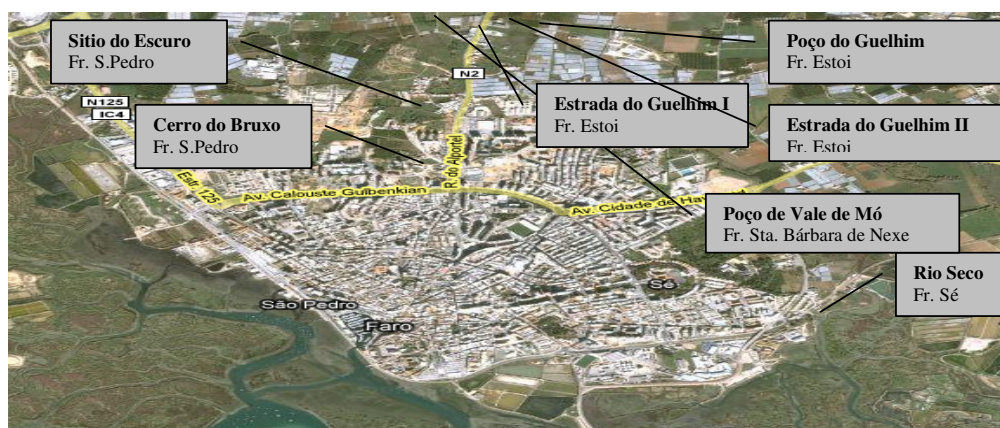
**Núcleo 6** – Rio Seco

Sem composição do agregado discriminada, apenas referencia a 8 menores residentes em idade escolar.

**Núcleo 7** – Sítio do Escuro

Composto por 7 agregados familiares, num total de 20 residentes, 8 dos quais à data menores.

**Figura 9. Localização dos 5 núcleos de comunidade cigana**



**Fonte:**  
CMF/DAS/ Google Earth

De qualquer forma, são conhecidas as dificuldades de integração desta população na comunidade envolvente sem que exista um trabalho de sistematização dos problemas relacionados com esse processo.

Na Prioridade 3 do Plano de Acção para a Inclusão 2008-2010 a saber, Prioridade 3 "Ultrapassar as discriminações reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente, pessoas com deficiência e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas" a população cigana é visada num conjunto de medidas específicas especialmente dirigidas a esta população, nomeadamente, através da melhoria do conhecimento/intervenção (população cigana), mediante a criação de um Grupo Consultivo para a Inserção das Comunidades Ciganas e da Formação de agentes que trabalhem com as comunidades ciganas (acções de formação em interculturalidade e comunidades ciganas) e através de medidas específicas de apoio ao alojamento, sendo indicada a necessidade de diagnóstico das experiências levadas a cabo no âmbito da habitação social, com vista à definição de iniciativas públicas.

## 1. SAÚDE

### 1.1. COMPORTAMENTOS ADITIVOS

#### CONSUMOS DE ALCOOL E OUTRAS TOXICODPENDÊNCIAS

O alcoolismo é a 1ª toxicodpendência em muitos países do mundo, afecta um grande número de pessoas, normalmente adultos, mas também e cada vez mais, adolescentes, não só por processos de alcoolização, mas também por problemas relacionados com os consumos de álcool desajustados, ainda que não constituam dependência.

Na óptica do problema em si, o alcoolismo revela a existência de causas, sobretudo culturais, como a aceitação social do acto de beber e a desvalorização do consumo de álcool, causas individuais assentes nos múltiplos problemas pessoais e familiares que se encontram na sua base e ainda em especificidades locais, como o isolamento geográfico ou a falta de espaços para ocupação dos tempos livres.

Alguns factores como o isolamento geográfico ou a falta de espaços para ocupação dos tempos livres, podem contribuir para o aumento destes consumos.

A marcada conotação social e a aceitação de que goza, permitem que os padrões de consumo tendam a um facilitismo de um problema crónico e a situações graves de tratamento complexo.

Na região do Algarve são recentes as poucas repostas sociais de apoio à problemática do alcoolismo. Os doentes até há bem pouco tempo eram são, por regra, encaminhados para o Centro Regional de alcoologia do Sul, localizado em Lisboa, mas que claramente se trata de uma resposta insuficiente.

A Comunidade Terapêutica do Azinheiro, desde Janeiro de 2009, através de Convenção protocolada com o IDT passou a poder receber doentes alcoólicos para tratamento. Estes doentes são admitidos após consulta seguida de proposta de admissão, efectuadas por equipa de tratamento do CRI (Centro de Respostas Integradas) da área de residência do utente ou de uma Unidade de Alcoologia (UA) do IDT.

No relatório do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI/ALGARVE), Setembro de 2006, está mencionado que não foi possível recolher dados a nível distrital e concelhio, sobre a existência de problemas sociais relacionados com substâncias psicoactivas, igualmente não é feita alusão quer a condutores implicados em acidentes de viação no Continente, por tipo de veículo conduzido segundo a situação face ao teste de álcool (por distrito e concelho) quer a Crimes de condução de veículo em estado de embriaguez de 2000 a 2003 (evolução por distrito e concelho), pelo mesmo motivo.

Ainda no que se refere às principais conclusões do Relatório acima mencionado, evidencie-se, no que concerne à experimentação de substâncias psicoactivas lícitas (cerveja, bebidas destiladas e medicamentos) e ilícitas, por substância – a Prevalência ao Longo da Vida por parte de Alunos do ensino secundário que já experimentaram (por distrito e concelho).

Os dados do Inquérito Nacional em Meio Escolar (2001) referidos no Quadro demonstram uma experimentação maior no Algarve para o álcool e as drogas (excluindo o tabaco) sobretudo no ensino secundário.

Em praticamente todos os indicadores o consumo de tabaco, álcool e drogas é superior em Faro comparativamente com o Algarve e Portugal.

Eventualmente, a existência de maior acessibilidade e mais oportunidades de experimentação, devido a maior oferta de bares e discotecas, sobretudo nos alunos mais velhos (do Secundário) poderão explicar estes dados.

#### Quadro 58. Inquérito Nacional em Meio Escolar (2001)

Tóxico	Nível de ensino	Prevalências				
		PLV – Prevalência ao Longo da Vida P12M – Prevalência aos 12 meses P30D – Prevalência aos 30 dias	Faro	Outros	Algarve	Portugal
Tabaco	Ensino Secundário	PLV	71,9	68,7	69,3	69,9
		P12M	55,5	48,5	49,9	48,7
		P30D	37,7	31,5	32,7	31,7
	3º Ciclo Básico	PLV	47,7	48,4	48,3	48,9
		P12M	38,6	34,4	35,0	31,7
		P30D	19,6	17,0	17,4	19,2
Álcool	Ensino Secundário	PLV	93,8	93,5	93,6	90,6
		P12M	81,2	81,0	81,4	76,4
		P30D	56,9	50,3	51,6	44,7
	3º Ciclo Básico	PLV	66,3	72,5	71,6	67,3
		P12M	48,9	53,1	52,5	48,6
		P30D	20,8	26,9	25,9	24,6
Droga	Ensino Secundário	PLV	42,2	35,2	36,6	27,9
		P12M	33,3	26,6	27,9	21,7
		P30D	17,8	17,5	17,6	12,1
	3º Ciclo Básico	PLV	15,2	15,8	15,7	14,2
		P12M	11,9	11,4	11,5	9,81
		P30D	7,5	6,6	6,7	5,9

Fonte: CRI Algarve IDT/DRAL. PORI/ALAGARVE Inquérito Nacional em Meio Escolar (2001)

Em estudos efectuados em amostras representativas de jovens algarvios aos 18 anos, no ano de 2000 e 2005<sup>84</sup>, verificamos que as drogas mais experimentadas no Algarve, continuam a ser o álcool (69,5%), o tabaco (50,9%) e a cannabis (17,5%).

Alguns dados do Diagnóstico de Consumos de Tabaco, Álcool e Drogas. Práticas e Representações dos Alunos das Escolas EB 2,3 do Concelho de Faro face aos consumos de substâncias aditivas (2004), corroboram a representatividade dos consumos de álcool nos jovens e adolescentes.

O referido diagnóstico refira-se que se realizou no âmbito da rede social, e incidiu sobre todas as Escolas E.B. 2,3 do Concelho de Faro, nomeadamente sobre os 6º, 7º, 8º e 9º anos, num total de 2618 alunos.

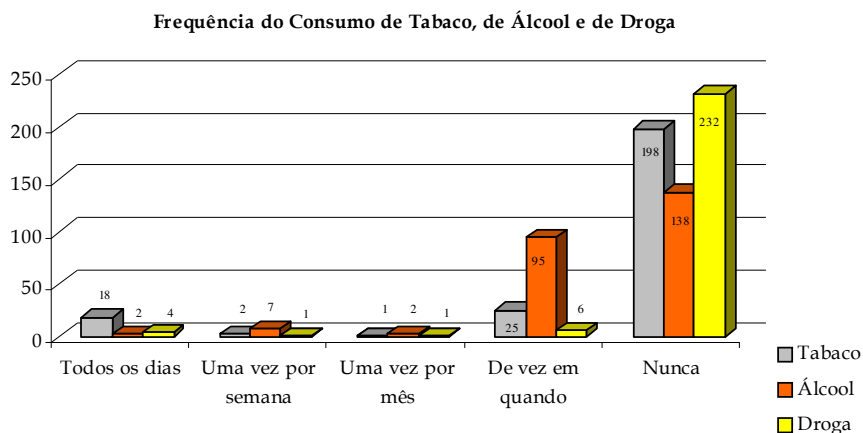
<sup>84</sup> Vide Quadro A25 em Anexo

Do total de 261 alunos interpelados e ainda que tinha sido feita a referência ao anonimato a que os mesmos se encontram sujeitos, 17 alunos recusaram-se a responder a este questionário, pelo que a amostra real assume um valor de 244 alunos, dos quais 130 pertencem ao sexo masculino e 114 pertencem ao sexo feminino.

Quando questionados os alunos quanto à frequência de consumo, quer este se refira ao consumo de tabaco, de álcool e de drogas, observamos que a grande maioria indica o não consumo de qualquer uma destas substâncias.

O consumo de álcool destaca-se no conjunto dos consumos aditivos referenciados, referenciando-se o consumo de tabaco quando se evidencia a frequência dos consumos<sup>85</sup>.

**Gráfico 57. Diagnóstico de Consumos de Tabaco, Álcool e Drogas. Práticas e Representações dos Alunos das Escolas EB 2,3 do Concelho de Faro – Frequência de consumos**



Fonte: CLASF (2004)

Relativamente à idade do primeiro consumo refira-se que a faixa etária dos 10 aos 14 anos parece assumir a franja das idades de risco para todos os consumos.

Se o consumo de tabaco, o maior número de observações é registado nos 12 anos de idade, verificando-se que o início dos consumos diminui tanto nas idades imediatamente a baixo como à medida que avançamos para as faixas etárias superiores.

Quando se coloca a questão “que idade tinhas quando bebeste álcool pela primeira vez” a mesma faixa etária os 12 anos de idade assume o maior número de registos, sendo talvez importante sublinhar os valores observados nas idades 9 e 13 anos que devido à “aceitabilidade social desta droga” por si só se diferenciam dos consumos de outras substâncias quer pelo número de observações quer pela sua precocidade da idade de consumos.

<sup>85</sup> Vide Gráficos A6, A7, A8 em Anexo

No consumo de droga, embora se tenha registado um número reduzido de respostas, o grupo de risco parece manter-se, com maior representação entre os 13 e os 14 anos.

Quando questionados os alunos quanto ao porquê do consumo, no sentido de identificarem as razões que os levam a consumir, verificamos que, na generalidade, os alunos, independentemente do consumo de referência, identificam prioritariamente o facto de gostarem, seguindo-se a esta o facto de os amigos também consumirem, bem como a necessidade de esquecer problemas, à excepção das razões que levam ao consumo de drogas onde este último motivo surge como o mais significativo.

De uma forma geral uma proporção muito diminuta é que concorda que o tabaco, o álcool e as drogas sejam fontes de força e de sensação de bem-estar, o maior número de observações regista-se em superioridade numérica considerável na categoria droga pelo mito das propriedades energizantes da substância em questão.

Do referido estudo, salientou-se ainda o facto de que os educandos partilhavam da opinião de que a escola deveria proceder à distribuição de mais informação acerca do consumo e das suas consequências é assinalado como necessário e transversal ao consumo das três substâncias.

## **1.2. DIABETES E HÁBITOS ALIMENTARES**

Segundo a Plataforma Contra a Obesidade estima-se que mais de 50% da população mundial será obesa em 2025 se não forem adoptadas medidas em contrário, sendo a obesidade, por esse motivo, considerada pela Organização Mundial de Saúde como a epidemia global do século XXI.

Na União Europeia, incluindo Portugal, a incidência e a prevalência quer da pré-obesidade quer da obesidade têm vindo a aumentar, constituindo um importante problema de saúde pública.

A essência desta situação está como verificamos efectivamente relacionada com padrões de comportamento alimentar caracterizados por elevado consumo de calorias (açúcares e gorduras) e em paralelo, por dietas cada vez menos ricas em cereais completos, hortaliças e frutos, para além de reduzidos níveis de actividade física. A génese da obesidade deve-se a sucessivos balanços energéticos positivos, em que a quantidade de energia ingerida é superior à quantidade de energia gasta efectivamente pelo organismo, ainda que se reconheçam outros factores que também predispõe a sua origem, nomeadamente, factores genéticos, culturais e hormonais.

Segundo dados constantes da Plataforma Contra a Obesidade em Portugal, cerca de 32% das crianças com idades compreendidas entre 7 e 9 anos apresentam excesso de peso, sendo 11% obesas. Além disso, 24% das crianças em idade pré-escolar apresentam excesso de peso e 7% são obesas. Na idade adulta os indicadores são ainda mais preocupantes, uma vez que 50% da população tem excesso de peso, sendo 15% obesa. Sendo que se estima que os custos directos associados à obesidade absorvem 3,5% das despesas totais da saúde.

Reconhece-se entre outras necessidades, a de intensificar trabalhos de investigação científica e aplicada, mobilizando energias, recursos e meios, nomeadamente em colaboração com as Instituições Académicas e a Administração Regional de Saúde, em articulação com o Centro de Saúde, os Hospitais e outras organizações.

É importante informar os diferentes agentes de que a prevenção e o controlo da pré-obesidade e da obesidade assentam em três pilares: alimentação, actividade física e modificação comportamental. Crê-se ser fundamental a participação da família, da escola e um envolvimento promotor de estilos de vida saudáveis no local de trabalho.

Atendendo aos actuais contornos nacionais em termos de prevalência da obesidade, à sua taxa de crescimento anual, às elevadas morbilidade e mortalidade que, directa ou indirectamente acompanham este fenómeno, aos custos associados e à dificuldade do seu tratamento foi criado o Programa Nacional de Combate à Obesidade, por despacho ministerial, de 28 de Janeiro de 2005.

Considerando o interesse em se actuar de forma integrada, transversal e intersectorial no combate à obesidade, foi criada a Plataforma Contra a Obesidade.

Face à integração das competências ao nível da prevenção secundária e terciária previstas no Programa Nacional de Combate à Obesidade nas estratégias definidas na Plataforma, e atendendo a que as atribuições referentes à cirurgia da obesidade foram integralmente absorvidas pela Comissão Nacional de Avaliação do Tratamento Cirúrgico da Obesidade, entretanto criado, foi extinto, mediante despacho n.º 22780/2008 do Gabinete da Ministra, o Programa Nacional de Combate à Obesidade.

A implementação da Plataforma Nacional contra a Obesidade constitui-se como a referência de actuação para os vários sectores sociais, aos diferentes níveis de prevenção primária, secundária e terciária, prevê uma intervenção a médio e longo prazo e vem permitir a diminuição e prevenção de doenças crónicas de elevada prevalência, como a diabetes e a doença cardiovascular e em simultâneo a prevenção de outras doenças como o cancro e as doenças osteo-articulares.

Decorrente da constatação de que o sector da saúde não consegue isoladamente combater este problema, a Plataforma Nacional contra a Obesidade assume-se como uma medida estratégica, assumida politicamente a nível nacional, que visa criar sinergias intersectoriais, a nível governamental e da sociedade civil e que se assume como um recurso ao dispor de toda a sociedade.

Ao nível local instituições como a Associação para Estudo da Diabetes Mellitus e Apoio ao Diabético do Algarve – AEDMADA (IPSS) constituem-se como um recurso/resposta ao facto de a maioria dos diabéticos do tipo 2, de difícil controlo, serem encaminhados para Lisboa, dada a ausência de resposta do Hospital Distrital de Faro e do Hospital do Barlavento.

Pese embora não exista um tratamento de dados efectivo sobre a caracterização desta população, diabetes Mellitus tipo 2 (DMT2), saliente-se que ao nível do concelho de Faro, a 16/02/09 e na sequência do protocolado a 25/02/08 entre a AMAL e a AEDMADA, no seu total haviam sido durante um ano encaminhados pela Divisão de Acção Social da Autarquia cerca de 14 munícipes, tendo sido junto da rede social e pelo responsável da referida associação reforçada a necessidade de realização de um estudo de caracterização desta população, doentes de diabetes Mellitus tipo 2 (DMT2).

No que respeita aos doentes com diabetes Mellitus tipo 1 (DMT1), revelam os principais resultados de um estudo cedido pela AEDMADA que a avaliação do número de doentes com diabetes Mellitus tipo 1 (DMT1) é uma tarefa complexa. A mobilidade das populações aumenta a imprecisão na contagem dos casos e dos indicadores demográficos e a incoerência dos registos clínicos ou a própria

alteração nos critérios de diagnóstico da doença fazem com que uma avaliação longitudinal precisa seja comprometida.

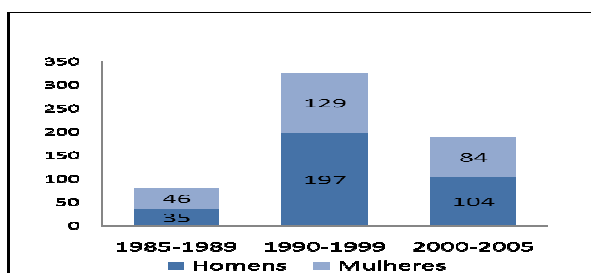
As dificuldades associadas a um estudo de base populacional e a existência de apenas uma consulta de diabetologia para o distrito de Faro até 1995 determinaram que se considerassem os registos recolhidos como suficientes para caracterizar a população de utentes da consulta e estimar a incidência de DMT1.

Nesse sentido o estudo consistiu em caracterizar os doentes da consulta de diabetologia do Hospital Distrital de Faro e estimar a incidência de DMT1 entre 1985-2005, avaliaram-se retrospectivamente os casos de DMT1 observados entre 1985 e 2005 para apurar dados demográficos e clínicos.

De acordo com os objectivos utilizaram-se registos diferentes, para a caracterização demográfica foram consultados cerca de 595 processos clínicos e para a estimativa da incidência foram analisados 177 processos clínicos, de doentes com residência no distrito de Faro, diagnóstico entre 1985 e 2005 e idade no diagnóstico inferior a 15 anos. A informação foi tratada com o software SPSS 15.0. Os critérios de classificação da DMT1 foram os definidos pela WHO na altura da consulta e foi usada a data de diagnóstico como indicador da incidência.

Como principais considerações saliente-se a verificada incidência de 1990 a 2005 no sexo masculino conforme gráfico apresentado.

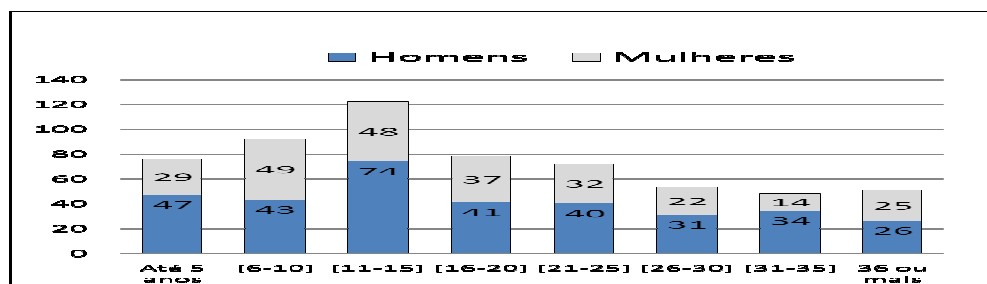
**Gráfico 58. Distribuição de casos, por sexo (n=595)**



Fonte: AEDMADA (2009)

Relativamente à idade que possuíam à data do diagnóstico, saliente-se a prevalência de doentes com residência no distrito de Faro nos escalões etários mais jovens nomeadamente entre os 6 e os 15 anos de idade.

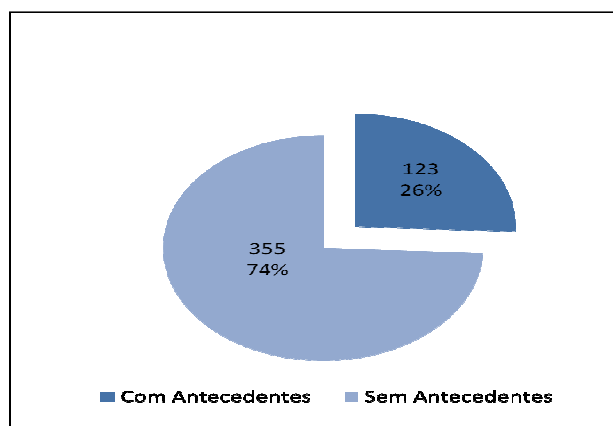
**Gráfico 59. Idade no diagnóstico (n=592)**



Fonte: AEDMADA (2009)

Verificou-se no referido estudo que a incidência de doentes com antecedentes na família (relações de parentesco directo como pai, mãe, avós, tios e primos directos) é diminuta verificando-se que cerca de 74% dos doentes não tem antecedentes na família registados.

**Gráfico 60. DOENTES COM ANTECEDENTES (PAI, MÃE, AVÓS, TIOS E PRIMOS DIREITOS) DE DMT1 (N=478)**



Fonte: AEDMADA (2009)

Como principais concelhos de residência, e não obstante da localização do equipamento hospitalar ser o concelho de Faro, saliente-se que a percentagem de utentes acompanhados oriundos de outros concelhos da região é bastante elevada 73%. Verificou-se um elevado número de doentes (34%) não-algarvios, o que se coaduna com a verificada mobilidade e crescimento da população algarvia.

**Quadro 59. Principais concelhos de residência dos utentes (n=361)**

Concelho	Casos	Percentagem
Loulé	54	15%
Tavira	29	8%
Olhão	55	15%
Albufeira	43	12%
Faro	99	27%
Outros	81	22%

Fonte: AEDMADA (2009)

Em suma registou-se um predomínio (56% no total de registos) de doentes do sexo masculino, com excepção no intervalo 6-10 anos de idade. Quanto à idade no diagnóstico, 50% dos doentes tinham idade até 15 anos e 26% superior a 25 anos. A percentagem de doentes com antecedentes de dmt1 e os valores de incidência estimados vão de par com outras investigações nacionais e internacionais (2-5), tendo ficado como principal desafio a realização de um estudo desta natureza dirigido aos doentes de dmt2.

### 1.3. VIH/SIDA E OUTRAS DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS

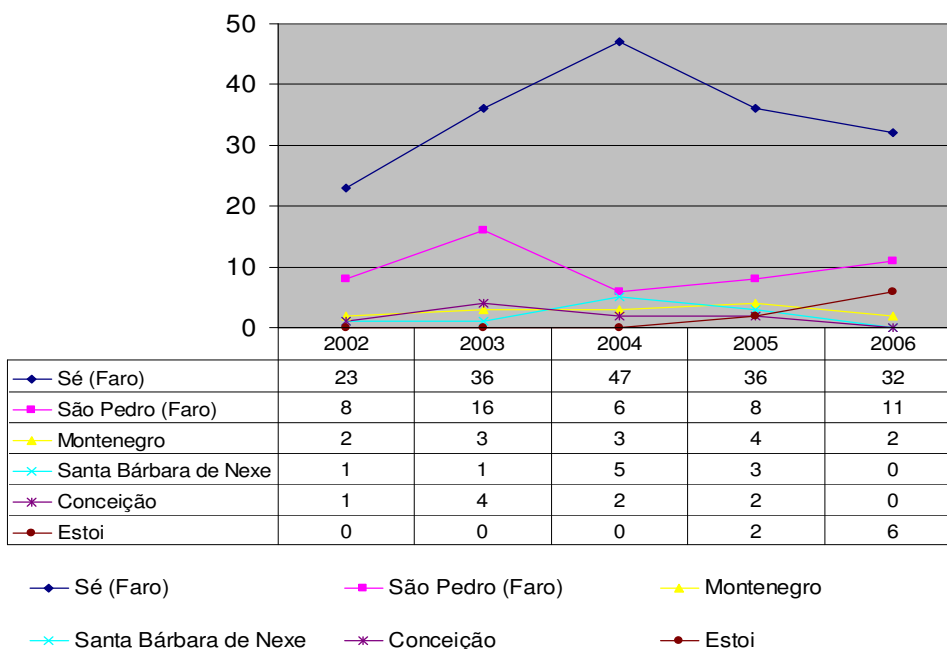
#### TOXICODPENDÊNCIA / VIH OUTRAS DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS

Alguns dados caracterizam esta área problemática da saúde dos munícipes do concelho de Faro, nomeadamente dados do Instituto da Droga e da Toxicodpendência, dados do Centro Distrital de Segurança Social e relatórios de IPSS's que trabalham na área, nomeadamente o Movimento de Apoio à Problemática da Sida e o Grupo de Ajuda à Toxicodpendentesência.

Segundo os dados cedidos pelo Instituto da Droga e da Toxicodpendência actualmente<sup>86</sup> encontram-se inscritos na Equipa Técnica Especializada de Tratamento do Sotavento (ETET), antigo CAT de Olhão, 251 utentes residentes no concelho de Faro.

Se tivermos em consideração a evolução do número de utentes inscritos verificamos o seu exponencial aumento de 2002 para 2003, em que praticamente duplicou, vendo o seu número reduzido novamente de 2003 para 2006.

**Gráfico 61. Evolução Residentes no concelho de Faro inscritos na Equipa Técnica Especializada de Tratamento do Sotavento ETET (2002-2006)**



Fonte: CRI Algarve IDT/DRAL

No que respeita à freguesia de residência dos utentes, apenas se evidencie o facto de que, tendo em consideração os censos de 2001, por cada 1000 habitantes, 5 é acompanhado na ETET.

<sup>86</sup> Dados cedidos a 31/03/08.

É a freguesia da Sé que apresenta a maior incidência na população (6,10 %), seguida da freguesia de S. Pedro (3,84%) apresentando-se as freguesias mais periféricas como as com menor incidência.

Não sendo um indicador exaustivo de incidência de toxicodependência da incidência da toxicodependência, permite aferir indirectamente a importância deste fenómeno na sociedade.

**Quadro 60. Total de residentes no concelho de Faro inscritos na Equipa Técnica Especializada de Tratamento do Sotavento (ETET) por Freguesia**

FREGUESIA	TOTAL	Residentes Censos 2001	Taxa/1.000
Sé (Faro)	174	28.546	6,10
São Pedro (Faro)	49	12.761	3,84
Montenegro	14	5.336	2,62
Santa Bárbara de Nexe	10	4.119	2,43
Conceição	9	3.751	2,40
Estoi	8	3.538	2,26
<b>TOTAL</b>	<b>264</b>	<b>58.051</b>	<b>4,55</b>

Fonte: CRI Algarve IDT/DRAL

No que respeita à prevalência de doenças infecto-contagiosas ao nível distrital e concelhio verifica-se que a infecção por Hepatite C, 36,6% em Faro, é inferior à do distrito 46,6%, apresentando também uma incidência inferior à de outros concelhos da região, em parte devido à diminuição dos consumos injectáveis, verificando-se uma incidência mais alta sobretudo no Barlavento Algarvio.<sup>87</sup>

A infecção por Hepatite B é muito menor (aproximadamente 4% no Algarve) assume igualmente uma baixa ponderação ao nível concelhio (cerca de 3%) não só devido às características intrínsecas à própria infecção como à existência da vacina.

**Quadro 61. Distribuição dos utentes inscritos de 1999 a 2004, segundo as Infecções B e C (ordenados segundo a proporção de Hep. C)**

Concelho	Hepatite B			Hepatite C		
	Nº abs. +	Nº abs -	% +	Nº abs +	Nº abs -	% +
<b>Algarve</b>	60	1628	3,6%	782	896	46,6%
Faro	8	240	3,2%	90	156	36,6%

Nota: dados colhidos de amostra representativa dos processos clínicos dos utentes inscritos de 1999 a 2004.

Fonte: CRI Algarve IDT/DRAL

Relativamente aos infectados pela bactéria da tuberculose (por distrito e concelho), o Relatório de Apoio à 1ª fase refere que os números escassos não permitem tirar qualquer conclusão ao nível concelhio, sendo que se verifica que situação no Algarve parece ser semelhante ao resto do País (4% de positivos entre os rastreados).

<sup>87</sup> Vide Quadro A26 para dados ao nível do concelho em Anexo.

Ainda com base nos dados cedidos pelo Gabinete de Investigação e Estatística da Delegação Regional do Algarve do Instituto da Droga e da Toxicodependência, segundo o Sistema de Informação do Utente (S.I.U.) a infecção pelo VIH em toxicodependentes é menor no Algarve (8%) por relação ao resto do País (12%).

Os concelhos de Olhão, Portimão e Faro são os que têm os consumidores mais infectados<sup>88</sup>. Concelhos como VRSA e Loulé, embora tenham uma prevalência grande de infecção VIH, esta deve-se sobretudo a disseminação por via sexual<sup>89</sup>.

**Quadro 62. Distribuição dos utentes inscritos de 1999 a 2004, segundo a Infecção VIH (ordenados segundo a proporção de VIH)**

Concelho	Nº VIH positivos	Nº VIH negativos	Proporção de positivos (%)
Algarve	140	1582	8,1%
Faro	28	230	10,9%

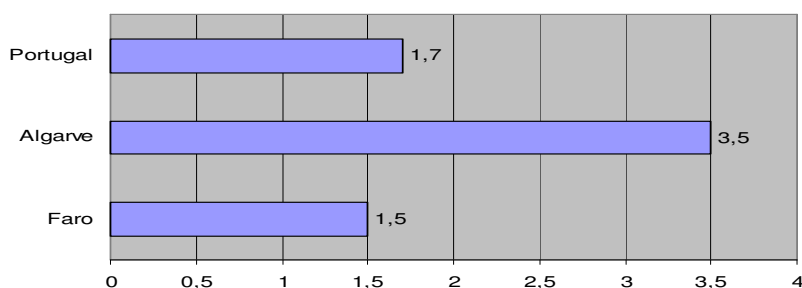
**Nota:** dados colhidos de amostra representativa dos processos clínicos dos utentes inscritos de 1999 a 2004.

**Fonte:** CRI Algarve IDT/DRAL

O facto de a forma de utilização injectável da droga diminuir, o próprio consumo de heroína estar a ser substituído por drogas de consumo oral (álcool, sedativos, ecstasy) e as mulheres toxicodependentes no Algarve estarem mais infectadas por VIH que os homens (ao contrário do que acontece com a infecção por Hepatite C) aponta para a possibilidade de a infecção VIH estar a disseminar-se sobretudo por via sexual e não por via injectável.

No Algarve trocam-se mais seringas, relativamente ao rácio nacional, e utiliza-se mais metadona, minimizando o risco de infecção VIH nos toxicodependentes, em Faro embora os consumos injectáveis sejam menores representam 1,5%.

**Gráfico 62. Número de seringas trocadas em farmácias + Equipas de Rua (MAPS) de 1999 a 2004 ordenado segundo o ratio nº seringas/população Residente**



**Fonte:** CRI Algarve IDT/DRAL. Dados originais fornecidos pela ANF em 2005

Ainda segundo o Relatório do IDT, em 2004, Portugal tem entre os novos utentes em ambulatório 25% de consumidores injectáveis. O Algarve, segundo o Sistema de Informação do Utente (S.I.U.) tem 35% de consumidores injectáveis em

<sup>88</sup> Vide Quadro A27 em Anexo

<sup>89</sup> Gabinete de Investigação e Estatística da Delegação Regional do Algarve do Instituto da Droga e da Toxicodependência (2006); PORI/ALGARVE Relatório de Apoio à 1ª Fase; p.42

ambulatório, mas segundo estudo baseado numa amostra dos utentes entre 2002 e 2004, terá cerca de 29%, o que revela aparentemente um aumento do consumo injectável.

Tendo em conta os dados apresentados, referentes às trocas de seringas, e atendendo a que Lagoa, Silves, Faro, Albufeira, Lagos e Tavira apresentam um maior numero de consumos injectáveis, é mencionado no supramencionado relatório, que estes concelhos deveriam também ter um reforço do programa de troca de seringas.

**Quadro 63. IDT Algarve: Forma de administração da Droga principal na 1ª consulta em 2002-2004 (inclusive), ordenado segundo a proporção da via injectável**

Concelho	Injectável	Fumada/inalada	Não consome	Oral	Nº Absoluto TOTAL
<b>Portugal</b>	28,6%	71,4%	0,0%	0,0%	<b>7</b>
<b>Algarve</b>	29,4%	58,4%	0,5%	11,8%	<b>442</b>
Lagos	50,0%	46,2%	3,8%	0,0%	<b>26</b>
Portimão	45,5%	50,9%	0,0%	3,6%	<b>55</b>
S. Brás de Alportel	42,9%	42,9%	0,0%	14,3%	<b>14</b>
Albufeira	35,6%	61,0%	0,0%	3,4%	<b>59</b>
Lagoa	34,8%	60,9%	0,0%	4,3%	<b>23</b>
Tavira	33,3%	40,0%	0,0%	26,7%	<b>15</b>
Silves	30,4%	60,9%	0,0%	8,7%	<b>23</b>
Loulé	27,5%	59,4%	1,4%	11,6%	<b>69</b>
Olhão	20,8%	58,5%	0,0%	20,8%	<b>53</b>
Faro	17,6%	63,5%	0,0%	18,9%	<b>74</b>
Aljezur	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	<b>1</b>
Castro Marim	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	<b>1</b>
Monchique	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%	<b>2</b>
Vila Real S <sup>to</sup> . Ant <sup>o</sup> .	0,0%	75,0%	0,0%	25,0%	<b>20</b>

**Nota:** dados colhidos de amostra representativa dos processos clínicos dos utentes inscritos de 1999 a 2004.

**Fonte:** CRI Algarve IDT/DRAL

No que se refere à actividade desenvolvida pelo Centro Distrital de Faro, alguns dados se consubstanciam como indicadores da actual conjuntura da problemática do VIH e da Toxicodependência, nomeadamente, os apoios atribuídos a utentes e famílias<sup>90</sup>.

No ano de 2007, foram atendidos 439 agregados com estas problemáticas, num total de 489 atendimentos, sendo que a grande maioria dos atendimentos foram efectuados a elementos isolados (60,5%), seguidos de 89 agregados de tipologia "família nuclear com filhos" (21,7%).

Do total de agregados atendidos 8,9% assinaram um acordo de inserção, na lógica da contratualização, sendo que a grande maioria 82% beneficiaram de apoios da

<sup>90</sup> CDSS de Faro (2007) Estatística dos Temporários

área da acção social. Para a totalidade destes beneficiários saliente-se que foi estabelecido um procedimento de articulação com outras instituições que se situou em 248 registos e que traduz a intersectoralidade intrínseca a estas problemáticas<sup>91</sup>.

#### Quadro 64. Número de Atendimentos e Procedimentos Intermédios

Tipo de Agregado	Agregados Atendidos (%)	Atendimentos (%)	Situações Contratualizadas face ao número de agregados atendidos (%)		Visitas Domiciliárias face ao número de agregados atendimentos (%)
			RSI	Acção Social	
<b>Isolados</b>	62,9	60,5	5,7	48,3	3,6
<b>Nuclear s/ Filhos</b>	6,2	6,3	0,2	4,6	0,5
<b>Nuclear c/ Filhos</b>	20,3	21,7	1,4	18,9	1,4
<b>Monoparental</b>	8,7	9,4	1,6	8,4	0,2
<b>Outra</b>	2,1	2,0	0,0	1,8	0,2
<b>Total</b>	100,0	100,0	90,0		5,9

Fonte: CDSS Faro NPE

Nesta área a actividade do Movimento de Apoio à Problemática da Sida (MAPS) à semelhança da actividade do Grupo de Ajuda a Toxicodependentes (GATO) espelha bem a escassez da oferta e o excesso de procura nas áreas da toxicodependência e VIH.

O MAPS<sup>92</sup> promove no concelho a única resposta social de Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial valência constituída por apoio psicossocial, enfermagem e ateliers ocupacionais, complementado por serviços de alimentação, lavandaria, balneários, com o objectivo de proporcionar qualidade e diversidade dos cuidados de saúde, possibilitando uma vida mais longa e mais íntegra a todas as pessoas infectadas com o VIH/SIDA e indivíduos que apresentem carências económicas e sociais.

Como objectivos propõe-se:

- ✓ Informar, orientar e apoiar indivíduos e famílias em situação de ruptura e isolamento familiar;
- ✓ Prevenir situações de exclusão social e familiar;
- ✓ Contribuir para o restabelecimento do equilíbrio funcional.

Como se pode observar na tabela, no que respeita à caracterização da sua população utente, verifica-se que a faixa etária com maior percentagem de utentes que frequentavam só a valência Centro de Atendimento e Acompanhamento psicossocial – CAAP, era a dos utentes com idades compreendidas entre os 25 e os 35 anos (30%). A menor expressão de resultados corresponde a 7% dos utentes que frequentavam esta valência com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos.

<sup>91</sup> Vide Quadro A27 a A31 em Anexo

<sup>92</sup> Conforme referência do capítulo equipamentos

**Quadro 65. Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial. Frequência dos utentes por Sexo e Escalão Etário**

Sexo	Idades (Freq/%)					Total
	18 aos 24 Anos	25 aos 35 Anos	36 aos 45 Anos	46 aos 55 Anos	Mais de 56 Anos	
Homens	5 (5%)	20 (22%)	19 (21%)	18 (20%)	6 (7%)	68 (75%)
Mulheres	1 (1%)	7 (8%)	7 (8%)	5 (5%)	3 (3%)	23 (25%)
<b>Total</b>	6 (7%)	27 (30%)	26 (29%)	23 (25%)	9 (10%)	91(100%)

**Fonte:** Maps (Maio 2008)

Na tabela pode-se observar que a maior percentagem de utentes que frequentavam só a valência CAAP tinha o 1º Ciclo (38%). Refira-se ainda que existiam 27% dos utentes com o 2º Ciclo e 18% com o 3º Ciclo.

**Quadro 66. Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial. Frequência dos utentes por Sexo e Habilitações Literárias**

Sexo	Habilitações Literárias (Freq/%)						Total
	Analf.	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Ens. Superior	
Homens	4 (4%)	28 (31%)	19 (21%)	9 (10%)	7 (8%)	1(1%)	68 (75%)
Mulheres	3 (3%)	7 (8%)	6 (7%)	7 (8%)	0	0	23 (25%)
<b>Total</b>	7 (8%)	35 (38%)	25 (27%)	16 (18%)	7 (8%)	1 (1%)	91 (100%)

**Fonte:** Maps (Maio 2008)

A maioria dos utentes que frequentavam só a valência CAAP, eram de Nacionalidade Portuguesa (85%) e solteiros (71%). Refira-se ainda que existiam 15% casados e 10% divorciados.

No que respeita ao Centro De Alojamento Temporário – CAT do MAPS, resposta social/valência destinada ao acolhimento de qualquer indivíduo; de ambos os sexos; em situação de ruptura pontual, ou seja, situações de emergência que careçam de resposta social, para as quais se prevê resolução num prazo previamente estipulado. Esta valência dispõe de 4 quartos, num total de 9 camas, todos eles apetrechados com wc´s individuais.

Como Objectivos propõe-se:

- ✓ Prevenir situações de exclusão social e familiar;
- ✓ Assegurar a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos – alojamento, alimentação, saúde, higiene, conforto e ocupação/lazer;
- ✓ Prestar cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos indivíduos de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;
- ✓ Contribuir para a construção de projectos de vida fomentando a autonomia.

Como se pode observar na tabela 6, a faixa etária com maior percentagem de utentes que frequentavam só a valência Centro De Alojamento Temporário - CAT era a dos utentes com idades compreendidas entre os 25 e os 35 anos e entre os 36 aos 45 anos (33%).

**Quadro 67. Centro De Alojamento Temporário Frequência dos utentes por Sexo e Escalão Etário**

Sexo	Idades (Freq/%)					Total
	18 aos 24 Anos	25 aos 35 Anos	36 aos 45 Anos	46 aos 55 Anos	Mais de 56 Anos	
Homens	1 (17%)	2 (33%)	1 (17%)	0	1 (17%)	5 (83%)
Mulheres	0	0	1 (17%)	0	0	1 (17%)
<b>Total</b>	1 (17%)	2 (33%)	2 (33%)	0	1 (17%)	6 (100%)

Fonte: Maps (Maio 2008)

Na tabela que se apresenta pode-se observar que a maior percentagem de utentes que frequentavam só a valência Centro De Alojamento Temporário - CAT tinha o 1º Ciclo (67%). Refira-se ainda que existiam 17% dos utentes com o 2º Ciclo e 17% titulares de um curso de Ensino Superior. A maioria dos utentes era de Nacionalidade Portuguesa (83%) e solteiros (83%).

**Quadro 68. Centro De Alojamento Temporário Frequência dos utentes por Sexo e Habilitações Literárias**

Sexo	Habilitações Literárias (Freq/%)						Total
	Analf.	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Ens. Superior	
Homens	0	3 (15%)	1 (17%)	0	0	1 (17%)	5 (83%)
Mulheres	0	1 (17%)	0	0	0	0	1 (17%)
<b>Total</b>	0	4 (67%)	1 (17%)	0	0	1 (17%)	6 (100%)

Fonte: Maps (Maio 2008)

Como referenciado no capítulo equipamentos e respostas sociais o MAPS dispõe ainda da valência de Serviço De Apoio Domiciliário – SAD, resposta social/valência; com protocolo atípico. Esta resposta recorde-se tem por base a prestação de cuidados individualizados a indivíduos infectados ou afectados pelo VIH/SIDA, realizados na sua habitação, que por motivo de doença, deficiência ou qualquer outro impedimento não possam assegurar temporariamente ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e diárias.

Como objectivos prossegue:

- ✓ Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos infectados ou afectados pelo VIH/SIDA e respectivas famílias;
- ✓ Garantir a prestação de cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos utentes e famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem estar;
- ✓ Contribuir para retardar e/ou evitar a institucionalização do utente, privilegiando a manutenção do mesmo no seu ambiente familiar;
- ✓ Assegurar a satisfação das necessidades básicas e primárias dos utentes;
- ✓ Estimular a colaboração do) utente e da sua família na prestação dos cuidados.

Segundo os dados facultados pelo CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007) este serviço prestado pelo MAPS tem uma capacidade de 34 (15 dos quais com acordo).

Como se pode observar no quadro que se anexa, a faixa etária com maior percentagem de utentes (valência SAD) era, em 2007, a dos utentes com idades

superiores, ou iguais, a 56 anos (54%). Destes 38% eram homens e 15% são mulheres.

**Quadro 69. Serviço De Apoio Domiciliário. Frequência dos utentes por Sexo e Escalão Etário**

Sexo	Idades (Freq/%)					Total
	18 aos 24 Anos	25 aos 35 Anos	36 aos 45 Anos	46 aos 55 Anos	Mais de 56 Anos	
Homens	2 (4%)	1 (4%)	1 (4%)	3 (11%)	10 (38%)	17 (65%)
Mulheres	0	2 (4%)	2 (4%)	1 (4%)	4 (15%)	9 (35%)
Total	2 (4%)	3 (11%)	3 (11%)	4 (15%)	14 (54%)	26 (100%)

Fonte: Maps (Maio 2008)

Mais de metade dos utentes que frequentavam só a valência SAD tinham o 1º Ciclo (58%). Refira-se ainda que existiam 27% dos utentes que não sabiam ler/escrever. a totalidade dos utentes que frequentavam só a valência SAD eram de Nacionalidade Portuguesa (100%). Na sua grande maioria Homens (65%) e solteiros (73%). Refira-se ainda que existiam 15% casados e 8% em situação de viuvez.

**Quadro 70. Serviço De Apoio Domiciliário. Frequência dos utentes por Sexo e Habilitações Literárias**

Sexo	Habilitações Literárias (Freq/%)						Total
	Analf.	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Ensino Sup.	
Homens	5 (19%)	10 (38%)	2 (8%)	0	0	0	17 (65%)
Mulheres	2 (4%)	5 (19%)	2 (8%)	0	0	0	9 (35%)
Total	7 (27%)	15 (58%)	4 (15%)	0	0	0	26 (100%)

Fonte: Maps (Maio 2008)

O MAPS promove ainda a resposta de Residência Protegida – RP, Resposta social destinada ao acolhimento de indivíduos infectados com o VIH-SIDA, em ruptura familiar e/ou desfavorecimento sócio económico. O utente poderá permanecer na residência até um prazo de 6 meses. Esta valência dispõe de 5 camas.

Como objectivos propõe-se:

- ✓ Proporcionar alojamento temporário a indivíduos portadores de VIH-Sida;
- ✓ Garantir a satisfação das necessidades básicas;
- ✓ Promover a entreaajuda e a capacidade para uma melhor gestão das competências da vida diária;
- ✓ Fortalecer a capacidade de aquisição de hábitos e competências perdidas;
- ✓ Contribuir para a adesão à terapêutica.

Segundo os dados facultados pelo CDSS de Faro – Unidade de Protecção Social de Cidadania (NCRS - BD Acordos - Dez.2007) este equipamento sediado em Olhão tem uma capacidade de 5 utentes (a totalidade com acordo de cooperação com o CDSS de Faro).

No que concerne à intervenção das Equipas De Rua do MAPS, saliente-se que à semelhança do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Ajuda a Toxicodependentes esta resposta assenta no trabalho de uma equipa multidisciplinar que presta apoio individualizado a pessoas com problemáticas específicas, nomeadamente

toxicodependência e VIH, procurando reduzir os riscos dos seus comportamentos e minimizando os danos das suas opções. Diariamente com o apoio de 2 unidades móveis (uma carrinha e um veículo ligeiro) é assegurada a troca de seringas, o encaminhamento para instituições especializadas, cuidados de higiene pessoal, vestuário, alimentação, e prestadas informações/aconselhamento relacionadas com a problemática do VIH/SIDA e outras problemáticas abrangidas pelo projecto (ex.: alcoolismo, toxicodependência, trabalhadoras do sexo e sem abrigo).

Como objectivos propõe-se:

- ✓ Diminuição do consumo de drogas
- ✓ Diminuição do nº de transmissões de VIH-SIDA, bacilo de Koch e hepatites B, C e DELTA;
- ✓ Atendimentos e encaminhamentos para instituições especializadas (CAT, Hospitais, Centro de Saúde, etc.);
- ✓ Sensibilização da comunidade para as problemáticas do VIH-SIDA, Toxicodependência, Sexualidade e Sem-Abrigo.

Como se pode observar no quadro que se apresenta, dos 70 utentes atendidos em 2007, 11 foram efectivamente encaminhados para o Centro de Atendimento a Toxicodependentes e 4 para a Acção Social da Câmara Municipal de Faro.

É de referir que nesse mesmo ano, em 2007, o 4º ano de execução do Projecto Equipas de Rua; financiado pelo IDT (Instituto da Droga e Toxicodependência) só teve início em Novembro desse mesmo ano. Contudo nos meses anteriores, o MAPS, por iniciativa própria e com recursos limitados, não deixou de prestar apoio a estas populações.

#### Quadro 71. Dados relativos às Equipas de Rua do MAPS (2007)

N.º Utente	N.º Atend.	Troca Distribuição de Material	Encaminhamentos				
			Hospita I C.F.	MAPS	Acção Social CMF	CAT Centro de Atendimento a Toxicodependentes	CDSS Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social
70	6300	Seringas; Preservativos; Ampolas de água Bidestilada; Toalhetes de álcool; Filtros; Material informativo de redução de riscos e minimização de danos.	1	1	4	11	1

Fonte: Maps (Maio 2008)

O MAPS desenvolve ainda a resposta Equipas de Intervenção Directa, resposta social/valência desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção, compostas por equipas multidisciplinares que actuam junto da população toxicodependente e suas famílias e, igualmente, nas comunidades onde se integram estes indivíduos. Nesta intervenção refira-se que foram abrangidos em 2007, cerca de 670 sujeitos pertencentes ao concelho de Faro.

A resposta Equipas de Intervenção Directa propõe-se atingir como Objectivos:

- ✓ Prevenção, minimização dos danos e redução de riscos;
- ✓ Apoio Psicológico e/ou aconselhamento;
- ✓ Sensibilização da comunidade para as problemáticas do VIH-SIDA, Toxicod dependência, Sexualidade e Sem-Abrigo (ex. campanhas nas escolas, intervenções em datas festivas, atelier e workshops, palestras e comunicações em várias entidades/instituições da região, etc.)

À semelhança do MAPS como anteriormente mencionado, o Grupo de Ajuda a Toxicod dependentes (GATO), desenvolve no concelho também a resposta Equipas de Intervenção Directa. Como Destinatários, dirige a sua intervenção a consumidores de estupefacientes que se encontram em situação problemática, em extrema debilidade humana e sem acompanhamento psicossocial, assim como aos jovens em risco que se encontram num ambiente propício ao consumo de drogas e consumidores ocasionais.

Como locais de intervenção privilegia as zonas onde se verifica maior afluência de toxicod dependentes, nomeadamente parques de estacionamento, cafés e locais de encontro, ou outras que se justifiquem, e a escolas ou zonas próximas de bairros degradados.

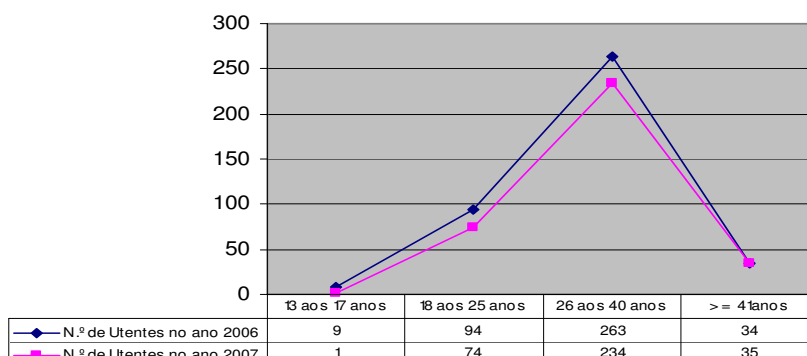
Como serviços a prestar à comunidade procede ao/à:

- Despiste e intervenção em situações de risco, ao nível do consumidor experimental, ocasional ou habitual;
- Sensibilização da população toxicod dependente para a mudança de comportamentos e motivando-a para o tratamento;
- Envolvimento das famílias no processo de ajuda às situações de disfunção e relacionamento;
- Promoção e desenvolvimento de redes comunitárias, envolvendo a comunidade num processo dinâmico e interactivo, tendo em vista o apoio e a resolução de problemas originados pelo fenómeno da toxicod dependência;
- Procura e aconselhamento para a adopção dos meios necessários à inserção e promoção social dos utilizadores de drogas e suas famílias;
- Promoção de acções de informação no âmbito da prevenção primária, tratamento e reinserção.

Como actividades, o GATO procede ao levantamento das estruturas locais de apoio existentes e a criar, à caracterização da população alvo e levantamento dos seus problemas e necessidades; à identificação e localização dos toxicod dependentes e jovens em risco; ao contacto com familiares e amigos; à recolha, elaboração e divulgação de material informativo; à realização de entrevistas individuais (abordagem esporádica/abordagem informativa/abordagem continuada/abordagem de urgência/abordagem familiar), ao encaminhamento para as estruturas de apoio social, tratamento e reinserção sócio-profissional; à delimitação da área geográfica, circunscrita a locais onde se verifique maior afluência de toxicod dependentes e jovens em situação de risco e ao apoio de emergência em situações de crise aos indivíduos e familiares.

À semelhança dos dados apresentados pelo MAPS, esta população caracteriza-se por se enquadrar dentro da faixa etária dos 26 aos 40 anos e se constituir maioritariamente por elementos do sexo masculino.

**Gráfico 63. Dados relativos às Equipas de Rua por Escalão Etário e ano de intervenção (GATO)**

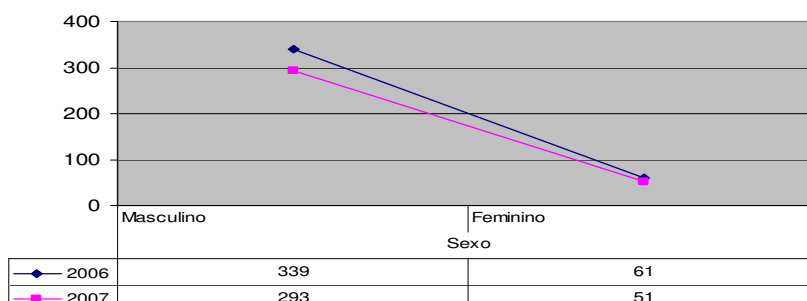


**Fonte:** GATO (2008)

A esta homogeneidade podemos associar ao facto desta ser uma população flutuante que transita pela cidade e poderá estar a ser contabilizada/acompanhada por ambas as equipas, dado observarmos que não se verifica um cruzamento dos dados, justificado quer pela caracterizadora mobilidade desta população quer porque na intervenção desenvolvida não se privilegia a real identidade do beneficiário mas o apoio facultado.

Saliente-se por ultimo apenas o decréscimo de utentes de 2006 para 2007, menos 57 utentes em acompanhamento.

**Gráfico 64. Dados relativos às Equipas de Rua por Sexo e Ano de Intervenção (GATO)**



**Fonte:** GATO (2008)

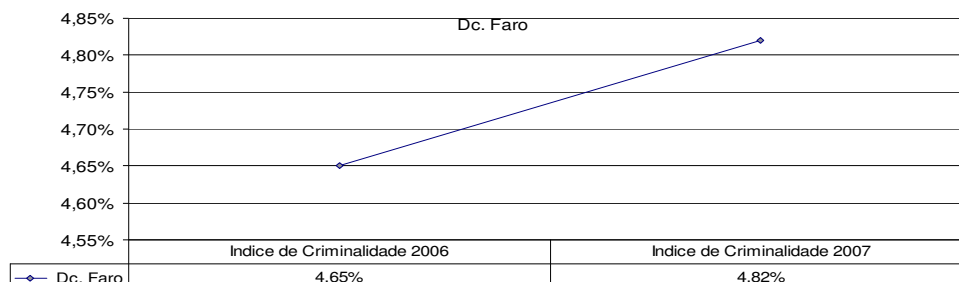
## 2. CRIMINALIDADE E SEGURANÇA

Uma das debilidades do concelho de Faro, em relação à criminalidade e segurança, pode ser considerada a falta de efectivos policiais, no que se refere à realidade da Guarda Nacional Republicana, nos diversos fóruns foi evidenciado o facto de apenas existirem dois agentes para policiar as freguesias rurais do concelho, no período compreendido entre as 16h00 e as 24h00, não sendo possível um policiamento de prevenção mas sim de reacção. Este facto que é agravado pela dispersão

geográfica que se verifica em determinadas freguesias rurais em que a habitação isolada contribui para a prática de criminalidade.

De acordo com o discutido nos fóruns sociais locais e face aos dados fornecidos pela GNR, verifica-se que a nível do distrito<sup>93</sup> tendo em conta o número de crimes denunciados na área administrativa de actuação da GNR, em 2006 e em 2007, de 2700 e 2798 respectivamente, saliente-se que não se verificou uma evolução preocupante no global.

### Gráfico 65. Evolução Crimes Denunciados 2006/2007



**Fonte:** Grupo Territorial de Faro da Guarda Nacional Republicana - GNR

Todavia e se tivermos em conta a territorialidade do fenómeno, verificamos que naturalmente as zonas mais próximas da zona urbana apresentam um índice de criminalidade inferior, facto que se deverá ao superior número de população residente (como ao facto de ser uma zona partilhada com a PSP).

Destaca-se a freguesia do Montenegro com o maior índice de crimes denunciados 4,57% em 2007, realidade que em 2006 era partilhada com a freguesia de Estoi, mas que actualmente é seguida pela realidade de Conceição (3,36%) e Santa Bárbara de Nexe (3,35%). Em 2006, Estoi apresentava um índice de criminalidade de 3,99% e Montenegro 3,56%, assim como a Conceição de Faro também apresentava um menor índice de crimes denunciados, de 2,91%.

### Quadro 72. Crimes Denunciados 2006/2007 (GNR)

<b>Crimes Denunciados</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Pop. Residente (Censos 2001)</b>	<b>Índice de Criminalidade 2006</b>	<b>Índice de Criminalidade 2007</b>
<i>Fr. Conceição</i>	109	126	3751	2,91%	3,36%
<i>Fr. Estoi</i>	141	106	3538	3,99%	3,00%
<i>Fr. Sta Bárbara de Nexe</i>	128	138	4119	3,11%	3,35%
<i>Fr. Montenegro</i>	190	244	5336	3,56%	4,57%
<i>Fr. Sé</i>	24	59	28546	0,08%	0,21%
<i>Fr. S. Pedro</i>	102	118	12761	0,80%	0,92%
<b>Dc. Faro</b>	<b>2700</b>	<b>2798</b>	<b>58051</b>	<b>4,65%</b>	<b>4,82%</b>

**Fonte:** Grupo Territorial de Faro da Guarda Nacional Republicana - GNR

No que diz respeito à tipologia de crimes praticados (denunciados) saliente-se que em 2006 os crimes mais praticados foram furto em residência (128), crimes contra pessoas (101) furto em estabelecimento (88) e outros crimes contra o património (88). Em 2007, verificou-se um aumento do número de crimes denunciados de furto em residência (141), duplicou o número de denúncias de outros crimes contra

<sup>93</sup> Dados a nível concelhio não disponíveis.

o património (171), assistimos a uma diminuição do furto em estabelecimento (78) todavia, verificando-se que os crimes contra pessoas aumentaram (126).

Nos Fóruns Sociais Locais de Estoi e Santa Bárbara de Nexe foram referenciadas situações pontuais de crimes contra o património, sendo as mais frequentes, as que afectam o património público, nomeadamente, a Iluminação e os edifícios públicos como as Escolas e o Centro de Saúde e Igrejas.

Através dos dados fornecidos pela GNR, referentes a 2006 e a 2007, constata-se ao nível territorial que o Montenegro se destaca pelo elevado índice de criminalidade em relação às outras freguesias do concelho, tendo sido nos últimos dois anos registadas 190 e 244 ocorrências, respectivamente. Saliente-se ainda que em Estoi se assistiu a uma diminuição do número de crimes denunciados de 141 em 2006 para 106 em 2007.

Efectuando uma análise transversal pequenas especificidades se denotam em cada uma das freguesias, se em 2006 na freguesia da Conceição os crimes mais praticados eram furto de veículo (19), furto em residência (15) e contra as pessoas (24), em 2007 as denúncias de outros crimes contra o património quase viram em 2007 a sua tripla multiplicação (de 12 para 31 ocorrências). Em Estoi evidencia-se a diminuição do número de crimes denunciados de furto em estabelecimento de 31 em 2006 para 11 em 2007, em Santa Bárbara de Nexe, ressalta o ligeiro aumento do furto em residência de 53 em 2006 para 64 em 2007, a diminuição do furto em estabelecimento, de 15 para 9 ocorrências e o aumento da denúncia de crimes contra as pessoas de 9 em 2006 para 17 em 2007.

Nas freguesias urbanas, na freguesia de S. Pedro se em 2006 os crimes mais significativos eram o furto em veículo (812), o furto em estabelecimento (12) e os crimes contra as pessoas (19), em 2007 evidencia-se o furto em residência (14) e os outros crimes contra o património (26). Na Sé de 2006 para 2007 assistimos a uma duplicação do número de denúncias, com destaque para o aumento do número de crimes de furto em estabelecimentos (13) e outros crimes contra o património (14).

Na freguesia de Montenegro verifica-se que o observado faz jus aos 4,57% de índice de criminalidade, com um aumento em quase todos os tipos de crime à excepção do furto em veículo que de 2007 para 2006 diminuiu de 26 para 14 denúncias.

**Quadro 73. Tipologia de Crimes Denunciados por freguesia e ano 2006/2007 (GNR)**

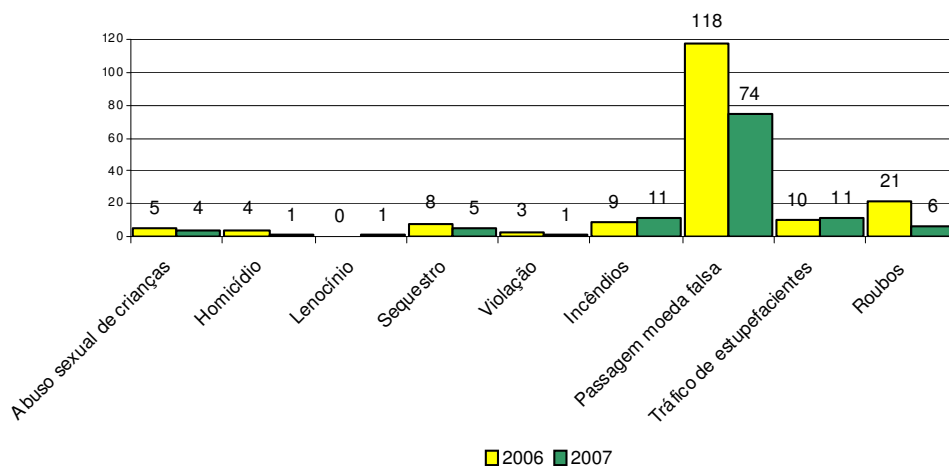
	Conceição		Estoi		Sta Bárbara de Nexe		S. Pedro		Sé		Montenegro		Total	
	06	07	06	07	06	07	06	07	06	07	06	07	06	07
Furto de veículo	19	8	13	3	9	5	12	9	2	5	26	14	81	44
Furto em veículo	7	6	7	5	7	6	8	8	5	6	38	46	72	77
Furto em residência	15	13	36	17	53	64	7	14	2	2	15	31	128	141
Furto em estabelecimento	6	12	31	11	15	9	12	9	4	13	20	24	88	78
Roubos	3	0	4	2	5	2	3	3	0	1	2	5	17	13
Outros crimes contra o património	12	31	24	35	19	18	8	26	6	14	19	47	88	171
Crimes contra as pessoas	24	24	13	13	9	17	19	22	3	8	33	42	101	126
Violência Doméstica	8	5	3	3	2	3	6	6	1	2	4	8	24	27
Condução sob a influência de álcool	8	8	7	7	6	9	10	9	1	4	16	22	48	59
Condução ilegal	4	7	2	6	1	3	3	6	0	3	10	3	20	28
Outros crimes	3	12	1	4	2	2	14	6	0	1	7	2	27	27
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>126</b>	<b>141</b>	<b>106</b>	<b>128</b>	<b>138</b>	<b>102</b>	<b>118</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>190</b>	<b>244</b>	<b>694</b>	<b>791</b>

Fonte: Grupo Territorial de Faro da Guarda Nacional Republicana - GNR

Os dados estatísticos facultados pela Polícia de Segurança Pública de Faro, corroboram, embora ligeiro, um aumento do registo de ocorrências de 2006 (2.229) para 2007 (2.450) em que os crimes mais frequentes são os cometidos contra pessoas e, que vão desde as ofensas à integridade física, aos maus tratos do cônjuge ou análogo, furtos em residência, furtos por carteirista, roubos na via pública, crimes contra o património em geral, burlas e tráfico de estupefacientes.

Segundo os elementos fornecidos pela Polícia Judiciária de Faro, referentes ao período compreendido entre Janeiro e Outubro de 2006/2007, verificou-se um decréscimo geral da criminalidade no último ano no seu âmbito de intervenção.

**Gráfico 66. Crimes de maior relevância praticados no Concelho de Faro 2006/2007 (PJ)**



Fonte: Directoria da Policia Judiciária de Faro.

Os crimes de maior relevância praticados no Concelho de Faro em 2007, foram os de passagem de moeda falsa, que no entanto diminuíram em 2007 por relação a 2006 e que se verificaram com maior incidência na freguesia da Sé<sup>94</sup>.

Seguem-se os roubos, também em menor número em 2007, ocorridos com maior frequência, respectivamente, em Estoi, Montenegro em 2006 e em Estoi e em St.ª Bárbara no último ano.

Seguidamente surgem o tráfico de estupefacientes e os incêndios, com um ligeiro aumento em 2007. O tráfico de estupefacientes que em 2006 se registou essencialmente na freguesia da Sé, "deslocou-se" para a de S. Pedro no ano seguinte. Os incêndios que afectaram em 2006 a freguesia da Sé e do Montenegro, em 2007 afectaram todas as freguesias, com maior frequência a da Sé e registando-se como excepção a do Montenegro.

O crime de sequestro que diminuiu em 2007, deixou de ser relevante nas freguesias de St.ª Bárbara e Montenegro tornando-se mais significativo na zona urbana de S. Pedro.

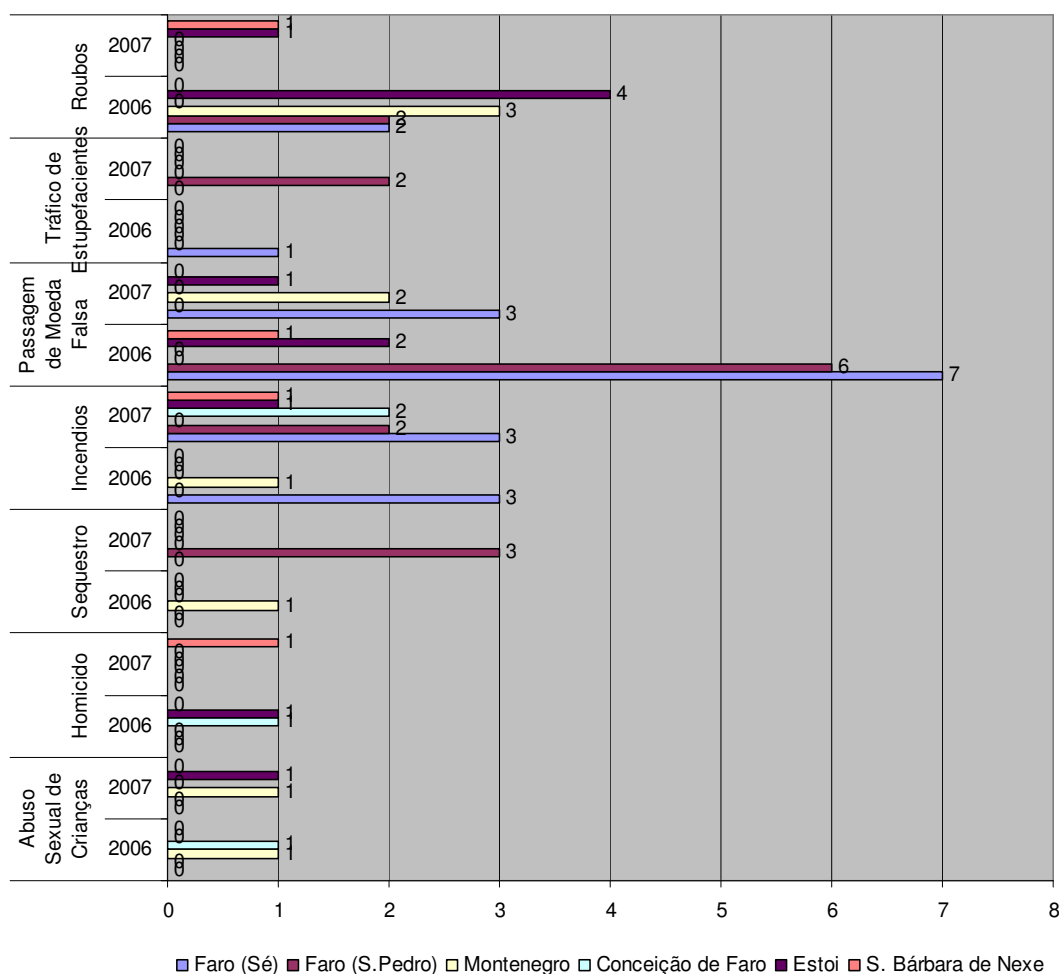
O abuso sexual de crianças diminuiu ligeiramente em 2007, registando-se em Estoi e Montenegro, enquanto em 2006 ocorreu na Conceição de Faro e no Montenegro.

O homicídio também diminuiu em 2007. Enquanto em 2006 ocorreu com maior frequência em Estoi e Conceição de Faro, no último ano ocorreu em St.ª Bárbara de Nexe.

---

<sup>94</sup> Vide Quadro A11 em Anexo

**Gráfico 67. Crimes de maior relevância praticados no Concelho de Faro por Freguesia Jan-Out 2006/2007**



**Fonte:** Direcção da Polícia Judiciária de Faro.

### **Reinserção Social**

A Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS) é um organismo do Ministério da Justiça, integrado da administração directa do Estado e que sucedeu ao extinto Instituto de Reinserção Social (IRS), tendo com objectivo central a prevenção criminal e a reinserção social de jovens e adultos, tal como o enquadra a sua nova orgânica regulada no Decreto-Lei nº 126/2007 de 27 de Abril.

De acordo com o diploma referido, de entre os serviços prestados incluem-se a assessoria técnica aos tribunais na tomada de decisões no âmbito de processos penais e tutelares educativos e a execução de medidas e sanções penais alternativas à prisão e de medidas tutelares educativas.

A DGRS organiza-se em serviços centrais (com sede em Lisboa) e serviços desconcentrados, possuindo 6 Delegações Regionais, uma das quais no Algarve.

Esta Delegação Regional tem sede na capital da região e efectua a coordenação do trabalho técnico das duas equipas de reinserção social do distrito de Faro. A Equipa Algarve 2 com sede em Portimão e que abrange a zona do barlavento e ainda os concelhos de Albufeira e Loulé e a Equipa Algarve 1, instalada no concelho de Faro e que actua na área do sotavento algarvio, apoiando tecnicamente os tribunais da comarca de Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António, para além do tribunal de família e menores de Faro e os estabelecimentos prisionais regionais de Faro e Olhão.

Em termos estatísticos e em complemento dos quadros que se anexam sobre o tipo e volume de solicitações judiciais recebidas nas equipas da DGRS da região na área penal e tutelar educativa em 2007, acrescente-se que a Equipa Algarve 1 elaborou ao longo do ano passado um total de 791 relatórios, tendo executado 187 medidas.

No que respeita à caracterização dos utentes acompanhados no ano de 2007 saliente-se apenas o total de utentes acompanhados por solicitações de natureza variada por parte dos tribunais e da administração prisional, de 1132, com representação massiva do sexo masculino (1027).

**Quadro 74. Solicitações dos tribunais e da administração prisional no âmbito penal recebidas durante o ano de 2007**

SERVIÇO/TÉCNICO	UTENTES		
	Total	Sexo	
		Feminino	Masculino
DELEGAÇÃO REGIONAL ALGARVE	1132	97	1027
ALGARVE 1	516	37	479
ALGARVE 2	616	60	556

**Fonte:** Direcção Geral de Reinserção Social do Algarve.

No que respeita à caracterização dos utentes acompanhados no ano de 2007 por solicitações de natureza variada por parte dos tribunais no âmbito tutelar educativo mais uma vez a grande maioria dos utentes acompanhados é do sexo masculino (82), num total de 86 solicitações.

**Quadro 75. Solicitações dos tribunais no âmbito tutelar educativo recebidas durante o ano de 2007**

SERVIÇO/TÉCNICO	UTENTES		
	Total	Sexo	
		Feminino	Masculino
DELEGAÇÃO REGIONAL ALGARVE	86	4	82
ALGARVE 1	55	4	51
ALGARVE 2	31	0	31

**Fonte:** Direcção Geral de Reinserção Social do Algarve.

Pese embora se verifique que em termos de Solicitações dos tribunais e da administração prisional no âmbito penal recebidas durante o ano de 2007, a equipa Algarve 1 (que engloba a área de faro) regista um menor número de solicitações, no que respeita ao número de Solicitações dos tribunais no âmbito tutelar educativo recebidas durante o ano de 2007 o mesmo não o sucede.

De acordo com os dados atrás referidos, pode-se afirmar que apesar de um ligeiro decréscimo de certos tipos de crime, a criminalidade em geral tem vindo a aumentar, sendo um facto que muitas das vítimas preferem não apresentar queixa, ou fazendo-o manter o anonimato quando possível, por medo de represálias, principalmente quando se trata de idosos ou de indivíduos vivendo em comunhão.

Este aumento é muitas vezes atribuído ao grande número (de vários tipos) de imigrantes que se sediaram na região, que na expectativa de melhores condições de trabalho e de vida, ou por outras razões, viram frustradas as suas expectativas e se encontram em situação de grande miséria económica e social. Também o aumento da toxicod dependência e do desemprego acompanhado pelo aumento do custo de vida são factores a considerar nesta problemática.

### ***Apoio à Vítima e Violência Doméstica***

A violência conjugal, durante muito tempo tolerada e silenciada, é hoje uma realidade que preocupa todas e todos.

É considerada um atentado contra os direitos humanos, dado que fragiliza as vítimas e compromete as suas trajectórias pessoais e o seu processo de inserção social.

Regista-se em Portugal um conjunto diversificado de entidades que tem contribuído para a prevenção e combate deste fenómeno social. A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género é a estrutura responsável pela dinamização, acompanhamento e execução das medidas constantes do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010) aprovado em Junho de 2007. As Organizações Não Governamentais (ONG's) também têm tido uma acção muito importante nesta área ao longo dos anos. A própria comunicação social tem dado um contributo muito grande para que a violência contra as mulheres ganhe mais visibilidade e para que todas as pessoas estejam mais informadas sobre as práticas e representações sociais com ela relacionadas e sobre as desigualdades entre homens e mulheres que a sustentam.

Combater este fenómeno e minimizar as suas consequências passa pelo desenvolvimento de uma intervenção integrada, sistemática e multidimensional.

Neste contexto a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV, Gabinete de Apoio à Vítima de Faro, assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a protecção destas. Constituído por uma equipa de voluntários(as) coordenada por uma técnica, o gabinete presta apoio jurídico, emocional, psicológico e social, de forma gratuita e confidencial a vítimas de todos os tipos de crime, especialmente àqueles em que predomina a violência, maus tratos, crimes sexuais, violência doméstica e, também cada vez mais, a vítimas de furtos de diversa natureza, de danos, de burla, de abuso de confiança, de falsificação de documentos e de outros crimes contra a propriedade, abuso de autoridade e discriminação racial ou étnica.

O GAV de Faro funciona nas instalações do Governo Civil de Faro, todos os dias úteis, das 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30, tendo durante o ano de 2007 sido registados 266 processos no GAV de Faro, dos quais 14% não se enquadravam em qualquer tipo de crime.

Do Plano de Actividades para 2008, no que se refere às Estatísticas 2007, verificou-se que ao nível do afluxo de beneficiários que os meses em que se registaram mais processos foram os de Março (10,5%), Maio (11,7%) e Julho (10,5%), sendo os

dias de maior afluência aos serviços, as segundas-feiras (22,6%) e as sextas-feiras (22,6%).

No que respeita à caracterização dos beneficiários/vítimas de crime, dos 229 indivíduos que recorreram ao GAV de Faro, destaca-se o sexo feminino, cerca de 181 mulheres (79%), as idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos, 64 (38,9%), e a origem europeia 213 indivíduos (93%), nomeadamente, vítimas com nacionalidade portuguesa, cerca de 203 (88,6%).

Ainda em relação à caracterização das vítimas, verifica-se que relativamente à variável habilitações literárias o ensino secundário é o grau de ensino que mais se destaca com 40 registos (17,5%) e que em 86 casos (37,6%) os seus rendimentos são provenientes do próprio trabalho.

As vítimas residentes no concelho de Faro 105 são as mais representativas (46%), seguindo-se o concelho de Olhão (51) com 22,3%, e Loulé 14 (6,2%) do total assinalado.

Em relação à caracterização do autor do crime, verifica-se que somente em 24 casos (0,9%) o autor do crime era desconhecido da vítima. Na sua maioria o agressor é do sexo masculino 195 registos (85%), tem idades compreendidas entre os 36 e os 55 anos, cerca de 97 casos (42,4%), 105 (45,9%) são os próprios cônjuges ou companheiros e cerca de 38 (16,6%) são ex-cônjuges ou ex-companheiros.

A nível de escolaridade, a maior parte tem apenas o 1.º ciclo, cerca de 35 (15,3%), encontrando-se 131 (57%) empregados, devendo no entanto merecer destaque os 39 (17%) se encontram na condição desempregado e 18 (17%) se encontram já reformados.

Saliente-se a baixa percentagem de autores de crime referenciados como com antecedentes criminais, apenas 23 (10%). O alcoolismo é a dependência mais significativa, 64 casos, com uma percentagem de 27%, embora 72 (31,4%) não tenha qualquer dependência assinalada.

Em relação a um total de seis categorias criminais discriminadas pelo GAV de Faro – Violência Doméstica, Crimes Contra Pessoas e a Humanidade, Crimes contra o Património, Crimes contra a Vida em Sociedade e Estado, Crimes Rodoviários e Outros Crimes – são os de Violência Doméstica que mais se destacam, com a vertente de maus tratos psíquicos 176 (27%), seguindo-se os maus-tratos físicos 136 (20,9%) e a ameaça/coacção com 133 registos (20,5%).

Uma vez que é nas relações familiares que crescem os principais focos de tensão, constata-se que o local do crime mais frequente é a residência comum da vítima e do autor 158 (68,4%). Segue-se o lugar/via pública com 17 registos (7,4%) do total de locais de crimes indiciados.

Os vários tipos de apoio prestado dividem-se em: apoio genérico, em 2007 registaram-se 194 casos neste âmbito (39,8%), com apoio emocional 157 (32,2%), apoio jurídico, 72 casos (14,7%) necessitaram deste apoio especializado (o mais utilizado de entre os apoios especializados), 44 (9%) beneficiaram da prestação de apoio social, 17 (3,5%) necessitaram de apoio psicológico, entre outros apoios, sendo necessária a “intervenção na crise” em cerca de 104 (39%) das situações.

Sempre que necessário e conforme as necessidades, os utentes são encaminhados não só para a sua rede de amigos/conhecidos, familiares e vizinhos, mas também para a comunicação social, para a Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional

Republicana, Polícia Judiciária, Tribunais, Segurança Social, Estabelecimentos de Saúde, Estabelecimentos de Ensino, Autarquias, etc.

Em 2007 foram efectuadas 150 queixas/denúncias, sendo a Polícia de Segurança Pública 66 queixas/denúncias (44,7%) e a Guarda Nacional Republicana 42 queixas/denúncias (28%) as autoridades mais procuradas para o efeito, 34 (22,6) não responderam qual o destino da denuncia, 6 queixas/denúncias (4%) foram efectuadas junto do Ministério Público apenas se registou 1 (0,7%) queixa/denúncia à PJ.

Em relação à situação processual dos casos em que o GAV de Faro teve intervenção, saliente-se que em 2007 encontravam-se a decorrer 88 processos (58,7%) dos casos, verificando-se 9 (6%) desistências de queixas e 7 (4,7%) arquivamentos, contando-se apenas 2 (1,3%) de condenações.

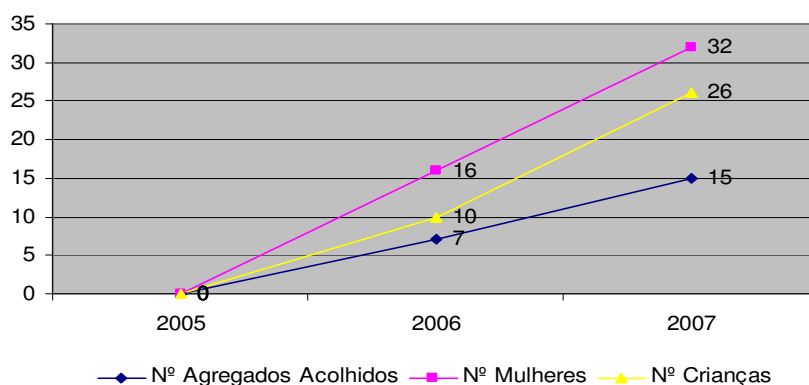
Complementar a este trabalho de atendimento/acompanhamento em 2003, a Fundação António Silva Leal instaurou em Faro, uma Casa de Abrigo com capacidade para 10 utentes para acolher vítimas de violência doméstica, de forma a proteger a sua integridade física e psicológica, proporcionando às utilizadoras e às suas crianças as condições necessárias à sua educação, saúde e bem estar, num ambiente de tranquilidade e segurança, promovendo a aquisição de competências pessoais, profissionais e sociais das utilizadoras de forma a facilitar a reorganização das suas vidas e tendo em vista a reinserção familiar, social e profissional.

Esta Casa Abrigo, em articulação com outras entidades locais e não locais, acolhe vítimas encaminhadas pela CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, pelos Centros e Núcleos de Atendimento, pela Segurança Social, pelos Serviços de Acção Social das Câmaras Municipais e por outras Casas de Abrigo.

Em 2006, a Fundação António Silva Leal anexou à Casa Abrigo Sol Nascente um apartamento Plurifamiliar com capacidade para 8 utentes, pretendendo-se através do trabalho que é efectuado que as mesmas vivenciem uma experiência próxima da realidade que irão enfrentar após a saída, desenvolvendo-lhes as competências necessárias que permitam a sua autonomização, através de um trabalho de acompanhamento e orientação técnica.

Da análise às situações acolhidas anualmente pela Casa Abrigo, verificamos que o número de mulheres vítimas de violência doméstica tem vindo a aumentar gradualmente. É no entanto de referir que em 2007 houve um aumento de 50% que se deveu sobretudo ao alargamento de resposta com a abertura do Apartamento Plurifamiliar.

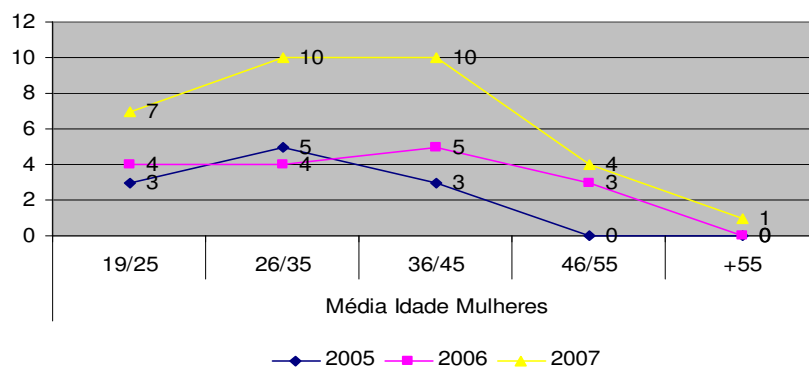
**Gráfico 68. Evolução situações acolhidas de 2005 a 2007**



Fonte: FASL

No que respeita à caracterização das beneficiárias desta resposta, refira-se que a maioria das vítimas são mulheres com idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos de idade, com 2 ou mais filhos.

**Gráfico 69. Evolução situações acolhidas por escalão etário de 2005 a 2007**



Fonte: FASL

Tendencialmente são mulheres que têm um grau de escolaridade baixo, sendo que se verifica que a maioria tem apenas o 1º ciclo.

**Quadro 76. Evolução situações acolhidas por habilitações literárias de 2005 a 2007**

	Habilitações Literárias							
	N sabe ler e escrever	Sabe ler e escrever	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Técnico-Profissional	Licenciatura
2005	1	1	5	1	1	2		
2006	1		5	2	4	1	2	1
2007			8	6	9	6	2	1

Fonte: FASL

Relativamente ao tempo de permanência dessas mulheres na Casa Abrigo, verifica-se uma maior tendência nas variáveis 1 mês e 3/6 meses. Os motivos que estão mais associados à saída dessas mulheres são o regresso a casa, a transferência para outra instituição e a sua autonomização.

**Quadro 77. Evolução situações acolhidas por tempo de permanência de 2005 a 2007**

	Tempo Permanência				
	Até 1 Mês	1/3 Meses	3/6 Meses	6/12 Meses	+ 12 Meses
2005	2	1	1	2	2
2006	7	3	2	--	3
2007	11	3	11	3	3

Fonte: FASL

Podemos constatar que a autonomização tem sido, desde 2005, o motivo mais verificado na saída das mulheres da Casa Abrigo. Para isso tem sido imprescindível as parcerias efectuadas com alguns organismos, nomeadamente Centro de Saúde de Faro, Câmara Municipal de Faro, Segurança Social de Faro, Instituto de Emprego e Formação Profissional de Faro, Centro de Emprego, que viabilizam mais rapidamente o processo de autonomização das mulheres.

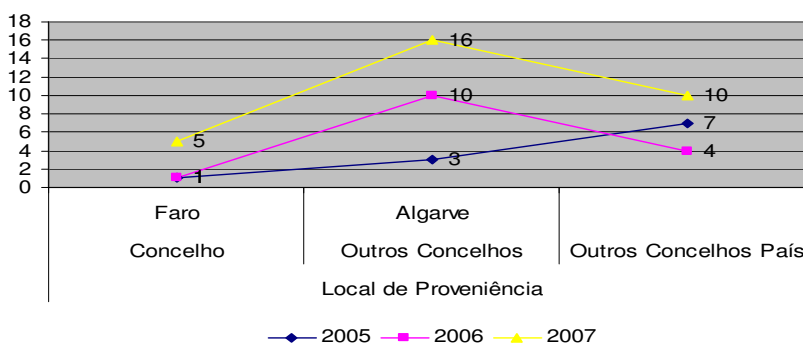
**Quadro 78. Evolução situações acolhidas por motivos de saída de 2005 a 2007**

	Motivos Saída				
	Regresso a casa	Transferência outra instituição	Autonomização	Expulsão	Institucionalização menores
2005	1	1	5	--	--
2006	5	3	4	1	2
2007	6	4	9	1	1

Fonte: FASL

Relativamente ao grau de resposta da Valência no Concelho de Faro, o que se verifica é que a maioria das vítimas da Casa Abrigo são provenientes de "Outros Concelhos do Algarve" ou "Outros Concelhos do País e Ilhas", sendo apenas uma pequena minoria do "Concelho de Faro". Isto deve-se ao facto de se priorizar o acolhimento das vítimas fora do Concelho de Faro por motivos de segurança das mesmas.

**Gráfico 70. Evolução situações acolhidas por proveniência (2005/2007)**



Fonte: FASL

De facto a violência doméstica tem vindo a assumir progressivamente um lugar de destaque na medida em que se configura como um fenómeno social complexo e multidimensional que afecta inúmeras famílias no nosso país.

Na constatação dos obstáculos com que as vítimas de violência doméstica sozinhas se deparam, percorrendo complexos circuitos institucionais que por vezes não compreendem, na percepção da vítima, respostas coerentes e coordenadas tendo em conta as suas necessidades, regista-se a necessidade de um trabalho de harmonização e padronização de procedimentos a adoptar por todas as entidades e profissionais intervenientes que poderá assentar na criação de uma rede integrada de serviços.

À semelhança do preconizado no Projecto "Para uma Vida Nova" (Iniciativa Equal), promovido pela Associação para o Desenvolvimento da Figueira (Figueira-Penafiel), a metodologia poderá passar pela construção de uma rede de parceiros e de serviços, vinculados por um compromisso de colaboração, facilitadora da continuidade, acessibilidade e personalização dos cuidados, que privilegie respostas rápidas e adequadas decorrentes de um efectivo trabalho de equipa, apoiado na colaboração institucional e numa ampla gama de competências profissionais.

### ***Tráfico de seres humanos***

O tráfico de seres humanos abrange toda uma panóplia de problemas e realidades como a migração, o crime organizado, a exploração sexual e laboral, as assimetrias entre os países mais desenvolvidos e os mais carenciados, quebra de suporte familiar e comunitário, questões de género, direitos humanos, entre outros.

Segundo o I Plano Nacional contra o tráfico de seres humanos (2007-2010), apesar de este ser um fenómeno social abrangente, existem grupos que apresentam uma maior vulnerabilidade, tais como as mulheres e as crianças em virtude de uma crescente feminização da pobreza que propiciam situações de exploração sexual e laboral.

As estimativas da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), as crianças representam mais de 30% do tráfico de seres humanos no mundo, estimando-se que 1,2 milhões de crianças são vendidas anualmente para mão-de-obra na agricultura, minas ou para a exploração sexual.

Recentemente a abordagem a este tipo de criminalidade passava na sua essência por medidas de carácter repressivo e por políticas de imigração, actualmente uma abordagem mais holística do mesmo, focaliza a intervenção na dimensão humana, através da inclusão da perspectiva dos direitos humanos e não se circunscrevendo simplesmente às questões da migração, da ordem pública e do crime organizado, mas sim, igualmente ancorada em estratégias de prevenção, de apoio, empowerment e inclusão das vítimas de tráfico.

No contexto nacional, é relevante referenciar as Grandes Opções do Plano (2005-2009) Principais linhas de acção e áreas em 2005-2006 em que é contemplado, na vertente específica do tráfico de mulheres para fins de, exploração sexual, para além de um maior conhecimento sobre o fenómeno do tráfico, a implementação de áreas de protecção e apoio às vítimas, bem como a penalização dos(as) prevaricadores(as).

O Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2005-2009) apresenta-se na intenção de se constituir como instrumento de partilha de responsabilidades entre

as diversas entidades governamentais e a sociedade civil, congregando e concertando todas as diferentes estratégias e dimensões. A duração de três anos 2005-2009 encontra-se estruturada em quatro grandes áreas estratégicas de intervenção que deverão conduzir a intervenção no campo desta problemática e que se complementam com as respectivas áreas operacionais, a saber: conhecer e disseminar informação; Prevenir, sensibilizar e formar; Proteger apoiar e integrar; Investigar criminalmente e reprimir o tráfico.

Como primeira área estruturante e verificando-se que quer a nível local, quer a nível nacional, o tráfico de seres humanos permanece como um fenómeno oculto nas estatísticas oficiais e cujas dinâmicas e elementos identificadores não tem sido objecto de uma profunda análise nas suas diferentes vertentes, exige-se um maior conhecimento e posterior divulgação do mesmo para se intervir e combater este fenómeno em constante mutação pela sua marcada vertente transnacional de forma adequada e adaptada às diversas áreas e permitindo deste modo aferir e mitigar o seu impacto.

Essa produção de conhecimento, bem como a realização de fóruns, poderão nesse sentido passar por importantes instrumentos de diagnóstico e conhecimento das especificidades de Portugal, do Algarve e Faro, enquanto país/região de origem, de trânsito e de destino.

A prevenção e a sensibilização complementam a actuação no sentido de combater o fenómeno na sua forma inicial. O trabalho de sensibilização da sociedade em geral através de campanhas de informação revela-se igualmente um importante elemento de responsabilização e exercício de cidadania. A vertente formação revela-se igualmente um fundamental instrumento, que de forma o mais alargada possível deverá envolver todos os actores que tenham uma relação directa com esta realidade, permitindo assim um maior grau de especialização e uniformização de critérios e metodologias.

O apoio, a integração e a protecção das vítimas de tráfico exigem a adopção de um conjunto de áreas que tenham como denominador comum a protecção da vítima. Nesse âmbito, a existência de estruturas residenciais, o acompanhamento técnico, psicológico e jurídico entre outras respostas sociais promotoras da sua inserção na vida social e possibilidade de retorno voluntário ao seu país, apresentam-se como instrumentos fundamentais para o assegurar de uma efectiva perspectiva de direitos humanos.

Por ultimo e de acordo com o Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010) a investigação criminal e a repressão do tráfico são impostas pela necessidade não só de se aprofundar a cooperação internacional, como a Europol e a Interpol, no combate ao crime organizado.

Em síntese, os problemas e as necessidades sociais emergentes nesta área, à semelhança do sucedido nas restantes, vêm-se complexificando a ritmos cada vez mais rápidos, e isolados de qualquer capacidade técnica e politica de os detectar precocemente e os travar, sem os fragmentar sectorialmente e de lhes conseguir dar as correspondentes respostas globais. Importa portanto identificar soluções estruturantes em parceria, para então definir as respectivas responsabilidades sectoriais, contraindo assim uma perspectiva tradicional de concepção e implementação de medidas isoladas, considerando o objectivo de as tornar eficazes e efectivas no combate em particular ás situações de vitimização e em geral às situações de pobreza e exclusão social.

## IV. Análise SWOT

### Pontos Fortes

- Centralidade funcional do concelho ao nível regional – dispõe de funções muito especializadas que o colocam como um pólo de atracção para acesso a bens e serviços
- Existência de alguns actores locais que procuram minimizar a dificuldade de acesso aos transportes, proporcionando essa oferta a grupos mais desfavorecidos – quer face ao isolamento geográfico em que se encontram, quer no que respeita a populações mais fragilizadas do ponto de vista económico e social
- Crescimento moderado da população
- Evidencia-se uma dinâmica de crescimento empresarial
- Tendência de diminuição do desemprego
- Em geral, apresenta um nível de habilitações, da sua população e dos seus trabalhadores, mais elevado do que o registado ao nível nacional
- Oferta qualificada e diversificada dos serviços de saúde locais.
- Oferta diversificada de atendimentos sociais à população.

### Pontos Fracos

- Existência de zonas críticas de mobilidade e de sinistralidade nas principais entradas e saídas da cidade
- Fragilidade na rede de transportes intra e inter concelhia que justifica a tendência de utilização de veículo próprio nos movimentos pendulares
- Transportes não adaptados às pessoas com mobilidade reduzida
- Maior propensão para a população trabalhar fora das freguesias de residência utilizando cada vez mais o veículo automóvel nas suas deslocações.
- Existência de barreiras arquitectónicas e de outras condicionantes à mobilidade das pessoas
- Desigualdades no perfil de ocupação do espaço, com zonas relativamente densas as espaços muito isolados, quer física como socialmente.
- Face ao manifesto crescendo da sua população, associado à sua capacidade de atracção de população externa ao concelho, é visível uma maior pressão sobre os serviços e equipamentos colectivos (em particular, no que respeita às ofertas para a 1ª infância)
- Rede de equipamentos escolares do 1º ciclo que não cobre toda a procura existente.
- Dependência dos serviços de comércio e de actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.
- Mantém uma taxa de desemprego relativamente alta (estima-se que ronde os 7%)
- Disparidades claras na qualificação da sua população residente – com as freguesias rurais e periféricas com fragilidades assinaláveis a este nível (em particular no que respeita às taxas de analfabetismo, com valores bastante elevados)
- Proporção importante de alojamentos precários e tendência de envelhecimento do parque habitacional existente, com repercussões nas necessidades de reparações do edificado.
- Maiores franjas de pobreza nos meios periféricos, em particular nas freguesias da Conceição de Faro e de Santa Bárbara de Nexe – com maior representação da população escolar beneficiária de SASE, assim como de população beneficiária do RSI.
- Alguns grupos sociais estão mais vulneráveis no que respeita a um atendimento social especializado – caso das vítimas de violência doméstica e dos infectados e doentes com VIH.

### Oportunidades

- O concelho dispõe de características importantes ao desenvolvimento da actividade agrícola e piscatória, que fazendo parte da sua identidade cultural enraizada poderia ser potenciada como forma de diminuição da dependência dos consumos face ao exterior.

- Possibilidade de ajustar as necessidades de médico de família à população residente, se actualizadas as bases de utentes do Centro de Saúde.
- Existência de um conjunto diversificado de projectos de equipamentos e de respostas sociais que a serem operacionalizados podem minimizar parte importante dos problemas identificados.
- Foi avançado um trabalho de promoção de um banco de voluntariado que deve ser animado procurando a partilha colectiva na resolução dos problemas sociais do concelho.

**Ameaças**

- Se não forem criadas novas ofertas para o 1º ciclo, prevê-se para os próximos anos uma sobrelotação estruturante dos actuais equipamentos existentes.

**PARTE IV. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
2008-2013**

## EIXO 1. MELHORAR A QUALIDADE NAS MOBILIDADES CONCELHIAS

### Acções Estratégicas:

1. Promoção de campanhas/acções de sensibilização no âmbito da prevenção rodoviária

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Ateliers de Segurança Rodoviária Infantil para 5 Agrupamentos do Concelho de faro	CMF	APSI Allianz PSP/GNR	Sem custos	Anualmente alusivo às comemorações do Dia da Criança	Sem Fonte de Financiamento definida
Actividades na Zona Histórica da Cidade Dia Sem Carros	CMF	PSP/GNR Governo Civil	Sem custos	Anualmente alusivo às comemorações do Dia sem Carros (22 de Setembro)	Sem Fonte de Financiamento definida
Sistema de Videovigilância	CMF				

Metas	Situação de partida
Diminuição do nº de vítimas por acidente de viação	1,3 (2006)
Diminuição do índice de gravidade dos acidentes de viação	2,3 (2006)
Diminuição do nº de acidentes de viação	309 (2006)
Diminuição da % de vítimas face ao total da população residente	0,7 (2006)

2. Melhoria da oferta de transportes ao nível intra concelhio

<b>Projectos estruturantes</b>	<b>Promotor(es)</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Custo previsto</b>	<b>Data prevista para a execução</b>	<b>Fonte de Financiamento</b>
Plano de Transportes Concelhio	Câmara Municipal de Faro	EVA CP	Sem Custo Previsto	De 2010 a 31 Dezembro de 2013	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais

<b>Metas</b>	<b>Situação de partida</b>
Aumento da % de população utilizadora de transporte colectivo nas suas deslocações quotidianas	10,2 (2001)
Aumento da frequência de transportes diários dentro e fora da cidade	Variação da distância entre 30 minutos e 3 horas (concelhos limítrofes) (2008)
Aumento do horário de funcionamento da rede de transportes	Variação entre 12 horas e 15 horas de funcionamento

3. Criação de alternativas de deslocação quotidiana mais "amigas do ambiente"

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Aquisição de viatura híbrida Toyota Prius, ao serviço do DASEDJ	Município de Faro	Junta de Andalucía – Consejería para la Igualdad y Bienestar Social (Chefe de Fila), Câmara Municipal de Faro, Ayuntamiento de Lepe, Ayuntamiento de Cartaya, Cáritas Diocesana de Huelva, Grupo de Ajuda a Toxicodependentes (G.A.T.O), Movimento de Apoio à Problemática da SIDA M.A.P.S.)	20.000,00 € (acrescido de IVA)	25/08/2008	Programa Interreg III A Projecto Guadiana III SP%.E37/02
Construção de uma Ciclo Via	Município de Faro	Amal (Chefe de Fila), Câmara Municipal Faro, Câmara Municipal de Olhão; Câmara Municipal de Tavira, Deputacion Provincial de Huelva	130.159,69 (acrescido de IVA)	31/12/2008	Programa Interreg III A Projecto Iberovias SP5.P1/02

Metas	Situação de partida
Aumento da % de população utilizadora de bicicleta nas suas deslocações quotidianas	3,4 (2001 – inclui a deslocação por motociclo)
Aumento da % de veículos híbridos nas frotas das instituições/organizações locais	Sem conhecimento da situação

4. Diminuição das barreiras arquitectónicas e de outras condicionantes à mobilidade das pessoas

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Viatura Adaptada	SPEM	CMF, outros	Sem Custo Previsto	Abril de 2009	SPEM, CMF, Outros
Realização de um Estudo de Caracterização da População com Deficiência e/ou Doença Mental do Concelho, com especial relevância a uma abordagem integrada dos seus problemas, bem como dos contributos com vista a minimiza-los/erradica-los.	Município de Faro SIM_PD	SIM_PD INR	Sem custos definidos	31 de Dezembro de 2012	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Guia de Serviços e Equipamentos Acessíveis do Concelho	Município de Faro SIM_PD	SIM_PD INR	Custo Estimado em 6.000,00 € (3000 exemplares)	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Criação de um Banco de Ajudas Técnicas	Provectus	CMF CS Faro	Sem custos definidos	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais

<b>Metas</b> <b>ESTAS ESTARÃO RELACIONADAS COM OS PROJECTOS QUE SE VENHAM A EQUACIONAR</b> <b>– O QUE AQUI SE APRESENTA É UM MERO EXEMPLO</b>	<b>Situação de partida</b>
Intervenção imediata sobre passeios que são sinalizados como estando em mau estado	(é inconstante)

Garante de sinalização visível em todas as passadeiras existentes	Nº de passadeiras com sinalização insuficiente – ?
Garante de sinalização visível em todas as obras que são feitas	(é inconstante – está mais relacionado com fiscalização de obras)
Criação de impedimentos ao estacionamento nos passeios	Nº de passeios que são frequentemente alvo de estacionamento irregular [ver com forças de autoridade]
Aumento da % de edifícios acessíveis	% de Edifícios sem rampa em que o acesso não é possível - 34,1 (2001)
Criação de resposta de transporte concelhio à população com mobilidade condicionada (seja ou não portadora de deficiência)	Viatura dos Bombeiros de Faro (lotada) com apoio à integração de 12 utentes. Instituições só conseguem dar resposta aos seus utentes e mesmo assim com dificuldades.

## EIXO 2. AUMENTAR A OFERTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS

### Acções Estratégicas:

#### 1. Aumento da capacidade da rede de equipamentos de apoio à 1ª infância

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Creche (Freg. S. Bárbara de Nexe) – 32 novos lugares	Centro de Acção Social, Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Segurança Social do Distrito de Faro	CMF	241.942,00 €	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PARES (ISS I.P.) CMF CASCD
Creche (Freg. Montenegro) – 48 novos lugares	Instituto D. Francisco Gomes	CMF	306.970,00 €	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PARES (ISS I.P.) CMF IDFG
Creche (Freg. Sé) – 48 novos lugares	Fundação António Silva Leal	CMF	307.776,00 €	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PARES (ISS I.P.) CMF FASL
Creche (Freg. Montenegro) – 66 novos lugares	Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social	CMF	774.663,00 €	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PARES (ISS I.P.) CMF FADS
Creche e Jardim-de-infância (Freg. Santa Bárbara de Nexe) – 66 novos lugares em creche, 20 remodelados e 75 novos lugares em Jardim-de-infância	Centro Cultural e Social da Paróquia de Santa Bárbara de Nexe	CMF	1.396.899,00 €	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PARES (ISS I.P.) CMF CCSPSBN

Creche e Jardim-de-infância (Freg. Estoi) - 66 novos lugares em creche	Centro Cultural e Social da Paróquia de Estoi	CMF	1.121.043,00 € (Custo Total do Projecto Centro Comunitário)	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PARES (ISS I.P.) CMF CCSPSME
Creche e Jardim-de-Infância (Freg. Sé) - 33 novos lugares em creche e 75 novos lugares em Jardim-de-infância	Município de Faro	Associação Arco-iris	812.112,28 €	Sem data de execução prevista	POEFDS
Creche (Freg. Sé) - 66 novos lugares em creche	Município de Faro	AAPACDM	304.642,00 €	Sem data de execução prevista	CMF
CATL – Santa Bárbara, Estoi, Conceição e Montenegro	Sem Promotor Definido	Sem Parceria definida	Sem custo previsto	Sem data de execução prevista	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais

<b>Metas</b>	<b>Situação de partida</b>
Criar, até 2013, pelo menos mais 458 lugares em creche na rede pública e solidária	759 lugares em creche (rede solidária e rede lucrativa, dados cedidos pelo Cdss 2007,2008)
Criar, até 2013, pelo menos mais 600 lugares em jardim-de-infância na rede pública e solidária	1489 lugares em jardim-de-infância (rede solidária, rede publica e rede lucrativa, dados cedidos pelo Cdss 2007,2008 e DE_CMF)
Criar, até 2013, pelo menos mais ... lugares em CATL na rede pública e solidária	716 lugares – 2007

2. Aumento da capacidade da rede de equipamentos escolares do 1º ciclo

Projectos estruturantes	Promotor(e s)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Construção da EB1 e J da Lejana	Município de Faro	_____	€ 1.868.400,00	Setembro de 2010	QREN e CMF
Construção da EB1 e JI de Estoi	Município de Faro	_____	€ 1.374.800,00	Setembro de 2010	QREN e CMF
Construção da EB1 e JI de Braciais/Patação/Mar e Guerra	Município de Faro	_____	€ 1.374.800,00	Setembro de 2011	QREN e CMF
Construção da EB1 e JI do Fórum	Município de Faro	_____	€ 1.868.400,00	Setembro de 2011	QREN e CMF
Construção da EB1 e JI das Gambelas	Município de Faro	_____	€ 1.374.800,00	Dezembro de 2011	QREN e CMF
Requalificação da EB1 de Faro n.º 1 (S. Luís)	Município de Faro	_____	€ 569.900,00	Dezembro de 2008	QREN e CMF
Requalificação da EB1 de Faro n.º 5 (Vale Carneiros)	Município de Faro	_____	€ 230.500,00	Outubro de 2009	QREN e CMF
Requalificação da EB1 de Bordeira	Município de Faro	_____	€ 122.400,00	Dezembro de 2009	QREN e CMF
Requalificação da EB1 e JI de St.ª Bárbara de Nexe	Município de Faro	_____	€ 344.400,00	Setembro de 2011	QREN e CMF
Requalificação da EB1 de Medronhal	Município de Faro	_____	€ 116.400,00	Setembro de 2009	QREN e CMF

Metas	Situação de partida
Criação de, pelo menos, 58 novas salas para o 1º ciclo (até 2013)	96
Garante de taxas de ocupação de 100% no 1º ciclo para todas as freguesias do concelho	Concelho - 131,3% S. Pedro - 166,7% Montenegro - 108,3% Sé - 136,4%

**Acções Estratégicas:**

3. Garante de cuidados de saúde de qualidade a toda a população residente

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Consolidação da Equipa Coordenadora Local _RNCCI (articulação com a coordenação regional e acompanhamento e avaliação da rede local, bem como articulação e coordenação dos recursos e actividades no seu âmbito de Referência).	Centro de Saúde de Faro	CDSS de Faro CMF	Sem custo previsto	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	Ministério da Saúde Ministério do Trabalho e da Segurança Social
Implementação no concelho de 1 Unidade de Convalescença (30 lugares)	Hospital Central de Faro	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Ministério da Saúde Ministério do Trabalho e da Segurança Social
Implementação no concelho de 1 Unidade de Longa Duração e Manutenção (30 lugares)	Santa Casa da Misericórdia de Faro	Sem informação	Sem informação sobre o custo previsto	De 1 de Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2008	Ministério da Saúde Ministério do Trabalho e da Segurança Social
Implementação no concelho de 1 Unidade de Cuidados Paliativos (14 lugares)	Hospital Central de Faro	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Ministério da Saúde Ministério do Trabalho e da Segurança Social
Unidade Móvel Domiciliária de Saúde	CIMFARO	ARS Juntas de Freguesia CMF	Sem custo total previsto	De 1 de Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2013	CMF CS Faro Juntas de Freguesia

Promoção do envolvimento dos cuidadores nos Cuidados, nomeadamente através de acções de formação/esclarecimento e/ou informação	A definir	A definir	Sem custo previsto	No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Saúde – 07 de Abril	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Educação para a saúde em geral e em específico de minimização de riscos e danos para grupos específicos (homossexuais, toxicodependentes e prostitutas)	A definir	A definir	Sem custo previsto	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais

<b>Metas</b>	<b>Situação de partida</b>
Diminuição da % de população residente sem médico de família	13,5% em 2007
Criação de resposta em Unidades de Internamento	Inexistentes em 2007 no concelho e, no entanto, a tendência será de aumento da população em situação de grande dependência

4. Alargamento da rede de serviços de atendimento e de acompanhamento social

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Rede de Atendimentos	CMF	Juntas de Freguesia APRAFA Casa do Povo de Estoi	Sem Custo Definido	De 1 de Janeiro de 2008 até 31 de Dezembro de 2013	Sem fonte de financiamento definida
Serviço de Informação e Mediação para a Pessoa com Deficiência (SIM_PD)	CMF	INR	Sem Custo Definido	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	CMF
Serviço de Mediação Familiar	GRAL	CMF	Sem custo Previsto	De 1 de Setembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	Ministério da Justiça
Centro de Apoio ao Imigrante _ Apoio ao acolhimento e integração de imigrantes e inclusão social de crianças e jovens	CMF	Rede Parceiros Informais CLAI	Sem Custo Definido	De 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2013	QREN 2007-2013 POPH Eixo 8 Medida 6.8
Comunidades de Trabalho e Redes de Cooperação	CMF	CLASF	106.260,00 €	De 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2013	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais

<b>Metas</b>	<b>Situação de partida</b>
Criação de respostas descentralizadas de atendimento/acompanhamento social	Inexistentes no concelho em 2007. No entanto, a tendência será de aumento da população em situação de grande carência económica sobretudo nas zonas periféricas da cidade
Criação de um serviço de atendimento que promova o acesso ao direito e aos tribunais, aos meios extrajudiciais de resolução de conflitos, aos tribunais arbitrais e aos julgados de paz, conforme estipulado na lei n.º 127/2007, de 27 de Abril.	Inexistente no concelho em 2007 um serviço cuja intervenção recaia sobre a resolução de litígios a nível familiar.

5. Alargamento da rede de equipamentos e respostas à população portadora de deficiência

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Equipas de Intervenção Precoce	Centro de Saúde Faro	Sem Informação	Sem custo Previsto	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	ARS Algarve Ministério da Saúde
Lar Residencial (19 lugares) e Residência Autónoma (5 lugares)	APPC	CMF	582.024,00 €	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PARES (I.S.S. I.P.) /CMF/APPC
Lar Residencial (24 lugares) e Centro de Actividades Ocupacionais (30 lugares)	AAPACDM	Sem Informação	Sem custo previsto	Sem data prevista	QREN 2007-2013 POPH Eixo 8 Medida 6.12
Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência	SIM_PD CMF	Rede Local de serviços de atendimento	38.630,00 €	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Guia Informativo de equipamentos/serviços acessíveis à pessoa com deficiência e sua divulgação (3000 exemplares)	SIM_PD CMF	Rede Local de serviços de atendimento	6.000,00 €	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Aquisição de viatura adaptada (apoio ao transporte de munícipes)	SIM_PD CMF	Rede Local de serviços de atendimento	41 500,00 €	De 1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais

Formatada: Português (Portugal)

Formatada: Esquerda

Tabela formatada

Metas	Situação de partida
Aumento da cobertura em intervenção precoce	44,6% (a partir da população 2001, dados 2007)
Aumento da cobertura de equipamentos destinados a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.	Não existe actualmente acolhimento familiar para pessoas adultas portadoras de deficiência. Estão apenas previstos 19 lugares em valência

	de Lar Residencial e 5 em Residência Autónoma (Freg. Montenegro) ao abrigo do Programa PARES (I.S.S. I.P.) e em parceria com a CMF
Aumento da cobertura de equipamentos destinados a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específicas situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.	Existem no concelho apenas 1 resposta desta natureza promovida pela AAPACDM (12 lugares)
Criação de SAD adaptado à população portadora de deficiência.	Não existe
Aumento dos serviços de atendimento e de acompanhamento a portadores de deficiência.	6,2% de população portadora de deficiência
Aumento das respostas sociais a pessoas com doença de foro mental ou psiquiátrico.	Não existe

6. Alargamento da rede de equipamentos e respostas às crianças e jovens em perigo

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental _ âmbito de famílias com elementos com deficiência	AAPACDM	Rede Social de Faro; CPCJ de Faro; HCA; CDSS de Faro (Rendimento Social de Inserção); DREALG; ACAPO; ASA; APPC Núcleo de Faro; Centro de Saúde de Faro; CMF_DAS; Juntas de Freguesia; IEPF	218.040,09 € (Custo Anual)	Início previsto em 2009	CDSS AAPACDM
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental _ âmbito de famílias cujo agregado integre crianças e jovens em risco	Junta Diocesana - Protecção à Rapariga	Cmf, Cdss, Drealg, Escolas, Centro de Saúde, Ipj, Ipss, entre outros	231.623,67 € (Custo Anual)	Início previsto em Junho de 2009	CDSS Junta Diocesana - Protecção à Rapariga
Gabinete de Apoio Psicossocial	GATO	CPCJ ARS CMF	1323.799872,96 03 € (Funcionamento Custo Global)	1 de Novembro de 2008 a 31 de Outubro de 2010	Programa de Respostas Integradas (IDT) Programa Interreg III A Projecto Guadiana II e III CMF

Tabela formatada

Metas	Situação de partida
Criação de respostas de Centro de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental	Não existem no concelho até 2008 estas respostas, à excepção do Gabinete de Apoio ao Jovem e Envoltentes (G.A.J.E.) que embora não se enquadre na tipologia de

respostas sociais – CAFAP, tem como publico alvo entre outros “jovens em situação de risco” desenvolvido pelo IDT, Equipa de Prevenção.

7. Alargamento da rede de equipamentos e respostas à população idosa e outros dependentes motores

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Centro de Convívio	Sem promotor definido		Sem custo previsto	Sem data de execução prevista	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Centro de Dia e SAD – Conceição de Faro	CMF	CIMFARO	770.514,00 € (adaptação/ampliação)	Sem data de execução prevista	QREN 2007-2013 POPH Eixo 8 Medida 6.12
Centro de Dia (60 utentes), SAD (45 utentes) e ADI (15 utentes) – Sé e São Pedro, com especificidade na resposta a doentes de Alzheimer	PROVECTUS	CMF	712.093,00 €	1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	Candidatura ao Programa PARES I (2006) CMF
Centro de Dia (60 utentes), SAD (100 utentes)	Associação de Solidariedade Sócio-Cultural do Montenegro	CMF	618.362,00 €	1 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	Candidatura ao Programa PARES I (2006) CMF
Lar de 3ª Idade (42 utentes); Centro de Dia (60 utentes) e Serviço de Apoio Domiciliário (80 beneficiários)	Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Estoi	CMF	1.121.043,00 € (Custo Total do Projecto Centro Comunitário)	Sem data de execução prevista	Candidatura ao Programa PARES I (2006)
Lar de 3ª Idade (60 utentes) e Serviço de Apoio Domiciliário (20 beneficiários)	Santa casa da Misericórdia de Faro	CMF	Sem custo previsto	1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2013	QREN 2007-2013 POPH Eixo 8 Medida 6.12
Lar de 3ª Idade (40 Utentes) Faro	ARPI	CMF	Sem custo previsto	Sem data de execução prevista	QREN 2007-2013 POPH Eixo 8 Medida 6.12
Criação de um serviço de apoio domiciliário com a especificidade	Sem promotor definido	CMF	Sem custo previsto	Sem data de execução prevista	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais

da resposta ao nível dos cuidados primeiros alimentação, higiene pessoal e habitacional para portadores de deficiência					Nacionais/Regionais
--	--	--	--	--	---------------------

<b>Metas</b>	<b>Situação de partida</b>
Aumento da oferta em centro de convívio	Taxa de cobertura: 0,63% em 2007
Atingir a taxa de cobertura de 4,5% em Centro de Dia	Taxa de cobertura projectada de 2,67% tendo em consideração os projectos em execução.
Atingir a taxa de cobertura de 4% em Lar	Taxa de cobertura: 2,96% em 2007
Oferecer alternativas de alojamento e/ou acolhimento aos idosos	Não há registo da existência de quaisquer das seguintes respostas: acolhimento familiar para pessoas idosas; centros de noite; residências
Aumento da oferta de SAD e ADI	Taxa de cobertura projectada em SAD de 3,56%, tendo em consideração os projectos em execução. Taxa de cobertura projectada em ADI de 0,32%, tendo em consideração os projectos em execução.
Garante de um serviço de 35 horas semanais ao domicílio dos grupos sociais vulneráveis	(serviço em reestruturação)
Criação de resposta de SAD para grupos específicos da população – doentes de Alzheimer, de Parkinson	Para a problemática do VIH/SIDA existe no concelho a resposta de SAD promovida pelo MAPS (capacidade 34 utentes, 15 dom acordo)

8. Ampliação e melhoria da rede de respostas à família e comunidade a outros grupos sociais específicos

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Criação de uma resposta integrada devidamente contratualizada no âmbito do apoio às vítimas de violência doméstica.	CMF	Representantes de IPSS e outros serviços de atendimento/acompanhamento com intervenção no concelho de Faro no âmbito do apoio às vítimas de Violência doméstica	Sem custo Previsto	De 2 de Dezembro de 2008 a 31 de Dezembro de 2013	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Criação de estrutura de coordenação com vista a uma resposta integrada devidamente contratualizada no âmbito da intervenção com pessoas na situação de Sem-Abrigo.	CMF	Representantes de IPSS e outros serviços de atendimento/acompanhamento com intervenção no concelho de Faro no âmbito da intervenção com pessoas em situação de Sem-Abrigo	Sem custo Previsto	De 1 de Março de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Criação de estrutura de coordenação no âmbito da animação / integração da população sénior do concelho.	CMF	Representantes de IPSS e outros serviços de atendimento/acompanhamento com intervenção no concelho de Faro no âmbito da terceira idade.	Sem custo Previsto	De 1 de Março de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Projecto "Geminção para a Conciliação – Geminção de Instituições Portuguesas e Norueguesas para a Conciliação entre a Família e a Vida Profissional"	APFN	Instituto de Ciências da Família da Universidade Católica Portuguesa; Câmara Municipal de Leiria; Câmara Municipal de Faro; Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social	81.467,50 €	6 Agosto de 2008 a 30 Abril de 2011	PT0036 Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu em Portugal Programa de Financiamento Norueguês

		Associação Nacional dos Municípios Portugueses Norwegian Association of Local and Regional Authorities			
Criação de espaços de alojamento temporário que proporcionem serviços de prestação de conforto, higiene e alimentação e orientação para a inserção laboral destinados a indivíduos e/ou famílias na situação de sem-abrigo	Sem Promotor Definido	Sem Parceria Definida	Sem Custo definido	Sem data de execução prevista	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Respostas de promoção de competências parentais e outros serviços de apoio à família, como forma de promoção da integração social e da igualdade de oportunidades	Sem Promotor Definido	Sem Parceria Definida	Sem Custo definido	Sem data de execução prevista	PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Centro de Consultas de Alcoologia	GATO	CMF	123.872,03 € (Custo Global)	1 de Setembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	Programa Interreg III A Projecto Guadiana II e III CMF

<b>Metas</b>	<b>Situação de partida</b>
Garante de uma distribuição alimentar justa e equitativa	Situações de duplicação de ajudas alimentares a alguns agregados familiares
Aumento de SAD para portadores de VIH	
Aumento dos acordos de cooperação ou alargamento da rede de atendimento/ acompanhamento a pessoas infectadas ou doentes com VIH	O único serviço existente (MAPS) presta apoio a 60 utentes, mas apenas dispõe de acordos de cooperação para 35.
Formalização do apoio às vítimas de violência doméstica	Não existe nenhum centro de atendimento a este nível

### EIXO 3. QUALIFICAR AS PESSOAS E AS ORGANIZAÇÕES

#### Acções Estratégicas:

#### 1. Intervenção estruturante sobre a educação e formação de adultos

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Projecto OraSenior Digital	CMF	Representantes de IPSS e outros serviços de atendimento/acompanhamento com intervenção no concelho de Faro no âmbito do apoio à terceira idade	Sem Custo Previsto	De 1 de Setembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	CMF/ PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
CURSOS CEF (Educação e Formação) Despacho Conjunto nº 453/2004, de 27 de Julho - cursos Cursos com <i>cariz profissionalizante</i> )	DREAL 9		Sem Custo Previsto	Sem data de execução prevista	Ministério de Educação IEFP
Cursos PIEF (Programa integrado de Educação e Formação Despacho Conjunto nº 882/99, de 28 de Setembro)	DREAL 9		Sem Custo Previsto	Sem data de execução prevista	Ministério de Educação IEFP
Acções de sensibilização/informação dirigidas a professores e encarregados de Educação sobre abandono e absentismo escolar	CMF	CPCJ CDSS Peti Drealg	Sem Custo Previsto	De 21 de Setembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	CMF/ PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Rede de Transporte que possibilite a mobilidade das pessoas que frequentam o ensino recorrente nocturno no meio rural	CMF		Sem Custo Previsto	De 21 de Setembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2013	Sem Fonte de Financiamento previsto

<b>Metas</b>	<b>Situação de partida</b>
Diminuição da exclusão digital	Não existe nenhuma resposta no âmbito das novas tecnologias da informação e comunicação dirigida à população sénior
Aumento da população com pelo menos o 9º ano de escolaridade	42,9% (2001)
Diminuição da taxa de analfabetismo	14,3 (2001)

**Acções Estratégicas:**

2. Qualificação das entidades locais para um acolhimento integrador

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Curso de Acolhimento para Atendimento a Surdos	ASA	CMF	Sem custo previsto	Sem data prevista para a Execução	CMF/ PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Protocolo com interprete língua gestual	CMF	ASA	3000 (75,00€/hora * 10 h/ano)	1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2013	CMF/ PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Qualipss	Reapn	---/---	58. 239 €	Novembro 2008 a Setembro de 2009	QREN 2007-2013 POPH Eixo 8 Medida 3.12
Formação "Intervir com famílias multiproblemáticas pobres: estratégias de sucesso"	REAPN	CMF CLASF	750,00 €	4 e 5 de Maio	Formação Auto-financiada

Metas	Situação de partida
Preparação de equipas técnicas e de pessoal de atendimento dos serviços para a recepção a públicos portadores de deficiências específicas: cegos e Ambliopes; surdos	Inexistência de Formação Especifica para Atendimento a Públicos Especiais

## EIXO 4. MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS

### Acções Estratégicas:

1. Investimento na reabilitação das habitações das populações mais vulneráveis

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Residências Partilhadas	CMF		Sem custo definido	2008	CMF

Metas	Situação de partida
Realização de reparações nos alojamentos da população mais vulnerável	45,72% dos edifícios com necessidades de reparação
Diminuição da precariedade do alojamento	1,13% de edifícios precários

**Acções Estratégicas:****2. Aumento da oferta de alojamento social**

<b>Projectos estruturantes</b>	<b>Promotor(es)</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Custo previsto</b>	<b>Data prevista para a execução</b>	<b>Fonte de Financiamento</b>
Loteamento dos Braciais	CMFARO	-	-	-	-
Loteamento de Estoi	CMFARO	-	-	-	-
Loteamento Municipal Calouste Gulbenkian	CMFARO/ CONSÓRCIO EDIFER VARCRIL	-	10.000.000 €	Concluído em Janeiro / 2009	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU)

<b>Metas</b>	<b>Situação de partida</b>
Diminuição da precariedade do alojamento	1,13% de edifícios precários

**Acções Estratégicas:**

3. Implementação de projectos integrados de combate à pobreza e exclusão numa lógica territorial e social

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Acção integrada Gabinete de Apoio ao Morador na Urbanização Municipal da Av. Cidade Hayward _ Gabinete de Apoio ao Morador	CVP	CMF	20.000,00 € (Custo anual)	1 de Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2013	CMF CVP
Acção integrada Gabinete de Bairro na Urbanização Municipal de Santo António do Alto _ Gabinete de Bairro	CMF	Junta de Andalucía – Consejería para la Igualdad y Bienestar Social (Chefe de Fila), Câmara Municipal de Faro, Ayuntamiento de Lepe, Ayuntamiento de Cartaya, Cáritas Diocesana de Huelva, Grupo de Ajuda a Toxicodependentes (G.A.T.O), Movimento de Apoio à Problemática	144.042,18 € (Custo Total com equipamento e remodelação do espaço)	1 de Maio de 2008 a 31 de Dezembro de 2013	Programa Interreg III A Projecto Guadiana III SP5.E37/02 CMF
Acção integrada nos bairros municipais e nas ilhas (Ilha de Faro e Ilha da Culatra)	CMF	Junta de Freguesia da Sé, Junta de Freguesia do Montenegro e CDSS, ANSN, APRAFA)	Sem custo previsto		CMF/ PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Estudo de Diagnóstico e Caracterização da População Imigrante e de Identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de	CMF	Associação In Loco	14.758,95 €	1 de Abril de 2009 a 15 Novembro de 2010	ACIDI

desenvolvimento do município					
Desenvolvimento de Projectos Municipais para a Promoção da Interculturalidade	CMF	Rede de Parceria Informal do CLAII	Sem custo definido	1 Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2013	CMF/ PROGRESS e FSE/FEDER Programas Operacionais Nacionais/Regionais
Gabinete de Inserção Profissional	AAPACDM		Sem custo definido	2009	IEFP
	Escola Profissional D. Francisco de Avelar (SCM)				

Metas	Situação de partida
Diminuição dos valores dos indicadores de pobreza	3% de população beneficiária de RSI – 4,3% na Conceição de Faro e 4,8% em Santa Bárbara de Nexe (2008) Nestas freguesias mais de 40% da população escolar é beneficiária de SASE
Diminuição dos territórios excluídos pelas especificidades culturais que representam	Análise qualitativa aponta para situações de maior fragilidade nas Ilhas e nos bairros sociais
Promoção de intervenções integradas, que articulem diferentes áreas de actuação (habitação, emprego, educação, acção social) sobre os grupos sociais prioritários (idosos, população portadora de deficiência, toxicodependentes, crianças e jovens, sem-abrigo, comunidade cigana, imigrantes)	Desde meados de 2007 existe um grupo de trabalho informal / intersectorial para a intervenção com a população sem-abrigo e desde 2008 foi criada uma Comissão de Planeamento das Actividades Seniores do Concelho de Faro.
Promoção de processos de investigação-acção junto das diferentes comunidades ciganas existentes no concelho	Identificação de 8 núcleos sem sistematização das suas características em sem uma intervenção activa que vise o seu processo de integração

**Acções Estratégicas:**

4. Sensibilização da comunidade relativamente aos seus direitos sociais

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Sessões de Informação nas 6 freguesias e ilhas sobre as principais medidas de protecção social nomeadamente através da concessão de prestações específicas para grupos sociais específicos	CDSS	CMF	Sem custo Previsto	Sem data de Execução Prevista	Sem fonte de Financiamento Definida
Acção conjunta de informação/protecção do consumidor e prevenção das actuais tendências nos padrões de consumo e problemáticas associadas, nomeadamente sobreendividamento e credito mal parado – <i>Reprodução de Folhetos</i>	DECO	CMF REAPN	Sem Custo Previsto	15 de Março 2009	CMF
Acção conjunta de informação/protecção do consumidor e prevenção das actuais tendências nos padrões de consumo e problemáticas associadas, nomeadamente sobreendividamento e	DECO	CMF REAPN	Sem Custo Previsto	De 17 de Outubro a 31 de Dezembro de 2009	CMF

crédito mal parado – <i>Workshops dirigidos a beneficiários de RSI nas 6 Juntas de Freguesia e Ilhas</i>					
Criação de um Centro Jovem	CMF	Junta de Andalucía – Consejería para la Igualdad y Bienestar Social (Chefe de Fila), Câmara Municipal de Faro, Ayuntamiento de Lepe, Ayuntamiento de Cartaya, Cáritas Diocesana de Huelva, Grupo de Ajuda a Toxicodependentes (G.A.T.O), Movimento de Apoio à Problemática	51.779,31 € (Custo Total com equipamento e remodelação do espaço)	4 de Maio de 2008 a 31 de Dezembro de 2013	Programa Interreg III A Projecto Guadiana III SP%.E37/02 CMF

<b>Metas</b>	<b>Situação de partida</b>
Aumento da população beneficiária de prestações sociais após serem alvo de acções de sensibilização	Reconhece-se que poderão existir maiores situações de fragilidade económica na população e que não são melhoradas por desconhecimento das condições de acesso a algumas prestações sociais.

**Acções Estratégicas:**

## 5. Potenciar da rede de voluntariado existente

Deve aqui ser feita uma articulação com o que está previsto no Plano Estratégico da Habitação

Projectos estruturantes	Promotor(es)	Parceiros	Custo previsto	Data prevista para a execução	Fonte de Financiamento
Banco activo de voluntariado	CMF		Sem custo previsto	De 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2013	CMF
Voluntariado de vizinhança nos Bairros Municipais e zonas rurais	CMF	CVP JFSP JFS	Sem custo previsto	De 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2013	CMF
Rota pelo Serviço Social de Faro	CMF	CLASF	Sem custo previsto	Maio de 2010	CMF

Metas	Situação de partida
Aumento do voluntariado social no concelho	Mais de 70% das entidades locais têm suporte de voluntariado
Garante de voluntariado de vizinhança	Não existe formalizado enquanto tal

**PARTE VI. PROPOSTA DE UM SISTEMA DE  
GOVERNANÇA LOCAL**

Qualquer processo de construção de uma mudança implica que se estruturam as formas de organização e de relação dos/entre os diferentes agentes a quem essa intervenção diz directa ou indirectamente respeito.

Os Planos de Desenvolvimento Social apresentam-se, por vezes, como o fim de um processo, quando, na verdade, representam um caminho longo que se inicia e que deve conduzir à mudança no sentido desejável. A complexidade inerente à produção de dinâmicas integradas num concelho com a dimensão de Faro exige que a articulação entre esses diferentes agentes seja controlada, para que não se corra o risco de se perder o fio condutor que um instrumento destes pretende imprimir.

Não são raras as vezes em que após uma dinâmica concertada de estruturação do planeamento do desenvolvimento social, se dá lugar a uma intervenção aleatória e desestruturada, fruto da incapacidade de gestão do processo. Para que esse risco seja minimizado e para se evitarem falhas de informação/ comunicação no processo de implementação propõe-se um sistema de governança social activa para o concelho.

Fruto das suas competências e da capacidade de gestão/ controlo/ avaliação da acção, deve caber ao Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social de Faro a gestão de todo o processo de implementação do plano. Do Núcleo deverão ser nomeados elementos que devem constituir-se como "gestores" da implementação de cada um dos eixos de intervenção previstos no PDS. Por um lado, tal serve para garantir a execução concertada dos diferentes projectos previstos em plano, mas, por outro, serve como plataforma de comunicação permanente com os diferentes actores locais. Em simultâneo, o NE do CLAS de Faro manter-se-á permanentemente actualizado sobre o processo de implementação. Tal contribuirá, efectivamente para: a agilização dos processos de tomada de decisão e a monitorização da implementação do Plano.

Se este processo seria o bastante se houvesse uma mera preocupação processual, certo é que a concepção de planos demasiadamente estruturados, rígidos e pouco dialogantes tem vindo a ser continuamente substituído por estes processos denominados de governança, que implicam:

- uma constante actualização da informação que serve de base à tomada de decisão;
- uma atenção permanente às dinâmicas emergentes e consequente capacidade de resposta activa as mudanças não equacionadas previamente;
- um diálogo constante quer com aqueles que apoiam nos processos de intervenção, como com a comunidade envolvente a quem se destina a acção.

Assim, o processo de acompanhamento e agilização da acção deve apoiar na contínua actualização de um sistema de informação de base local que deverá ter, sempre que possível, geo-referenciação. Aqui devem ser incluídos dados referentes:

- à actualização das estatísticas oficiais e das estatísticas locais;
- às organizações e seus projectos;
- aos projectos em curso no concelho, com especial enfoque para aqueles directamente promovidos no âmbito da Rede Social e do seu PDS.

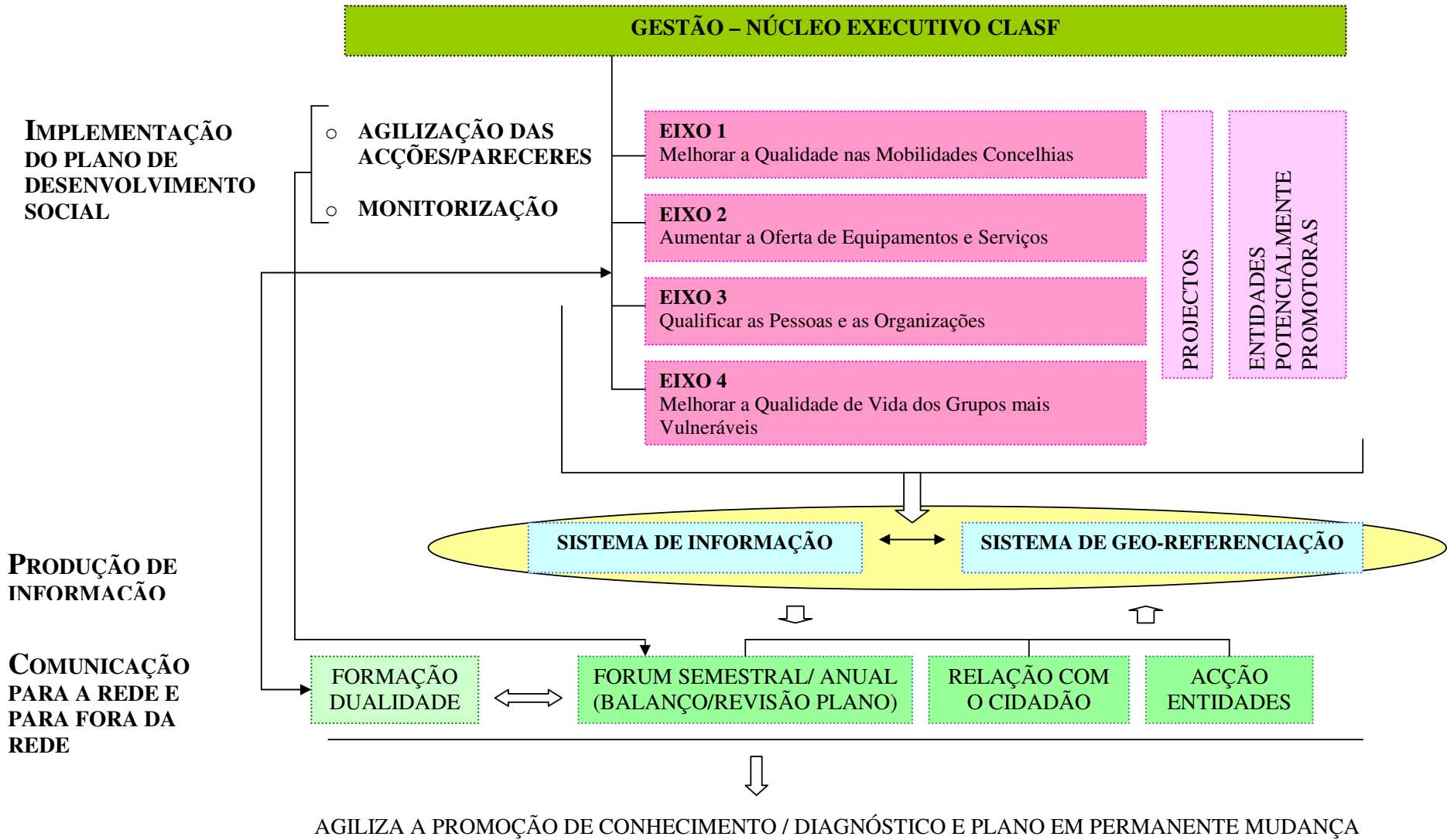
Traduz-se num efectivo observatório das dinâmicas sociais locais.

Se há alguma informação que se sabe, à partida, ser necessária de incluir neste sistema de informação, certo é que esse deve ser adaptado às dinâmicas emergentes e deve apoiar na tomada de uma decisão rápida e devidamente contextualizada. Daí que não basta "encher de dados" este sistema, mas a sua dinâmica depende, necessariamente de um diálogo permanente e conjunto com todos os agentes da rede, em simultâneo. Assim, como forma de dar conta dos resultados do processo de acompanhamento/ dinamização da acção; de identificar problemas emergentes sobre os quais urge dar resposta; de estabelecer um diálogo permanente com os agentes (também numa lógica de prestação de contas); propõe-se que este sistema seja alimentado por um fórum semestral/ regional de balanço da acção da Rede. Não se pretende aumentar a estrutura funcional já existente. Estas sessões podem funcionar nas próprias reuniões plenárias que estão previstas ao nível local.

Em simultâneo, devem criar-se mecanismos para comunicação com o exterior da Rede – nomeadamente no que respeita ao cidadão de Faro, mas também com outras entidades. Tal pode ser feito através de alguns instrumentos, como sejam comunicação social local ou a construção de uma página web especificamente destinada ao processo da Rede Social local.

Por fim, considera-se que para dar resposta às constantes necessidades emergentes que possam surgir, este processo de governança deve ser obviamente associado a um projecto formativo em permanente actualização que vise apoiar a melhoria da qualidade na prestação dos serviços por parte das organizações.

Figura 10. Proposta Sistema de Governança (Esquema)



## **ANEXO 1.**

**Quadro A1. Acidentes com vítimas e índice de gravidade por localização fora/dentro localidades (2005/2006)**

	Acidentes Com Vítimas		Índice de Gravidade
	N	%	
Fora das localidades	164	53,07%	3.0
Dentro das localidades	145	46,93%	1.4
<b>Total</b>	<b>309</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.3</b>

**Fonte:** GNR. Unidade de Prevenção Rodoviária. Núcleo de Estudos e Planeamento. Acidentes e Vítimas 01/01/05 a 31/01/06

**Quadro A2. Vítimas segundo a categoria do Veículo (2005/2006)**

	Vítimas Mortais		Feridos Graves		Feridos Leves		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Peões	2	28,57%	6	22,22%	55	15,28%	63	15,99%
Velocípede	1	14,29%	2	7,41%	19	5,28%	22	5,58%
Velocípede com motor	0	0,00%	0	0,00%	1	0,28%	1	0,25%
Ciclomotor	0	0,00%	6	22,22%	36	10,00%	42	10,66%
Motociclo c/ cilindrada <= 50cc	0	0,00%	1	3,70%	2	0,56%	3	0,76%
Motociclo c/ cilindrada >50cc	1	14,29%	2	7,41%	12	3,33%	15	3,81%
Motociclo c/ cilindrada > 50cc e > 25 kw potencia	1	14,29%	5	18,52%	29	8,06%	35	8,88%
Automóvel Ligeiro	2	28,57%	5	18,52%	198	55,00%	205	52,03%
Automóvel pesado	0	0,00%	0	0,00%	8	2,22%	8	2,03%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,00%</b>	<b>27</b>	<b>100,00%</b>	<b>360</b>	<b>100,00%</b>	<b>394</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** GNR. Unidade de Prevenção Rodoviária. Núcleo de Estudos e Planeamento. Acidentes e Vítimas 01/01/05 a 31/01/06

**Quadro A3. Vítimas segundo o grupo etário (2005/2006).**

	Vítimas Mortais		Feridos Graves		Feridos Leves		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
>= 14	0	0,00%	0	0,00%	28	7,78%	28	6,93%
15-19	0	0,00%	3	8,11%	27	7,50%	30	7,43%
10-24	0	0,00%	1	2,70%	41	11,39%	42	10,40%
25-29	0	0,00%	8	21,62%	40	11,11%	48	11,88%
30-34	2	28,57%	4	10,81%	44	12,22%	50	12,38%
35-39	0	0,00%	4	10,81%	31	8,61%	35	8,66%
40-44	0	0,00%	5	13,51%	23	6,39%	28	6,93%
45-49	0	0,00%	7	18,92%	22	6,11%	29	7,18%
50-54	0	0,00%	0	0,00%	26	7,22%	26	6,44%
55-59	2	28,57%	0	0,00%	14	3,89%	16	3,96%
60-64	2	28,57%	0	0,00%	15	4,17%	17	4,21%
65-69	1	14,29%	1	2,70%	19	5,28%	21	5,20%
70-74	0	0,00%	2	5,41%	14	3,89%	16	3,96%
>= 75	0	0,00%	1	2,70%	16	4,44%	17	4,21%
Não definido	0	0,00%	1	2,70%	0	0,00%	1	0,25%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,00%</b>	<b>37</b>	<b>100,00%</b>	<b>360</b>	<b>100,00%</b>	<b>404</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** GNR. Unidade de Prevenção Rodoviária. Núcleo de Estudos e Planeamento. Acidentes e Vítimas 01/01/05 a 31/01/06

**Quadro A4. Acidentes e vítimas por freguesia (2005/2006).**

	Acidentes com vítimas		Vítimas Mortais	Feridos Graves	Feridos Leves	Total de Vítimas	Índice de Gravidade
	N	%					
Conceição de Faro	35	11,33%	1	8	37	46	2.9
Estoi	44	14,24%	0	9	53	62	0.0
Faro (S. Pedro)	92	29,77%	4	12	104	120	4.3
Faro (Sé)	95	30,74%	2	6	103	111	2.1
Montenegro	28	9,06%	0	1	42	43	0.0
Sta. Bárbara de Nexe	15	4,85%	0	1	21	22	0.0
<b>Total</b>	<b>309</b>	<b>100,00%</b>	<b>7</b>	<b>37</b>	<b>360</b>	<b>404</b>	<b>2,3</b>

**Quadro A5. Atributos das Ligações Interurbanas entre Faro e os principais aglomerados**

LIGAÇÃO	DIA DA SEMANA	NÚMERO DE SERVIÇOS			TEMPO DE PERCURSO	PERÍODO DE FUNCIONAMENTO
		PPM	EP	PPT		
Faro - Loulé	Útil	6	5	6	30/40	07H00 - 19H15
	Sábado	3	3	2	40	07H20 - 18H30
	Dom. e Fer.	2	2	2	40	07H20 - 18H30
Faro - Quarteira	Útil	8	7	10	30/37	06H30 - 20H00
	Sábado	3	3	4	37	06H30 - 19H30
	Dom. e Fer.	3	3	3	37	06H30 - 18H45
Faro - Albufeira	Útil	3	2	3	75	07H15 - 19H15
	Sábado	3	3	3	90	06H30 - 18H45
	Dom. e Fer.	3	3	3	90	06H30 - 18H45
Faro - Olhão	Útil	6	9	10	20	08H40 - 18H40
	Sábado	4	3	5	20	08H40 - 19H15
	Dom. e Fer.	1	2	5	20	08H40 - 19H15
Loulé - Faro	Útil	7	4	4	30/40	07H00 - 19H20
	Sábado	3	2	3	40	07H25 - 19H55
	Dom. e Fer.	1	2	3	40	09H25 - 19H55
Quarteira - Faro	Útil	5	5	7	28/32	07H30 - 19H28
	Sábado	4	3	3	32	07H00 - 19H28
	Dom. e Fer.	4	3	3	32	07H00 - 19H28
Albufeira - Faro	Útil	3	2	3	75	07H30 - 19H30
	Sábado	3	3	3	90	07H25 - 18H45
	Dom. e Fer.	3	3	3	90	07H25 - 18H45
Olhão - Faro	Útil	11	10	6	20	08H40 - 18H40
	Sábado	5	4	3	20	08H40 - 19H15
	Dom. e Fer.	2	3	3	20	08H40 - 19H15
Faro - Lagos (transcrápido)	Útil	2	2	2	130	08H00 - 17H25
	Sábado	0	1	1	130	12H30 - 17H25
	Dom. e Fer.	0	1	1	130	12H30 - 17H25
Faro - V.R.S.António (Rota da Ria Formosa)	Útil	3	4	2	100	07H15 - 18H20
	Sábado	2	3	1	100	07H15 - 18H20
	Dom. e Fer.	2	3	1	100	07H15 - 18H20
Lagos - Faro (transcrápido)	Útil	3	2	1	120/130	07H00 - 17H15
	Sábado	1	1	0	130	08H30 - 15H00
	Dom. e Fer.	1	1	0	130	08H30 - 15H00
V.R.S.António - Faro (Rota da Ria Formosa)	Útil	3	3	3	100/110	07H05 - 18H30
	Sábado	2	3	2	100	07H05 - 18H30
	Dom. e Fer.	1	3	2	100	07H05 - 18H30

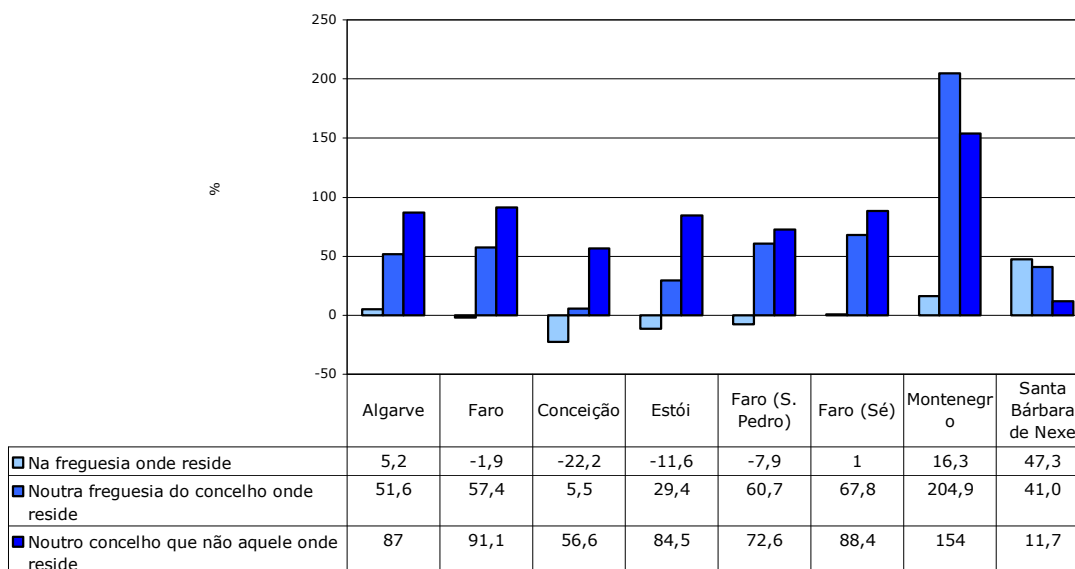
Fonte: Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho de Faro (2008). CMF

**Figura A1. Traçados das carreiras urbanas da Cidade de Faro – Mini-Bus**



**Fonte:**  
Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho de Faro (2008).  
CMF

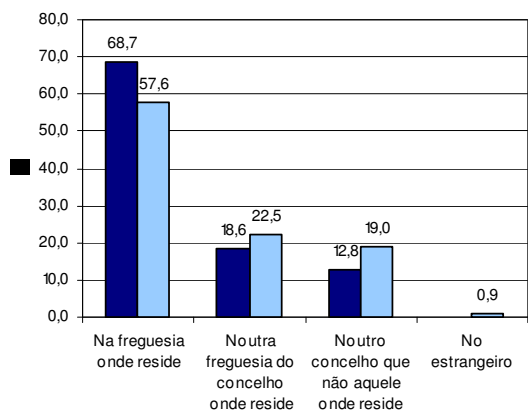
**Gráfico A 1. Variação dos movimentos pendulares em função do local de trabalho ou estudo (1991 a 2001)**



**Fonte:**  
INE. Censos 2001

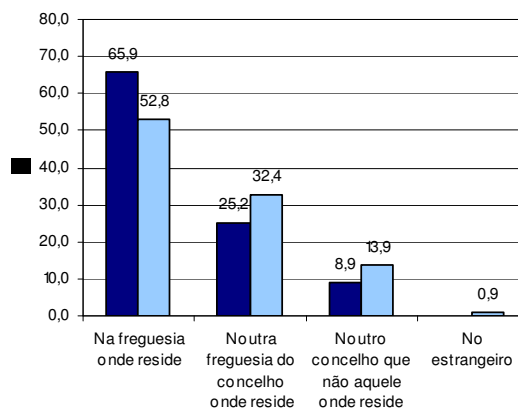
## Gráficos A 2. % de população segundo o local de trabalho ou estudo (1991 e 2001)

Algarve



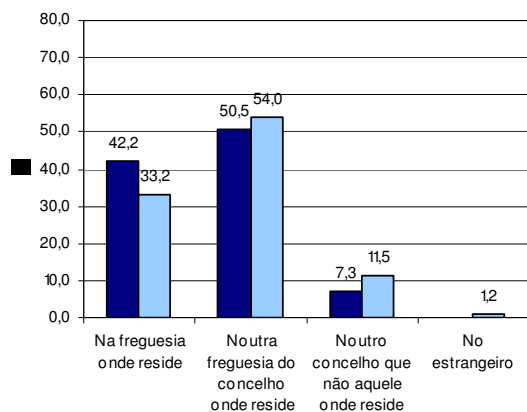
■ 1991 □ 2001

Concelho de Faro



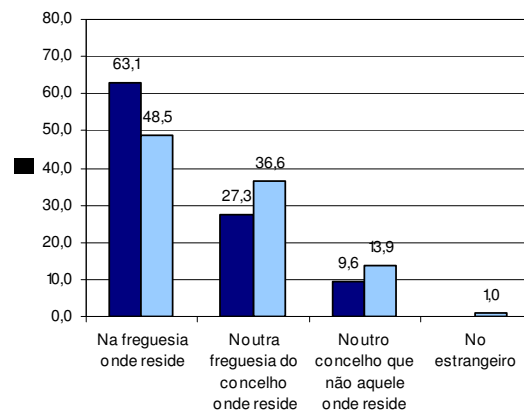
■ 1991 □ 2001

Conceição



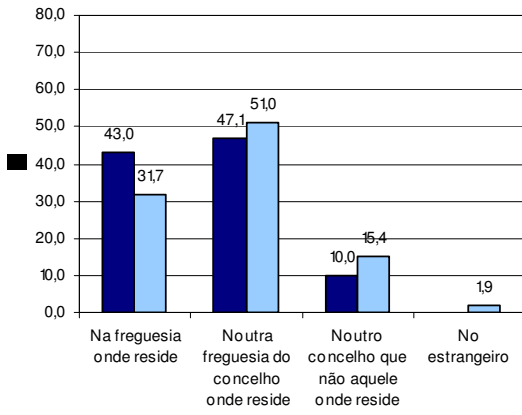
■ 1991 □ 2001

Faro (São Pedro)



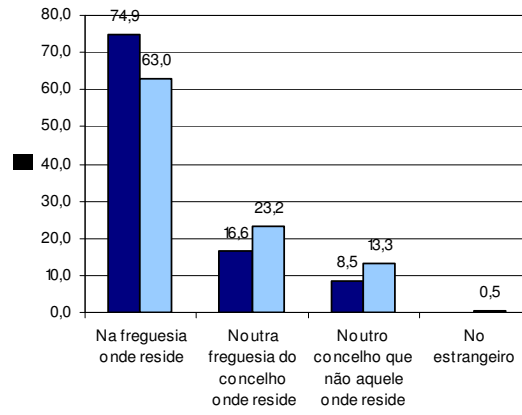
■ 1991 □ 2001

Estoi



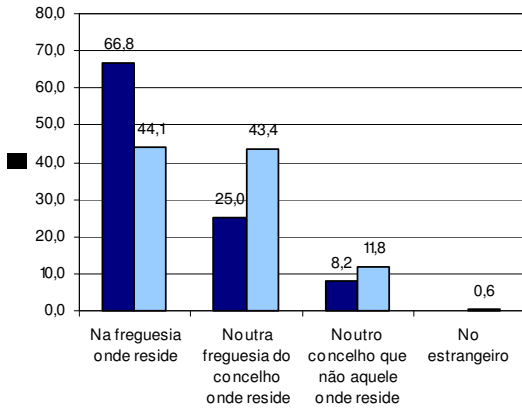
■ 1991 ■ 2001

Faro (Sé)



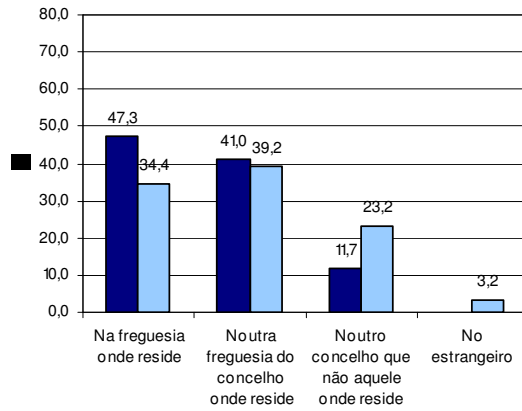
■ 1991 ■ 2001

Montenegro



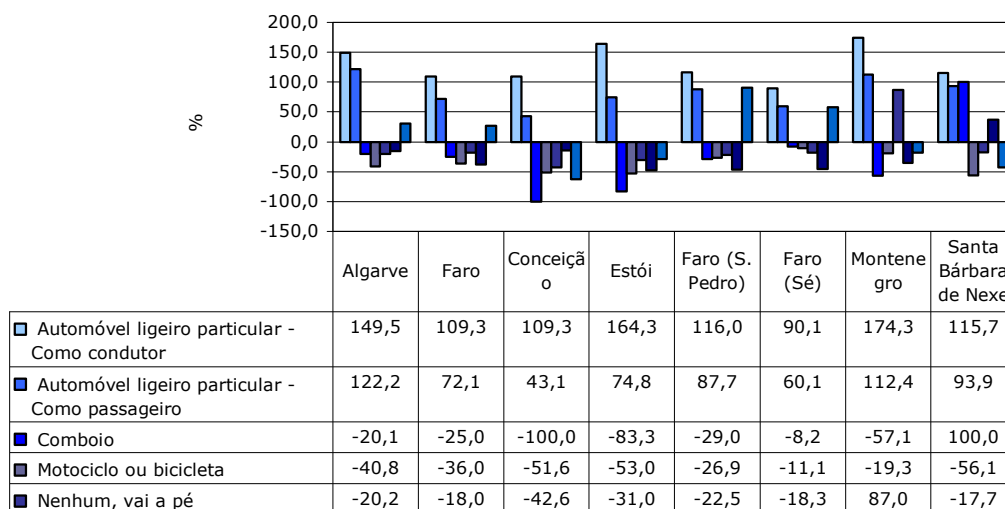
■ 1991 ■ 2001

Santa Bárbara de Nexe



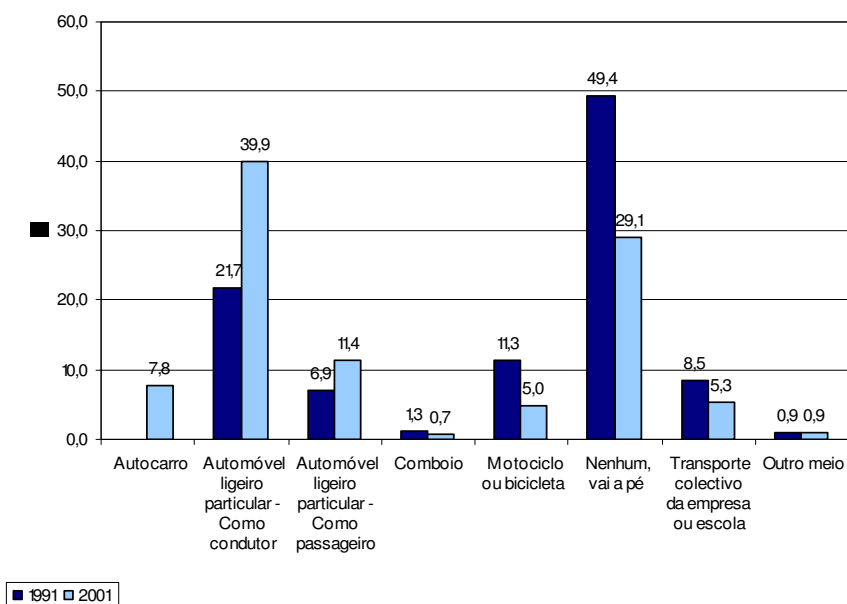
■ 1991 ■ 2001

**Gráfico A 3. Variação dos movimentos pendulares em função do meio de deslocação utilizado (1991 a 2001)**

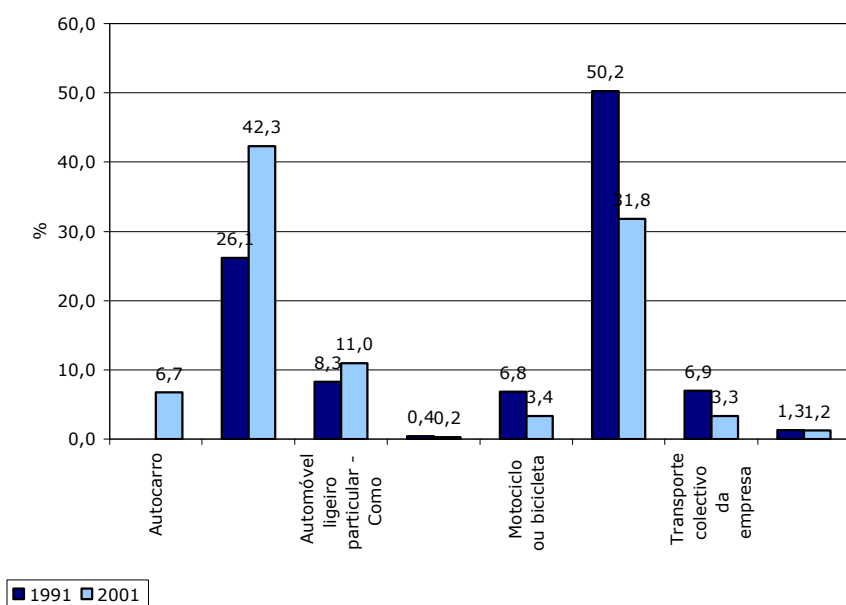


**Gráficos A 4. % de população segundo meio de deslocação utilizado (1991 e 2001)**

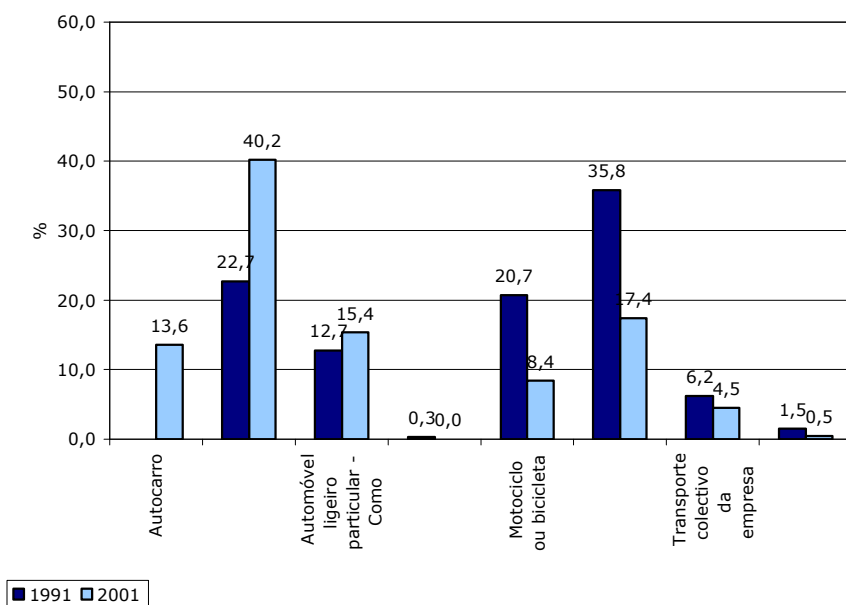
**Algarve**



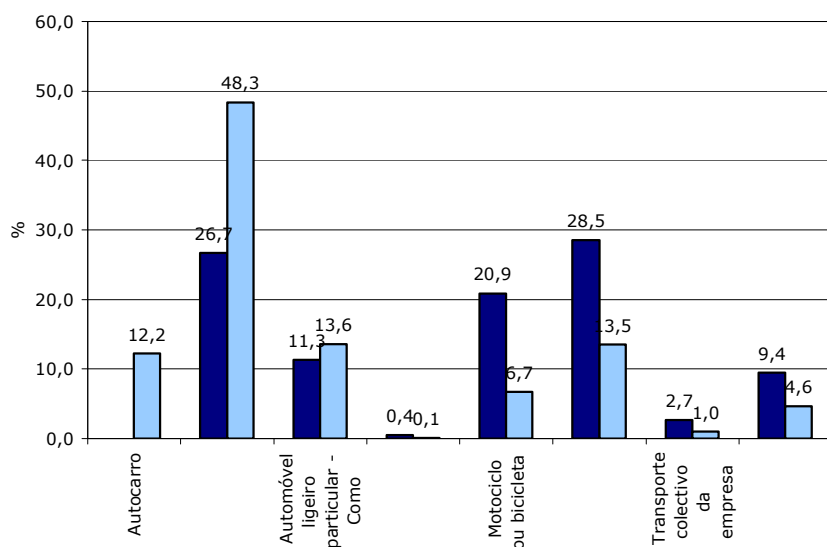
### Concelho de Faro



### Conceição

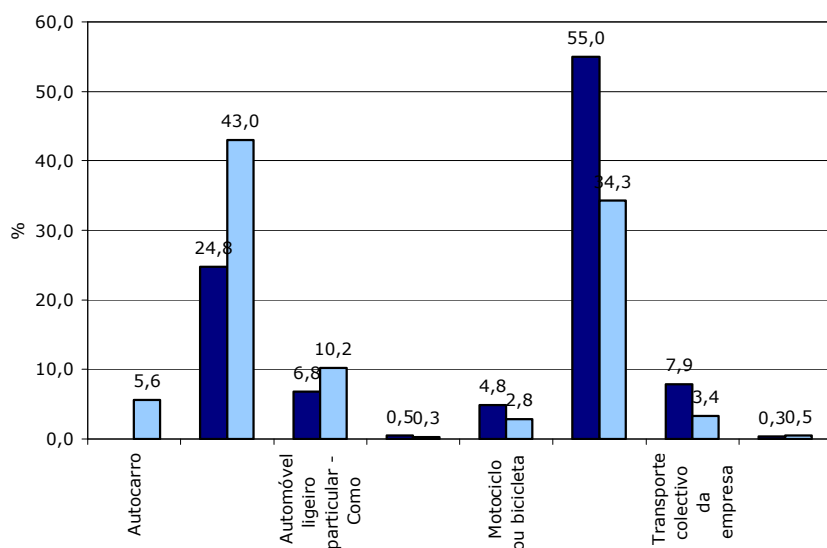


### Estoi



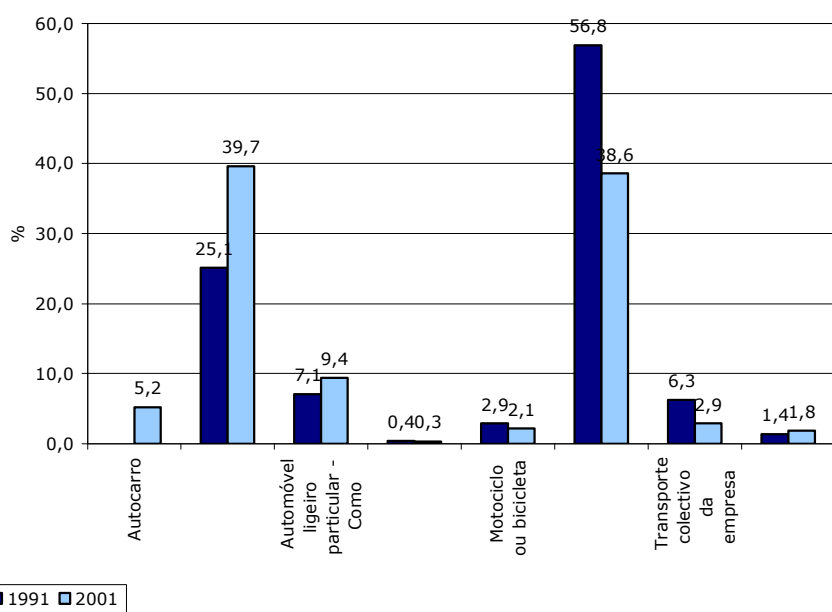
■ 1991 ■ 2001

### Faro (São Pedro)

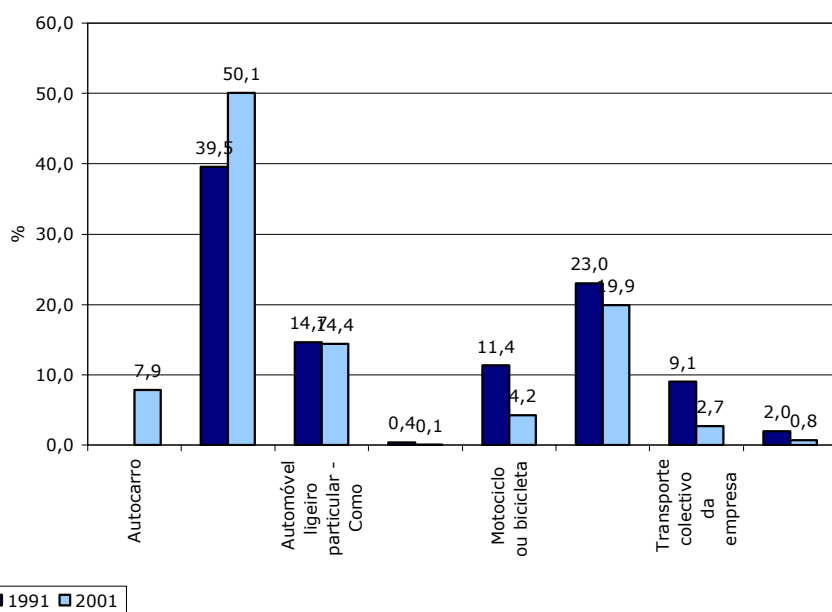


■ 1991 ■ 2001

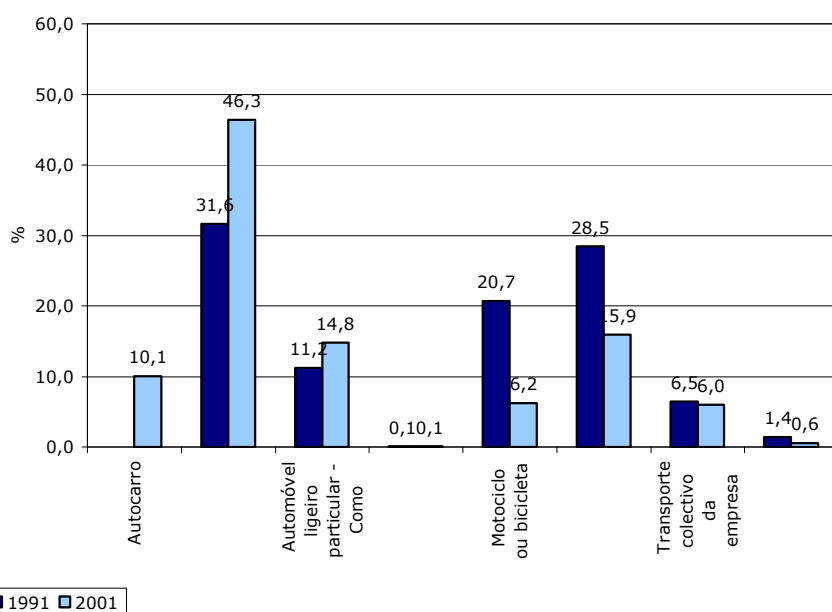
### Faro (Sé)



### Montenegro



### Santa Bárbara de Nexe



**Quadro A6. Quadro – População residente, população presente, famílias, núcleos familiares, alojamentos e edifícios, por lugar.**

Freguesia	Lugares	População Residente			Famílias Residentes		Núcleos Familiares Residentes	Alojamentos Familiares			Aloj. Colectivos	Edifícios
		HM	H	M	Clássicas Residentes	Institucionais		Total	Clássicos	Outros		
Conceição	Bela Curral	168	84	84	54	0	52	80	80	0	0	51
	Bela Salema	249	121	128	88	0	77	117	115	2	0	76
	Besouro	247	127	120	93	0	80	124	123	1	0	105
	Braciais	36	17	19	12	0	12	16	15	1	0	9
	Caliços	43	26	17	15	0	14	17	17	0	0	14
	Campina	131	66	65	51	0	40	72	72	0	0	55
	Carreiros	72	35	37	25	0	19	32	32	0	0	29
	Chão de Cevada	165	90	75	51	0	53	60	60	0	0	54
	Chaveca	98	52	46	32	0	23	41	40	1	0	34
	Chelote	473	239	234	170	0	146	205	203	2	0	117
	Conceição ( Igreja )	276	130	146	105	0	87	145	145	0	0	121
	Ferradeira	195	98	97	63	0	58	72	71	1	0	45
	Galvana	17	9	8	7	0	6	10	10	0	0	10
	Medronhal	39	20	19	17	0	13	24	23	1	0	20
	Meloal	42	19	23	17	0	15	31	31	0	0	16
	Paço Branco	157	74	83	58	0	43	82	82	0	0	56
	Pé do Outeiro	83	42	41	34	0	23	40	39	1	0	31

	Quinta da Galvana	27	13	14	8	0	8	13	13	0	0	13
	Residual	955	48	47	343	0	283	490	486	4	0	416
	Torre Natal	278	12	15	72	1	61	93	92	1	1	71
	Arjona	124	62	62	41	0	39	50	50	0	0	49
	Azinhairo	69	36	33	25	1	22	35	35	0	1	34
	Barranco de São Miguel	18	8	10	7	0	6	11	11	0	0	11
Estoi	Estoi	115	58	57	474	0	340	620	613	7	0	457
	Guilhim	229	10	12	81	0	71	102	101	1	0	91
	Porto do Carro	128	68	60	41	0	39	52	52	0	0	48
	Residual	181	94	87	650	1	545	979	972	7	2	930
	Arneiro	379	18	19	139	1	118	158	157	1	1	134
	Braciais	291	14	14	98	0	84	116	116	0	0	96
	Faro	101	48	53	4235	4	3010	557	5485	91	21	2021
	Goleta	94	48	30	43	0	27	55	54	1	0	49
	Mar e Guerra	488	25	23	184	0	151	228	225	3	0	187
	Patação	780	39	38	292	0	245	412	408	4	1	271
	Pontes de Marchil	288	14	14	112	0	85	154	154	0	5	63
	Residual	263	14	12	96	0	77	139	139	0	0	121
	Areal Gordo	84	42	42	32	0	30	41	40	1	0	32
	Faro	266	12	14	10600	10	7624	134	13310	121	40	3307
	Ilha da Culatra	608	29	31	218	0	180	305	304	1	0	304
	Ilha de Hangares	19	9	10	11	0	6	131	131	0	0	131
	Ilha do Farol	14	11	3	10	0	3	388	388	0	0	388
	Pereiro	89	43	46	34	0	24	45	43	2	0	39
	Residual	507	25	25	190	0	153	278	269	9	0	204
	Rio Seco	104	51	53	40	0	30	53	53	0	0	25
	Vale de El-Rei	122	62	60	43	0	36	53	53	0	0	50
	Virgílios	353	19	15	136	0	102	165	163	2	0	104
	Gambelas	140	68	71	513	0	371	691	683	8	2	492
Montenegro	Montenegro	348	17	17	1323	0	1063	165	1632	19	1	1213
	Praia de Faro	207	11	96	83	0	58	557	556	1	2	420
	Residual	241	12	11	86	0	70	101	100	1	0	89

Santa Bárbara de Nexe	Agostos	179	98	81	62	0	51	79	79	0	0	75
	Aldeia	108	53	55	41	0	38	62	62	0	0	60
	Benatrite	47	19	28	23	0	14	42	42	0	0	40
	Bordeira	593	31 5	27 8	225	0	185	296	294	2	0	259
	Canal	284	13 8	14 6	102	0	88	168	165	3	0	157
	Charneca	316	16 2	15 4	125	0	99	211	211	0	0	205
	Colmeal	68	33	35	28	0	21	59	59	0	0	56
	Falfosa	462	22 6	23 6	166	0	147	220	211	9	0	207
	Goldra	111	53	58	44	0	30	66	64	2	0	64
	Goldra de Baixo	79	39	40	27	0	25	50	50	0	0	50
	Gorjães	343	16 7	17 6	136	0	109	250	240	10	0	236
	Laranjeira	43	20	23	20	0	13	28	27	1	0	23
	Medronhal	143	73	70	50	0	45	66	61	5	0	63
	Palhagueira	170	84	86	61	1	56	86	86	0	1	84
	Pé do Serro	59	34	25	19	0	19	40	40	0	0	40
	Poço Mouro	190	99	91	75	0	51	129	116	13	0	90
	Quinta das Raposeiras	41	21	20	18	0	13	96	96	0	0	93
	Residual	287	15 4	13 3	92	0	89	163	159	4	0	148
	Santa Bárbara de Nexe - Igreja	392	19 2	20 0	144	1	110	202	199	3	1	183
	Telheiro	60	29	31	23	0	22	39	39	0	0	39
Valados	144	76	68	55	0	45	86	86	0	0	85	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal. Censos 2001

#### Quadro A7. Indicadores de população por município, 2006 (cont.)

	Nados-vivos					Óbitos			
	Total			Fora do casamento		Total			Com menos de 1 ano
	HM	H	M	Total	Com coabitação dos pais	HM	H	M	
Portugal	105 449	54 057	51 392	33 331	26 679	101 990	53 473	48 517	349
Continente	99 713	51 102	48 611	31 831	25 530	97 038	50 885	46 153	326
Algarve	4 823	2 510	2 313	2 351	2 095	4 555	2 475	2 080	24
Faro	721	388	333	351	317	601	324	277	6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal. Censos 2001

**Quadro A8. Evolução do n.º de alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico na Rede Pública.**

<b>Freguesias</b>	<b>2003/04</b>	<b>2004/05</b>	<b>2005/06</b>	<b>2006/07</b>	<b>2007/08</b>
<i>Sé</i>					
Escola E.B.1 de Areal Gordo	79	82	81	74	70
Escola E.B.1 da Ilha da Culatra	32	33	33	29	32
Escola E.B.1 N.º1, S. Luís	455	420	440	450	448
Escola N.º3 Bom João	175	215	228	261	261
Escola E.B.1 N.º4, Penha	235	272	265	290	263
Escola E.B.1 N.º 5, Vale Carneiros	176	177	206	204	204
<b>Total</b>	<b>1152</b>	<b>1199</b>	<b>1253</b>	<b>1308</b>	<b>1278</b>
<i>S. Pedro</i>					
Escola E.B.1 do Alto Rodes	345	342	338	344	341
Escola E.B.1 de Mar e Guerra	25	27	30	39	36
Escola E.B.1 de Mata Lobos	27	28	21	14	-
Escola E.B.1 de Marchil	20	28	35	34	16
Escola E.B.1 do Patacão	40	46	58	59	60
Escola E.B.1 N.º2, Carmo	251	261	280	275	282
<b>Total</b>	<b>708</b>	<b>732</b>	<b>762</b>	<b>765</b>	<b>735</b>
<i>Montenegro</i>					
Escola E.B.1 do Montenegro	126	128	156	199	231
Escola E.B.1 da Ilha do Ancão	14	16	21	23	19
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>144</b>	<b>177</b>	<b>222</b>	<b>250</b>
<i>Conceição</i>					
Escola E.B.1 Conceição	81	83	79	98	97
Escola E.B.1 Ferradeira	24	32	37	41	42
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>115</b>	<b>116</b>	<b>139</b>	<b>139</b>
<i>Estoi</i>					
Escola E.B.1 Alcaria Cova	*	-	-	-	-
Escola E.B.1 Arjona	*	-	-	-	-
Escola E.B.1 Estoi	128	128	118	116	108
Escola E.B.1 Sambada	*	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>128</b>	<b>118</b>	<b>116</b>	<b>108</b>
<i>St.ª Bárbara de Nexe</i>					
Escola E.B.1 Bordeira	15	12	15	18	16
Escola E.B.1 Gorjões	11	9	8	-	-
Escola E.B.1 Medronhal	23	19	18	16	18
Escola E.B.1 St.ª. Bárbara de Nexe	55	72	58	73	75
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>112</b>	<b>99</b>	<b>107</b>	<b>109</b>
<b>Total Global</b>	<b>2337</b>	<b>2430</b>	<b>2525</b>	<b>2657</b>	<b>2619</b>

**Fonte:**  
DREALg  
CMF – Divisão Educação

**Quadro A9. Evolução 1º ciclo – Rede Privada e Cooperativa com Paralelismo Pedagógico.**

<b>Freguesias</b>	<b>2001/02</b>	<b>2002/03</b>	<b>2003/04</b>	<b>2004/05</b>	<b>2005/06</b>	<b>2006/07</b>	<b>2007/08</b>
<b>Sé</b>							
Colégio do Alto	118	117	115	116	116	114	116
Externato Menino Jesus	102	99	97	95	100	88	90
Jardim Escola João de Deus	100	103	107	100	111	109	108
<b>Total</b>	<b>320</b>	<b>319</b>	<b>319</b>	<b>311</b>	<b>327</b>	<b>311</b>	<b>314</b>
<b>S. Pedro</b>							
Colégio Algarve	97	86	76	84	83	82	79
<b>Total Global</b>	<b>417</b>	<b>405</b>	<b>395</b>	<b>395</b>	<b>410</b>	<b>393</b>	<b>393</b>

**Fonte:**  
DREALg  
CMF – Divisão Educação

**Quadro A10. Evolução do 2.º e 3.º Ciclos – Rede Pública**

<b>Escola</b>	<b>2003/04</b>		<b>2004/05</b>		<b>2005/06</b>		<b>2006/07</b>		<b>2007/08</b>	
	<b>Alunos</b>		<b>Alunos</b>		<b>Alunos</b>		<b>Alunos</b>		<b>Alunos</b>	
	<b>2ºC</b>	<b>3ºC</b>	<b>2ºC</b>	<b>3ºC</b>	<b>2ºC</b>	<b>3ºC</b>	<b>2ºC</b>	<b>3ºC</b>	<b>2ºC</b>	<b>3ºC</b>
E.B.2.3. Afonso III	289	329	289	329	260	395	250	376	266	386
E.B.2.3. Neves Júnior	251	305	251	275	228	311	235	341	237	333
E.B.2.3. J. Magalhães	284	406	307	386	318	428	298	393	306	359
E.B.2.3. Montenegro	175	193	163	195	158	212	181	219	201	213
E.B.2.3. de Stº António	264	391	252	394	251	395	231	331	250	335
E.B.2.3. Poeta Emiliano da Costa	148	172	131	203	151	197	167	169	169	158
<b>Sub-total</b>	1411	1796	1393	1782	1366	1938	1362	1829	1429	1784
<b>Total*</b>	<b>3207</b>		<b>3175</b>		<b>3304</b>		<b>3191</b>		<b>3213</b>	

\* Uma vez que não reunimos informação sobre os CEF's, PCA PIEF's em anos lectivos anteriores a 2006/07 para análise da evolução apresentamos dados da evolução do número de alunos no 5.º e 6.º ano (2.º Ciclo) e no 6.º, 7.º, 8.º e 9.º ano (3.º Ciclos).

**Fonte:**  
DREALg  
CMF – Divisão Educação

**Quadro A11. Evolução no 2.º e 3.º Ciclos – Rede Privada**

Estabelecimentos	2003/04		2004/05		2005/06		2006/07		2007/08	
	2C	3C	2C	3C	2C	3C	2C	3C	2C	3C
Colégio Algarve	29	----	22	---	21	---	21	----	36	----
Colégio de N.ª Sr.ª do Alto	64	84	63	85	63	86	59	87	63	85
<b>Total por Ciclo</b>	<b>93</b>	<b>84</b>	<b>85</b>	<b>85</b>	<b>86</b>	<b>86</b>	<b>80</b>	<b>87</b>	<b>99</b>	<b>85</b>
<b>Total</b>	<b>177</b>		<b>170</b>		<b>172</b>		<b>167</b>		<b>184</b>	

**Fonte:**  
DREAlg  
CMF – Divisão Educação

**Quadro A12. Evolução no n.º de alunos no Ensino Secundário.**

Escolas Secundárias	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos
João de Deus	739	689	605	698	711
Tomás Cabreira	672	666	565	407	504
Pinheiro e Rosa	529	565	819	754	932
<b>Total</b>	<b>1940</b>	<b>1920</b>	<b>1989</b>	<b>1859</b>	<b>2147</b>

**Fonte:**  
DREAlg  
CMF – Divisão Educação

**Quadro A13. N.º de alunos matriculados nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública – 1.º, 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário, ano lectivo 2007/08**

	N.º Alunos	N.º Turmas
1º Ciclo	2619	126
2º e 3º Ciclo	3433	162
Secundário	2143	101
<b>Total</b>	<b>8195</b>	<b>389</b>

**Fonte:**  
DREAlg  
CMF – Divisão Educação

Quadro A14. **Alunos com SASE 1º Ciclo. Ano lectivo 2007/2008**

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento de Ensino	Alunos Carenciados	
		Escalão A	Escalão B
Agrupamento Vertical de Escolas Dr. Joaquim de Magalhães	E.B.1 nº 1, S. Luís	74	13
	E.B. 1 nº 3 do Bom João	91	6
Agrupamento Vertical D. Afonso III	E.B.1 do Alto Rodes	25	9
	E.B.1 nº 2 do Carmo	77	12
	Jardim-de-infância de Faro	11	3
Agrupamento Vertical de Escolas Dr. Neves Júnior	E.B. 1 nº 5 de Vale Carneiros	42	7
	E.B.1 de Mar e Guerra	19	1
Agrupamento Vertical de Escolas de Estoi	E.B.1 Estoi	31	6
	E.B.1 da Bordeira	1	1
	E.B.1 do Medronhal	8	1
	E.B.1 de Stª Barbara de Nexe	33	4
	E.B.1 da Conceição	50	4
	Jardim-de-infância da Conceição	12	-----
	Jardim-de-infância Stª Barbara	5	-----
Agrupamento de Escolas do Montenegro	E.B 1 do Montenegro	22	10
	E.B.1 da Ilha do Ancão	7	2
	E.B.1 de Marchil	2	2
	E.B.1 do Patacão	11	6
	Jardim-de-infância de Montenegro	7	2
Agrupamento de Escolas da Sé	E.B.1 de Areal Gordo	36	2
	E.B.1 nº 4 da Penha	114	8
	E.B.1 da Ferradeira	21	-----
Agrupamento Vertical da E.B. 2,3 João da Rosa	E.B.1 da Ilha da Culatra	16	2
	E.B.M da Ilha da Culatra	-----	-----
Total		715	101

**Fonte:**

CMF – Divisão de Educação

**Quadro A15. Caracterização Beneficiários Medidas de Inserção e Acções.**

Medidas de Inserção	Acções	N.º Beneficiários
Educação	Escolaridade Obrigatória	415
	Ensino Secundário	21
	Ensino Recorrente	278
	Educação Extra-Escolar	1
	curso EFA	30
	Ensino Superior	6
	Ensino Especial	2
	Pré - Escolar	17
Saúde	Plano Nacional Vacinação	94
	Cons. Med. Familiar	387
	Tratamento Alcoolismo	9
	Tratamento Toxicodep.	23
	Estomatologia	3
	Oftalmologia	1
	Psicologia	33
	Psiquiatria	16
Consulta Saúde Infantil	229	
Formação Profissional	Formação Profissional Especial	5
	Qualificação Profissional	14
	Educação e Formação	6
Emprego	Infor. e Orientação Prof.	1
	Criação de Emprego	4
	Colocação Merc. Trabalho	381
Acção Social	Creche	71
	ATL	10
	Apoio Exerc. Cidadania	308
	Educação Soc. Familiar	68
	Freq. CAO	7
Habitação	Arrendamento Privado	2
	Apoio Melhoria Alojamento	10
	Programa Realojamento	95
	Regulariz. Sit. Habitacional	3
<b>Total</b>		<b>2550</b>

Fonte: CDSS de Faro (UNQTF)

**Quadro A16. Ajuda Alimentar (Concelho de Faro)**

Ajuda Alimentar 2007	Banco Alimentar	Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados – PCAAC	
		Entidade Beneficiária (B) Entidade Mediadora (M)	
		1ª fase	2ª fase
1. Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais	X	B/M	B/M
2. Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral – Núcleo Regional de Faro	----	B/M	B/M
3. Associação Nossa Senhora dos Navegantes	X	B/M	B/M
4. Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos	X	B	----
5. Associação de Saúde Mental do Algarve		B/M	B/M
6. Assistência Social Adventista	X	----	----
7. Associação Intercultural Barronexe	X	----	----
8. Associação de Solidariedade Sócio-Cultural do Montenegro	X	----	----
9. Centro Cultural e Social da Paróquia de S. Martinho de Estoi	X	----	----
10. Caritas Diocesana do Algarve	X	M	M
11. Casa de Santa Isabel	----	B	B
12. Centro de Acção Social, Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Segurança Social do Distrito de Faro	----	B	B
13. Casa do Povo da Conceição de Faro	X	----	----
14. Casa do Povo de Estoi	X	----	----
15. COOPOFA	----	M	----
16. Centro Social e Paroquial da Conceição de Faro	X	M	M
17. Centro Paroquial da Culatra	X	----	----
18. Centro Paroquial do Montenegro	X	----	----
19. Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Faro	X	----	----
20. Equipa Sócio-Caritativa de S. Pedro	X	M	----
21. Fundação António Silva Leal	X	----	----
22. Grupo de Ajuda a Toxicodependentes	----	B	B
23. Instituto D. Francisco Gomes	X	B	B
24. Igreja Ortodoxa Russa	X	----	----
25. Junta Diocesana – Protecção à Rapariga	X	----	----
26. Missionárias da Caridade	X	----	----
27. Movimento de Apoio à Problemática da Sida	X	B	B
28. Provectus – Associação em Prol da Terceira Idade	X	----	----
29. Sociedade S. Vicente Paulo (Faro)	X	M	M
30. Pastoral Sócio-Caritativa da Sé	X	----	----
31. Jardim-escola João de Deus	----	B	----
32. Junta de Freguesia de Conceição de Faro	----	M	M
33. Junta de Freguesia de Sta. Bárbara de Nexe	----	M	M
34. Junta de Freguesia de S. Pedro	----	M	M
<b>Total de Beneficiários</b>		B – 931 M – 8.945 B/M – 9.876	B – 323 M – 1.737 B/M – 2.060

**Quadro A17. Monitorização do quadro de educação especial. Ano lectivo 2007/2008**

Escola/ Agrupamento	Nível de Ensino	Sensoriais			Mentais (globais e específicas)			Neur. esquel.	S. Física	Total de Alunos EE	Total de alunos Agrup.		
		Audição	Visão	Audição /Visão	Cognitivas	Linguagem	Emocionais						
Faro	Agrup. Vert. de Escolas Joaquim Magalhães	Pré- Escolar									43	1435	
		1.º Ciclo				16		3	1				20
		2.º e 3.º Ciclo				10	5		4	4			23
	Agrup. Vert. de Escolas José Neves Júnior	Pré- Escolar										10	869
		1.º Ciclo				3		1			4		
		2.º e 3.º Ciclo				4		2			6		
	Agrup. Vert. de Escolas da Sé	Pré- Escolar	10								10	66	1029
		1.º Ciclo	6			11	3	3		1	24		
		2.º e 3.º Ciclo	14			13	2	2		1	32		
	Agrup. Vert. de Escolas Montenegro	Pré- Escolar				2					2	12	802
		1.º Ciclo				2		1		1	4		
		2.º e 3.º Ciclo				6					6		
	Agrup. Vert. de Escolas Estói	Pré- Escolar				1					1	18	803
		1.º Ciclo				9			1		10		
		2.º e 3.º Ciclo				7					7		
	Agrup. Vert. de Escolas Afonso III	Pré- Escolar					1	2	2		5	53	1329
		1.º Ciclo				24	1	1	2	2	30		
		2.º e 3.º Ciclo				10	6	1	1		18		
Escola Sec. Pinheiro e Rosa			1		2	5	1	1				10	
Escola Sec. Tomás Cabreira												2	
Escola Sec. João de Deus												3	

**Fonte:**

CMF – Divisão de Educação / Direcção Regional de Educação do Algarve

**Quadro A18. Alunos com Apoio na Unidade de Surdos. Ano lectivo 2007/2008**

	Pré-Escolar					1º Ciclo					2º Ciclo					3º Ciclo				
	IUS	EUS	LGP	FLG	TFA	IUS	EUS	LGP	FLG	TFA	IUS	EUS	LGP	FLG	TFA	IUS	EUS	LGP	FLG	TFA
2005																				
2006	9	0	9	0	9	6	0	6	0	6	0	4	4	0	0	0	4	4	0	0
2006																				
2007	7	0	7	0	7	10	0	10	0	10	0	4	4	0	0	0	4	4	0	0
2007																				
2009	11	0	11	0	10	6	0	7	0	7	0	4	4	0	2	0	8	8	0	2

**IUS** – Inclusão na Unidade a tempo inteiro com o apoio da Educadora ou Professor Especializado, Terapeuta da Fala, Formadora de LGP, Interprete e Psicóloga (os alunos do Pré-Escolar não estão a tempo inteiro, só estão na unidade durante 3/semana)

**EUS** – Inclusão na EB 2,3 Santo António em grupo de surdos e apoio de professores e técnicos especializados da Unidade de Surdos de acordo com a necessidade de cada aluno

**LGP** – Língua Gestual Portuguesa

**FLG** – LGP no Jardim-de-infância, Escola ou outra instituição (Fora da Unidade)

**TFA** – Terapia da fala na Unidade de Surdos

**Fonte:**

CMF – Divisão de Educação / Agrupamento de Escolas da sé

**Quadro A19. Rede de Transportes Escolares (2007/2008).**

Meio de Transporte	Circuito	Percurso	Alunos
Autocarros EVA	Zona Urbana	Gambelas/Faro; Mar e Guerra/Faro; Montenegro/Faro; Pontes de Marchil/Faro; Gambelas/Montenegro; Pontes de Marchil/Montenegro; Praia de Faro/Faro; Arábia/Montenegro; Praia de Faro/Montenegro	167

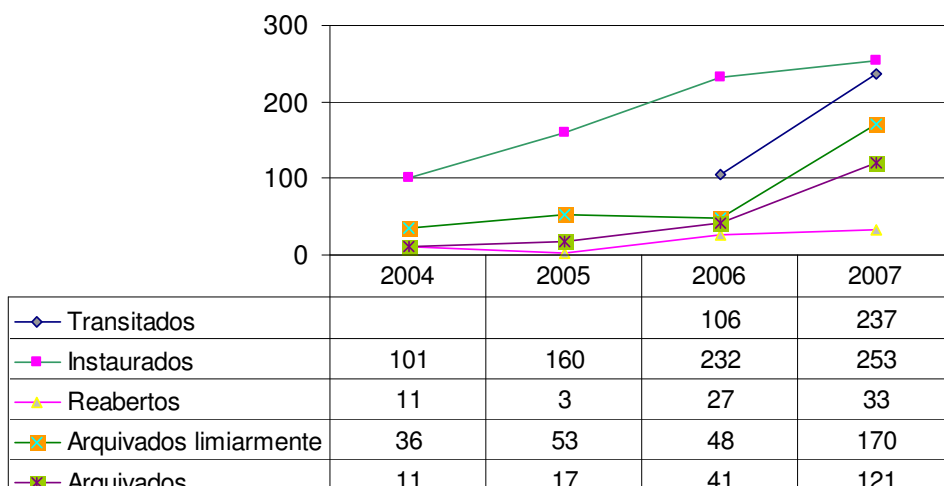
Meio de Transporte	Circuito	Percurso	Alunos
Autocarros EVA	Circuito Especial	Cais de Olhão/Escola E.B.2-3 João da Rosa	35
Barco		Ilha da Culatra/Olhão	39

Meio de Transporte	Circuito	Percurso	Alunos
Veículos Municipais (Carrinha de 9 lugares)	Zona Rural	Alface/Estói; Areolos/Estói; Guelhim/Estói; Sambada/Estói; Serro do Lobo/Estói e Sítio da Areia; Vale de Gralhas/Estói	33

Meio de Transporte	Circuito	Percurso	Alunos
Autocarros EVA	Zona Rural	Braciais/Faro; Mar e Guerra/Montenegro; Campinas/Faro; Patacão/Faro; Rio Seco/Faro; Torre de Natal/Faro; Patacão/Montenegro; Alface/Estói; Chaveca/Estói; Sambada/Estói; Bela Curral/Faro; Chaveca/Faro; Conceição/Faro; Galvana/Faro; Mata Lobos/Faro; Paço Branco/Faro; Salgados/Faro; S. João da Venda/Faro; Vale da Venda/Faro; Arneiro/Montenegro; Mata Lobos/Montenegro; S. João da Venda/Montenegro; Vale da Venda/Montenegro; Falfosa/Patacão; Alcaria Cova/Estói; Azinheiro/Estói; Bela Salema/Estói; Bordeira/Estói; Campinas/Estói; Conceição/Estói; Guelhim/Estói; Medronhal/Estói; Murta/Estói; Paço Branco/Estói; St.ª Bárbara de Nexe/Estói; Valados/Estói; Gorjões/St.ª Bárbara de Nexe; Bela Salema/Faro; Estói/Faro; Falfosa/Faro; St.ª Bárbara de Nexe /Faro; Bela Salema/Montenegro; Falfosa/Montenegro; St.ª Bárbara de Nexe/Montenegro; Agostos/Estói; Falfosa/Estói; Gorjões/Estói; Mata Lobos/Estói; Alcaria Cova/Faro; Bordeira/Faro; Gorjões/Faro; Gorjões/Montenegro; Faro/Loulé; Azinheiro/Faro; Murta/Faro; Faro/s. Brás de Alportel	636

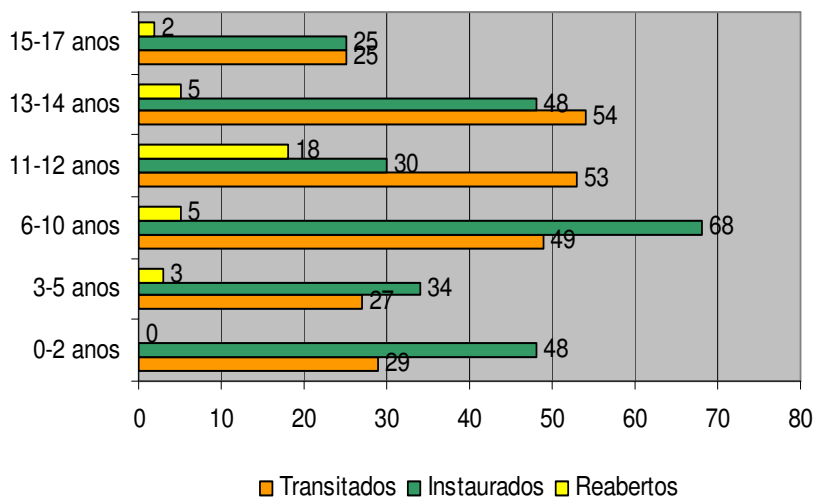
**Fonte:**  
CMF – Divisão de Educação

**Gráfico A 5. CPCJ de Faro Volume Processual (2004/2007)**



Fonte: CPCJ de Faro

**Gráfico A 6. Caracterização Criança/Jovem em Risco por escalão etário (2007)**



Fonte: CPCJ de Faro

**Quadro A20. População residente no Concelho de Faro segundo o Tipo de Deficiência e Taxa incidência.**

Tipo de Deficiência	N.º Indivíduos	Taxa de Incidência
Auditiva	518	14,5%
Visual	889	24,9%
Motora	878	24,6%
Mental	324	9,1%
Paralisia Cerebral	71	2,0%
Outra Deficiência	886	24,8%
Total	3566	100,0%

**Quadro A21. População residente no Concelho de Faro segundo o Tipo de Deficiência e Sexo.**

Tipo de Deficiência	Sexo	
	H	M
Auditiva	260	258
Visual	412	477
Motora	503	375
Mental	174	150
Paralisia Cerebral	46	25
Outra deficiência	438	448
Total	1833	1733

Fonte: INE, Censos 2001

**Quadro A22. População com Deficiência Residente no Concelho de Faro segundo grupo etário.**

Faixa Etária	N.º Indivíduos	Taxa de Incidência
0-14 anos	179	5,0%
15-29 anos	484	13,6%
30-44 anos	554	15,5%
45-59 anos	780	21,9%
60-74 anos	902	25,3%
77-89 anos	606	17,0%
De 90 ou + anos	61	1,7%
Total	3566	100,0%

Fonte: INE, Censos 2001

**Quadro A23. Pop. Deficiente Residente no Concelho de Faro segundo o grau incapacidade**

Grau de Incapacidade	N.º de Indivíduos	Taxa de Incidência
Sem grau atribuído	2000	56,1
Inferior a 30%	275	7,7
De 30 a 59%	334	9,4
De 60 a 80%	565	15,8
Superior a 80%	392	11,0
Total	3566	100,0

Fonte: INE, Censos 2001

**Quadro A24. Situação face à sua permanência em território nacional. CLAI de Faro (2007).**

Situação	Total
Passaporte	82
Autorização Permanência	15
Autorização Residência	55
Bilhete de Identidade	6
Visto de Trabalho	6
Visto de Estudo	3
Visto Temporário	17
Nenhum	20
Total	204

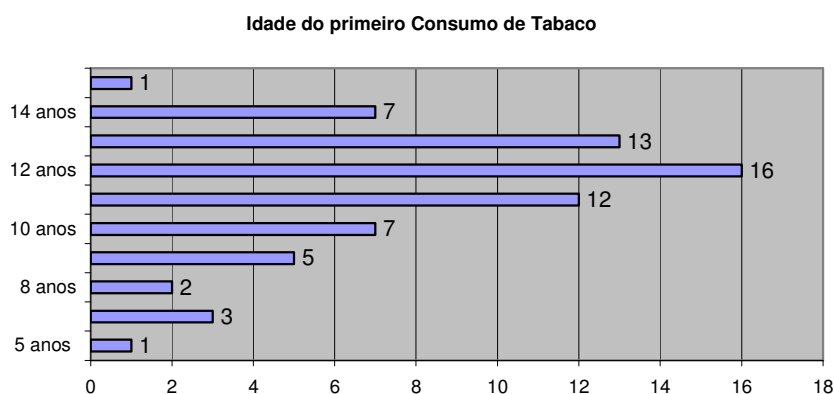
Fonte: CLAI de Faro

**Quadro A25 – Prevalência na vida de consumos na amostra: tabela comparativa 2000 vs. 2005.**

Substâncias	Algarve				Sotavento				Barlavento			
	2000 (n=920)		2005 (n=587)		2000 (n=628)		2005 (n=387)		2000 (n=292)		2005 (n=200)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tabaco	463	50,3	299	50,9	304	48,4	195	50,4	159	54,5	104	52,0
Álcool	593	64,5	408	69,5	385	61,3	250	64,6	208	71,2	158	79,0
Sedativos	31	3,4	37	6,3	19	3,0	24	6,2	12	4,1	13	6,5
Anfetaminas	13	1,4	10	1,7	10	1,6	6	1,6	3	1,0	4	2,0
Cannabis	150	16,3	103	17,5	95	15,1	60	15,5	55	18,8	43	21,5
Ecstasy	18	1,9	19	3,2	10	1,6	13	3,4	8	2,7	6	3,0
Heroína	19	2,3	7	1,2	13	2,1	6	1,6	6	2,1	1	0,5
Cocaína e Derivados	24	2,6	17	2,9	15	2,4	10	2,6	9	3,1	7	3,5
Inalantes	9	1,2	8	1,4	6	1,0	6	1,6	3	1,0	2	1,0
Ácidos/LSD	13	1,4	6	1,0	8	1,3	4	1,0	5	1,7	2	1,0

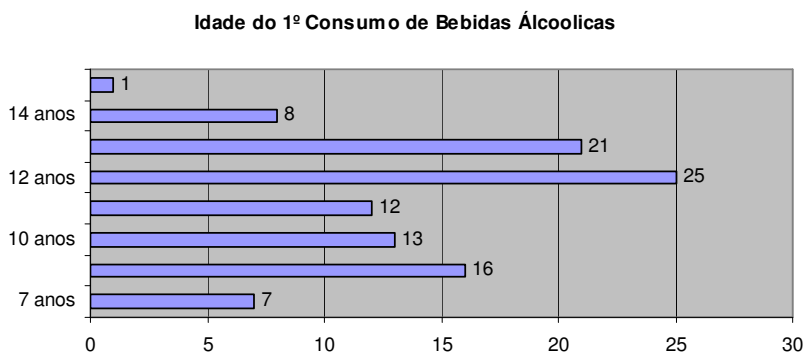
**Fonte:** CRI Algarve IDT/DRAL. PORI/ALAGARVE. Estudos em amostras representativas de jovens algarvios aos 18 anos, no ano de 2000 e 2005, efectuado pelo IDT Algarve.

**Gráfico A6 – Diagnóstico de Consumos de Tabaco, Álcool e Drogas. Práticas e Representações dos Alunos das Escolas EB 2,3 do Concelho de Faro – Idade do 1º consumo de Tabaco.**



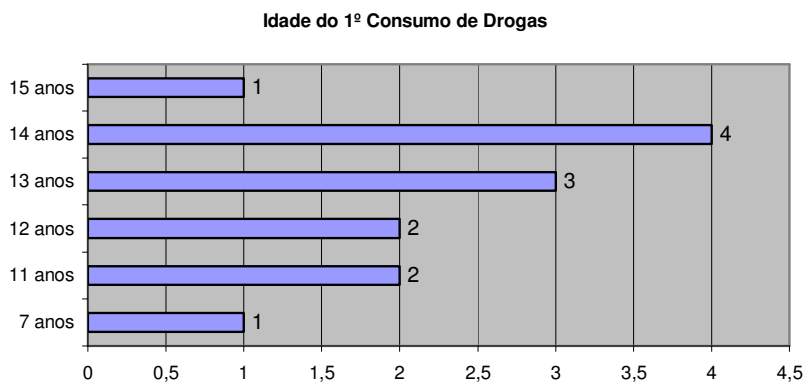
**Fonte:** CLASF (2004)

**Gráfico A7 – Diagnóstico de Consumos de Tabaco, Álcool e Drogas. Práticas e Representações dos Alunos das Escolas EB 2,3 do Concelho de Faro – Idade do 1º consumo Bebidas Alcoólicas.**



Fonte: CLASF (2004)

**Gráfico A8 – Diagnóstico de Consumos de Tabaco, Álcool e Drogas. Práticas e Representações dos Alunos das Escolas EB 2,3 do Concelho de Faro – Idade do 1º consumo outras drogas.**



Fonte: CLASF (2004)

**Quadro A26 – Distribuição dos utentes inscritos de 1999 a 2004, segundo as Infecções B e C (ordenados segundo a proporção de Hep. C).**

Concelho	Hepatite B			Hepatite C		
	Nº abs. +	Nº abs -	% +	Nº abs +	Nº abs -	% +
Algarve	60	1628	3,6%	782	896	46,6%
Alcoutim	0	2	0,0%	0	2	0,0%
Aljezur	0	6	0,0%	2	4	33,3%
S. Brás de Alportel	4	26	13,3%	10	20	33,3%
Monchique	0	6	0,0%	2	4	33,3%
Vila Real S <sup>to</sup> . Ant <sup>o</sup> .	4	48	7,7%	20	38	34,5%
Loulé	10	316	3,1%	116	206	36,0%
Faro	8	240	3,2%	90	156	36,6%
Albufeira	4	202	1,9%	82	124	39,8%
Tavira	6	40	13,0%	20	24	45,5%
Silves	2	94	2,1%	46	50	47,9%
Olhão	6	202	2,9%	98	104	48,5%
Castro Marim	0	12	0,0%	6	6	50,0%
Lagoa	4	88	4,3%	48	44	52,2%
Portimão	6	252	2,3%	172	86	66,7%
Lagos	6	94	6,0%	70	28	71,4%

**Nota:** dados colhidos de amostra representativa dos processos clínicos dos utentes inscritos de 1999 a 2004.

**Fonte:** CRI Algarve IDT/DRAL

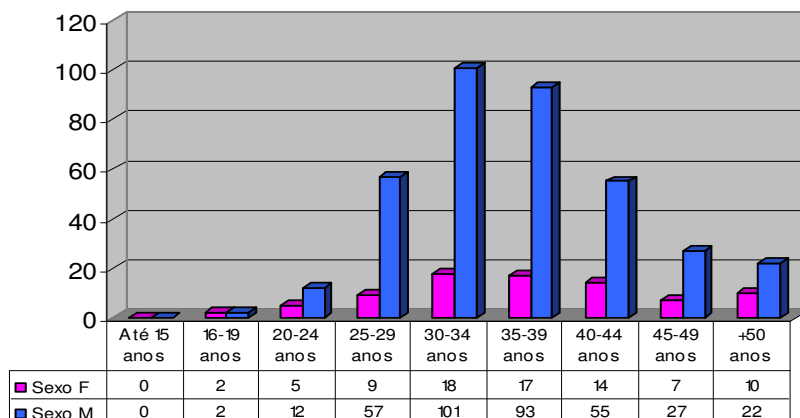
**Quadro A 26 – Distribuição dos utentes inscritos de 1999 a 2004, segundo a Infecção HIV (ordenados segundo a proporção de HIV).**

Concelho	Nº HIV positivos	Nº HIV negativos	Proporção de positivos (%)
Algarve	140	1582	8,1%
Olhão	30	180	14,3%
Portimão	34	228	13,0%
Faro	28	230	10,9%
Vila Real S <sup>to</sup> . Ant <sup>o</sup> .	4	52	7,1%
Lagoa	6	86	6,5%
Silves	6	92	6,1%
Loulé	16	306	5,0%
Albufeira	10	202	4,7%
Lagos	4	96	4,0%
Tavira	2	54	3,6%
Alcoutim	0	2	0,0%
Aljezur	0	6	0,0%
Castro Marim	0	12	0,0%
S. Brás de Alportel	0	30	0,0%
Monchique	0	6	0,0%

**Nota:** dados colhidos de amostra representativa dos processos clínicos dos utentes inscritos de 1999 a 2004.

**Fonte:** CRI Algarve IDT/DRA

**Gráfico A9 . Temporários por sexo e grupo etário**



**Fonte:** CDSS Faro NPE

**Quadro A27. Número de Atendimentos e Procedimentos Intermédios**

Tipo de Agregado	N.º Agregados Atendidos	N.º Atendimentos	Situações Contratualizadas face ao total de agregados atendidos (%)		Visitas Domiciliárias face ao total de agregados atendidos (%)	Articulação com outras Instituições face ao número de atendimentos realizados (%)
			RSI	Acção Social		
<b>Isolados</b>	276	296	25	212	16	141
<b>Nuclear s/ Filhos</b>	27	31	1	20	2	8
<b>Nuclear c/ Filhos</b>	89	106	6	83	6	75
<b>Monoparental</b>	38	46	7	37	1	21
<b>Outra</b>	9	10	0	8	0	3
<b>Total</b>	439	489	39	360	25	248

**Quadro A28. Temporários por Estado Civil e Filhos**

Estado Civil				Filhos	
Casado	Solteiro	União de Facto	Viúvo	Com	Sem
48	351	50	2	136	315

**Fonte:** CDSS Faro NPE**Quadro A29. Temporários por Habilitações Literárias**

Habilitações Literárias				
S/ Escolarid. Obrigatória	Escolarid. Obrigatória	Secundário	Univers.	Téc. Prof.
161	256	27	0	7

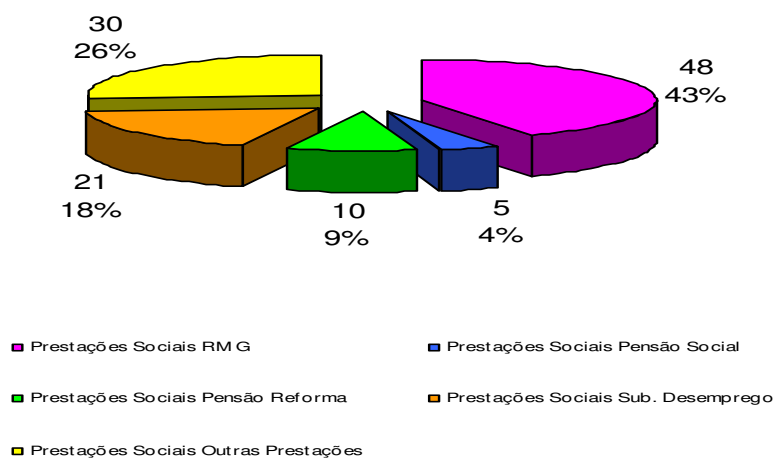
**Fonte:** CDSS Faro NPE

### Quadro A30. Temporários por Situação Profissional

Situação Profissional		
Empreg.	Desemp.	Estudante
42	389	5

Fonte: CDSS Faro NPE

### Gráfico A10. Temporários por Prestações Sociais



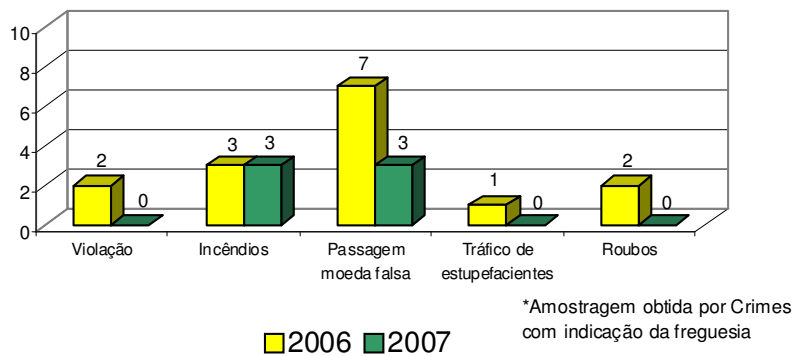
Fonte: CDSS Faro NPE

### Quadro A31. Temporários em Processo de Tratamento

Em Processo de Tratamento				Não está em tratamento
CAT	Comunidade Terapêutica	Apart. Reinserção	Outro	
197	153	8	37	56

Fonte: CDSS Faro NPE

**Gráfico A11. Crimes de maior relevância praticados na Freguesia da Sé 2006/2007.**



**Fonte:** Directoria da Policia Judiciária de Faro.

## **ANEXO METODOLÓGICO**

**Taxa de crescimento efectivo**

Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ( $10^2$ ) ou 1000 ( $10^3$ ) habitantes).

**Taxa de crescimento natural**

Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ( $10^2$ ) ou 1000 ( $10^3$ ) habitantes)

**Taxa de natalidade**

Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 ( $10^3$ ) habitantes).

**Taxa de mortalidade**

Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 ( $10^3$ ) habitantes).

**Taxa de Nupcialidade**

Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1000 ( $10^3$ ) habitantes)

**Taxa de Divórcio**

Número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de divórcios por 1000 ( $10^3$ ) habitantes)

**Índice de Renovação da População em Idade Activa**

(ver conceito INE) Rácio da população 20-29 anos pela população 50-64 anos por 100, expressa pelo nº de pessoas com idade entre 20-29 anos por 100 com idade em 50-64 anos.